



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA / DOUTORADO

**QUIXADÁ: CENTRO REGIONAL DE
CONVERGÊNCIA E IRRADIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR (1983-2013)**

Keila Andrade Haiashida

FORTALEZA, 2014

KEILA ANDRADE HAIASHIDA

**QUIXADÁ: CENTRO REGIONAL DE CONVERGÊNCIA E
IRRADIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (1983-2013)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientador: Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

FORTALEZA – CEARÁ

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

Bibliotecária responsável – Meirilane Santos de Moraes CRB-3 / 785

H149q

Haiashida, Keila Andrade

Quixadá: centro regional de convergência e irradiação da educação superior(1983-2013) / Keila Andrade Haiashida. – 2014.

CD-ROM. 370 f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Curso de Doutorado em Geografia, Fortaleza, 2014.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

1. Políticas educacionais. 2. Interiorização. 3. Convergência. 4. Irradiação. I. Título.

CDD: 918.8131

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Folha de Aprovação

TÍTULO DA TESE: “QUIXADÁ: CENTRO REGIONAL DE CONVERGÊNCIA E IRRADIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (1983-2013)”

Data da Defesa: 28/03/2014

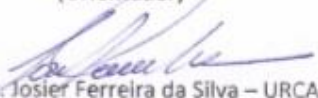
Nome da Autora: Keila Andrade Haiashida

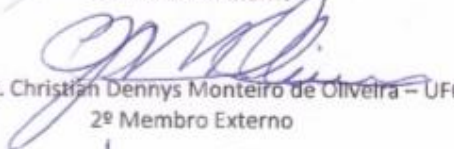
Nome do Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (Orientador UECE)

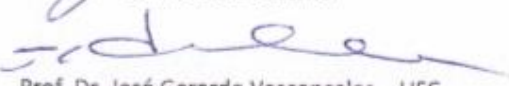
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

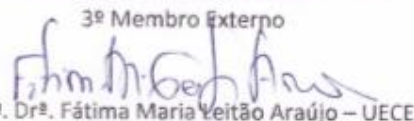
BANCA:


Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – UECE
(Orientador)


Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva – URCA
1º Membro Externo


Prof. Dr. Christian Denny Monteiro de Oliveira – UFC
2º Membro Externo


Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos – UFC
3º Membro Externo


Profª. Drª. Fátima Maria Leitão Araújo – UECE
4º Membro Interno



ASA BRANCA

(Luiz Gonzaga)

*Quando olhei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação*

*Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de prantação
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão*

*Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Então eu disse, adeus Rosinha
Guarda contigo meu coração*

*Hoje longe, muitas léguas
Numa triste solidão
Espero a chuva cair de novo
Pra mim voltar pro meu sertão*

*Quando o verde dos teus olhos
Se espalhar na prantação
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu voltarei, viu
Meu coração*

Dedico a minha família (pais, irmãos e filhos), esteios
de minha formação.

AGRADECIMENTOS

Muitos subestimam a importância dos agradecimentos. A gratidão é um ato de reconhecimento, uma emoção que envolve um sentimento de dívida em direção a outra pessoa; frequentemente acompanhado por um desejo de reciprocidade o que fizeram por você. O processo de elaboração de uma tese, frequentemente leva anos, da ideia inicial, a construção do projeto, submissão a um processo seletivo, estabelecimento do estado da arte, revisão da literatura, pesquisa empírica e escrita do texto final. Como se vê, muito se vivencia e muitas pessoas percorrem conosco trechos dessa desafiante viagem. Descobri que é um processo de ganhos e perdas e que nem sempre é possível retribuir de forma adequada o que recebemos, mas essa será nossa tentativa de dizer ao menos muito obrigado aos que participaram dessa empreitada, que nunca fazemos sozinhos. Tenho um receio legítimo de esquecer, por pura exaustão e não por negligência, de alguns personagens importantes aos quais desde já peço desculpas.

Meu primeiro agradecimento é pelo que nomearei de apoio sobrenatural. Agradeço primeiramente a Deus, em quem decidi acreditar, fazendo uso do livre-arbítrio que me foi concedido. Nos momentos de ansiedade, dúvida e dificuldades, inspirei-me em seu exemplo de persistência, pois não desistir da humanidade parece um desafio imensamente maior.

Sigo lembrando o apoio familiar e não posso deixar de agradecer aos meus pais que sempre acreditaram no meu potencial e me propiciaram o incentivo e a formação necessária para chegar a esse nível de formação, a meus irmãos com quem sempre posso contar nas alegrias e tristezas e aos meus filhos, que foram preteridos em diversos momentos, mas sempre souberam esperar.

Agradeço ainda o apoio fraterno dos diversos amigos de ontem, hoje e sempre e nominalmente cito: Lenúcia Moura, Karla Angélica, Sandra Beatriz, Danusa Mendes, Élcio Batista, Gean Carles, partícipes de minha história. As amigas do Programa de Educação Tutorial (PET). As colegas de doutorado, sobretudo a Ednea e Cristiane Feitosa, com quem compartilhei dúvidas e incertezas. Aos demais doutorandos Camila, Teresa, Lucenir, Laura, Glauciana, Sérgio, Ricardo, Marco Túlio, Cleidnilson, Cláudia, Paulo, Ciarlini que despercebidamente me ensinaram muito.

Preciso fazer referência aos professores responsáveis por minha formação acadêmica dos quais destaco meus tutores, cotutores e professores: Maristela Lage, José Anchieta Esmeraldo Barreto, Suzana Marly (grande responsável por meu direcionamento acadêmico), Wagner Andriola, Vanda Magalhães, Luis Távora, Nicolino Trompieri e Raimundo Benedito exemplos de educadores. No Programa de Pós-Graduação em Geografia agradeço aos professores Zenilde, Virginia, Marcos Nogueira, José Meneleu, Luzia Neide, Adelita, Ana Matos, Daniel Pinheiro e Fábio Perdigão que me apresentaram um novo universo conceitual e empírico.

Não posso esquecer dos funcionários Igor, Júlia e Adriana sempre prontos a colaborar e a professora Lucia Brito, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia;

Agradeço aos participantes do LAPECED, Cássia, Raquel, Karine, Rejane, Stanley, Ian, Cássio, Otávio, Fabrício, Ubirajara e Naiana pelas ótimas discussões;

Minha gratidão aos professores Otávio Lemos, Luis Távora, Christian Dennys, Antonio Germano, Gerardo Vasconcelos, Fátima Leitão e Josier Ferreira, que participaram das bancas do Seminário de Tese, Qualificação e Defesa da Tese, pois suas sugestões foram fundamentais para o direcionamento da pesquisa.

Destaco também as instituições de Ensino Superior de Quixadá que permitiram nossa entrada e favoreceram a coleta de dados: FCRS, FECLESC, IFECE e UFC. Cito também a Câmara Municipal de Quixadá. Na FECLESC não posso deixar de mencionar o professor Jorge Alberto, Margaret Xerez, Rosalia, Sander, Miguel, Simone, Denair Stela e Ana Érika e as alunas Priscila Azevedo e Silvelane que colaboraram na coleta de dados. Além do professor Luis Oswaldo, um exemplo de história vívida;

Finalmente, mas da maior relevância, meu eterno agradecimento ao professor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, que acreditou no meu potencial e apoiou minha proposta de pesquisa. Essa é uma travessia que não se faz sozinha, todas as pessoas anteriormente citadas comprovam essa afirmação, mas o parceiro oficial é sem dúvida o orientador, que disponibiliza seu conhecimento, tempo e paciência em função do orientando. Agradeço não apenas o professor Elmo, mas também sua família, esposa, filhos e netos que diversas vezes tiveram seu tempo subtraído em consequência dessa orientação. Esse é um caso em que “muito obrigado” é insuficiente, mas indispensável.

Se a exaustão característica do término desse processo me fez esquecer de alguém me desculpem e saibam que essa caminhada só foi possível graças a ajuda de todos, por isso meu sincero agradecimento.

RESUMO

Percebemos certa escassez de trabalhos científicos que integrem geografia e educação. Nosso objeto de estudo foi o processo de interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), que retrata as políticas públicas e privadas para educação e sua influência na dinâmica espacial. Estabelecemos como recorte espacial e temporal o Sertão Central cearense, mais especificamente a cidade de Quixadá, entre 1983 e 2013. Identificamos algumas problemáticas das quais destacamos: Quixadá pode ser concebida como um centro de convergência educacional? Nosso pressuposto inicial era que as políticas educacionais assumiram a educação como imperativo estratégico do desenvolvimento assim passou a propor a democratização do ensino e, como consequência, tivemos o processo de interiorização. Delimitamos como objetivo geral investigar o processo de interiorização do ensino superior, para compreender como Quixadá se tornou um centro de convergência e irradiação da educação superior. Na pesquisa foi utilizado o método etnográfico, por acreditarmos que o mesmo favorece um estudo interpretativo dos significados expressos em gestos e palavras propalados pelos sujeitos. Os resultados indicam a possibilidade de analisar a educação pela via geográfica. Ao sopesar a difusão e a área de abrangência da educação superior distinguimos a ideia difundida de seu agente difusor. Assumimos a educação como ideia difundida e as instituições de ensino superior como agentes difusores. A área de abrangência não é fácil de ser aferida, pois desde a LDB 9394/96 intensificou-se o processo de democratização desse nível de ensino. Em relação ao sertão central cearense, os alunos são originários de diversos municípios e distritos. Observamos que os movimentos de migração e pendularidade favorecem a emergência de um centro de convergência. Ao analisarmos a mobilidade praticada por professores e alunos pudemos caracterizar os fixos e fluxos e a constituição da cidade universitária com suas sociabilidades peculiares. Os principais investimentos educacionais da cidade aconteceram em contextos históricos e sociais diferenciados e tiveram como mentores dois importantes atores sociais: o professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e a Igreja Católica por intermédio de seus bispos dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim. A história de Quixadá, assim como de outros municípios do estado esteve relacionada à bovinocultura, desde sua colonização e a cotonicultura como fator de consolidação econômica. O declínio dessas atividades basilares fez com que Quixadá precisasse se reinventar e descobrir uma forma de atrair novamente pessoas e capital, pela ação de alguns atores sociais, o município descobriu na educação superior uma forma de se manter como centro de convergência regional. Dessa forma, Quixadá passou a ser reconhecida como uma cidade universitária pela quantidade de investimentos no ensino superior que tem capitaneado, por suas instituições atenderem a demanda local, além de pessoas vindas de outras regiões e pelas especificidades da sociabilidade que tem sido praticada pela comunidade acadêmica. Isso significa que existem especificidades nos “usos da cidade” por essa comunidade. A instalação das IES em cidades como Quixadá produz fissuras entre as identificações da Universidade conduzida frequentemente por princípios progressistas, tecnológicos e por valores ideológicos modernos e a identidade da cidade que a sedia inspirada por valores tradicionais das elites políticas e religiosas.

Palavras chave: Interiorização. Políticas Educacionais. Convergência. Irradiação.

ABSTRACT

It has been noticed certain scarcity of scientific studies that integrate geography and education. This research aimed to study the process of internalization of Higher Education Institutions (HEIs), which shows the public and private policies for education and their influence on spatial dynamics. Established as spatial and temporal clipping the We have chosen Sertão Central do Ceará, more specifically Quixadá city between 1983 and 2013, as spatial and temporal clip. The main question in this research was: may Quixadá city be conceived as a center of educational convergence? Our first assumption was that educational policy took education as a strategic imperative of development which started to propose the democratization of education and, as a result, the process of internalization. Our main goal was to investigate the process of internalization of higher education to understand how Quixadá city became a center of convergence and spread of higher education. We used the ethnographic method in the research because we believe that it favors an interpretive study of meanings expressed in words and gestures used by the subjects. The results point to the possibility of analyzing education through geographical route. When comparing the distribution and coverage area of higher education, we could distinguish the widespread idea of its diffusor agent. We consider education as a widespread idea and institutions of higher education as diffusors agents. The coverage area is not easily measured because the process of democratization of this level of education has been intensified since the LDB 9394/96. Regarding Sertão Central do Ceará area, students come from several cities and districts. During our study, we observed that movements of migration and oscillation favor the emergence of a convergence center. By analyzing professors and students mobility, we were able to describe the fixed, the flows and the establishment of a university town with its peculiar sociability. The main educational investments in the city took place in different historical and social contexts and had two important social actors as mentors: Professor Luiz Oswaldo Moreira de Souza Santiago and the Catholic Church through its bishops Don Joaquim do Rego and Don Rufino José Adélio Tomasim. The story of Quixadá, as well as other counties in the state, was related to cattle since its colonization and cotton industry consolidation as economic factor. The decline of these basic activities made Quixadá to reinvent itself and find a way to attract people and financial investment again. Under the action of some social actors, the municipality realized the higher education system as a way to keep a regional center of convergence. Thus, Quixadá has become recognized as a university town by the amount of investment in higher education, by their institutions which meet local demand and people from other regions as well, and the particularities of sociability practiced by the academic community. This means that the community uses the city for “specific purposes”. The installation of the HEIs in cities like Quixadá produces cracks between the assessment conducted by the University, which is often progressive and technological principles and ideological modern values, and the identity of the city which hosts the university inspired by traditional values of political and religious elites.

Key words: Interiorisation. Educational Policy. Convergence. Spread.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Território Sertão Central.....	115
Mapa 2: Localização da macrorregião Sertão Central	134
Mapa 3: Unidades Acadêmicas da UECE.....	155
Mapa 4: Localização de Quixadá	159
Mapa 5: Localização das IES de Quixadá.....	221

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2010.....	101
Tabela 2: Número de Municípios que Oferecem o Ensino Médio Brasil e Unidades da Federação – 1994.....	120
Tabela 3: População Residente: Ceará, Nordeste e Brasil, 1970-2010.....	126
Tabela 4: Divisão dos microterritórios do Sertão Central, 2010	132
Tabela 5: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil 1900-2000	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Número de bolsas do ProUni ofertadas no Ceará entre 2005 e 2012.....	93
Quadro 02: Número de bolsas ofertadas em Quixadá	95
Quadro 03: Campi e municípios atendidos	98
Quadro 04: As macrorregiões do Estado do Ceará.....	130
Quadro 05: Relação de Reitores as UECE	151
Quadro 06: Faculdades da UECE no Interior.....	152
Quadro 07: Escolas de Quixadá.....	173
Quadro 08: Diretoria provisória da FUNESC	191
Quadro 09: Territorialidade Educacional em Quixadá: difusão educacional.....	216
Quadro 10: As principais Instituições de Ensino Superior com sede em Quixadá e a quantidade de cursos oferecidos.....	222
Quadro 11: População acadêmica de Quixadá	226
Quadro 12: Identificação das IES, cursos e quantidade de questionários aplicados em Quixadá.....	229
Quadro 13: Formação dos professores do Município de Quixadá em 1996	232

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior	71
Gráfico 2: Evolução do número de bolsas concedidas pelo ProUni no Estado do Ceará...	94
Gráfico 3: Bolsistas por Unidade da Federação: região nordeste.....	94
Gráfico 4: Expansão das Universidades Federais.....	97
Gráfico 5: Indicador demográfico do sertão central cearense	136
Gráfico 6: Taxa de escolarização no ensino fundamental e médio	138
Gráfico 7: Desempenho dos alunos do ensino médio na prova de Língua Portuguesa do SPAECE	139
Gráfico 8: Desempenho dos alunos do ensino médio na prova de Matemática do SPAECE	140
Gráfico 9: Evolução do IDHM brasileiro e evolução dos itens que fazem parte do IDHM	190
Gráfico 10: Cidade de Origem.....	218
Gráfico 11: Grupo Etário.....	231
Gráfico 12: Deslocamento.....	233
Gráfico 13: Forma de deslocamento	234
Gráfico 14: Motivação	236
Gráfico 15: Tempo de permanência em Quixadá	237
Gráfico 16: Situação de moradia	238
Gráfico 17: Proximidade da IES.....	239
Gráfico 18: Serviços Utilizados.....	240

Gráfico 19: Situação Financeira	240
Gráfico 20: Espaços Vivenciados nas IES	241
Gráfico 21: Espaços Vivenciados em Quixadá	242
Gráfico 22: Símbolos de Quixadá.....	243
Gráfico 23: Topofilia	244
Gráfico 24: As IES e o desenvolvimento de Quixadá	245

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Placa de identificação da Maquete do Sítio Quixadá.....	165
Foto 2: Maquete do Sítio Quixadá.....	165
Foto 3: Estação de Trem de Quixadá.....	169
Foto 4: Construção da FECLESC.....	192
Foto 5: Colocação da Pedra Fundamental.....	193
Foto 6: Inauguração da sede da FECLESC.....	193
Foto 7: Benção da igreja.....	194
Foto 8: Dom Joaquim Rufino do Rêgo	197
Foto 9: Dom Adélio José Tomasim	197
Foto 10: Fachada do antigo Hospital Maternidade Jesus Maria José.....	199
Foto 11: Fachada do atual Hospital Maternidade Jesus Maria José	199
Foto 12: Apartamentos.....	202
Foto 13: Restaurante	202
Foto 14: Auditório.....	202
Foto 15: Praça da Amizade	202
Foto 16: Capela.....	202
Foto 17: Trilha Ecológica.....	202
Foto 18: Pedra da Contemplação	202
Foto 19: Gruta da Imaculada Rainha do Sertão.....	202
Foto 20: Monumento referente ao centro geográfico do Ceará.....	210

Foto 21: Deslocamento de alunos de Ocara para Quixadá.....	235
Foto 22: Restaurantes de Quixadá	239

LISTA DE ABREVIATURAS

AID - Agency International Development.

APRECE - Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará.

ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

ANVISA - Agência Nacional da Vigilância Sanitária.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

CAPS A e D - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

CREDE - Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação.

CPLOG - Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

CEPAR - Célula de Execução do Planejamento Participativo Regionalizado.

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

DETRAN - Departamento de Transito.

DPG - Diretrizes para o Plano de Governo.

ECEGE - Encontro Cearense de Geografia da Educação.

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

ENE - Encontro Nacional de Estudantes.

FECLESC - Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central.

FCRS - Faculdade Católica Rainha do Sertão.

FACEDI - Faculdade de Educação de Itapipoca.

FLATED - Faculdade Latino-Americana de Educação;

FECLI - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu.

FAFIDAM - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

FAEC - Faculdade de Educação de Crateús.

FUNEDUCE - Fundação Educacional do Estado do Ceará.

FUNESC - Fundação Educacional do Sertão Central.

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil.

FUNEDUCE - Fundação Educacional do Estado do Ceará.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FFC - Faculdade de Filosofia do Crato.

GERHEPE - Grupo de Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais.

IES - Instituições de Ensino Superior.

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

IESC - Instituto de Ensino Superior do Cariri.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IDM - Índice de Desenvolvimento Municipal.

IFTNSIRS - Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão.

LEGE - Laboratório de Estudos Geoeducacionais.

LAPECED - Laboratório de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC - Ministério da Educação.

MEDUC - História e Memória Social da Educação e da Cultura.

MAIE - Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino.

MITS - Magistério Tremembé Superior.

MIT - Massachusetts Institute of Technology.

MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

NHIME - Núcleo de História e Memória da Educação.

OCDE - Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

PROUNI - Programa Universidade para Todos.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

PSD - Partido Social Democrático.

PIN - Programa de Integração Nacional.

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

PT - Partido dos Trabalhadores.

PNBU - Programa Nacional de Bolsas Universitárias.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação.

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável.

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.

REUNI - Reestruturação das Universidades Federais.

RMF - Região Metropolitana de Fortaleza.

RCB - Referenciais Curriculares Básicos.

SINECGEO - Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais.

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

SEPLAG - Secretaria do Planejamento e Gestão.

SEDUC - Secretaria da Educação.

SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação.

TMI - Taxa de Mortalidade Infantil.

UECE - Universidade Estadual do Ceará.

UVA - Universidade Vale do Acaraú.

UFC - Universidade Federal do Ceará.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

URCA - Universidade Regional do Cariri.

UFPA - Universidade Federal do Pará.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará.

USP - Universidade de São Paulo.

UFPI - Universidade Federal do Piauí.

UFF - Universidade Federal Fluminense.

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UNIFOR - Universidade de Fortaleza.

UEPE - Universidade Estadual do Pernambuco.

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Bahiano.

UFPR - Universidade Federal do Paraná.

UFCA - Universidade Federal do Cariri.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

UDN - União Democrática Nacional.

USAID - United States Agency for International Development.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.

UAB - Universidade Aberta do Brasil.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE FOTOS	16
LISTA DE ABREVIATURAS	18
1. INTRODUÇÃO: PLANEJAMENTO.....	25
1.1. No princípio criou Deus os céus e a terra: aspectos essenciais da tese	25
1.2. Era uma vez uma professora em meio ao espaço, a cultura e a educação.	30
1.3. A Geografia Histórica como teoria de análise: entre espaço e tempo	37
1.4. A escolha do método e o risco de se perder no labirinto de Dédalo	41
CAPÍTULO I: O ITINERÁRIO	49
2.1. As reformas da educação superior no contexto nacional e a influência internacional ..	50
2.1.1. Antecedentes históricos do ensino superior no Brasil: movimentos de expansão e contenção.....	50
2.1.2. A reforma universitária de 1968: texto e contexto.....	55
2.1.3. O movimento de transformação da educação superior na América Latina.....	63
2.1.4. A influência dos organismos internacionais	68
2.1.5. Universidade e Desenvolvimento Regional.....	74
2.2. As políticas para o ensino superior a partir da LDB 9394/96: entre o público e o privado	83
2.2.1. As políticas de democratização do ensino superior	89

CAPÍTULO II: A VIAGEM.....	104
3.1. Interior, Interioridade e Interiorização	106
3.2. A hinterlândia cearense	114
3.3. Matrioshka: o nordeste e a microrregião do sertão central cearense	123
3.3.1. O perfil educacional do Estado	123
3.3.2. O sertão central cearense e os palcos e políticas para região	130
3.4. O início da interiorização do ensino superior no Ceará.....	146
3.5. A história da UECE na formação de professores	148
CAPÍTULO III: O DESTINO	158
4.1. A evolução da educação em Quixadá	160
4.1.1. A casa, o curral e a capela	163
4.1.2. O Cedro e a Estrada de Ferro importantes agentes de modernidade no sertão.....	167
4.1.3. Entre pedras e livros: as primeiras instituições de ensino de Quixadá.....	169
4.1.4. A gênese da formação de professores em Quixadá: o Colégio Sagrado Coração de Jesus	175
4.2. O olho visionário: a importância das lideranças para os investimentos educacionais em Quixadá.....	178
4.2.1. Quem sabe faz a hora não espera acontecer: o movimento de criação da FECLESC a partir do relato do professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza	183
4.2.2. Entre o amor de Cristo e o Reino de Deus: as ações instrucionais de dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim.....	197
4.3. Quixadá: centro de convergência e irradiação da Educação	205

4.3.1. Educação, espaço e tempo: difusão e área de abrangência.....	213
4.3.2. Centro de Convergência e Irradiação: notas introdutórias	218
4.3.3. Espaço e educação: uma cidade universitária no sertão central e as sociabilidades acadêmicas.....	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PORTFÓLIO	252
REFERÊNCIAS	273
APÊNDICES	286
ANEXOS.....	289

1. INTRODUÇÃO: PLANEJAMENTO

1.1. No princípio criou Deus os céus e a terra: aspectos essenciais da tese

A Geografia Humana tem se dedicado nas últimas décadas a realidades que se mostram estáveis ou evoluem lentamente: gêneros de vida, regiões, paisagens, modo de produção agrícola, sociedade, territórios, cultura, dentre outros. O entendimento de seus conceitos fundamentais tem sido essencial para compreensão das transformações pelas quais nosso mundo tem passado, desde a urbanização e o aumento populacional, às desigualdades sociais e a destruição ambiental.

Percebe-se, entretanto, certa escassez de trabalhos científicos que integrem geografia e educação¹. A interação entre essas áreas de conhecimento precisa ser cada vez mais explorada, embora separadamente cada área possua estudos e pesquisas consistentes, sua confluência consiste em desafio.

Nosso **objeto de estudo** foi o processo de interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES), que retrata as políticas públicas e privadas para educação e sua influência na dinâmica espacial. No intuito de delimitarmos a proposta e adequá-la a linha de pesquisa escolhida, explicitamos quais os impactos da inauguração dessas IES para uma cidade do Sertão Central cearense. A cidade escolhida como local da pesquisa foi Quixadá², essa foi uma escolha intencional pautada em quatro critérios: 1. *Temporalidade*: Quixadá possui IES desde 1983, o que nos permite uma análise de impacto; 2. *Diversidade Institucional*: a cidade sedia três instituições de ensino superior e uma de ensino tecnológico: Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC / UECE); a Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS); Campus Avançado da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Campus do Instituto Federal de Educação,

¹ Salvo os estudos que versam sobre o ensino da Geografia.

² Quixadá, atualmente sedia diversas IES. O que coincide com a afirmação de Igliori (apud DUARTE, 2011). "As regiões fora dos grandes centros urbanos têm se transformado em excelentes opções de investimento na área da educação, principalmente para as instituições de ensino superior. "Quando uma cidade apresenta uma economia interessante e próspera, as universidades se interessam pelo local e passam a investir na região".

Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); 3. *Acessibilidade*: A pesquisadora trabalha em Quixadá o que favoreceu a coleta de dados e 4. *Atendimento as cidades circunvizinhas*: as Instituições sediadas por Quixadá recebem alunos de Ibareta, Milhã, Quixeramobim, Senador Pompeu, Mombaça, Pedra Branca, Banabuiú, Ocara, Chorózinho, Deputado Irapuan Pinheiro, Piquet Carneiro, Solonópole, entre outros.

Embora nossas análises estejam concentradas no município de Quixadá, os investimentos educacionais nesse município beneficiam as áreas vizinhas. Reconhecemos que esse é um conhecimento fracionado, todavia, o estudo da realidade conjuntural de todo interior cearense exigiria para sua consecução recursos e tempo muito maiores do que pudemos contar para realização desta tese.

Quando nos reportamos aos desafios educacionais das cidades interioranas, sobretudo aquelas situadas no Sertão Central cearense, somos levados a reconhecer a exiguidade³ de estudos que explicitem os impactos da inserção de Instituições de Ensino Superior para o espaço. Assim, identificamos algumas **problemáticas** que precisavam ser averiguadas. Qual a influência das políticas educacionais na dinâmica espacial? O que caracterizou o processo de interiorização? Por que em Quixadá observa-se um adensamento de IES? A instalação dessas IES altera a percepção dos que participam desse processo? Quixadá pode ser concebida como um centro de convergência educacional?

Possuíamos alguns **pressupostos** iniciais: as políticas educacionais desde a década de 1950 assumiram a educação como imperativo estratégico do desenvolvimento, assim passaram a propor a democratização do ensino e como consequência tivemos o processo de interiorização, acreditávamos que os investimentos educacionais causavam mudanças no espaço a partir de duas práticas espaciais: antecipação e seletividade espacial e atribuíamos a concentração de IES em Quixadá a sua localização privilegiada. Defendíamos ainda a possibilidade de generalizar o conceito de centro de convergência e irradiação usado por Rosendahl em seus estudos sobre Religião e Geografia em nossa análise acerca da Geografia Educacional.

Dito isso, delimitamos como **objetivo geral** investigar o processo de interiorização do ensino superior, resultante das políticas educacionais para compreender como Quixadá se tornou um centro de convergência e irradiação da educação superior.

³ Embora obviamente existam e a maioria está citada na tese.

Para tanto, demarcamos como **objetivos específicos**:

- (1) Descrever as reformas da educação superior e a influência internacional;
- (2) Analisar as políticas públicas e privadas para o ensino superior a partir da LDB 9394/96;
- (3) Explicitar a relação estabelecida entre universidade e desenvolvimento através do enfoque regional dos planos globais de desenvolvimento;
- (4) Identificar critérios para o conceito de interiorização;
- (5) Narrar a interiorização do ensino superior no Ceará e a participação da UECE na formação de professores;
- (6) Sopesar a evolução da educação básica em Quixadá para explicitar a demanda pelo ensino superior;
- (7) Especificar a importância das lideranças para criação das primeiras IES de Quixadá;
- (8) Analisar Quixadá por intermédio de conceitos como: difusão, área de abrangência, centro de convergência, irradiação, percepção e simbolismo.

Defendemos a **tese** de que as políticas para o ensino superior induziram o processo de interiorização e permitiram que Quixadá se mantivesse como centro de convergência e irradiação para o sertão central cearense agora por intermédio da educação. Esse estudo assume uma dimensão relacional, já que analisamos as mudanças espaciais decorridas das políticas educacionais através da articulação entre os processos sociais e o espaço material.

O conhecimento acerca do contributo das IES no interior cearense pode se tornar um instrumento para defesa da inauguração de novos *campus* universitários. A democratização do ensino superior no Ceará instiga a superação do atraso em relação a outros estados brasileiros. Assim, a aludida pesquisa se reveste de **relevância social** uma vez que pode significar uma proposta de ampliação das unidades de ensino superior do interior ou de oferta de novos cursos, o que beneficia não apenas o município sede, mas também as cidades circunvizinhas.

O desejo de cursar o Doutorado em Geografia, com aprofundamento em Território, Sociedade e Cultura deriva da experiência como docente da Universidade Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Estadual do Ceará (UECE) na Faculdade de Educação de Itapipoca

(FACEDI/UECE) e Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE).

Já fui professora BR⁴ na época que me preparava para os concursos das Universidades Públicas e precisava sobreviver. Depois já efetiva da Universidade Estadual do Ceará (UECE) passei a vivenciar a mobilidade pendular abordada na tese, ou seja, o deslocamento semanal entre duas cidades. Primeiro, entre Itapipoca e Fortaleza e atualmente, entre Quixadá e Fortaleza. Assim, vivencio cotidianamente o que outros professores e alunos enfrentam.

A oportunidade de migrar para cidades do interior do Ceará instigou-me a conhecer melhor o contexto e contribuir para o conhecimento na área. Ademais, a Geografia nos remete a uma tradição interdisciplinar que coincide com a formação obtida. Na pesquisa foi utilizado o **método etnográfico**, por acreditarmos que o mesmo favorece um estudo interpretativo dos significados expressos em gestos e palavras propalados pelos sujeitos. O percurso metodológico será melhor descrito no tópico 1.4.

A tese está organizada em 4 capítulos. Ao primeiro capítulo chamamos “Planejamento” ou Introdução”, pois apresenta os aspectos essenciais da tese como objeto de estudo, problemáticas, pressupostos, objetivos, metodologia e tese; descrevemos nossa aproximação com a Geografia como ilustração da interface entre Geografia e Educação; apresentamos a Geografia Histórica como teoria de análise e a etnografia como o método de pesquisa. O capítulo II denominado “Itinerário” nome atribuído ao trajeto que seria percorrido foi importante, pois nos permitiu percorrer o caminho trilhado pelo ensino superior no Brasil, tendo como pontos de parada as políticas que o têm norteado. Iniciamos pela criação do vestibular, um dos mecanismos de contenção da demanda, passamos pela reforma de 1968, a influência dos organismos internacionais, a defesa da interface entre universidade e desenvolvimento e finalmente as mudanças intensificadas após a LDB 9394/96, através da análise do binômio público/privado. Todos os temas discutidos permitiram-nos explicitar o contexto histórico, político e cultural que fomentou a defesa da universidade como instrumento de desenvolvimento regional e prenunciou o processo de interiorização do ensino.

No capítulo III nomeado de “A Viagem” procuramos entender como diferentes áreas do conhecimento abordam interior, interioridade e interiorização e como essas ciências nos ajudam a pensar esses conceitos numa perspectiva geográfica. A seguir, discutimos a hinterlândia

⁴ Nome dado aos professores que assumiam disciplinas em cidades do interior, sem estabelecimento de vínculos empregatícios.

cearense, a diferença entre interior e o “não-interior” e a explicitação do que impulsionou o processo de interiorização cearense. Assumimos uma perspectiva regional, pois não poderíamos abordar Quixadá sem contextualizá-la regionalmente e narramos o início do processo de interiorização do ensino superior no Ceará e a participação da UECE na formação de professores. Esse capítulo se articula ao anterior, pois ilustra como as políticas para o ensino superior assumiram a possibilidade das universidades favorecerem o desenvolvimento das diversas regiões do país e o Ceará através de IES como a UECE interiorizaram suas ações aspirando fixar o homem ao campo e propiciar o desenvolvimento sustentável de seus municípios.

Finalmente, o capítulo IV intitulado “O Destino” demonstra nossa tese de que Quixadá, atualmente persiste como importante centro de convergência e irradiação não mais em função do comércio ou da cotonicultura, mas alicerçando seu desenvolvimento nas colunas da educação. Para tanto, apresentamos a evolução da educação em Quixadá desde sua ocupação e a criação da vila, origem similar a de muitas cidades nordestinas, os avanços introduzidos a partir da construção do Cedro e da Estrada de Ferro, identificamos as primeiras escolas municipais e confessionais, algumas ainda designadas escolas rurais e a partir desse processo evidenciamos a reivindicação dos quixadaenses por uma Universidade, contexto que propiciou a criação da FECLESC, da FCRS, do Campus Avançado da UFC e do IFCE. No tópico seguinte descrevemos o processo de criação da FECLESC e da FCRS, as mais importantes instituições de ensino superior até o momento, consubstanciados pelas ações do professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e dos primeiros bispos diocesanos do município: dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim. A seguir, abordamos a tese de Quixadá como centro de convergência e irradiação da Educação, centrando a análise na difusão e área de abrangência, na evolução do município como centro de convergência e irradiação da Educação por intermédio da análise de seus fixos e fluxos e a constituição da cidade universitária, polo regional, com suas sociabilidades peculiares derivadas dessa interiorização do ensino.

Na escrita da tese suspeitamos que um grande e pouco abordado desafio se referisse à definição das teorias de análise, que englobam a teoria que subsidia e imprime coerência ao estudo e o método, muitas vezes reduzido a meros procedimentos de coleta de dados. Obviamente, a adoção de uma teoria de análise não desembaraça toda trama que conduz a compreensão de determinado fenômeno, mas auxilia e, sobretudo, orienta seu desenvolvimento. Assim, adotamos a Geografia Histórica como uma teoria de análise, por sua adequação especialmente aos estudos na área de História e Geografia. A Geografia Histórica tem sido

considerada uma linha que analisa as relações estabelecidas entre o homem e a natureza ao longo do processo histórico. Um aspecto instigante na produção do conhecimento é a possibilidade de articulação entre espaço e tempo. Diversos historiadores e geógrafos concordam que a compreensão da sociedade só é possível a partir de um olhar espaço-temporal. Podemos afirmar que, de forma sintética, a Geografia Histórica estuda as características e evolução dos espaços históricos, sua morfologia, paisagem e organização territorial assim como sua formação social. A escrita dos capítulos descritos incorpora essa teoria de análise e por esse motivo tentamos reconstituir uma geografia do passado, com a complexidade que lhe é inerente.

Destacamos ainda as “Considerações Finais” nas quais analisamos a resposta às problemáticas prenunciadas, a confirmação ou refutação das hipóteses, o alcance dos objetivos propostos para anunciar as possibilidades teórico-metodológicas do estudo da “Geografia Educacional”, cujas linhas de pesquisa precisam ser mais bem definidas e as categorias teóricas explicitadas. Ademais, apresentamos o resultado do “Fórum de Educação Superior” ocorrido em Quixadá em 16 de maio de 2013, como forma de anunciar as perspectivas e aspirações das diversas IES para a região.

1.2. Era uma vez uma professora em meio ao espaço, a cultura e a educação.

Durante o Doutorado fui questionada inúmeras vezes acerca da razão de ter decidido cursar uma pós-graduação fora de minha área de formação inicial, *a priori* achava estranho esse purismo que os integrantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE demonstravam. Minha aproximação com a Geografia ocorreu através de algumas experiências dentre as quais destaco: ministrar a disciplina de Ensino de História e Geografia no curso de Pedagogia, ser professora da UECE em suas unidades acadêmicas do interior e ter conduzido uma pesquisa sobre a construção da noção de espaço por cegos.

Essas experiências, a curiosidade em relação a outras áreas de conhecimento e certa dose de rebeldia em relação ao que hoje nomeiam como “formação na área” me conduziu ao Doutorado em Geografia. Identifico-me bastante com uma antiga lenda que narra a história de

sete cegos da Índia, cujo desejo era saber qual a aparência de um elefante. Para alcançar essa compreensão, cada cego decidiu tocar o elefante. O primeiro cego tocou sua barriga e disse que o animal se assemelhava a uma parede; o segundo tocou a presa e afirmou que o elefante parecia uma lança; o terceiro tocou a tromba e achou-o idêntico a uma serpente; o quarto pegou em suas orelhas e em seus movimentos tremulantes, creu que ele era similar a uma cortina; o quinto cego passou a mão pela cauda e teve certeza de que se parecia com uma corda. Assim, cada cego ao tocar apenas uma parte do animal tinham um conhecimento parcial da realidade. Não temos pretensão de adotar uma perspectiva de totalidade, mas acreditamos que o diálogo com as diversas áreas de conhecimento é profícuo.

Nossa primeira inquietação foi motivada por uma dúvida fomentada na tentativa de aproximar a Geografia da Educação e surgiu de uma pergunta aparentemente banal, mas persistente: Há diferença entre as designações Geografia da Educação, Geografia e Educação e Geografia Educacional?

Uma pesquisa exploratória nos sites de busca da internet⁵ apontava uma diferença inicial. As discussões intituladas Geografia e Educação abordavam essas áreas de conhecimento de forma distanciada, sem qualquer tentativa de interdisciplinaridade, os objetos de estudo são transformados em pontos de aproximação, analisados a partir de conceitos geográficos e educacionais.

Já a Geografia da Educação nos remetia a dados sobre a espacialização das instituições de ensino no território nacional. Por outro lado, a Geografia Educacional apontava laboratórios de pesquisa interdisciplinares cadastrados nas Instituições de Ensino Superior (IES) e agências de fomento.

Para exemplo, das elaborações sob a designação “Geografia da Educação” temos um documento que o Ministério da Educação (MEC) através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) publicou no ano de 2000, intitulado “Geografia da Educação”, *publicação que reuniu os principais indicadores educacionais do país por regiões geográficas e unidades da federação*. (BRASIL, 2000, p. 08). Os 23 indicadores foram agrupados em 6 blocos: contexto sociodemográfico; condições de oferta; acesso e participação; eficiência e rendimento escolar; desempenho escolar e financiamento da educação. O que percebemos no

⁵ Não há qualquer intenção de usar a internet como “oráculo”, apenas como instrumento de pesquisa exploratória. Tentamos nessa busca preliminar identificar como essas expressões eram usadas em artigos científicos ou por Grupos de Pesquisa.

documento é a prevalência de indicadores educacionais, a Geografia é utilizada apenas nos dados cartográficos.

No tocante ao uso da expressão Geoeducacional no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) temos o Laboratório de Estudos Geoeducacionais (LEGE) coordenado pelo professor doutor Christian Dennys Monteiro de Oliveira. “LEGE é um laboratório (de docência, extensão e pesquisa) do Departamento de Geografia da UFC envolvido em diversas atividades acadêmicas relacionadas ao processo educativo da Geografia”⁶.

O LEGE organiza a revista *Geosaberes* cujas temáticas são: Metodologias da Geografia Escolar, Epistemologia da Educação Geográfica, Educação Ambiental e Patrimonial, Formação Docente e Política Educacional, Estudos Culturais, Políticos e Religiosos, Geografia Comunicação e Recursos Midiáticos e Cartográficos, Literatura: Contos e Crônicas sobre o Espaço Escolar. É interessante a leitura das temáticas da *Geosaberes*, pois podem indicar linhas de pesquisa na área de Geografia Educacional.

Na Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Programa de Pós-Graduação em Geografia tem entre seus diversos laboratórios o Laboratório de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação (LAPECED) coordenado pelo professor doutor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

Nossa preocupação é entender os diferentes aspectos da cultura, afirmando seu peso na estrutura espacial das sociedades. A maneira como a cultura oferece aos homens os meios de apropriar-se dos ambientes, aí imprimindo suas características, a mediação necessária das técnicas e o ambiente que aparece, então, como um componente da cultura demonstra como a Geografia Cultural pode contribuir com esta linha de pesquisa. Do ponto de vista da educação institucional promovida pelos governos e entendendo que no mundo moderno há uma relação da educação formal, como fundamento de promoção sócio-econômico-cultural, reduzir sua análise ao escopo de existir como consequência de outros macro-projetos políticos institucionais, sempre inviabilizou pesquisas que tivessem a perspectiva de analisar o espaço geográfico tendo como fundamento maior projetos no âmbito educacional (VASCONCELOS JÚNIOR, 2012a).

Desde 2011, integramo-nos ao LAPECED o que permitiu a participação nos debates sobre espaço, cultura e educação. Dentre as diversas atividades propostas pelo LAPECED, destacamos a participação nos Grupos de Estudo; participação em bancas de apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a organização e participação no Encontro Cearense

⁶ (www.lege.ufc.br)

de Geografia da Educação (ECEGE) e no Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais (SINECGEO). O LAPECED promove, desde 2009, o ECEGE, que nos três primeiros anos foi realizado em parceria com o Núcleo de História e Memória da Educação (NHIME) da UFC. O evento tem como objetivo dar visibilidade à produção acadêmica de pesquisadores experientes e iniciantes, bem como promover o diálogo interinstitucional em torno da Geografia, História, Cultura e Educação.

O I ECEGE foi realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC) em Fortaleza no ano de 2009 e teve como conferencistas Simon Schwartzman e Zeny Rosendhal. As temáticas abordadas pelos participantes da mesa-redonda “Geografia da Educação” foram: Espaço e território na formação do sujeito: uma versão geográfica das ações educacionais por Carlos Augusto de Amorim Cardoso (UFPB); Escola Básica Semiárida: um espaço quase sempre fora do lugar de Christian Dennys Monteiro de Oliveira (UFC); O sagrado no sertão cearense: espaço, instituições e territorialidades de Otávio José Lemos Costa (UECE); Por uma geografia da educação: percorrendo um caminho escolhido de Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE) e, por fim, Espaço e Educação na geografia cultural de Zeny Rosendahl (UERJ).

O II ECEGE ocorreu através da parceria entre UFC/NHIME, UVA/MEDUC, UECE/LAPECED e URCA/ GERHEPE. Foi realizado em Sobral e teve duas mesas-redondas com temáticas que articulavam Geografia, Educação e Cultura. A primeira mesa-redonda intitulada “Espaço, Cultura e Educação” teve os seguintes artigos: A escola normal Senhor do Bonfim: uma forma simbólica espacial na paisagem urbana de Icó de Otávio José Lemos Costa (UECE); Espaços escolares, contextos e mudanças de Zilsa Maria Pinto Santiago (UFC); Espaço, Cultura e Educação: referenciais na análise dos processos geo-históricos de Josier Ferreira da Silva (URCA) e Ação educacional da igreja católica na produção espacial de Limoeiro do Norte – Ceará de Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE).

No II ECEGE ocorrido em 2010 tivemos a oportunidade de ter duas mesas-redondas debatendo temáticas relacionadas a Geografia, Educação e Cultura e uma quantidade maior de participantes. A segunda mesa foi “Ensino de História e Geografia e a Produção de Livros Didáticos com os temas: As imagens nos livros didáticos de Geografia: uma perspectiva histórica de Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB); Os meios geográficos e as mudanças no ensino de Geografia e na produção do livro didático de Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA); O ensino de geografia e o livro didático no Brasil: da *Corographia brasílica*

de Aires de Casal a *Geografia moderna* de Delgado de Carvalho do professor Genilton Odilon Rego da Rocha (UFPA).

O III ECEGE foi sediado pela UECE em 2011 e teve três mesas-redondas na área de Geografia. A primeira mesa foi designada “Políticas educacionais na produção do espaço” e reuniu diversos professores com suas produções: Experiências educacionais no Ceará: uma abordagem geográfica de Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE); Políticas educacionais na produção do espaço de Carlos Augusto de Amorim Cardoso (UFPB); A interiorização do ensino superior e sua influência para o espaço e cultura em Quixadá de Keila Andrade Haiashida (UECE) e Projeção do Poder e da Educação na espacialidade rural e urbana de Josier Ferreira da Silva (URCA).

A segunda mesa do III ECEGE foi “Ensino de História, ensino de geografia e livro didático” e teve como palestrantes: Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB) com o texto Ensino de Geografia: livros didáticos e currículos; Ednea do Nascimento Carvalho (UFOPA) que discutiu “A representação da cultura do negro no livro didático”; e Lêda Vasconcelos Carvalho (UECE) com o artigo “Livro didático no ensino da história e da geografia: um “velho” dilema no currículo “novo”.

Na terceira mesa “A geografia histórica escolar no Brasil” abordou-se: A formação e o exercício profissional dos professores de Geografia antes da institucionalização universitária no Brasil (1838-1934) de Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP); Uma breve história da geografia escolar cearense de Eluziane Gonzaga Mendes (UFC); A geografia escolar brasileira na era Vargas de Genilton Odilon Rego da Rocha (UFPA) e Ensino de geografia: uma rápida abordagem histórica de Raimundo Lenilde de Araújo (UFPI).

Em 2012, os organizadores do IV ECEGE perceberam que o evento poderia ter maior abrangência através de um evento nacional e decidiram realizá-lo separadamente do evento do NHIME/UFC. Assim, em novembro de 2012, foi realizado na UECE o IV ECEGE e o I Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais (SINECGEO). Salientamos que no ECEGE usávamos a expressão Geografia da Educação e no SINECGEO foi adotada a expressão Geoeducacional.

O evento de 2012 foi realizado em parceria com a URCA e a Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED). Teve como tema “Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais” e como conferencista o professor Rogério Haesbaert da Universidade Federal

Fluminense (UFF). A programação do evento como nas versões anteriores teve mesas-redondas (6) e apresentações de trabalhos (orais e painéis). O temas das mesas redondas foram: A Geohistória nas Pesquisas Educacionais; Arte, Paisagem e Geografia; Políticas Educacionais na Dinâmica Espacial; Religião, Cultura e Patrimônio; Gênero e Multiterritorialidades e Diálogos entre Educação, Geografia e História⁷.

Em 2013, o V ECEGE e o II SINECGEO ocorreram no Crato e foram sediados pela Universidade Regional do Cariri (URCA). A conferência de abertura com o tema “Hierópolis: o sagrado, o profano e o urbano” foi proferida pela professora Zeny Rosandahl (UERJ). O evento teve ainda seis mesas-redondas, cujas temáticas foram: Diálogos entre Educação, Geografia, História e Arquitetura; Espaço, Religião e Festas Populares; Fotografia, Paisagem, Literatura e Geografia; Políticas Educacionais na Dinâmica Espacial; Cidade, Memória e Patrimônio e Prática de Ensino e Livro Didático⁸.

Todos os eventos descritos tinham em sua programação apresentações de trabalhos (orais e painéis) por alunos de graduação e pós-graduação; mesas-redondas; conferências e atividades culturais. O evento tem disponibilizado alojamento o que parece aproximar alunos de diferentes instituições de ensino superior. Outro aspecto importante são os produtos materiais de cada evento - seus anais com a publicação dos trabalhos dos participantes e o livro com os artigos de todos os palestrantes das mesas-redondas⁹.

Temos participado dos eventos e integrado a comissão organizadora desde sua segunda edição, o que tem propiciado a escuta e o diálogo com os pesquisadores da área. O material disponibilizado pelo evento, através de seus anais e do livro de conferências, tem possibilitado a partilha dos resultados das pesquisas acadêmicas e a superação dos estudos verticais e fragmentados. Para Rodrigues (2012, p. 4) “o referido esforço foi estimulado pelo reconhecimento da complexidade do fenômeno educacional, seja na perspectiva geográfica, seja pelo prisma da história”.

Assim, a abordagem geoeducacional surge como uma proposta interdisciplinar que já se efetiva nos estudos e pesquisas acadêmicas, mas que ainda não possui uma formulação teórica que a subsidie. Assistimos à elaboração de um híbrido entre educação e geografia, uma

⁷ O detalhamento das mesas com seus palestrantes e temáticas pode ser visto no Anexo 27.

⁸ O detalhamento das mesas com seus palestrantes e temáticas pode ser visto no Anexo 28.

⁹ As capas de todos os livros estão no Anexo 1.

abordagem que permite analisar as espacialidades a partir de uma ênfase educacional, ou a educação numa perspectiva geográfica.

Temos uma simbiose entre educação e geografia, ou seja, uma área se beneficia da outra em igual proporção, compartilham teorias e métodos, conforme veremos em Rodrigues (2012).

A conexão, sob certo ângulo até a relação de continência, torna-se manifesta, a partir do exposto. A análise geográfica, tomando-se como exemplo o desenvolvimento local, refere-se à educação com conteúdo de suas cogitações. A relação de continência, todavia, pode se estabelecer na ordem inversa. A transmissão de conhecimentos pertinentes aos fatores geográficos estão contidos nos objetivos da educação. Torna-se evidente que o diálogo entre a educação e a geografia, mais do que uma possibilidade ou uma opção, é uma necessidade (p. 499).

Na atualidade temos questionado as especialidades, os saberes fragmentados ou desconectados e assistimos a efervescência do paradigma interdisciplinar ou transdisciplinar. O diálogo entre diferentes áreas do conhecimento impõe-se como necessidade. Ao analisar educação e geografia nos vemos diante de uma via de mão dupla, ou seja, que vai e volta sobre si mesma.

A Geografia e a Educação dialogam intimamente. Senão vejamos: a transmissão da herança cultural e o desenvolvimento de habilidades incluem o conhecimento do meio, a capacidade de nele intervir, de preferência conhecendo do que as opções de intervenção e as consequências que delas poderão advir. Isso nos situa no campo da educação ou da Geografia? Ou não estamos diante de opções excludentes? Seria mais adequado o uso do conectivo "e", para indicar que estamos no campo da educação, estando também nos domínios da Geografia (RODRIGUES, 2012, p. 498).

A abordagem geoe educacional emerge, portanto, como uma proposta interdisciplinar, todavia é válido ressaltar a dificuldade de articular educação e geografia. Uma das dificuldades enfrentadas no conhecimento dos fenômenos é a tendência de fragmentação entre as diversas ciências. Assim, a solução parece ser uma abordagem interdisciplinar.

Dessa forma, a geografia educacional se estabelece como um exemplo dessa perspectiva interdisciplinar, pois busca evidenciar que os atributos geográficos constituem a educação e que esta não deve ser abordada dissociada da ideia de espaço ou contexto.

Sabemos que, para possibilitar processos interdisciplinares, devemos respeitar as particularidades e especificidades das diferentes áreas, mas compreendendo que não podemos trabalhar e aprimorar nossos conhecimentos sem a constituição de um trabalho sistêmico, respeitando "fronteiras" e demarcando colaborações em busca de

fazer mais e melhor pelo nosso Planeta e a Sociedade (MAGALHÃES JÚNIOR e CECATTO, 2012, p. 404).

A descrição dos eventos organizados pelo LAPECED/UECE e as temáticas da revista *Geosaberes* do LEGE/UFC explicitam as categorias das pesquisas geoeeducacionais trabalhadas nos últimos anos. Um grupo que também vem se firmando nesse contexto é o GERHEPE / URCA.

O Grupo de Pesquisa em Estudos Regionais, História da Educação e Políticas Educacionais tem como objetivo geral desenvolver estudos e pesquisas sobre a problemática da região do Cariri, a História da Educação e política educacional na região. De uma forma mais específica propõe-se estudar e pesquisar sobre temas regionais, a história e a política educacional na sua origem até aos momentos atuais. Para atingir tais objetivos, o GERHEPE, propõe uma linha de pesquisa integrada, inicial, com o tema: desenvolvimento regional, educação escolar, novo ordenamento legal visando discutir e criar Políticas Públicas. O GERHEPE manterá, ainda, e em permanência, estudos direcionados para a temática geral, de modo a suscitar o surgimento de novos objetos de pesquisa relacionados com essa temática geral (DGP/CNPQ, 2012).

Acreditamos que a interação entre Geografia e Educação será cada vez mais profícua e as resistências aos estudos interdisciplinares, bem como a defesa da pureza das diversas áreas de conhecimento e da exclusividade de certos saberes será superada. Nosso estudo é um exemplo dessa interface entre Geografia e Educação.

1.3. A Geografia Histórica como teoria de análise: entre espaço e tempo

Reconhecemos a dificuldade de analisar um fenômeno como a interiorização do ensino superior, derivada das políticas educacionais. O problema não consiste como costumeiramente se afirma, na ausência de informações precisas e confiáveis, tampouco no igualmente repetido argumento da falta de um arcabouço conceitual capaz de subsidiar o estudo. Obviamente esses dois obstáculos - o da produção dos dados pertinentes e o da adequação conceitual - são reais e importantes. Mas estes são problemas que aparecem em toda investigação sistemática sobre

questões relevantes e ainda mal compreendidas, embora se deva concordar que a magnitude das dificuldades varie, consideravelmente, de um estudo para outro.

Suspeitamos que um grande e pouco abordado desafio refira-se a definição das teorias de análise, que englobam a teoria que subsidia e imprime coerência ao estudo e o método, muitas vezes reduzido a meros procedimentos de coleta de dados. Obviamente, a adoção de uma teoria de análise não desembaraça toda trama que conduz a compreensão de determinado fenômeno, mas auxilia e, sobretudo, orienta seu desenvolvimento.

Uma das primeiras dificuldades vivenciadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia foi reconhecer as teorias e os métodos utilizados por essa ciência, uma vez que sou egressa da área educacional¹⁰. Não sei se por planejamento intencional, mas a primeira disciplina ofertada a turma de doutorado de 2011 foi Teoria e Método¹¹. O fato de não ser Geografa me trouxe dificuldades e benesses: precisei realizar uma quantidade de leituras superior a de meus colegas para minimizar a distância entre nossas formações, mas ao mesmo tempo a inserção em um campo conceitual distinto me permitiu o encantamento dos iniciantes e enquanto muitos se rebelavam contra a leitura de teorias, autores e métodos já conhecidos eu desvelava um “novo” universo.

Ademais, a Geografia faz uso de teorias e métodos já incorporados por outras ciências humanas, como a educação, o que facilitou essa aproximação conceitual. A leitura de dissertações e teses na área geográfica, todavia, indicaram que nem sempre os estudantes de pós-graduação tem clareza ou conseguem explicitar isso em seus trabalhos. Precisamos nos questionar: o que é uma teoria de análise? e qual a sua contribuição para pesquisa doutoral?

Tomemos *teoria* em seu sentido mais amplo como uma forma de explicação dos fenômenos incompreendidos e *análise* enquanto processo de decomposição de uma substância ou tópico complexo em seus diversos elementos constituintes, para melhor compreendê-la. Então, uma teoria de análise permitiria explicar um determinado fenômeno através do exame minucioso de suas partes. Dessa forma, na pesquisa científica empreendemos esforços para compreender a realidade da forma mais complexa possível, ou seja, numa perspectiva totalizante através de processos de mediação universais e singulares.

¹⁰ Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação, ambos na UFC.

¹¹ Ministrada pela professora doutora Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano

Defendemos que a Geografia Histórica pode ser entendida como uma teoria de análise, especialmente para estudos na área de História e Geografia. A Geografia Histórica tem sido considerada uma linha da Geografia Humana que analisa as relações estabelecidas entre o homem e a natureza ao longo do processo histórico. Um aspecto instigante na produção do conhecimento é a possibilidade de articulação entre espaço e tempo. Diversos historiadores e geógrafos concordam que a compreensão da sociedade só é possível a partir de um olhar espaçotemporal. Podemos afirmar que, de forma sintética, a Geografia Histórica estuda as características e evolução dos espaços históricos, sua morfologia, paisagem e organização territorial assim como sua formação social. Segundo Santos (1996), a Geografia Histórica tentou:

[...] fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado e [...] também se preocupou com as questões das periodizações [...] as periodizações históricas poderiam ser o instrumento adequado para enfrentar o tratamento adequado do espaço em termos do tempo. Sem dúvida, a cada sistema temporal o espaço muda. (p.42).

A identidade da Geografia enquanto ciência esteve associada, até a década de 1950, ao conhecimento empírico dos lugares. Acreditava-se que não era necessário criar teorias ou abstrações, pois a Geografia não apenas enaltecia o conhecimento concreto, mas se restringia ao mesmo. Esses princípios pretendiam afirmar a singularidade da Geografia em relação às outras ciências. As controvérsias identitárias conduziram a um debate epistemológico que propiciou o questionamento dos argumentos alicerçantes da “Geografia Clássica” e permitiu refletir sobre o objeto de estudo¹² da Geografia. O objeto de estudo sacralizado pela Geografia passou a ser o espaço¹³. A preocupação atual tem sido encontrar categorias de análise que permitam o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese, cujos elementos constituintes sejam os mesmos.

Ao pensarmos na Geografia, imediatamente evocamos a noção de espaço, uma vez que essa ciência tem organizado seu *corpus* conceitual e empírico em torno desse objeto de estudo.

¹² É importante ressaltar que o debate epistemológico na geografia teve diversas ramificações, mas nesse estudo nos interessa as teorizações sobre o objeto de estudo da geografia.

¹³ Segundo Silva (1986 apud SANTOS, 1988), as categorias essenciais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, *habitat*, paisagem e população. De todas elas, a mais geral é o espaço. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.

Para análise desses arranjos espaciais, é fundamental abordar de forma integrada os aspectos materiais e simbólicos inseridos em cada contexto.

Já a História visa analisar a relação do homem no tempo. Segundo Glezer (1991, p. 1) “tempo, para história, além de ser variável, é uma questão teórica fundamental”. Embora a História, como campo de conhecimento, tenha se reformulado, o tempo permaneceu como variável obrigatória:

O tempo permitiu a relação entre sociedades com formas diferentes de contagem, a comparação entre elas, a articulação de elementos aparentemente desconexos. Ele tornou-se a explicação causal, primária, elementar: fatos eram agregados por proximidade cronológica. Com o progressivo desenvolvimento do conhecimento teórico, a questão temporal transformou-se em recurso técnico, classificatório (GLEZER, 1991, p. 1).

A Geografia Histórica supera essa distinção entre tempo e espaço, pois como afirma Moreira (1982), todo objeto tem uma dupla dimensão: a espacial e a temporal. Não é possível em uma análise estabelecer o recorte espacial, analisar os arranjos espaciais, ignorando a dimensão temporal, pois cada período caracteriza-se por formas e movimentos sociais específicos.

Durante todo o tempo os geógrafos trabalharam seu objeto escamoteando-o e tendo uma noção do tempo, quando tinham, mecanicista, evolucionista ao separarem o espaço do tempo, pagaram seu tributo ao kantismo, ao desprezarem a historicização do espaço geográfico, pagaram seu tributo ao positivismo (geografia clássica) e ao neopositivismo (*new geography*) (MOREIRA, 1982, p. 23).

Moreira (1982) evidencia que a introdução da dialética espaço-tempo é fundamental para compreender as leis de movimentos das formações espaciais e seu conteúdo histórico. Nosso estudo estabelece como corte cronológico 1983-2013, pois esse intervalo caracteriza os 30 anos de existência da primeira instituição de ensino superior do sertão central cearense. Sabemos ser impossível analisar os arranjos espaciais do município de Quixadá, sobretudo as práticas derivadas dos agentes educacionais sem relacioná-las ao período no qual se desenvolveram. Daremos ênfase a duas instituições: uma pública fomentada na década de 1970 e outra privada inaugurada em 2003. O contexto de criação dessas IES é bastante diferenciado, tanto numa perspectiva temporal quanto espacial. Para compreender esse processo teremos que resgatar elementos de cada período que reproduz aspectos políticos, econômicos, sociais e

ideológicos específicos. Não é possível compreender o espaço e seus arranjos de forma estática, já que as formações espaciais respondem a leis de movimento com suas continuidade e descontinuidades. Nossa pesquisa será caracterizada por essa interface espaço-temporal. Nela assumimos o princípio da periodização, certos de que, como propõe Santos (1996, p. 42), “a cada sistema temporal o espaço muda”.

1.4. A escolha do método e o risco de se perder no labirinto de Dédalo

De acordo com a mitologia grega, o Labirinto de Creta mais conhecido por Labirinto de Dédalo foi planejado e construído pelo arquiteto Dédalo, a pedido do rei Minos, para prender o Minotauro, personagem mitológico com corpo humano e cabeça de touro.

De acordo com o mito, o rei Minos foi presenteado pelo deus Poseidon com um esplêndido touro branco, com o objetivo que Minos sacrificasse o animal em sua homenagem. O rei, contudo, fascinado pela beleza do touro, sacrificou outro animal em seu lugar. Poseidon, furioso pela tentativa de Minos de o enganar, fez com que Pasífae, esposa de Minos, se apaixonasse pelo touro branco, e da união do touro com Pasífae nasceu o Minotauro. Sem outra opção, e não podendo matar o “filho” de sua esposa, Minos pediu a Dédalo que construísse um labirinto para onde pudesse enviar o Minotauro com a certeza que o mesmo não escaparia. Dédalo, portanto, construiu o Labirinto de Creta.

A construção foi tão bem feita, que ninguém conseguia escapar ao monstro. Dédalo só confiou o segredo à Ariana, filha de Minos, que o contou ao seu amante Teseu, provocando a cólera de seu pai, que mandou aprisionar Dédalo com seu filho Ícaro. Teseu, por sua vez, desafiou o Minotauro e o derrotou seguindo o conselho de Dédalo: amarrar um fio na entrada do labirinto e levá-lo consigo para depois poder achar o caminho de volta.

O mito do labirinto servirá de pressuposto para a reflexão acerca da escolha do método de pesquisa. Para tanto, selecionamos três aspectos fundamentais para análise: a elaboração do conhecimento científico como busca pela verdade (ainda que essa verdade seja efêmera ou

parcial); a escolha do método como subjetiva, pois influenciada pela ideologia do pesquisador; e a possibilidade que o método científico nos dá de fazer e refazer o percurso.

A elaboração do conhecimento científico como busca pela verdade, sugere que a ciência permite a elaboração de um saber qualificado, comprovado e teorizado. Assim, a busca por esse conhecimento exige um método adequado, ou seja, um fazer científico ou uma cosmovisão. Ao entrarmos no labirinto, a primeira busca é pela saída, para alcançarmos essa “verdade”, inúmeras possibilidades se apresentam cada uma nos leva a um lugar, embora poucos apontem a saída. O cuidado com o método é essencial para que se chegue a um resultado efetivo.

A escolha do método é subjetiva, pois influenciada pela ideologia do pesquisador, assim como a escolha do caminho que devemos seguir dentro de um labirinto. O método pressupõe uma epistemologia, uma técnica, uma ideologia, uma teoria, uma abordagem e instrumentos. A escolha de uma opção ou trilha da mesma forma deve estar subsidiada por um método, uma estratégia, para não se andar em círculos, nem repetir trechos já experimentados. A ciência também exige o levantamento das teorias formuladas para evitar que postulados já existentes sejam apresentados como inéditos.

Finalmente, o método adequado nos permite fazer e refazer o percurso. Na lenda do labirinto de Dédalo o único que conseguiu entrar e sair (e ainda derrotar o Minotauro) foi Teseu, para tanto ele usou um método, amarrou um fio na entrada do labirinto e o levou consigo para depois achar o caminho de volta. Um bom método científico permite definir um percurso ou trilha e refazê-lo tantas vezes forem necessárias, para reproduzir um dado resultado. Um método científico deve garantir que pesquisadores diferentes ao usar os mesmos procedimentos em iguais condições alcancem as mesmas conclusões¹⁴.

A escolha adequada do método deve ser realizada no início da trajetória acadêmica de mestrado ou doutorado. O acerto do desígnio permite superar de maneira eficaz a problemática da pesquisa, o erro na definição do método em contrapartida pode nos aprisionar a uma pesquisa sem objetividade ou em um labirinto de dúvida e ingenuidade.

Existem diversos tipos de conhecimento, sua manifestação mais antiga é o conhecimento popular ou senso comum. Outra forma de conhecimento é o erigido pela religião,

¹⁴ Obviamente a reprodução de condições temporais, sociais, comportamentais, dentre outras em ciências humanas e sociais é extremamente difícil, por vezes impossível.

cujo objetivo tem sido prover ao ser humano respostas para suas perguntas. A revelação não pode ser comprovada e torna-se artigo de fé, gerando dogmas insofismáveis e irrefutáveis. Temos ainda o conhecimento filosófico obtido pelo ato de pensar sobre determinadas interrogações. Já a Ciência não se ocupa dessas formas do conhecimento e pressupõe a adoção de métodos específicos para seu processamento. As pesquisas científicas, especialmente as pesquisas sociais, devem ter como objetivo central, o benefício do homem. Esse objetivo norteia eticamente o trabalho do pesquisador. Entretanto, a pesquisa visa o aprendizado, ou seja, a pesquisa visa gerar conhecimento sobre algo que precisa ser conhecido. Não se faz pesquisa sobre o já comprovado a não ser que deseje refutá-lo. A pesquisa científica visa à produção de conhecimento novo, relevante teoricamente, fidedigno e útil socialmente. Um texto interessante sobre observação e dedução foi escrito por Voltaire.

Zadig, o sábio da Babilônia, estava decepcionado com seu casamento e procurou se consolar com o estudo da natureza. Segundo ele, ninguém poderia ser mais feliz do que "um filósofo que lê o grande livro aberto por Deus diante dos nossos olhos". [...] o que lhe interessava era, sobretudo, o estudo das propriedades dos animais e das plantas. Zadig acabou adquirindo tal sagacidade que conseguia apontar "**mil diferenças onde os outros homens só viam uniformidade**"¹⁵. (CHALOUB¹⁶, 1990).

A citação anuncia a importância da observação e nos faz questionar a supremacia de um conhecimento em relação a outro, nesse caso evidenciamos o desprestígio do conhecimento derivado do senso comum em relação ao conhecimento "científico". Atualmente, percebe-se que diversos conhecimentos cotidianos derivaram de observação sistemática e serviram como hipótese para enunciação de um conhecimento científico. Na elaboração da tese temos que fazer uso de forma apropriada dos métodos de pesquisa, evidenciando a abordagem utilizada, o método e os procedimentos de coleta de dados. O método parece ser o "calcanhar de Aquiles" de diversas pesquisas e reconhecemos as falhas cometidas até por pesquisadores experientes. Não existem cursos específicos na área de método científico e as disciplinas ofertadas nos cursos de graduação e pós-graduação são insuficientes para o domínio de uma área de conhecimento tão complexa.

Tentaremos explicitar as opções metodológicas da tese para que o leitor compreenda como e a partir de quais pressupostos os dados foram coletados. A primeira definição foi

¹⁵ Grifo nosso.

¹⁶ Adaptação do texto de Voltaire (VOLTAIRE. **O cão e o cavalo**: uma aventura de Zadig. São Paulo: Record, 1979.

relativa à abordagem da pesquisa, as pesquisas sociais têm feito uso da abordagem qualitativa para descrever e explicar fenômenos. A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas interpretativas que objetivam explicitar um sistema complexo de significados. Essa abordagem tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

O desenvolvimento de uma pesquisa a partir da abordagem qualitativa pressupõe um recorte espacial e temporal de determinado fenômeno por parte do pesquisador. A abordagem qualitativa possui variações quanto ao método, forma e objetivos. Segundo Godoy (1995) existe um conjunto de características que identificam uma pesquisa qualitativa: a) o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento fundamental; b) o caráter descritivo; c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do pesquisador e d) enfoque indutivo¹⁷.

A abordagem qualitativa e quantitativa embora diferentes não se excluem, mas uma ou outra costumam predominar na pesquisa. Alguns autores como Duffy (1987 apud NEVES, 1996) destacam os benefícios do uso articulado dessas duas abordagens como a possibilidade de congregação de identificação de variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) com a compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (pelos métodos qualitativos).

Na tese optamos pela abordagem qualitativa do problema e pelo método fenomenológico de Husserl, que não é dedutivo nem indutivo, mas preocupa-se com a descrição direta da experiência como ela é; a realidade é construída socialmente e entendida da forma que é interpretada; a realidade não é única, existem tantas quantas forem suas interpretações. No tocante aos objetivos decidimos optar, dentre as várias possibilidades metodológicas, pela etnografia que, dentre todos os métodos qualitativos, é o mais conhecido.

Um dos grandes desafios da pesquisa científica é a definição metodológica. Nossa escolha do método foi evoluindo com o projeto, tínhamos *a priori* a pretensão de trabalho com história oral e pesquisa documental. Ao longo do percurso acadêmico com o cumprimento dos créditos, a participação nas discussões do Laboratório de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação (LAPECED) e o diálogo com nosso orientador, a orientação metodológica foi se

¹⁷ Método empirista, o qual considera o conhecimento como baseado na experiência; a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta e são elaboradas a partir de constatações particulares.

clarificando, uma vez que, “não há um método científico no sentido de uma receita universal para se fazer ciência” (CHIBENI, 2006, p. 02).

A opção pela Etnografia pareceu natural ao estarmos vinculados a um laboratório que investiga fenômenos associados ao “Espaço, Cultura e Educação”, todavia, quanto mais nós líamos e estudávamos sobre o método, mais clara ficava sua assertividade para a pesquisa.

Chibeni (2006) anuncia que os objetivos da ciência, atualmente, se dividem em dois grandes sentidos: a *predição* e a capacidade de fornecer *explicações* para os fenômenos, quer individualmente, quer já concatenados por leis de tipo fenomenológico. Esperamos nesse trabalho apresentar algumas explicações sobre o processo de interiorização do ensino superior e seus arranjos espaciais.

A etnografia é uma atividade de observação, é antes de tudo uma atividade visual, ou, como dizia Marcel Duchamp acerca da pintura é uma “atividade retiniana”. Não basta, contudo, ver é preciso fazer ver ou escrever o que vemos. A etnografia nos impulsiona a atentar para “os aspectos acessórios do comportamento”, “certos incidentes menores” (MALINOWSKY, 1993 apud LAPLANTINE, 2004, p. 15).

A etnografia é antes de tudo uma experiência física de imersão total, consistindo numa verdadeira aculturação ao invés, onde, longe de tentar compreender uma sociedade unicamente nas suas manifestações “exteriores” (Durkheim), eu devo interiorizá-la através das significações que os próprios indivíduos atribuem a seus próprios comportamentos (LAPLANTINE, 2004, p. 23).

A etnografia recusa qualquer arranjo de natureza experimental e se propõe ao estudo do sujeito em seu ambiente natural. A validade dos resultados depende da disciplina e sensibilidade do observador. Na etnografia, a observação se caracteriza por ser uma observação participante. “Bogdan e Taylor (1975) definiram observação participante como uma investigação que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o investigador e os sujeitos, no meio destes, durante o qual os dados são colhidos de forma sistemática” (FINO, 2012, p. 04).

Na estada no campo, os dados coletados serão derivados de fontes diversificadas, como já foi explicitado, utilizamos a observação participante, a partir da vivência com as pessoas e o compartilhamento de suas atividades, registrados em um diário de campo. Outros instrumentos

utilizados na coleta de dados foram estudos sobre a memória dos gestores, professores e alunos das IES que participaram ativamente de sua implantação em Quixadá; entrevistas semiestruturadas; pesquisa documental, através do exame de alguns *documentos legais* – leis, pareceres, projetos – bem como *fontes cartográficas, hemerográficas, convites e fotos* coletados nas próprias instituições.

Magnani (2012) se propõe com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica a resgatar um olhar *de perto e de dentro* capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que, para efeito de contraste, ele qualificou como *de fora e de longe*.

Para realização da coleta de dados foram adotados alguns procedimentos técnicos como: revisão da literatura sobre as teorias e categorias teóricas abordadas; pesquisa documental em que foram analisados alguns documentos, sobretudo do ato de criação da FECLESC; levantamento a partir de fontes primárias, foram feitas entrevistas com docentes como o professor Luiz Oswaldo, um dos fundadores da FECLESC; professores e funcionários das IES de Quixadá; análise de jornais publicados na época da criação das instituições; foram aplicados questionários com alunos da FECLESC, UFC e FCRS de diversos cursos.

Todas as instituições foram visitadas para observação e levantamento do número de alunos, funcionários e professores. Foi criado um arquivo de imagens a partir da digitalização de parte do acervo de fotos da FECLESC e de fotos tiradas no ano de 2012 e 2013 no município de Quixadá.

Visitamos alguns órgãos públicos como o Museu Histórico Jacinto de Sousa, a Prefeitura de Quixadá e a Câmara Municipal para identificar a existência de registros históricos. Descobrimos que a Câmara Municipal arquivava desde a década de 1990 todos os jornais com matérias sobre Quixadá. Todas as matérias sobre as IES de Quixadá foram selecionadas, fotocopiadas e digitalizadas (em anexo). Esperamos disponibilizar esse material para futuras pesquisas

Foi realizada ainda pesquisa nos sites do IBGE, IPECE, Prefeitura Municipal, Governo do Estado e Revista Central para levantamento de mapas, dados demográficos, imagens, quadros e tabelas sobre Quixadá e a educação superior no município. Também foram elaborados mapas específicos para tese e visitados os sites da UFC, IFCE, FCRS e UECE para

identificação de aspectos históricos institucionais, ato de criação das faculdades e cursos ofertados no interior do estado.



CAPÍTULO I

CAPÍTULO I: O ITINERÁRIO

Este primeiro capítulo da tese foi nomeado de itinerário, nome atribuído ao trajeto que será percorrido. O itinerário indica um caminho; seus pontos de parada do início ao fim do percurso. Existem itinerários específicos: turísticos, gastronômicos, religiosos, culturais, dentre outros. Frequentemente, para definir o itinerário, precisamos informar o local de partida e o destino pretendido. Este capítulo é de grande importância, pois nos permitirá percorrer o caminho trilhado pelo ensino superior no Brasil, tendo como pontos de parada as políticas que o têm norteado. Iniciaremos pela criação do vestibular, um dos mecanismos criados para contenção da demanda, passaremos pela reforma de 1968, os movimentos de transformação na América Latina, através da explicitação das similaridades com países como Chile, Portugal, dentre outros; a influência dos organismos internacionais; o pressuposto da universidade como instrumento para o desenvolvimento regional e as mudanças intensificadas na década de 1990, através da análise da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) com ênfase no debate do binômio público (REUNI) e privado (PROUNI);

A abordagem do conjunto de políticas educacionais tornou-se uma discussão necessária para compreendermos os rumos da educação superior no Brasil. Na procura de uma referência para nortear o estudo, houve um direcionamento para a racionalidade das políticas destinadas à educação superior. Por isso, utilizamos as proposições de Demerval Saviani (1999), autor que discute a necessidade da compreensão do texto e do contexto histórico de políticas educacionais. Para compreender o significado real da legislação não basta ater-se à “letra da lei”, pois também é preciso captar seu “espírito”. Ou seja, além de analisar o texto também é preciso compreender e investigar o contexto.

Dessa forma para compreender o contexto de formulação de leis para educação superior no Brasil, torna-se necessário direcionar um olhar mais atento para seus processos históricos, a influência que outros países exerceram na formulação de nossas políticas e as propostas e ideias de organismos internacionais que dissertam sobre a educação superior. O Brasil vivenciou, a partir de 1990, um período de significativa expansão e interiorização do ensino superior. No entanto, constatamos que esse nível de ensino tem sido constituído, em grande parte, por políticas de cunho privado. A consequência tem sido sua generalização de forma assistêmica e fragmentada. Interessa-nos compreender quais os atores sociais envolvidos na formulação das

políticas educacionais para o ensino superior, além de desvelar interesses subjacentes a essas propostas.

2.1. As reformas da educação superior no contexto nacional e a influência internacional

2.1.1. Antecedentes históricos do ensino superior no Brasil: movimentos de expansão e contenção

O resgate dos antecedentes históricos no ensino superior aponta que no Brasil a universidade surge no começo do século XIX, já que entre 1500 e 1800 as elites buscaram educação principalmente em instituições europeias, pois Portugal não apenas não incentivou como proibiu que essas instituições fossem criadas, diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI. Esse processo diferenciou o país, uma vez que as instituições surgem em momentos conturbados e são basicamente fruto da reunião de institutos isolados ou de faculdades específicas, fato que lhes deu uma característica bastante fragmentada e frágil.

A proibição da criação de universidades na colônia foi motivada pelo receio de que a vida universitária se tornasse coadjuvante de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII. A transferência do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, correlata ao surgimento do Estado nacional, gerou a necessidade de modificar o ensino superior herdado da colônia. A República foi proclamada em 1889 e o federalismo tornou-se orientação principal do novo regime. Todo processo de ampliação e diferenciação das burocracias pública e privada determinou o aumento da procura de educação secundária e superior. Inúmeras pessoas passaram a reconhecer no nível superior uma forma de capacitação para o mercado de trabalho e ascensão social (CUNHA, 2010).

O ensino superior, no tocante ao seu acesso, foi marcado por movimentos de expansão e contenção. As primeiras décadas da República foram caracterizadas pela facilitação do acesso,

resultantes da mudança nas condições de admissão e da multiplicação de faculdades. Essas transformações foram determinadas por dois fatores: aumento da procura pelo ensino superior, decorrente de processos econômicos e institucionais e a luta de liberais e positivistas pelo “ensino livre”, proclamado no decreto da chamada Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879.

A maior demanda era, entretanto, pela concessão do privilégio dos concluintes do Colégio Pedro II, então rebatizado de Ginásio Nacional, a outras escolas secundárias, de modo a dispensar seus ex-alunos dos exames de estudos preparatórios para ingressar no ensino superior. No mesmo sentido, pretendia-se possibilitar a criação de instituições de ensino superior pelos governos estaduais e por particulares (CUNHA, 2010, p. 157).

Podemos identificar que nas primeiras décadas republicanas arrefeceu-se a iniciativa oficial e surgiram faculdades e também esboços de universidades no âmbito particular. Tínhamos cursos superiores isolados, não articulados como universidades, que foram agrupados e posteriormente, federalizados. Os exemplos que seguem ilustram a origem de algumas universidades brasileiras.

Uma delas foi a Universidade do Paraná que, fundada em 1912, iniciou seus cursos em 1913 e em 1920, por indução do governo federal, foi desativada e passou a funcionar na forma de faculdades isoladas (Direito e Engenharia, reconhecidas em 1920 e Medicina, reconhecida em 1922) até ser reconstituída em 1946 e federalizada em 1951, dando origem à atual Universidade Federal do Paraná. [...] Já a Universidade Federal do Rio Grande do Sul remonta à Escola de Farmácia e Química, criada em 1895 e à Escola de Engenharia, fundada em 1896. [...] A de Minas Gerais surgiu em 1927 por iniciativa privada contando com subsídio do governo estadual, vindo a ser federalizada em 1949 dando origem à atual Universidade Federal de Minas Gerais. [...] A Universidade da Bahia foi constituída em 1946 incorporando a Escola de Cirurgia, criada em 1808, Farmácia (1832), Odontologia (1864), Academia de Belas Artes (1877), Direito (1891) e Politécnica (1896), acrescidas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras criada em 1941. Em 1950 ela foi federalizada transformando-se na atual Universidade Federal da Bahia. [...] A Universidade do Rio de Janeiro foi constituída em 1920 pela reunião da Faculdade de Medicina e Cirurgia fundada por D. João VI em 1808, da Escola Politécnica, cuja origem remonta a 1792 e da Faculdade Nacional de Direito, criada em 1882 e restabelecida em 1891 às quais foram acrescidas posteriormente a Faculdade Nacional de Belas Artes e a Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1937 ela passou a se chamar Universidade do Brasil e em 1965 recebeu o nome atual de Universidade Federal do Rio de Janeiro. (SAVIANI, 2010, p. 6 – 7).

As diversas medidas adotadas induziram uma grande expansão do ensino superior, fomentado pela facilitação das condições de acesso. “Assim, no período que vai da reforma de

1891 até 1910, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores. [...] Mas à medida que esse ensino se transformava pela facilitação do ingresso e multiplicação de escolas, cresciam as resistências” (CUNHA, 2010, p.158).

As resistências mencionadas por Cunha (2010) culminaram na reforma¹⁸ do ensino em 1911. Essa reforma foi decorrência de longo processo, cujas raízes já estavam presentes desde a Constituição de 1891, a pauta recorrente era transferência do ensino superior para os governos estaduais e associações particulares, além da supressão dos privilégios dos diplomas acadêmicos. O Decreto 8.659 de 05 de abril de 1911 (BRASILb, 1911) ficou conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa e buscava incorporar dois movimentos: a desoficialização do ensino e a contenção do ingresso de candidatos considerados inabilitados. As escolas deixaram de gozar de privilégios, ou seja, a garantia da matrícula de seus alunos nas escolas superiores e foram criados os exames de admissão. No artigo 64 do Decreto ficava explicitado que, para requerer matrícula nos institutos de ensino superior, os candidatos deveriam possuir: “a) idade mínima de 16 anos; b) idoneidade moral.” Já o artigo 65 afirmava “Para concessão da matrícula, o candidato passará por exame que habilite a um juízo de conjunto sobre o seu desenvolvimento intelectual e capacidade para empreender eficazmente o estudo das matérias que constituem o ensino da faculdade” ((BRASILb, 1911, p. 6).

Em 1915, foi promulgado o Decreto 11.530, que objetivou reorganizar o ensino secundário e superior e corrigir distorções do decreto de 1911. Essa Reforma conhecida como Carlos Maximiliano, ministro do Interior na época, manteve os exames de admissão agora nomeados de exames vestibulares. No artigo 77 lemos: “Para requerer matrícula nos institutos de ensino superior os candidatos deverão provar: a) idade mínima de 16 anos; b) idoneidade moral; c) aprovação no *exame vestibular*¹⁹” (BRASILc, 1915, p.12). Já o Decreto de 1915 determinava que o vestibular fosse rigoroso.

Após dez anos, o ensino superior vivenciou outra reforma, instituída pelo Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, conhecida como Rocha Vaz. Para Cunha (2010), através desse decreto, o caráter seletivo/discriminatório dos vestibulares foi intensificado, pela adoção do critério *numerus clausus*, ou seja, pelo regime anterior, não havia limite numérico para admissão nas faculdades, todos os aprovados tinham sua vaga garantida. A partir de 1925 os

¹⁸ Vieira (2009) evidencia que a Primeira República (1889-1930) foi pródiga na formulação de reformas para educação e destaca a Reforma Benjamin Constant (1890-1891); a Reforma Eptácio Pessoa (1901); a Reforma Rivadávia Corrêa (1911); a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luiz Alvez (1925).

¹⁹ Grifo nosso

diretores de cada faculdade deveriam fixar o número de vagas disponíveis a cada ano. A consequência foi que os alunos passaram a ser classificados e matriculados até que se completasse as vagas.

Em 1930²⁰ havia no Brasil duas universidades: a do Rio de Janeiro e a de Minas Gerais, criada em 1927. Em 1931 foi promulgado o Decreto 19.851 denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras e estabeleceu os padrões de organização para as instituições de ensino superior em todo país. O artigo 5º explicitava que a constituição das universidades brasileiras deveria obedecer as seguintes exigências:

- I- congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;
- II- dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente;
- III- dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária;
- IV- submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto (BRASIL, a, 1931, p. 1-2).

A admissão continuaria a depender de aprovação nos exames vestibulares, além da apresentação pelos candidatos de certificado de conclusão do curso secundário e de prova de idoneidade moral. Na primeira gestão do presidente Vargas (1930-1945), que governou sob a influência dos militares e da Igreja, notadamente uma gestão marcada pelo autoritarismo e nacionalismo. Observam-se, sobretudo nos primeiros cinco anos, o desenvolvimento de duas políticas educacionais: uma autoritária, pelo governo federal, outra liberal, pelo governo do estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal.

Neste contexto, destacamos, ainda que a educação na chamada “Era Vargas”, foi marcada pela luta ideológica, principalmente, entre o movimento liberal renovador (defensores da Escola Nova) por um lado e os educadores católicos do outro. Em 1924²¹, ocorreu a criação da Associação Brasileira de Educação e, posteriormente a apresentação pelos renovadores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por Fernando Azevedo. Em 1932, houve

²⁰ A Universidade do Rio Grande do Sul só recebeu *status* de Universidade em 1934, mesmo ano de criação da Universidade de São Paulo.

²¹ Lembramos que a década de 1920 foi marcada por movimentos de contestação: greves operárias, o tenentismo, a Coluna Prestes e a Semana de 22, marcada como movimento de contestação cultural. Em 1922 / 23, Lourenço Filho implementou a reforma do ensino no Ceará.

o rompimento entre o grupo dos renovadores e o grupo católico que, em 1933, fundou sua própria associação. Em seguida, avultamos a Reforma Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública nomeado em 1931 por Vargas que, através de seis decretos, implementou sua reforma educacional. Nessa reforma foi criado o Conselho Nacional de Educação e foram organizados o ensino superior, a Universidade do Rio de Janeiro, o ensino secundário, o comercial e a regulamentação da profissão de contador. (MINOZZI JÚNIOR, 2007).

Em 1934, Francisco Campos é substituído no Ministério por Gustavo Capanema que dá continuidade a sua proposta e, em 1942, apresenta sua reforma educacional através das Leis Orgânicas. Capanema pratica sua reforma abrangendo os ensinos industriais e secundário, comercial, normal, primário e agrícola. Para Mizzoni Júnior (2007), a Lei Orgânica do ensino profissional cria dois tipos de ensino: um pelo sistema oficial e outro mantido pelas empresas (SENAI e SENAC). Vemos, nesse modelo, a manutenção do sistema dual de ensino. “Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social” (ROMANELLI, 1985, p. 169).

As Leis Orgânicas iniciadas em 1942 tratavam parcialmente as questões educacionais. Em 1946, já no governo Dutra, a Constituição Federal determina que a União deveria ter a competência de “fixar as diretrizes e bases da educação nacional” possibilitando, portanto, em 1961, a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61).

No segundo governo Vargas (1950-1954) houve a expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário, o que fez aumentar a demanda nos cursos superiores. O Governo Federal implantou três ações para garantir o acesso a esse nível de ensino: criação de novas faculdades, gratuidade dos cursos e federalização de faculdades estaduais e privadas. Uma das mais fortes características do governo Vargas foi à adoção de um projeto desenvolvimentista baseado na forte presença do Estado em áreas consideradas cruciais para o desenvolvimento do país. Já foi mencionado no capítulo I que essa ideologia desenvolvimentista foi um dos aspectos que influenciaram a interiorização do ensino, pois a educação passou a ser assumida como área crucial para o crescimento e desenvolvimento das diversas regiões do país.

2.1.2. A reforma universitária de 1968: texto e contexto

A década de 1960 foi marcada pela Reforma Universitária, destarte a Reforma de 1968, cuja repercussão se estende até os dias atuais. Conforme afirmam Barbosa e Lopes (2009, p. 02) “menos para ressaltar suas virtudes e muito mais para imputar-lhe as mazelas pelas quais tem passado a universidade e a educação ao longo dos quarenta anos após a sanção da Lei 5.540/1968 no regime ditatorial (1964-1985)”.

Vieira (2013) afirma que há determinados momentos da história em que uma constelação de fatos e circunstâncias criam condições propícias a mudanças. Questionamos se a década de 1960 foi espaço de fomentação dessas condições. Reflexão semelhante foi enunciada por Barbosa e Lopes (2009, p. 2) quando propõem que:

[...] a reforma universitária de 1968 não foi algo gerado espontaneamente por obra e graça dos militares, mas o resultado de um acúmulo de forças que foi se somando ao longo do tempo, desde a fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1938, avançando pela discussão do projeto Clemente Mariani (1947) de LDB (Lei 4.204/61), passando pelas pressões dos estudantes em favor de reforma nos anos 60, fertilizando-se na campanha de educação popular, despendendo forças e derramando lágrimas contra o golpe civil-militar de 1964, encorpando-se nas ocupações das universidades e instalação do governo dos estudantes, tendo desfecho na sanção da Lei 5.540 em novembro de 1968.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 11 de agosto de 1937. Desde então, a UNE começou a se organizar e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão do maior conflito humano da história, a Segunda Guerra Mundial. Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde início ao nazifascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra. Durante os anos 1950, além das disputas pelo poder na entidade a União Nacional dos Estudantes e outras grandes instituições brasileiras formaram a Frente de Mobilização Popular. A UNE defendia mudanças sociais profundas, dentre elas, a reforma universitária no contexto das reformas de base propostas pelo governo. (UNE, 2013).

Clemente Mariani é figura importante, pois foi responsável pelo Anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases na década de 1940, embora essa lei só viesse a ser aprovada em 1961. Mariani, em 1924, foi eleito para a Assembleia Legislativa da Bahia. Foi Deputado Estadual em 1928, e, em 1933, elegeu-se para uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Social Democrático (PSD). Com a implantação do Estado Novo, Mariani afastou-se da política partidária e apenas após o fim do primeiro governo Vargas retomou a atividade política, sendo eleito Deputado da Assembleia Nacional Constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), partido que congregava os opositores da política varguista.

Entre 1946 e 1950 Clemente Mariani foi o **titular do Ministério da Educação e Saúde**, retornando à presidência do Banco da Bahia durante o segundo governo Vargas. Em 1954, foi nomeado pelo presidente Café Filho para a presidência do Banco do Brasil, permanecendo no cargo enquanto esteve no Ministério da Fazenda o economista Eugênio Gudin. Em 1961, o presidente Jânio Quadros nomeou Clemente Mariani Ministro da Fazenda (CEDIC, 2013).

À frente do Ministério da Educação e Saúde, defendeu o programa contido no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, assinado em 1932 por diversos intelectuais (dentre os quais Anísio Teixeira, Roquete Pinto, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles e Júlio de Mesquita Filho) e que propunha uma completa reestruturação do ensino formal no Brasil, de maneira a assegurar a oferta pelo Estado de uma educação universal, laica, gratuita, obrigatória e sem distinção de gênero, descentralizada e com garantia da autonomia escolar frente às demandas da economia e da política, assegurada pela criação de um fundo específico. Os “escolanovistas”, como vieram a ser chamados, defendiam ainda a distribuição das atribuições educacionais entre os níveis federal, estadual e municipal.

Mariani nomeou como seu assessor um dos signatários do manifesto, Fernando de Azevedo, e criou uma comissão para elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No discurso de abertura dos trabalhos da comissão, Mariani explicitou seu interesse em superar o modelo educacional implantado no Estado Novo, enfatizando a necessidade de garantir às camadas populares o acesso à educação. Ao mesmo tempo em que o projeto era trabalhado foram constituídas campanhas nacionais, dentre as quais se destacou a campanha de alfabetização.

O projeto de Lei de Diretrizes e Bases foi enviado ao Congresso em 29 de outubro de 1948, mas encontrou um ambiente pouco propício para sua aprovação. Por um lado, as articulações político-partidárias impediam que a discussão das propostas fosse priorizada. Ao mesmo tempo, o projeto encontrou no Congresso seu maior opositor na figura do então deputado Gustavo Capanema, que havia sido ministro da Educação durante o primeiro governo Vargas. A votação do projeto foi sendo postergada durante toda a década de 1950, só sendo efetivada em 1961, treze anos após o seu envio ao Congresso, e com diversas emendas que alteraram em muito o projeto original.

Assim, a Lei 4024/61 parte do anteprojeto de Clemente Mariani, de 1948 e do substitutivo de Lacerda, de 1958 e nos permite reconhecer os ideais de redemocratização e a defesa da iniciativa privada, que tinham de forma subjacente os ideais escolanovistas e os princípios da igreja católica. Para Saviani (1999), “é possível perceber como a lei aprovada configurou, uma solução intermediária, entre os extremos representados pelo projeto original e pelo substitutivo Lacerda”.

Para, como afirma Saviani, entendermos o contexto é necessário discutir brevemente a ação política dos intelectuais da educação através da imprensa entre 1956 e 1964. Nesse período, a imprensa assumiu um importante papel como instrumento de debate entre os grupos que disputavam o controle no setor educacional, ou seja, o grupo liderado por Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e o grupo católico. Esse embate interferiu nos processos decisórios, especialmente, na Lei de Diretrizes e Bases sancionada em 1961.

Os líderes educacionais daquele período eram Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Darcy Ribeiro e Jayme de Abreu, que participavam inteiramente do aparato estatal, especialmente, no controle do INEP, responsável pela distribuição do orçamento da União para o setor educacional. Dessa forma, a direção do INEP era considerada um cargo importante dentro do Ministério.

O acesso destas lideranças aos dirigentes governamentais e às instituições ligadas à educação tornou-se fundamental durante as disputas políticas pela definição das diretrizes e dos objetivos da área cultural. Nesse percurso, o apoio da imprensa, as relações com o legislativo e a contribuição de outros “guetos” intelectuais foram centrais na organização de movimentos favoráveis ao projeto educacional defendido por esses representantes.

No período 1945-1964 teve destaque o ano de 1958, que se tornou um marco nos debates educacionais desse interstício, pois os bispos católicos do Rio Grande do Sul enviaram um Memorial ao Presidente da República Juscelino Kubitschek, solicitando o afastamento do educador Anísio Teixeira do INEP e de todos os seus assessores do MEC. Os bispos receberam o apoio do deputado Carlos Lacerda que passou a promover um insistente ataque ao educador baiano e sua equipe até o golpe militar. A imprensa tornava-se, então, o palco privilegiado dos ataques, acusações, defesas, manifestos, monções e debates (MAIA, 2005).

O principal representante da Igreja nesse movimento foi o arcebispo gaúcho Dom Vicente Scherer, mais importante opositor do grupo de Anísio Teixeira, que na época utilizou a imprensa como meio para acusar o educador baiano e sua equipe de materialistas políticos e marxistas. Segundo o arcebispo, estes intelectuais representavam uma ameaça ao país ao proporem uma educação laica e estatal. A defesa da escola pública e do ensino religioso facultativo era considerada pelos católicos uma clara orientação comunista e desvirtuava dos ideais históricos da sociedade brasileira.

O arcebispo dom Vicente Scherer proferiu um discurso em fevereiro de 1958, na Catedral Metropolitana, no qual abordou a problemática educacional. O discurso²² que ele nomeou de “Pela liberdade do ensino” tecia críticas veementes aos membros do Ministério da Educação, no texto ele afirmava que era preciso observar o “grupo poderoso” que renunciava à “consciência cristã e católica do País” e promovia a laicização do ensino e o materialismo da vida, através de uma “campanha ardilosa” contra o ensino privado, ou seja, o ensino promovido pelas instituições católicas.

Queremos hoje referir-nos a um grupo poderoso que, - impõe-se-nos a renovada denúncia à consciência católica e cristã do País -, instalado no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro, está promovendo não só o laicismo do ensino mas também a laicização e o materialismo da vida. Sistemáticamente procura-se realizar um plano de orientação materialista e ateuista do ensino nacional e se move uma campanha ardilosa contra as escolas particulares, em favor do monopólio estatal do ensino. Os patrocinadores desse programa de ação apresentam e defendem uma doutrina de desenvolvimento nacional inspirada e baseada na mesma filosofia em que se abeberou Carlos Marx para elaborar as teses fundamentais da sua interpretação materialista da história e a sua teoria econômica, viga-mestra do comunismo (DOM VICENTE SCHERER, 1958, p. 2).

²² O discurso na íntegra pode ser lido no Anexo 2.

Durante todo esse período conturbado, Anísio Teixeira fez questão de frisar o caráter de ordem e progresso de sua obra. Manteve-se firme às críticas ao caráter verbalístico e enciclopedista do sistema de ensino que, voltado para uma elite, excluía de seu sistema a formação do homem comum. Publicou inúmeros artigos dedicados somente à questão educacional, reiterando suas ideias sobre o papel da educação no mundo moderno e o arcaísmo da escola brasileira (MAIA, 2005).

Em decorrência desses embates, a Lei 4024/61 configura uma “solução intermediária”. Essa lei foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68, 5.692/71 e posteriormente, substituída pela LDB 9.394/96.

O golpe de 1964 foi o prenúncio da reestruturação do ensino superior. O golpe apoiou-se no discurso de que era imprescindível uma intercessão militar para restaurar a ordem e colocar o país de volta no “caminho certo”, longe da ameaça comunista representada pelo presidente João Goulart e suas Reformas²³ de Base, e rumo a um desejado desenvolvimento econômico. Para tanto, existiam duas possibilidades: uma revolução social e econômica pró-esquerda; ou uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse as barreiras que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964.

A partir da assunção do poder pelos militares, inúmeras medidas foram adotadas para que o regime pudesse se manter, pois a sociedade brasileira, mesmo tendo apoiado o Golpe Militar de 1964, começou a interpelar o poder instituído nos anos que se passaram, fruto das atividades coercitivas dos chefes militares. Inúmeros movimentos como greves, críticas ao regime através da imprensa e mobilizações estudantis foram reprimidos pelo governo que utilizou os Atos Institucionais para legitimar tais ações. De acordo com Skidmore (1988), tornou-se necessário naquele momento, dar ensejo para que todas as instâncias nacionais que compactuavam com os interesses da nova classe no poder fossem ouvidas para que o Regime Militar pudesse ser legitimado e não corresse o risco de ser deposto. Criando assim, um aparato governamental que limitava os direitos civis e políticos da sociedade a fim de calar as possíveis vozes de oposição ao regime.

²³ Dentre as propostas encontrava-se a reforma agrária que afetaria diretamente o direito a propriedade privada

Assim, o arcabouço instituído em 1964 pode ser caracterizado como autoritário, pois as características de uma democracia foram suspensas. Na tentativa de organizar o ensino ao nesse novo quadro político, como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, ajusta-se a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo militar a necessidade de editar por completo a lei em questão. Atendendo à ideologia desenvolvimentista adotada pelo governo, ajustou-se a LDB de 61, sancionando a lei de 5.540/68, que reformou a estrutura do ensino superior, sendo por isso, chamada de lei da reforma universitária.

A partir de 1968 a educação surge mais intensamente como fator de desenvolvimento, embora o período de 1964 a 1968 tenha sido um período de recuperação econômica, houve uma forte reivindicação pela educação, em especial a superior, provocando o agravamento da crise do sistema educacional que já se arrastava desde os anos 1960 e que a Lei 4024/61 foi incapaz de enfrentar, por força da mentalidade reacionária das elites que viam na ampliação das vagas nas escolas públicas uma perda de *status* social, justificando os acordos MEC-USAID²⁴, que tinham por objetivo reformar o sistema educacional, isto é, adequá-lo ao modelo de desenvolvimento. (ROMANELLI, 1985, p. 196).

A reforma universitária se consolidou através da lei 5540/68, uma ação jurídico-política, entretanto encerrou embates maiores e mais complexos que o texto da lei sugere. A análise um tanto genérica sobre a situação política e educacional do país ao tempo que precedeu a reforma, dimensiona o “problema” do ensino superior, foco de emergência das lutas democráticas e centro de atenção especial das classes dirigentes em busca do poder hegemônico. A reforma teve seu balizamento através de um modelo pautado em convênios, ou acordos pelos quais uma elite intelectual tradicional, procedia à análise da crise educacional e propunha, como dito anteriormente, ações para a inserção da Universidade no projeto desenvolvimentista. Essa tendência de articulação entre educação e desenvolvimento data das décadas de 1940 e 1950. A defesa de um país desenvolvido e modernizado, na economia transnacionalizada, era frequente no discurso dos dirigentes, que afirmavam a universidade como instrumento para essa evolução, uma vez que consistia em espaço formador de grupos de poder e prestígio, podendo ao lado de outras instituições sociais redefinir aspectos fundamentais da sociedade.

²⁴ Os acordos MEC-USAID já vinham sendo celebrados pelos governos dos estados e pelo governo federal muito antes do golpe de 1964, como parte da “Aliança para o progresso”, que era uma política de contenção do avanço das forças socializantes no contexto da Guerra Fria. (GERMANO, 2000, p. 125).

Diversos acordos foram celebrados entre MEC e a USAID (United States Agency for International Development), dos quais dois foram dirigidos especificamente para o ensino superior, um em junho de 1965 e outro em maio de 1967. Além destes, foi também idealizado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon, um plano para a reforma, que não chegou a ser implementado, mas certamente norteou a posterior reformulação desse nível de ensino. Atcon recomendava que a universidade deveria funcionar como uma empresa privada (COSTA, 2013). Rudolf Atcon era membro da Agency International Development (AID), e conduziu um estudo sobre a universidade brasileira a partir de visitas realizadas a várias instituições do país. Suas ideias se pautavam no pressuposto de que a educação seria o ponto de partida para o desenvolvimento da América Latina.

Coube, portanto a Atcon a incumbência maior de orientar a implantação de uma nova estrutura universitária baseada no modelo empresarial, objetivando rendimento e eficiência e a construção de um suporte institucional para a execução de decisões militares em direção ao propalado Brasil Grande, injetada pelos interesses estrangeiros nos discursos governamentais (BOSCHETTI, 2007, p. 224).

Destacamos ainda o relatório elaborado pela comissão presidida pelo general e geopolítico Meira Matos, em 1967, cuja singularidade era o entendimento da educação como fator estratégico no processo de desenvolvimento econômico a partir de uma visão empresarial de maiores lucros e menores custos. Segundo Boschetti (2007), o que distinguia as propostas de Atcon e Meira Mattos é que o primeiro seguia pela racionalização das estruturas universitárias e de tudo que dizia respeito à produção acadêmica. Por sua vez, Meira Mattos direcionava suas sugestões no sentido de organizar dispositivos que permitissem intervir na universidade e estudar os movimentos estudantis de modo a identificar suas tendências, as linhas político-ideológicas que professavam e, com base nesse conhecimento, estabelecer as melhores formas de disciplinamento dentro da instituição.

O ano de 1968 foi marcado, portanto, pela grande atuação do movimento estudantil, por meio de diversas manifestações como a realizada no enterro e missa de sétimo dia do estudante morto por policiais no restaurante Calabouço. Foi também o ano da passeata dos cem mil, manifestação popular que só teve similar no movimento das Diretas Já²⁵. Na passeata as

²⁵ Sobre a conjuntura política do ano de 1968 ver: VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

palavras de ordem era o fim da censura, da repressão e a redemocratização do país. Outro momento emblemático foi o 30º Congresso da UNE em Ibiúna, no evento mais de 900 pessoas foram presas, dentre as quais as principais lideranças estudantis da época. Dois meses após esse incidente tivemos a edição do Ato Institucional nº. 5, que abriu a temporada de “caça às bruxas” para levar à prisão ou ao exílio, quando não à morte, as maiores lideranças intelectuais vinculadas organicamente às classes consideradas subalternas.

Todos esses antecedentes desaguarão na constituição de um Grupo de Trabalho para a reforma universitária através do Decreto de 2 de julho de 1968. Esse grupo composto por 11 membros teria 30 dias para apresentar um projeto ao Governo. Para Vieira (1982), o Relatório é o mais completo documento da reforma de 1968 e representa uma peça fundamental ao seu entendimento, pois sintetiza as principais ideias relativas à sua concepção, metas e estrutura. “A reforma é apresentada como questão técnica visando atender a uma demanda crescente por ensino superior e perseguindo melhor articulação entre a universidade e as necessidades do desenvolvimento e do mercado de trabalho” (VIEIRA, 2013, 09).

A reforma universitária foi consolidada pela Lei 5.540/68. Vieira (2013) alerta que várias são as inovações introduzidas pela reforma no sentido de superar o modelo de ensino superior vigente no país onde prevaleciam os estabelecimentos isolados. Percebemos essa tendência no Artigo 2º que afirma: “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados organizados como instituições de direito público ou privado” e o Artigo 8º que explicitava: “Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível incorporar-se as universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas [...]” (BRASILd, 1968).

Em seus 59 artigos, diversas são as proposições, entretanto ressaltamos: *definição de distritos geoeducacionais*: “O Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixará os distritos geo-educacionais²⁶ para aglutinação, em universidade ou federação de escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no país. (artigo 10); *a criação dos departamentos* considerados “[...] a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático científica e de distribuição de pessoal [...]” (Artigo 12, § 3º); *os vestibulares classificatórios foram mantidos e se introduziu o caráter unificado* “[...] matrícula de candidatos que tenham

²⁶ Conceito formulado por José Mariano da Rocha Filho.

concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular [...] (Artigo 17 a) e no Parágrafo Único “Dentro do prazo de três anos a contar da vigência da lei o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimento afins e unificado em sua execução [...]”. Além de inúmeros outros aspectos relacionados aos fins, funções, organização e modalidades do ensino superior (BRASILd, 1968). Segundo Vieira (2013, p. 10):

Dois outros temas chaves do conjunto de medidas propostas são a instituição da pós-graduação (Artigo 24 e 25) e a criação de uma carreira docente única (Artigo 32, § 1º), obedecendo o princípio de indissociabilidade [...] Com esses elementos pretendia-se introduzir uma concepção de universidade moderna e em sintonia com as novas demandas do país.

A reforma universitária de 1968 introduziu inúmeras mudanças no ensino superior, pois a educação passou a ser assumida como área crucial para o desenvolvimento e modernização das diversas regiões do país. A ênfase dada a essa reforma deriva de sua ressonância, uma vez que, podemos perceber seus reflexos até os dias atuais. Essa reforma induziu novo movimento expansionista, embora listasse entre seus objetivos conter o crescimento desordenado da oferta de ensino superior o que se observou foi o crescimento do setor público e também do segmento privado.

2.1.3. O movimento de transformação da educação superior na América Latina

Nossa análise até então focalizou as reformas do ensino superior no Brasil a partir de diversos decretos, entretanto não ignoramos que a década de 1960 e o ano de 1968 foram profícuos também em outros países e os eventos vivenciados por esses países interferiram na política nacional.

No Chile, por exemplo, na década de 1960 ocorreu uma expansão do ensino médio o que propiciou o aumento da demanda pela educação superior. O aumento do número de instituições, entretanto, só ocorreu na década de 1980. De acordo com Catani, Campbell

Esquivel e Gilioli (2011, p.105) “[...] nos anos 1970, apenas 5% da população chilena de 18 a 24 anos tinha acesso aos estudos superiores. Isso explica em parte a aceitação da onda privatista na educação superior por muitos setores sociais durante a década de 70”.

O Chile passou por reformas democratizantes em fins dos anos 1960, movimento similar ao vivenciado no Brasil. Já em Portugal, as transformações no ensino superior ocorreram mais tardiamente e tiveram como ponto de partida a Revolução dos Cravos de 1974. No pós-revolução houve um período de crise nas instituições e concomitantemente de descentralização do ensino superior. “Enquanto a Revolução dos Cravos proporcionou um movimento de abertura e participação em Portugal, o Chile vivenciou processo inverso. Com a ditadura nesse país andino houve franco retrocesso no que se refere à democratização e ao acesso à educação superior” (CATANI, CAMPBELL ESQUIVEL e GILIOLI, 2011, p.106-107).

De acordo com Campbell Esquivel (1997) os 16,8% dos jovens chilenos de 20 a 24 anos que ingressavam no ensino superior em 1973 foram reduzidos a 10,5% em 1981. Os dados demonstram decréscimo na quantidade de alunos que ingressavam no ensino superior, entretanto, houve no mesmo período aumento da oferta de vagas nas instituições privadas. O que se nota é que a reforma no Chile teve como subsídio a ideia de que a educação deveria ser concebida como uma mercadoria. A partir dessa premissa, a oferta de ensino superior em instituições públicas declinou: “[...] até 1980, 60% das matrículas na graduação se concentravam nas universidades públicas [...] no fim da década de 1990 o conjunto de IES privadas, já abrigava cerca de 50% das matrículas de graduação (CATANI, CAMPBELL ESQUIVEL E GILIOLI, 2011, p. 107).

Essa tendência privatista e de mercantilização da educação determinou um novo modelo de educação superior e influenciou as reformas de diversos países como Portugal e Brasil, na década de 1990. Existem inúmeras (des) semelhanças entre as mudanças na educação superior chilena e brasileira. Os dois países sofreram o impacto do neoliberalismo. No Chile, o programa neoliberal foi sistematizado legalmente a partir da constituição de 1980, com alterações na organização, funcionamento e financiamento do ensino superior. Defendia-se a necessidade de romper o que nomeavam de “monopólio estatizante” das oito universidades públicas. Lembramos que até 1980, 60% das matrículas eram realizadas nas instituições públicas, a maior parte na Universidad de Chile.

Na prática, semelhante ao que ocorreu no Brasil, às medidas derivaram na privatização do ensino com diferenciações, estratificações e segmentações pautadas no nível social dos

acadêmicos. Se no Chile o aumento da demanda ocorreu na década de 1960, no Brasil já observávamos esse fenômeno em 1950. A resposta a ampliação da demanda por vagas pelo Governo Federal brasileiro se consolidou na criação de novas faculdades, estabelecimento da gratuidade e “federalização” das antigas IES estaduais e privadas (agrupadas e transformadas em universidades). O contexto brasileiro com os movimentos de estudantes, docentes e outros setores sociais permitiu que a defesa de uma reforma figurasse na pauta dos debates educacionais e houve a luta por mudanças democratizantes similares as adotadas na Reforma de Córdoba (1918). A consolidação do sistema universitário no Brasil ocorreu com a Reforma de 1968, já sob o regime militar.

Já no regime militar chileno, a reforma de 1980 seguiu sentido contrário ao do Brasil, uma vez que as grandes universidades foram desmembradas ou transformadas em novas universidades ou institutos profissionais; foram ainda criadas novas IES bastante pulverizadas e categorizadas como: 1) universidades; 2) institutos profissionais e centros de formação técnica. Essa tipificação pode ser reconhecida também no Brasil partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando se criou vários modelos institucionais (universidades, centros universitários e faculdades) e foi rompida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em diversos países ocorreram reformulações na educação superior no período posterior aos regimes militares “[...] las dictaduras de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, cedieron el paso a gobiernos de transición, abriendo la posibilidad de participación política”. (GOMÉZ, 1999, p. 58).

Em Portugal, nos anos posteriores a Revolução dos Cravos, a participação política dos movimentos sociais arrefeceu e a consequência foi o avanço do modelo gerencialista na educação. O Estado português passou a se caracterizar no campo da educação superior por um planejamento pautado no mercado de trabalho. Houve incremento do setor privado “entre 1987/88 e 1991/92 ao passo que o ensino superior público cresceu 40%, o ensino privado cresceu 250% (LIMA, 1997, p. 53-54). Os princípios de mercado foram basilares para a Lei de Bases da Educação em Portugal, aprovada em 2004, que consolidou mecanismos de mercantilização da educação superior parecidas com as medidas neoliberais adotadas no Brasil e no Chile.

Podemos, com base nessas informações, depreender inúmeras semelhanças entre as reformas do ensino superior realizadas no Chile, Portugal e Brasil. Destacamos a *expansão do ensino superior* no Brasil a partir de 1950, Chile (1960) e Portugal (1980). No tocante a

expansão das matrículas outros países latino-americanos vivenciaram crescimento. Na Argentina (1983-1989²⁷) e no Uruguai (1985-1990²⁸) como consequência das políticas de acesso irrestrito.

En el caso de Argentina, se pasó de una matrícula de medio millón de estudiantes en 1983 a más de un millón al final de la década; y en Uruguay, de treinta mil a noventa mil alumnos en el mismo período, con lo cual se alcanzaron proporciones de cobertura de la demanda potencial similares a las de los países europeos, es decir, en torno al 40% [...]. En este mismo esquema cabe citar el caso de Bolivia, que entre 1982 y 1990 pasó de una matrícula de sesenta mil a más de cien mil inscritos²⁹ (GÓMEZ, 1999, p. 59).

Colômbia, Peru e em menor proporção a Venezuela também apresentaram ampliação das taxas de matrícula. O aumento, nesses casos, derivou da liberalização do ensino superior privado. Na década de 1990 temos novo crescimento da educação superior, com uma perspectiva muito diferente da observada nos anos 1950 e 1970, pois o incremento das matrículas a partir da segunda metade do século XX se concentrou em sua maioria nas instituições privadas.

Los países que tienen una concentración de estudiantes de entre el 75% y el 100% en instituciones de carácter público, son Cuba, Uruguay, Bolivia, Panamá, Honduras y Argentina. Los que tienen el mayor porcentaje (de entre 50 y 75%) de estudiantes en instituciones de carácter privado, son Brasil, Chile, El Salvador, Colombia, Costa Rica, Nicaragua y República Dominicana³⁰ (DIDRIKSSON, 2006, p. 10).

Isto significou que as universidades da América Latina encontraram sua própria lógica de expansão observada, sobretudo a partir da década de 1990, no contexto de novos debates em

²⁷ Governo de Raúl Ricardo Alfonsín

²⁸ Governo de Julio María Sanguinetti Coirolo

²⁹ Tradução livre: No caso argentino, a matrícula passou de meio milhão de estudantes em 1983, a mais de um milhão no final da década; e no Uruguai, de trinta mil a noventa mil alunos no mesmo período com o qual se alcançou proporções de cobertura da demanda potencial similar a dos países europeus, em torno de 40%. No mesmo esquema podemos citar o caso da Bolívia, que entre 1982 e 1990 passou de sessenta mil a mais de cem mil inscritos (GOMEZ, 1999, p. 59).

³⁰ Tradução livre: Os países que têm uma concentração de estudantes entre 75% e 100% em instituições públicas são Cuba, Uruguay, Bolívia, Panamá, Honduras e Argentina. Os que têm a maior porcentagem (entre 50 e 75%) de estudantes em instituições privadas são Brasil, Chile, El Salvador, Colombia, Costa Rica, Nicarágua e República Dominicana.

torno de conceitos como qualidade, transparência no financiamento, prestação de contas, flexibilidade curricular, uso de novas tecnologias de informação e comunicação e produção e transferência de novos conhecimentos, tudo isso dentro de específicos ordenamentos jurídicos, legislativos, políticos e organizacionais. Por esta razão, em direção as universidades públicas de maior enraizamento na região, em especial sobre as maiores e mais complexas, recaiu a responsabilidade de buscar respostas e fomentar debates sobre o desenvolvimento de novas linhas de investigação, vinculadas a reestruturação produtiva e aos serviços, adequação a sociedade da informação e formação de certo tipo de recursos humanos capazes de responder a essas novas demandas.

O projeto *modernizador*, que serviu como base de legitimação das reformas na educação superior é outro elemento compartilhado por diversos países da América Latina. Este foi o subsídio legal das mudanças experienciadas por Portugal nos fins dos anos 1980. Esse movimento ocorreu também no Brasil, na década de 1960 o ensino superior era defendido como instrumento de desenvolvimento e modernização. Na Reforma de 1968 e com o fim o regime limitar em 1985 o país teve sua Constituição (1988) marcada por relevantes conquistas na área dos direitos humanos (resultado das lutas empreendidas na década de 1960/1970), e também vivenciou crescente ascensão do discurso sobre reestruturação produtiva, tecnologização, modernização e implementação de medidas neoliberais. O Chile vivenciou processo radical de adoção do neoliberalismo já no final dos anos 1970 e o remodelamento completo da educação superior na década de 1980.

Associado ao discurso neoliberal, Brasil, Portugal e Chile passaram pela privatização do ensino, fenômeno observado na década de 1960/1970 no Brasil e intensificado na década de 1990 quando o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) alocou a educação no setor de serviços o que significou que ela poderia ser privada ou privatizada. Em Portugal, o crescimento do setor privado pode ser identificado entre o final da década de 1980 e início de 1990, passando a ser concebida como agência de oferta de serviços destinados a clientes. No Chile a “onda” de privatizações se intensificou também na década de 1990. Ressaltamos que em países como Colômbia, Peru e Venezuela a ampliação das taxas de matrícula derivou da liberalização do ensino superior privado.

A educação superior no Brasil e em Portugal acompanhou ainda o modelo *gerencialista*, que se tornou hegemônico na década de 1990. A adoção desse modelo deriva de uma constelação de elementos diversos, tais como a privatização e a desregulação, o mercado

educacional e as políticas de livre escolha, a avaliação institucional, o controle da qualidade e a aferição da eficácia e da eficiência nas organizações educativas, entre outros. Essas perspectivas gerencialistas e neocientíficas e a defesa da adoção por parte das escolas de ensino superior em Portugal, designadamente das universidades, de modos de organização e de gestão considerados típicos dos setores privados e produtivos, são analisadas criticamente à luz da democratização da educação universitária enquanto parte integrante do domínio público.

Sustentado por políticas públicas de inspiração neoconservadora e neoliberal que anunciam e concretizam cortes nas despesas públicas com a educação, assim apostando num aumento da *qualidade* através de *ganhos de eficiência interna* e do crescimento da *produtividade* das instituições, o modelo institucional gerencialista emerge vigorosamente, entre discursos políticos, atos legislativos, medidas aparentemente avulsas de administração e gestão, ganhando adeptos entre setores conservadores e tecnocráticos, dentro e fora das universidades, e também mesmo no seio de alguns setores que inicialmente se destacaram na luta pela institucionalização do modelo político-participativo. (LIMA, 1997, p. 48-49).

No Brasil, podemos ilustrar através da reforma de Estado, proposta no governo Fernando Henrique Cardoso que, ao definir os setores que compõem o Estado, criou o Setor de Serviços não exclusivos do Estado e nele situou a educação, saúde e cultura. No início do século XXI, a sociedade internacional passou por transformações que alteraram tanto a organização social do trabalho quanto o contexto da produção do conhecimento. A globalização foi o movimento propulsor dessa mudança, que caracterizou o movimento transnacional de bens e serviços que alcançam pessoas, investimentos, ideias, valores e tecnologias superando as fronteiras nacionais. Vimos que nos anos 1980, as universidades latino-americanas foram objeto de demandas contrapostas. De um lado, os diversos programas de ajuste inviabilizaram o financiamento público extensivo, de outro lado, a restauração democrática permitiu recuperar nas instituições universitárias a discussão de sua função social.

2.1.4. A influência dos organismos internacionais

Concomitantemente as reformas do ensino superior se instalou em diversos países um debate que defendia a necessidade de resgatar o desenvolvimento e adequar os sistemas de

educação, em especial, a educação superior, às demandas do mundo globalizado. Assim, na década de 1990 se consolidaram algumas tendências iniciadas na década anterior e, muitas instituições universitárias iniciaram reflexões e mudanças acadêmicas e organizacionais com a pretensão de uma maior integração social e política. O que vimos é que a agenda dos governos latino-americanos tem sido influenciada por diversos organismos internacionais como: Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento e, particularmente no México, pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses organismos internacionais fizeram recomendações de modelos universitários, visando vincular as IES com as empresas e, ao mesmo tempo, reduzir a participação do Estado no financiamento da Universidade Pública (CORAGGIO, 1996).

Em meados da década de 1990, foi publicado um documento intitulado “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia³¹”, no qual foram publicadas resenhas das atividades do Banco Mundial em diferentes regiões. Esse documento fomentou intensos debates e orientou as políticas e ações dos governos latino-americanos. Dentre as estratégias para reforma o documento lista:

- Fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas;
- Proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados;
- Redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior;
- Adoptar políticas que estén destinados a otorgar prioridad a los objetivos de calidad e equidade³². (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 14).

O documento especifica que há diferenças nos objetivos institucionais, uma vez que é possível classificar os sistemas de ensino superior em três amplas categorias, segundo o grau de diferenciação institucional. Seriam: a) um sistema estatal não diferenciado, que consiste somente em universidades estatais; b) um sistema estatal diferenciado que consiste só em

³¹ Tradução livre: O ensino superior: as lições derivadas da experiência.

³² Tradução livre:

- Fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas;
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados;
- Redefinir o papel do governo no ensino superior;
- Adotar políticas que são destinadas para outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade.

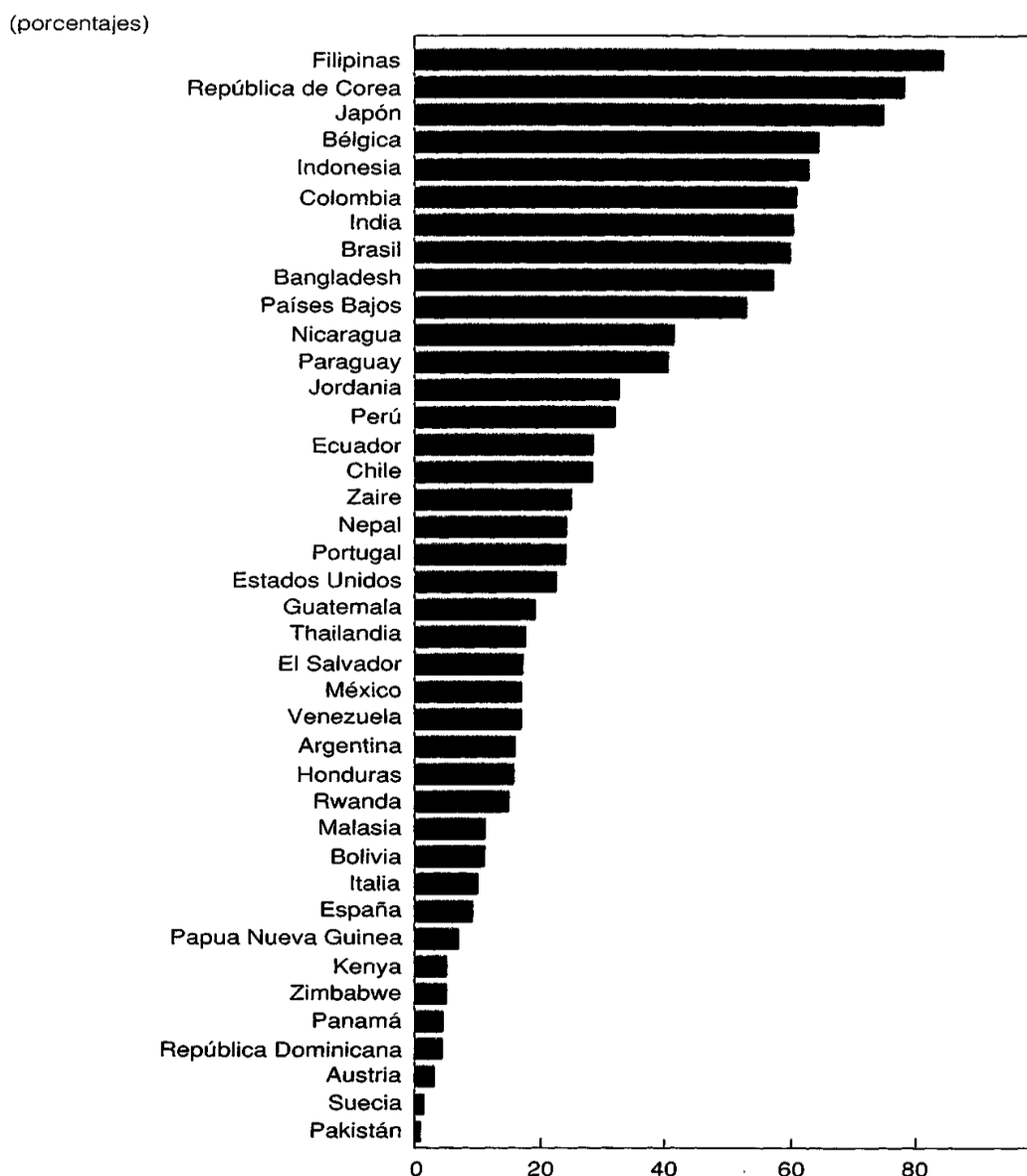
instituições estatais, mas inclui um número considerável de instituições de ensino superior não universitárias, da mesma forma, que universidades e, c) um sistema de instituições estatais e privadas diferenciadas, em que existam, ao mesmo tempo, instituições estatais e privadas. Posteriormente, explicitaremos a criação de diferentes modelos de instituições de ensino superior em que o ensino, pesquisa e extensão foram dissociados e a tendência de crescimento do setor de ensino superior privado.

Um dos objetivos mais enfatizados foi o que envolveu os aspectos econômicos, isto é, a forma de financiar um segmento em constante expansão. Havia uma demanda crescente por ensino superior e uma argumentação por parte dos governos da falta de recursos públicos para investimento. O Banco Mundial adotou uma postura reducionista, quando centrou suas sugestões na necessidade de redefinir o papel do Estado, questionando a excessiva participação dos governos nesse nível de ensino. “En América Latina, la diferenciación de la enseñanza superior se ha basado en el aumento de las instituciones privadas. Esto es especialmente cierto en Chile y en Brasil³³”. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 33).

O documento defendia que as instituições privadas eram bastante eficazes para países em desenvolvimento, pois respondiam, de maneira eficiente e flexível, as demandas dos estudantes e as condições dos mercados de trabalho. A ideia é que os governos poderiam fomentar o desenvolvimento do ensino superior privado para complementar as instituições estatais como meio de controlar os custos do aumento das matrículas neste nível, incrementar a diversidade de programas de capacitação e ampliar a participação social neste setor. Afirmava que em vários países a maioria dos estudantes estão matriculados em instituições privadas, isso ocorre, por exemplo, nas Filipinas (86%), Coreia (75%) e Bangladesh, Brasil, Colômbia e Indonésia (60% em cada um) é o que indica a figura que segue:

³³ Tradução livre: Na América Latina a diferenciação do ensino superior está baseada no aumento das instituições privadas. Isto é especialmente perceptível no Chile e no Brasil.

Gráfico 1: Proporção de estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior.



Nota: En los pocos países de Europa occidental que tienen una proporción alta de estudiantes matriculados en instituciones privadas (por ejemplo, Bélgica y los Países Bajos), la enseñanza superior sigue estando financiada casi en su totalidad por el Estado, que subvenciona las instituciones de enseñanza superior tanto públicas como privadas.

Fuente: Datos del Banco Mundial.

No capítulo 3 do documento elaborado pelo Banco Mundial, temos a proposta de diversificação de financiamento das instituições estatais e adoção de incentivos para o seu desempenho. Dentre as mudanças propostas vemos³⁴: a) mobilizar mais fundos privados para o

³⁴ Texto original: movilizar más fondos privados para la enseñanza superior en instituciones estatales; Proporcionar apoyo a los estudiantes calificados que no pueden seguir estudios superiores a causa del ingreso familiar insuficiente; Fomentar la eficiencia en la asignación y la utilización de los recursos fiscales entre y dentro de las instituciones estatales (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 44).

ensino superior em instituições estatais; b) proporcionar apoio aos estudantes qualificados que não podem cursar o ensino superior por causa da receita familiar insuficiente; c) Fomentar a eficiência na alocação e na utilização dos recursos fiscais entre e dentro das instituições estatais.

Vemos que para compreender as direções da educação superior no Brasil, é imperativo proceder à análise de documentos de organismos internacionais. Dentre as diversas publicações dos anos de 1990, destacamos ainda: *Educacion y Conocimiento: eje de la transformacion productiva con equidad*³⁵ (CEPAL, 1996); o Relatório Delors (UNESCO, 1998a) e a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação (UNESCO, 1998b) por suas contribuições para elaboração e implementação de políticas educacionais em diversos países, sobretudo na América Latina.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe elaborou em 1996 o documento “*Educacion y Conocimiento: eje de la transformacion productiva con equidad*” no qual apresentava direções para as propostas de ação em âmbito das políticas e instituições que pudessem favorecer as vinculações sistêmicas entre educação, conhecimento e desenvolvimento.

O Relatório Delors, publicado no Brasil com o título: *Educação: um Tesouro a Descobrir*, apresenta o ensino superior como um dos propulsores do desenvolvimento econômico. A universidade é discutida enquanto uma instituição que deve se acomodar às tendências exigidas pelo mercado, adaptando constantemente os novos cursos às necessidades sociais.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação foi elaborada a partir da Conferência Mundial sobre Educação Superior, que ocorreu na sede da UNESCO em 1998. A declaração fez uso de cinco consultas regionais realizadas em Havana (1996); Dacar (1997); Tóquio (1997); Palermo (1997); e Beirute (1998). A Declaração explicita que a Conferência Mundial sobre Educação Superior buscava promover a transformação de instituições pós-secundárias em instituições de educação permanente, definindo do mesmo modo o papel das universidades.

Em 1998 Elaine El-Khawas publicou, com apoio do Banco Mundial, um texto denominado “*El control de calidad en la educación superior: avances recientes y dificultades*”

³⁵ Tradução livre: Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade.

por superar³⁶”, que integrou as discussões da Conferência Mundial sobre a Educação Superior da UNESCO, no qual destacava a necessidade de maior controle da qualidade da educação superior por parte dos países.

Los gobiernos de la mayoría de los países del mundo, al estudiar los programas de educación superior en el curso de las últimas décadas, han centrado su atención en los problemas relativos al control y el mejoramiento de la calidad. A pesar de las diferencias en el tamaño y la etapa de desarrollo del sector de educación en los diversos países, muchos gobiernos han llegado a la conclusión de que los métodos tradicionales de control académico no son adecuados para hacer frente a los desafíos del presente y que es necesario crear controles de calidad más explícitos.³⁷ (EL-KHAWAS, 1998, p. 03)

As estratégias relativas à qualidade variam consideravelmente entre os países. Alguns países desenvolveram modelos avaliativos para aferir a qualidade do ensino. Em outros governos houve a adoção de medidas para reforçar a qualidade mediante a incorporação de novos modelos de prestação de contas e outros mecanismos de controle de gestão. Na Argentina, por exemplo, criaram mecanismos de controle de qualidade que dependem de um melhor sistema de informação e avaliação de novas normas para o financiamento das universidades. Muitos países têm desenvolvido sistemas de acreditação, enquanto outros têm estabelecido comitês de avaliação ou centros que realizam ciclos de avaliação externa. Em muitos países tem se criado órgãos independentes muitas vezes em uma entidade de alcance nacional, embora em alguns casos como nos países baixos, México ou Romênia³⁸ exista um organismo diferente para cada tipo de instituição, região ou objetivo. Esta diversidade de estratégias denotam as preferências políticas e culturais de cada país, as diferenças na ideologia do governo e a etapa de desenvolvimento do setor educacional.

A inclusão da educação na agenda dos organismos internacionais ocorreu, principalmente, a partir do processo de reestruturação tecnológica e dos ajustes estruturais implementados no início dos anos 1990. A prioridade dada à educação, distante de representar

³⁶ Tradução livre: O controle de qualidade na educação superior: avanços recentes e dificuldades a superar.

³⁷ Tradução livre: Os governos da maioria dos países do mundo, ao estudar os programas de educação superior em curso nas últimas décadas, têm centrado sua atenção nos problemas relativos ao controle e melhoramento da qualidade. Apesar das diferenças no tamanho e na etapa de desenvolvimento deste setor da educação em diversos países, muitos governos têm chegado a conclusão de que os métodos tradicionais de controle acadêmico não são adequados para fazer frente aos desafios do presente e que é necessário criar controles de qualidade mais explícitos.

³⁸ Sugerimos a leitura do Anexo 3 intitulado “La educación superior en Rumania: la gestión institucional como instrumento de control de calidad” (Tradução livre: A educação superior na Romênia: a gestão institucional como instrumento de controle de qualidade)

um produto das demandas sociais, está atrelada às alterações estruturais do capitalismo, a partir dos ajustes da segunda geração, portanto, é fruto de uma concepção neoliberal. A educação acaba por assumir o papel de veículo político para a sedimentação das matrizes ideológicas do neoliberalismo, das quais o Banco Mundial e outros organismos, como a Cepal, a UNESCO e a OCDE aparecem como representantes.

A interferência desses organismos com suas práticas influenciadoras das políticas nacionais é percebida como parte de um receituário neoliberal. E a educação torna-se uma importante discussão a partir de então, visto que acaba por legitimar a desigualdade como resultado das escolhas individuais. Contribui para a formação do capital humano, na qual o incremento salarial depende da melhoria da formação individual. Além disso, a educação é considerada como um instrumento de elevação da produtividade e do crescimento e enriquecimento individual. A concepção sobre como deveria ser a educação para os países em desenvolvimento é o que os aproximaria do “desenvolvimento econômico e social”, principalmente no que diz respeito à expansão da educação superior.

Além da prioridade dada à iniciativa privada nos documentos elaborados pelo Banco Mundial, outra variável refere-se à descentralização, que permitiria, segundo a lógica proposta, mais liberdade para as instituições de ensino, para as famílias, comunidades e governo. As políticas nacionais aproximaram-se das políticas e estratégias externas, pautando-se principalmente no estreitamento das relações dos governos nacionais com agências multilaterais. A intervenção a favor de interesses tem sido utilizada pelos Estados industrializados para conseguir predominância de suas políticas, mas a diferença está na tomada de decisão explícita dos governos que assumiram, como nacionais, os interesses do capital financeiro internacional (PAIXÃO, 2010).

2.1.5. Universidade e Desenvolvimento Regional

A associação entre universidade e desenvolvimento foi fomentada na era Vargas (1930-1945 / 1951-1954) junto às políticas para modernização do país. Seu sucessor Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi o responsável pela construção da nova capital federal, Brasília, executando, assim, um antigo projeto, já previsto em três constituições brasileiras, a mudança

da capital federal como forma de promover o desenvolvimento do interior do Brasil e sua integração. O lema “50 anos em 5” evidencia seu interesse em acelerar o desenvolvimento nacional. João Goulart (1962-1964) prossegue com as políticas econômicas formuladas desde a década de 1950 e que se caracterizaram pela integração aos macroplanos de desenvolvimento, nos quais as questões setoriais, inclusive as regionais, passaram a ser integradas a uma estratégia que fosse válida para todo o país. Dessa forma, documentos como o Plano Trienal (1962), o Plano Decenal (1967-1976)³⁹, o Programa Estratégico do Governo (1968-1970), o Programa de Integração Nacional (PIN, 1967), o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND, 1972-1974), e o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (II PND, 1975-1979)⁴⁰ estabeleceram as políticas territoriais entre 1960 e 1970 e neles observamos o enfoque regional para planos globais de desenvolvimento.

Segundo Costa (2000) o Plano Trienal parecia dirigir-se principalmente para o problema nordestino⁴¹, já que suas diretrizes previam um esforço governamental para corrigir as “disparidades regionais” existentes no desenvolvimento econômico do país. No Plano Decenal pela primeira vez é apresentada de modo explícito a proposta da *integração nacional*, como objetivo maior a ser perseguido pelo Estado. O PIN era formalmente dirigido ao Nordeste e à Amazônia, todavia durante sua execução ficou evidenciado que o objetivo central era a integração da Amazônia à economia nacional. A construção da Rodovia Transamazônica, ligando o Nordeste ao extremo ocidente da Amazônia tornou-se o símbolo desse programa. Foi ainda edificada a Rodovia Cuiabá-Santarém que, junto às rodovias já existentes, ajudou a compor a base de circulação dentro do projeto de integração nacional. O I PND acentua a tendência do Estado de procurar enfocar em suas políticas territoriais estratégias de “Integração nacional” para expandir a “fronteira econômica” a partir do Centro-Sul, na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste. No II PND percebemos uma mudança de enfoque, decorrente da política econômica global do país, num contexto de declínio dos investimentos e a partir de um diagnóstico do comportamento do comércio exterior brasileiro. Essa mudança repercutiu nas políticas territoriais, consubstanciadas em medidas agressivas relacionadas à expansão da fronteira econômica e ao tipo de ocupação econômica das chamadas “áreas vazias”.

³⁹ O Plano Trienal e o Plano Decenal não foram implementados, mas suas formulações foram importantes para as políticas territoriais.

⁴⁰ Desses, apenas o Plano Trienal foi desenvolvido na gestão de João Goulart, os demais foram formulados durante o regime militar.

⁴¹ A SUDENE acabara de ser criada.

Nos projetos citados vemos a defesa da necessidade de levar o desenvolvimento a diferentes regiões do país, sobretudo aquelas consideradas mais atrasadas como o Nordeste e a Amazônia. Para tanto, foram criadas políticas territoriais que, embora manifestassem o enfoque regional, estavam inseridas em um plano global de desenvolvimento, pois o ideário da integração nacional foi muito presente nesse contexto histórico. Dentre as premissas para o desenvolvimento destacamos a educação que, nesse período, passa a ser reconhecida como um imperativo estratégico. Assim, vemos a constituição da tríade: desenvolvimento-educação-interiorização, pois a educação poderia induzir o desenvolvimento de regiões interioranas em descompasso com o ritmo assumido em outras partes do país.

Assim, abordaremos o argumento que defende a educação como instrumento para o desenvolvimento regional. Therrien e Cartaxo (1980) afirmavam que, nesse debate, dois temas eram centrais: as funções da Universidade no desenvolvimento regional (uma definição de atividades-fins) e a organização e planejamento das instituições universitárias (delimitação dos meios). Para análise das atividades-fins e demilitação dos meios numa Universidade que pretendesse o desenvolvimento regional, os autores chamam atenção para uma tensão contínua nas atividades universitárias: os movimentos de *reprodução* e de *transformação*. Isso significa que, a depender do modelo de Universidade que temos, os fins e os meios serão distintos. Assumimos o movimento de transformação que pressupõe a universidade como uma instituição social capaz de incorporar a dimensão crítica como base de sua produção e superar as exigências limitadoras do movimento de reprodução. O Banco do Nordeste e a SUDENE constataram que, até a década de 1980, as disparidades espaciais e de renda das regiões Norte e Nordeste ao invés de serem reduzidas, haviam se acentuado. “Nesse período, diversas experiências foram desenvolvidas pelas Universidades da região na tentativa de participar e influir no padrão e nos rumos do desenvolvimento em processo” (THERRIEN e CARTAXO, 1980, p. 20).

Diversos pesquisadores dentre os quais destacamos Albuquerque (1980) reconhecem que as Universidades do Nordeste têm dado importantes contribuições à região, com a capacitação de recursos humanos, a pesquisa, o debate acerca dos problemas regionais, a ampliação e difusão da cultura e na interação que estabelecem com a sociedade. No Brasil e no Nordeste há uma tendência a se subestimar a capacidade transformadora das Universidades, seu potencial de provocar mudanças sociais significativas. Isso decorre de uma visão estereotipada que representa essa instituição de forma alienada do contexto no qual se insere e afirma que seus ensinamentos, pesquisas e emanações culturais são também alienantes. É fato, contudo, que as Universidades têm mudado e estão cada vez mais cientes de seu papel social e da

necessidade de responder as demandas que lhe são impostas, mas mais do que isso da necessidade de fomentar novas demandas. Para Albuquerque (1980), o objetivo de obter melhor distribuição regional do desenvolvimento brasileiro comportaria, no caso do Nordeste:

- I – uma dimensão econômica, que envolve a aceleração do crescimento com vistas à redução das desigualdades inter-regionais;
- II – uma dimensão social, que contempla a melhoria da repartição interpessoal da renda e a redução da pobreza;
- III – uma dimensão política, que determina a descentralização das decisões quanto ao desenvolvimento e ampla participação da comunidade no processo de transformação econômico-social (p. 24).

Nessa perspectiva, uma das missões da Universidade seria contribuir para formulação de programas e projetos capazes de viabilizá-los, em examinar criticamente as políticas e programas governamentais, em execução ou em elaboração, com o objetivo de propor os ajustes pertinentes. Almeida (1980) chama atenção para as funções básicas da Universidade, já anunciadas por Therrien e Cartaxo (1980), a de reproduzir e de criar. Desenvolvimento é criação, produção de novas formas. Reprodução não é desenvolvimento, mas exerce uma função preliminar e introdutória relevante à sua função criadora, de ser memória ou depositária do conhecimento humano, uma comunicadora no tempo e no espaço. Assim, numa região menos desenvolvida, “esta função de transferência ou incorporação espacial da informação universal tem o papel da inovação, com caráter desenvolvimentista, desde que orientada por uma atitude autônoma e não por um espírito de dependência” (ALMEIDA, 1980, p. 32). A preservação da cultura regional é, portanto, outra contribuição que a Universidade pode oferecer e que terá impacto sobre o desenvolvimento, desde que fuja ao mero registro do pitoresco e do folclórico e da ideia de conservar formas pretéritas. A Universidade deve assumir o papel de defensora dos valores regionais com suas identificações e manifestações, participando de suas rotinas, isto é, rompendo os muros que a distanciam da sociedade.

O Nordeste apresenta condições específicas, por esse motivo, quando se menciona desenvolvimento regional a pretensão é diminuir a distância com os Estados mais desenvolvidos, além, de superar a dependência observada nas últimas décadas, fomentadas, por exemplo, pelos projetos assistenciais. Para tanto, Almeida (1980, p. 41) questiona as estratégias polarizadas ou específicas que respondam a uma “luta regional” e afirma: “De minha parte, só considero eficaz uma estratégia regional que integre o nordeste no desenvolvimento brasileiro, por participação, não por subordinação e dependência, ou colonialismo interno, como até agora

tem ocorrido [...]”. Chagas (1980) complementa que para ser fiel ao seu compromisso regional, a Universidade da região Norte e Nordeste não tem que converter-se em agência secundária de desenvolvimento, e de desenvolvimento econômico, a ministrar um ensino voltado mecanicamente ao mercado de trabalho, mas sim definir-se como um grau de ensino em íntima e recíproca dependência com os graus que a precedem; guardar coerência com a ideia de Universidade; ser autêntica no cumprimento de sua função (ensino, pesquisa e extensão); caracterizar-se de fato como Universidade brasileira, vinculando-se estritamente ao Projeto Nacional e, por fim, voltar-se para a realidade física e humana que a cerca, local e regional como justificação imediata de sua existência.

Segundo Schwartzman (1980), para desempenhar sua função transformadora as Universidades nordestinas teriam que formar grupos científicos de alto nível com independência de pensamento e atuação, pois, para ele, o que é fundamental nesta função transformadora é a “capacidade de pensamento original e independente que estes grupos geram, e não, necessariamente, os produtos específicos de suas pesquisas” (p. 96). Para o pesquisador, os problemas do Nordeste, como os problemas do país de uma forma geral não dependem de soluções técnicas, mas principalmente de soluções políticas e econômicas. “Em geral, é mais importante saber *qual é o problema* do que pretender ter a *resposta*” (p. 96).

A esse respeito, Alves (1980) chama atenção para as dificuldades dos docentes no curto tempo disponível para pesquisa científica ou tecnológica, terem condições de abordar problemas e encontrar soluções e defende que a pesquisa nas universidades esteja associada ao ensino, tendo como finalidade primeira o desenvolvimento da curiosidade característica do ser humano. Ademais, enfatiza que o apoio à pesquisa não deve ser questionado, mas suas linhas devem sofrer reflexão, pois ao apoiar áreas prioritárias ao desenvolvimento regional, deve ter clareza que prioridade não significa exclusividade. “No que tange à vocação regional, o excessivo apego poderá ser mais pernicioso que o descaso” (p. 112). As linhas de pesquisa nas Universidades devem ser flexíveis, pois a vocação de uma região pode mudar.

Demo (1980) complementa ao propor que a educação superior assume o mesmo desafio da política social, ou seja, se dedicar prioritariamente às camadas mais carentes da população, de “privilegiar as regiões mais atrasadas”, de ser intrinsecamente redistributiva, de visar a autossustentação econômica e política das comunidades. O que podemos aferir das diversas contribuições é que, ao discutir as funções da Universidade na promoção do desenvolvimento regional, devemos observar uma prática institucional relacionada a região na qual se situa.

Muitos subestimam a Universidade como polo de desenvolvimento regional, mas não se pode negar que o espaço seja transformado por essa instituição.

Andrade (1980) sugere a modificação dos currículos, programas e métodos, dando maior ênfase ao conhecimento específico dos problemas regionais; modificação na oferta de cursos de graduação e pós-graduação com maior peso no interesse do desenvolvimento regional; modificação nas relações da Universidade com a comunidade regional a partir da maior vinculação com os órgãos de desenvolvimento regional para definir demandas e orientar as ações institucionais; definição de um programa básico de pesquisas a ser desenvolvido pelas Universidades da região.

É preciso alertar que uma experiência prática de Universidade e Desenvolvimento foi vivenciada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) através de um projeto idealizado por seu fundador José Mariano da Rocha Filho, responsável por inúmeras proposições cujos ecos ressoam até hoje. Dentre as propostas de Rocha Filho destacamos: a relação intrínseca entre universidade e desenvolvimento; a multiversidade; a universidade sem muros; os distritos geoeeducacionais, dentro outros, que serão melhor debatidos no tópico que segue.

2.5.1.1. “A Universidade como centro de desenvolvimento de sua área geo-educacional”

Um achado interessante foi a formulação sobre áreas ou distritos geoeeducacionais de José Mariano da Rocha Filho. O primeiro livro no qual abordou o assunto foi “USM: a Nova Universidade” de 1962 no qual apresenta a Universidade de Santa Maria como um modelo para o restante do país. Em 1973 produziu “Universidade para o desenvolvimento: áreas-distritos geo-educacionais”, que, em função dos erros de impressão, não chegou a ser distribuído. Uma das obras que iremos abordar *A Terra, o Homem e a Educação: Universidade para o desenvolvimento* (1993) foi organizada por sua filha Eugenia Mariano da Rocha Barichelo a partir da releitura de “Universidade para o desenvolvimento: áreas-distritos geo-educacionais” e da reunião de vários outros textos de Rocha Filho como *A nova Universidade das Américas*, publicado nos Estados Unidos em 1973; *A Terra, o Homem e a Educação*, publicado no México em 1977, e um capítulo final que reúne trechos de várias obras que definem sua ideologia.

José Mariano da Rocha Filho nasceu em Santa Maria (RS) em 1915. Formou-se em 1937 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Foi o fundador da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), considerada a primeira universidade federal no interior do Brasil. Defendeu a criação dessa universidade baseado no princípio que a “Universidade deve ser a alavanca do progresso de sua região”. Esteve ligado ao movimento de interiorização e democratização do ensino superior no Brasil. Foi membro do Conselho Federal de Educação e, como explicitado, criador das áreas ou distritos geoeeducacionais, pelos quais defendia que a vocação do solo e a cultura da região deveriam orientar a educação. Como Conselheiro do Projeto Rondon, foi o idealizador e criador do primeiro campus avançado do ensino superior na Amazônia, em agosto de 1969. O antigo campus da UFSM em Boa Vista, no estado de Roraima, que deu origem à Universidade Federal de Roraima.

A UFSM derivou da luta de José Mariano da Rocha Filho, desencadeada em 1946, quando conseguiu, liderando e articulando um amplo movimento no interior do Rio Grande do Sul, incluir no texto da constituição estadual um parágrafo que transformava a Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, através da anexação das duas faculdades então existentes no interior: Farmácia de Santa Maria e Direito de Pelotas. Em maio de 1949, ao se referir à incorporação, Rocha Filho fez o seguinte pronunciamento:

Num país de tão grande extensão como o nosso, a descentralização do ensino superior constitui um imperativo inadiável. O conceito medieval de Universidade com seus institutos aglomerados em uma única cidade é sem dúvida obsoleto... Não será, pois, do interesse do governo planejar, nestes pontos, futuras universidades? (ROCHA FILHO, 1949, s/p).

Suas ideias foram fundamentais para o processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil e na América Latina, e acabaram orientando o desenvolvimento e os rumos do ensino superior, conforme demonstra o depoimento do reitor da Universidade Autônoma de Guadalajara:

En mi larga trayectoria como rector universitario, he tenido oportunidad de observar directamente el proceso de la Educación Superior en América Latina durante los últimos 30 años y de conocer algunos de sus protagonistas más distinguidos. Entre ellos está el Dr. José Mariano da Rocha Filho, quien fue Rector de la Universidad Federal de Santa Maria, institución que visité numerosas veces y con quien me asocié en diversas experiencias de colaboración educativa internacional. Su obra en la Universidad se caracterizó por su amplia visión de la situación educativa presente e

futura y por las innumerables innovaciones que puso en práctica. Pienso que es uno de los grandes pioneros en el proceso de modernización de nuestra Educación Superior⁴². (GUTIERREZ⁴³ in ROCHA FILHO, 1993, p.13).

Rocha Filho foi nomeado cidadão honorário de dezenas de cidades gaúchas e brasileiras onde semeou e ajudou a desenvolver o seu projeto de universidade comunitária, da universidade ligada a terra e ao homem que nela habita. Suas ideias mudaram a história do ensino superior e ultrapassaram as fronteiras do Rio Grande, como demonstra o título de Educador das Américas que recebeu em 1972, num encontro de reitores latino-americanos. Em 1999 foi eleito um dos 20 Gaúchos que marcaram século XX.

Após realizar uma viagem por diversos países, visitando universidades como a John Hopkins University nos Estados Unidos, a Universidade da Pensilvânia, a Universidade de Harvard, dentre outras, afirmou: “A Educação, hoje, transformou-se na preocupação máxima de todos os governos. Verificamos que a crise existente nesse setor varia dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos, com soluções diferentes para uns e para outros” (1993, p. 27). Ressaltava que o problema educacional brasileiro era extremamente complexo e para determinar melhores soluções seria necessário, em primeiro lugar, avaliar o nosso sistema educacional. Por isso, uma de suas proposições foi estabelecer o *entrosamento entre os diferentes graus de ensino*.

A Universidade Federal de Santa Maria constitui-se, assim, uma oportunidade de demonstrar suas ideias de forma prática. Para tanto, sugere a construção da *cidade universitária* que, segundo ele, seria “o conjunto de edificações dispostas de modo ordenado, de acordo com as funções que desempenham no âmbito da vida e do trabalho de uma Universidade” (ROCHA FILHO, 1993, p. 33). Ao apresentar sua proposta de cidade universitária chama atenção para a forma como as universidades se organizaram, ou seja, a partir de escolas isoladas, estanques, autônomas e dispersas. A proximidade em uma cidade universitária planejada facilita o uso de

⁴² Tradução livre: Em minha larga trajetória como reitor universitário, tenho tido a oportunidade de observar diretamente o processo de Educação Superior na América Latina durante os últimos 30 anos e de conhecer alguns de seus protagonistas mais distintos. Entre eles está o Dr. José Mariano da Rocha Filho, que era reitor da Universidade Federal de Santa Maria, instituição que visitei numerosas vezes e com quem me associei em diversas experiências de colaboração educativa internacional. Suas obras na Universidade se caracterizaram por sua ampla visão da situação educativa presente e futura e pelas inúmeras inovações que pôs em prática. Penso que é um dos grandes pioneiros do processo de modernização da nossa Educação Superior.

⁴³ Dr. Luis Garibay Gutierrez Reitor da Universidad Autonoma de Guadalajara – Mexico.

centros e institutos. A centralização de todos os serviços administrativos permite economizar de maneira impressionante os recursos públicos.

Outra medida interessante foi a *Universidad sem Muros*, subsidiada pela necessidade de aproximar a universidade de sua comunidade. “Uma universidade não deve cingir-se unicamente dentro dos limites físicos dos seus *campus*. Ela deve ultrapassá-lo, tendo em vista a necessidade de prestar serviços efetivos à zona geo-econômica onde está situada” (1993, p. 37). Insistiu no imperativo da *Multiversidade*, isto é, Universidades de *campi* múltiplos, planejados de acordo com as necessidades geoeducacionais de um distrito. A *área geo-educacional* de uma Universidade é definida como a região onde se situa e onde, por força das atividades que desempenha, orienta o ensino e a pesquisa em consonância com o seu microclima, com a formação do seu solo, a riqueza do seu subsolo e a variedade e aproveitamento de seus produtos, o que constitui a “vocação do solo”.

Na experiência da UFSM, a área geoeducacional foi definida a partir da zona microclimática que seriam áreas com o mesmo clima, mesmo solo e mesma precipitação pluviométrica, capaz por estas condições de desenvolver as mesmas culturas e as mesmas criações. A partir da identificação dessas zonas (zona do alto uruguai, zona das missões, zona da campanha, planalto central, encosta superior do nordeste, depressão central e serra do sudoeste) estava delimitada e estudada em suas potencialidades básicas a área geo-educacional, restava sugerir e planejar ações que apressassem o desenvolvimento dessa  rea.

Dentre as diversas ações que objetivavam o desenvolvimento da área geoeducacional destacamos: estudo e pesquisa sobre os problemas mais importantes da região; a criação dos *Colégios Integrados de Aplicação* (colégios de nível médio) instalados nas zonas microclimáticas homogêneas que possibilitaram a efetiva participação da universidade no desenvolvimento global dos conjuntos de municípios, pelo aperfeiçoamento das técnicas e pela fixação do homem ao seu habitat e as atividades de extensão realizadas através de convênios no intuito de responder as demandas regionais.

Em 1961, Rocha Lima defendeu a necessidade de um plano geral de desenvolvimento do Brasil, realizado com o apoio das Universidades. Ele esboçou a divisão do país em áreas ou distritos geoeducacionais, correspondendo cada um as universidades estatais existentes, pois acreditava que a elas seria mais fácil, tratando-se de estabelecimentos oficiais, cobrar do governo trabalhos de interesse da coletividade. A reforma de 1968 incorporou a ideia da divisão

do país em distritos geoeeducacionais, mas para Rocha Lima o desejo de pôr a proposta rapidamente em prática induziu a equívocos, que poderiam ser corrigidos para que a implementação ocorresse de fato.

Rocha Lima pode ser considerado um visionário do movimento de interiorização do ensino superior e seus princípios ecoam até hoje. A defesa da universidade para o desenvolvimento foi acionada pela educação e pelos educadores, assim como a multiversidade, a universidade sem muros, as cidades universitárias, as áreas geo-educacionais (ainda que sem o planejamento e critérios que ele defendia), dentre outros.

2.2. As políticas para o ensino superior a partir da LDB 9394/96: entre o público e o privado

Para analisarmos as ações adotadas pelas universidades contemporâneas, faz-se necessário inseri-las nas políticas educacionais e nas diretrizes organizacionais que as regem. A gestão das universidades, a formação de seu corpo docente, os valores e atitudes defendidos, assim como o perfil do egresso que se pretende formar estão influenciados pelas transformações econômicas, políticas, culturais e sociais que caracterizam a atualidade. Essas mudanças influenciam as políticas educacionais, os currículos, a organização de forma geral e a localização das instituições. “As reformas educativas executadas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos anos, coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial, o qual incentiva um processo de reestruturação global da economia regido pela doutrina neoliberal” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOCHI, 2011, p. 33-34).

O neoliberalismo apresenta traços marcantes, dos quais se destacam: as mudanças realizadas no processo de produção com a incorporação das descobertas científicas e tecnológicas; o livre funcionamento do mercado na regulação da economia e, por fim, a redução do papel do Estado e a volta do ideário do Estado Mínimo. A partir desses aspectos se passou a defender que o crescimento econômico poderia ser obtido através dos avanços científicos e tecnológicos o que bastaria para garantir o desenvolvimento social.

A educação brasileira conheceu o impacto da política neoliberal com a priorização do

conhecimento técnico e científico e reformas educacionais que visavam quatro pontos fundamentais que se inter-relacionam: o currículo nacional; a profissionalização dos professores; a gestão educacional e a avaliação institucional. Como exemplo dessa tendência de alinhamento dos projetos nacionais com a política econômica neoliberal e as orientações dos organismos financeiros internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, temos as ações praticadas no governo Fernando Henrique Cardoso. Podemos citar algumas metas delineadas nesse governo: descentralização da administração de verbas federais; elaboração de um currículo básico nacional; educação a distância; avaliação nacional das escolas; incentivo à formação de professores e definição de parâmetros de qualidade para o livro didático.

A incorporação dessas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais pela educação ocorrem em função de um processo que se convencionou chamar de globalização⁴⁴. A globalização possibilita, portanto, a quebra de barreiras espaciais, a integração e reestruturação capitalista, o que torna possível a criação de um sistema mundial de informação e comércio.

A importância conquistada pela ciência e inovação tecnológica nesse mundo globalizado tem feito com que estudiosos a denominem de sociedade do conhecimento, sociedade informacional ou sociedade tecnológica. Dentro dessa concepção, a aprendizagem pode ocorrer em diferentes espaços, à escola não é mais considerado o único espaço de aprendizagem, nem o mais eficiente. Por esse motivo, a escola enfrenta um processo de reestruturação para formar indivíduos capazes de aprender constantemente em um contexto de avanços tecnológicos e reorganização das relações de trabalho e que possa prover formação global que atenda as necessidades de maior e melhor qualificação profissional; preparação tecnológica e preparo para vida na sociedade informacional.

A sociedade do conhecimento, segundo Shaff (1990 apud LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOCHI, 2011), é consequência de uma tríade revolucionária: energia termonuclear, microbiologia e microeletrônica. A primeira revolução científica e tecnológica que ocorreu na segunda metade do século XVIII trouxe conquistas importantes como: produção fabril substituindo a produção artesanal e a utilização da energia a vapor; já a segunda revolução científica, na segunda metade do século XIX, traz a indústria química, utilização de aço,

⁴⁴ Designa uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOCHI, 2011).

petróleo, desenvolvimento dos meios de comunicação e uso da energia elétrica; finalmente, a terceira revolução tecnológica, na segunda metade do século XX, tem como base a microeletrônica, cibernética, tecnorrônica, microbiologia, biotecnologia, engenharia genética, as novas formas de energia como a termonuclear, a robótica, a informática, produção de sintéticos, fibras óticas, chips, a aceleração e aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação, organização da produção de forma automática, mediante processos informatizados, tornam a gestão e a organização do trabalho mais flexível e integrado globalmente, dentre outros avanços.

Dessa forma, a revolução tecnológica do século XX, destaca a microbiologia com o conhecimento genético dos seres vivos; a energia termonuclear, responsável pela conquista espacial e a microeletrônica facilmente percebida em nosso cotidiano nos aparelhos domésticos como: televisão, máquina de lavar roupa, forno de micro-ondas, aparelhos de som. Outra manifestação da microeletrônica se encontra no setor de serviços como: bancos, hospitais, indústria, agricultura, comércio, dentre outros.

Além das inovações citadas anteriormente é preciso destacar a revolução informacional com a modernização das telecomunicações e das tecnologias de informação⁴⁵.

A Tecnologia da Informação e particularmente a *Internet* têm cada vez maior transcendência na condução e disseminação da investigação científica. Indubitavelmente a Tecnologia da Informação produzida através da Informática cresceu de maneira acentuada e enseja progressos extraordinários (NASCIMENTO, 2003, p. 54).

As consequências dessas mudanças alcançaram as instituições de ensino superior que, segundo a conformação legal proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) se manifesta sob uma variedade de tipos: Universidades, que se caracterizam pela autonomia didática, administrativa e financeira, por desenvolver ensino, pesquisa e extensão e, portanto, possuir um número significativo de mestres e doutores; os Centros Universitários que se diferenciam por atuar em duas ou mais áreas do conhecimento, com autonomia para abrir e fechar cursos e vagas de graduação; as Faculdades Integradas que reúnem distintos cursos, oferecem ensino e, por vezes, extensão e pesquisa e, por fim, os Institutos ou Escolas

⁴⁵ É possível conceituar Tecnologia da Informação como recursos tecnológicos e computacionais utilizados para recuperar, armazenar, organizar, tratar, produzir e disseminar a informação (NASCIMENTO, 2003, p. 54).

Superiores, que atuam em área específica do conhecimento e podem ou não fazer pesquisa, mas dependem do Conselho Nacional de Educação para criação de novos cursos.

Percebemos que as Universidades obrigatoriamente são responsáveis por fomentar ensino, pesquisa e extensão e garantir a produção de conhecimento. Pimenta e Anastasiou ratificam essa tendência: “Entendemos a universidade como instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão” (2002, p. 161). Chaui complementa ao afirmar que “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada à estrutura e modo de funcionamento da sociedade como um todo” (2003, p.1).

É pertinente resgatarmos as modificações pelas quais essa instituição tem passado. As universidades vêm alterando suas finalidades e adaptando-se as exigências do mundo capitalista: “[...] podemos verificar crescente divórcio entre as finalidades da universidade enquanto instituição social e as esperadas pelo Estado nacional de caráter neoliberal” (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002, p. 167).

Pimenta e Anastasiou (2002) e Chaui (2003) apontam as etapas pelas quais as universidades vêm passando. Na década de 1970 vivenciou-se a chamada *universidade funcional*, que possuía *status* e prestígio, por possibilitar aos egressos ascensão social, mediante seus cursos de graduação, além disso, formava mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. A partir dos anos 1980, surge a *universidade dos resultados* com a expansão da rede privada e a parceria com empresas, que encomendavam pesquisas. Em 1990 vivenciamos a *universidade operacional* que se caracterizou como entidade administrativa, com menor preocupação com o conhecimento ou o mercado de trabalho e voltada para si mesma, preocupada com os índices de produtividade.

Embora a ideia de legitimidade remeta a autonomia do saber em face da religião e do Estado, percebemos que algumas mudanças comprometeram essa autonomia e legitimidade. Para ilustrar, temos a reforma de Estado proposta no governo Fernando Henrique Cardoso que ao definir os setores que compõem o Estado criou o Setor de Serviços não exclusivos do Estado e nele situou a educação, saúde e cultura.

Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: 1) que a educação deixou de ser um direito e passou a ser considerada um serviço; 2) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não é só isso.

A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social (CHAUI, 2003, p. 2).

A preocupação nessa mudança de instituição social para organização social deriva exatamente das finalidades a que se propõe cada modelo. As organizações sociais tendem a enfatizar o modelo de gestão, planejamento, controle, sendo, portanto guiada por sua instrumentalidade. Não se preocupa em questionar sua existência ou seu papel social, mas sim o alcance de seus objetivos particulares. As instituições sociais diferentemente preocupam-se com a universalidade por refletirem os aspectos sociais, culturais e políticos da sociedade. A sociedade apresenta-se como sua referência normativa e valorativa (CHAUI, 2003).

As discussões sobre a função social das universidades permeou as últimas décadas, junto a uma tendência de adequação do ensino aos ideais neoliberais. No bojo desses debates, duas tendências complementares foram defendidas: democratização e descentralização do ensino. A redemocratização do país em meados da década de 1980 induziu a defesa de uma política de democratização da educação que afirmava que, para ser efetiva, deveria ocorrer no âmbito federal, estadual e municipal. As primeiras mudanças perceptíveis foram na descentralização da administração através da gestão democrática; a retomada dos debates sobre municipalização do ensino, apoiada pelos privatistas e a alegação de que era necessário modernizar a educação para garantir a qualidade na formação do trabalhador exigência do mercado globalizado. Paiva (1986) propõe que o dilema centralização/descentralização deve ser remetido à própria história da formação social brasileira e as tendências econômico-sociais presentes em cada período histórico. Assim, descentralização e democratização da educação no Brasil não podem ser discutidas independentemente do modo pelo qual é concebido o exercício do poder político no país. Nesse contexto, identificamos que até o final do século XX a descentralização vem atrelada aos interesses neoliberais de diminuição dos gastos sociais do Estado.

Já na Lei de Diretrizes de 1996 observamos um fenômeno interessante: a centralização, no âmbito federal, das decisões sobre currículo e avaliação e o repasse à sociedade de responsabilidades estatais através, por exemplo, do incentivo aos trabalhos voluntários⁴⁶. A LDB apresentava uma política que centralizava o poder e descentralizava as responsabilidades.

No primeiro mandato, Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) lança o programa “Uma

⁴⁶ Como exemplo, podemos citar o “Amigos da escola”.

escola do tamanho do Brasil” no qual defendia “Pensar a educação como uma ação relevante na transformação da realidade econômica e social do povo brasileiro é pensar numa Escola do tamanho do Brasil” (PT, 2002, p. 07). Para assegurar o direito a Educação, o governo Lula se propôs obedecer a três diretrizes: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão. Especificamente para o ensino superior, o governo propôs-se a ampliar as vagas, haja vista o crescimento de 200%, na década de 1990, de concluintes do ensino médio. As metas eram: ampliar as vagas no ensino superior; promover a substituição do FIES por um novo Programa Social de Apoio ao Estudante; criar o Programa Nacional de Bolsas Universitárias (PNBU); promover o aumento anual do número de mestres e doutores em pelo menos 5%; estabelecer mecanismos que superassem os limites de acesso ao ensino superior para negros e egressos de escolas públicas; implantar, de forma progressiva, uma rede universitária nacional de ensino a distância; ampliar programas de iniciação científica e criar programas de iniciação à docência e à extensão; revisar as carreiras e matrizes salariais dos docentes e funcionários técnico-administrativos das instituições federais de ensino; revisar as atribuições do Conselho Nacional de Educação; estabelecer novo marco legal para as fundações de apoio institucional criadas nas IES públicas e revisar a legislação e o estatuto dos hospitais universitários integrando suas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa com a necessária qualidade suas atividades assistenciais (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOCHI, 2011).

Para alcançar as metas estabelecidas para o ensino superior foram criados programas que permitissem democratizar a educação superior e estabelecer nova regulação entre os sistemas público e privado. Nesse estudo nos deteremos no Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Vemos, contudo, que um dos ecos da Reforma de 1968, nas mudanças implementadas a partir de 1990 foi de um lado, a ideia de que a universidade constituía um elemento impulsionador do desenvolvimento do país pelo fortalecimento de sua produção científica e tecnológica; de outro lado, a exigência de expandir e modernizar efetivamente o ensino superior sem a elevação de seus custos.

2.2.1. As políticas de democratização do ensino superior

A reforma da educação superior no Brasil foi conduzida pelo Ministério da Educação a partir da definição de políticas públicas de âmbito nacional com ações direcionadas ao setor público e privado. O processo de democratização do ensino corresponde a políticas que objetivam tornar esse nível de ensino acessível às diversas classes sociais.

Ademais, as iniciativas subsequentes indicam uma tendência de colocar a universidade no projeto de desenvolvimento nacional e reverter o estado de abandono ao qual as universidades haviam sido submetidas. Para se compreender essas mudanças é necessário analisar as ações de diversos agentes do processo decisório, como organismos internacionais, a agenda governamental, as políticas sociais e econômicas, o momento histórico, o processo de espacialização, dentre outros aspectos.

Em 2003, a reforma do ensino superior implementada pelo Ministério da Educação estava direcionada para três objetivos básicos: a) refinar a universidade pública; b) transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior; e c) estabelecer nova regulação entre os sistemas público e privado.

A educação superior no Brasil tem uma tradição elitista e seu acesso tem ficado restrito a poucos alunos, sobretudo quando se trata do ingresso nas universidades públicas. Diferentemente da educação básica na qual o acesso se dá basicamente na rede pública, a educação superior historicamente contou com índices muito baixos de ingresso, esses dados são mais alarmantes quando se observa o setor público. A relação entre oferta pública e privada, observada na educação básica, se inverteu na educação superior, em que, desde os anos 1990, observa-se a predominância das matrículas nas instituições particulares. Várias críticas foram tecidas acerca dessa inversão, o argumento predominante era que a maioria dos alunos egressos da educação básica pública não conseguiam entrar na educação superior pública. Esse debate permitiu a elaboração de políticas compensatórias como o PROUNI e o FIES que resultam em transferência de recursos públicos para o setor privado.

Desde a década de 1990 o país vive um período de expansão do setor público da educação superior com a ampliação do número de universidades federais e dos Institutos de

educação profissional e tecnológica. No setor privado, o governo federal criou o PROUNI – que concede bolsas de 50% e 100% a estudantes de baixa renda para cursos em Instituições Privadas e ampliou o alcance do FIES – Programa de Financiamento Estudantil. O setor privado da educação superior vivenciou forte crescimento, especialmente nos primeiros anos da década e um movimento de interiorização em busca de novas demandas estudantis.

O PROUNI e o FIES são programas que não alteram a estrutura seletiva do sistema superior de educação. As bolsas distribuídas por esses programas visam a promover justiça permitindo que o aluno pobre possa continuar seus estudos em nível superior. Contudo, ao fazê-lo, promovem o financiamento da educação privada com recursos públicos (OLIVEIRA, 2012, p. 4-5).

Os críticos defendem que a apregoada *democratização* do ensino deveria ser nomeada como *generalização* do ensino, haja vista essa expansão ter ocorrido mais no setor privado. A expansão e democratização do ensino superior é uma temática de grande amplitude, por esse motivo optamos por limitar a análise em duas propostas elaboradas pelo Ministério da Educação (MEC), que tratam sobre o assunto: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela Lei nº 1.096/2005 e o Decreto Presidencial nº 6096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Reconhecemos a existência de outros documentos divulgados pelo governo federal que contemplam a preocupação em torno da política de expansão da educação superior, todavia por ora nos deteremos no PROUNI e REUNI por se constituírem em políticas de expansão que sugerem, em seus enunciados, a democratização do nível superior de escolaridade como forma de promover inclusão e justiça social.

2.2.1.1. O Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais (cuja renda per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio) e parciais (que consistem em desconto de 50% para estudantes com renda per capita igual ou inferior a três salários mínimos)

a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos (BRASILE, 2012).

O Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2012, mais de 1(um) milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais e 33% com bolsas parciais⁴⁷.

Implantado em 2005, o ProUni se insere em um contexto no qual apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados em IES, segundo dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios, PNAD (2003). No conjunto dos países da América Latina, o Brasil apresenta um dos mais baixos índices de acesso, comparado com a Argentina (cerca de 40%), Venezuela (26%) e Chile (20,6%). Tal situação se configura como particularmente desafiadora, quando se toma como referência a meta definida pelo Plano Nacional de Educação de 2001, que propõe prover até o final da década a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. (APRILE e BARONE, 2009, p. 49).

O ProUni pode ser definido como uma política focalizada e compensatória, prática privatista e ação afirmativa. Ao anunciar o ProUni como uma estratégia de focalização explicita-se que a mesma está direcionada as pessoas que compõem os grupos vulneráveis e carentes, para corrigir lacunas das políticas universalistas. A democratização do acesso ao ensino superior, em diversos países, tem sido obtida por meio das ações afirmativas. No Brasil, essas ações afirmativas foram desenvolvidas pelos movimentos sociais, que empreenderam esforço, no sentido de ampliar a inclusão no ensino superior, lutando não apenas pelo acesso, mas também pela permanência dos estudantes neste nível de ensino (APRILE e BARONE, 2009).

A solução do problema da insuficiência de vagas no ensino superior foi equacionada nesse período pelo incentivo à iniciativa privada, o ProUni resgatou as relações entre o público e o privado, sobretudo no tocante ao financiamento da educação, uma vez que, registra a transferência de recursos públicos para as empresas privadas de ensino, mediante isenção de recolhimento de impostos e tributos incidentes sobre receitas provenientes das atividades desenvolvidas.

⁴⁷ www.mec.gov.br.

É preciso registrar que embora o ProUni tenha se fundamentado em um discurso de justiça social, na realidade, foi formulado para responder as exigências do segmento privado que sofria com o grande número de vagas ociosas. A expansão do setor privado a partir da década de 1990 gerou esse excedente de vagas. Segundo o INEP (2006), o número de vagas ofertadas passou a ser superior ao número de concludentes do ensino médio, ou seja, temos mais oferta que demanda.

Assim, a política privatista do ensino superior visava criar condições de sustentação financeira dos estabelecimentos existentes. Lembremos que a principal iniciativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) foi propor a coexistência entre instituições públicas e privadas de ensino e a manutenção da gratuidade do ensino nas instituições públicas.

Quanto ao segmento particular, a alteração legislativa mais significativa, e, que sofreu severas críticas das associações de classe que defendem os interesses privados, foi a diferenciação institucional intra-segmento privado. Até 1997, todos os estabelecimentos particulares de ensino usufruíram imunidade tributária sobre a renda, os serviços e o patrimônio. A partir de então, as instituições passaram a ser classificadas em privadas *stricto sensu* e sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias e filantrópicas). As primeiras deixaram de se beneficiar diretamente de recursos públicos e indiretamente da renúncia fiscal, enquanto que as demais permaneceram imunes ou isentas de incidência tributária. (CARVALHO, 2012, p. 4-5).

Segundo Leite (1980), o movimento contra a Universidade e o ensino gratuito foi iniciado em meados de 1979 a partir de argumentos obscuros e frágeis. “O argumento mais frequente e também o mais falacioso baseia-se em uma comparação com os EUA, eterno paradigma para brasileiros ingênuos. Naquele país seriam as grandes universidades sustentadas pela iniciativa privada e, não obstante, de excelente qualidade” (p. 46). A principal diferença entre o ensino superior privado e oficial que ocorre nos Estados Unidos, é que nos últimos anos o país percebeu a importância decisiva da Universidade para a nação e, assim iniciou uma série de emendas constitucionais que permitam interferência progressiva do governo federal no suporte ao ensino superior. O segundo argumento que, para Leite (1980), também é falho é que o ensino privado é mais eficaz economicamente, para o autor, esse argumento ignora que nas instituições públicas o cálculo não é apenas relativo ao custo do aluno, mas aos investimentos em pesquisa, pós-graduação e serviços prestados à comunidade. A terceira falácia é que os alunos ricos das universidades públicas custeariam a educação dos alunos pobres, ignorando que a renda média das famílias dos alunos de Universidades estaduais não garantiriam jamais o custeio da instituição.

A ascensão das matrículas no ensino superior, sobretudo, a partir de 1998, enfrentou no setor privado limites estruturais em função da situação econômica de seus alunos (CORBUCCI, 2002). Tivemos o crescimento da oferta de vagas nas instituições particulares, mas simultaneamente o país enfrentava um período de restrições econômicas, com a queda da renda média. O problema passou a ser a dificuldade de se manter nos cursos e não a ausência de vagas, uma vez que, a democratização do ensino *a priori* privilegiou a via privada. O quadro que segue demonstra a quantidade de bolsas concedidas pelo ProUni no estado do Ceará de 2005, início do funcionamento do programa, até 2012.

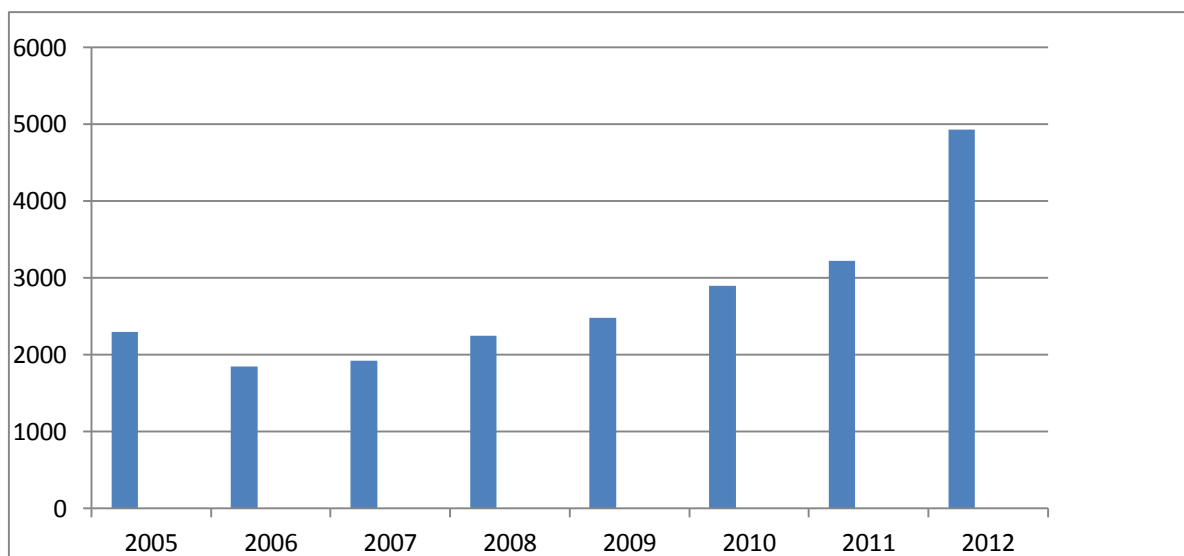
Quadro 1: Número de bolsas do ProUni ofertadas no Ceará entre 2005 e 2012

ANO	Nº DE BOLSAS – CEARÁ		
	Integral	Parcial	Total
2005	1582	720	2302
2006	1493	354	1847
2007	1207	721	1928
2008	1200	1053	2253
2009	1617	864	2481
2010	1732	1170	]2902
2011	1907	1321	3228
2012	3076	1818	4930
TOTAL GERAL			43.742

Fonte: Elaboração própria.

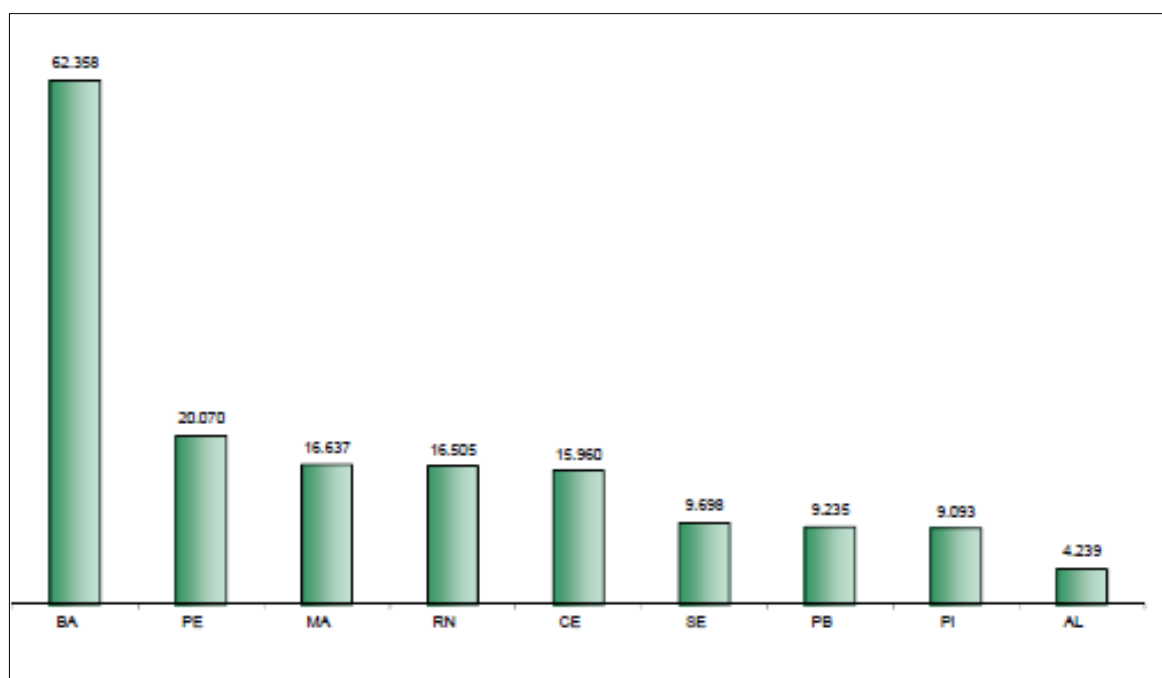
O quadro 3 indica que entre os anos 2005 e 2012 foram disponibilizadas 43.742 bolsas. O ano de 2012 se destaca pelo quantitativo concedido (4.930), já em 2006 tivemos o menor índice de bolsas ofertadas conforme enfatiza o gráfico 6.

Gráfico 2: Evolução do número de bolsas concedidas pelo ProUni no estado do Ceará



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3: Bolsistas por Unidade da Federação: região Nordeste



Fonte: BRASIL, e, 2012.

No gráfico 3 vemos uma discrepância entre o número de bolsistas em estados como Bahia e Ceará. A justificativa para essa diferença se deve, dentre outros aspectos, a quantidade de municípios com instituições participantes do PROUNI. Em 2005, o estado da Bahia possuía

48 municípios com instituições cadastradas, que receberam bolsas do programa, já o Ceará tinha apenas 4 municípios participando, eram eles: Fortaleza, Aracati, Juazeiro do Norte e Quixadá. Atualmente, a Bahia possui 72 municípios participantes do programa e o Ceará, 18.

É interessante perceber que Quixadá recebe bolsas do PROUNI desde o início do processo de concessão em 2005 e participou de todas as seleções até 2012, ainda mais porque Quixadá possui apenas uma grande instituição de ensino superior privada: a Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS).

A FCRS iniciou suas atividades em 2004 e oferece 17 cursos de graduação (administração, arquitetura e urbanismo, biomedicina, ciências contábeis, direito, educação física, enfermagem, engenharia de produção, engenharia mecânica, engenharia mecatrônica, farmácia, filosofia, fisioterapia, odontologia, psicologia, sistemas de informação e teologia) e 6 cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Quadro 2: Número de bolsas ofertadas em Quixadá

QUIXADÁ / CEARÁ			
ANO	Nº DE BOLSAS OFERTADAS		
	Integral	Parcial	Total
2005	29	50	79
2006	46	31	77
2007	30	53	83
2008	49	0	49
2009	68	0	68
2010	60	0	60
2011	52	3	55
2012	54	0	54
TOTAL GERAL			525

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 4 percebemos que de 2005 a 2012 foram concedidas 525 bolsas do ProUni a estudantes em Quixadá. Em 2005, 2006 e 2007 tivemos a oferta de bolsas parcial, entretanto de 2008 a 2012 apenas 3 bolsas parciais foram conferidas. O programa foi idealizado para alunos

de baixa renda e a bolsa parcial não parece ser uma alternativa viável, uma vez que, mesmo em cursos gratuitos ou nos quais os alunos possuem bolsa integral, já existe dificuldade de permanência em função da necessidade de deslocamento, em alguns casos moradia, aquisição de material de leitura, dentre outras despesas comuns em cursos de graduação.

A análise dos dados de 2005 indica uma evasão de 15% que pode estar associada, como já mencionado, às dificuldades financeiras e ao descontentamento com a instituição de ensino, ou com o curso. Ademais, Catani e Giliori (2005) deixam claro que o ProUni promove uma política de acesso ao ensino superior, mas não de permanência e conclusão do curso.

Para minimizar esse problema, o governo federal autorizou, através da Medida Provisória 251, de 2005, a concessão da bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00 mensais, unicamente, para o pagamento de despesas educacionais de universitários que estudam em turno integral. Esse auxílio é relevante, todavia, insuficiente. Os índices de 2005-2006 apontam que dos bolsistas ProUni no período apenas 2% receberam a bolsa permanência.

2.2.1.2. O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

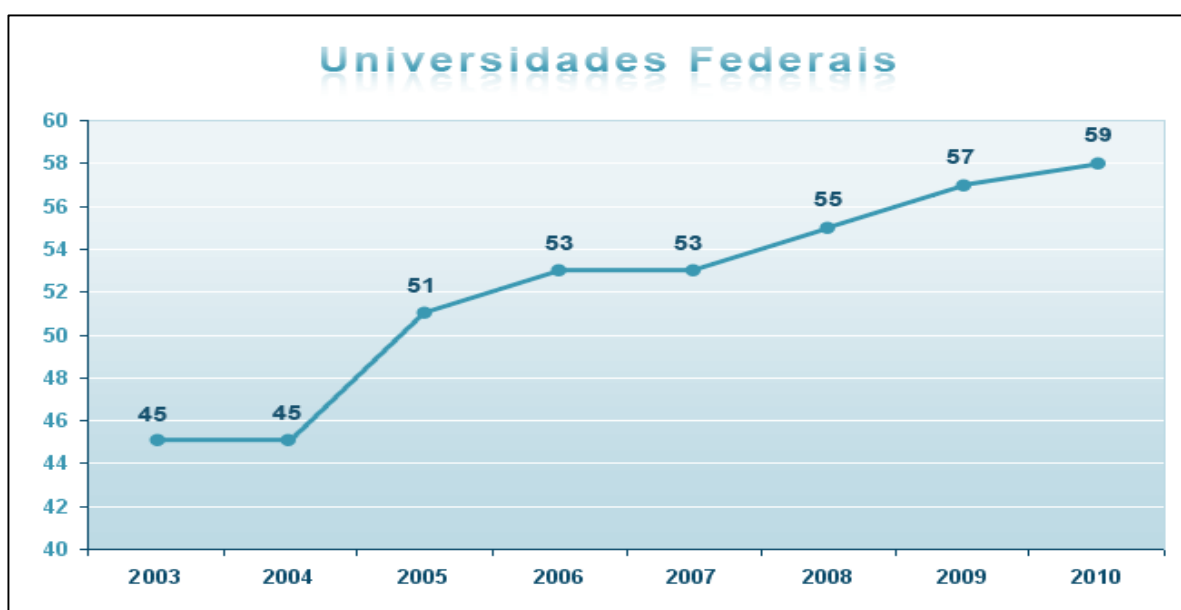
Nas políticas de democratização do ensino insere-se a expansão da educação superior com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Em sua formulação, o Reuni teve como principais objetivos: garantir as universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior (BRASILf, 2009, p. 03).

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. Através do Reuni, o governo federal perfilhou inúmeras medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para as universidades conduzirem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa são percebidos pelos números da expansão, iniciada em 2003⁴⁸.

Além do Programa Reuni, criado em 2007 e que teve início de implementação em 2008, a reestruturação das universidades federais também conta com o incremento do Programa de Expansão Fase I que, com forte caráter de interiorização das universidades, teve seu início em 2003 e o prazo para sua conclusão é o ano de 2010. Os dois Programas – Reuni e Expansão Fase I – totalizam, até o momento, um investimento já realizado de, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão. No que diz respeito as autorizações para realização de concursos públicos, as duas iniciativas somam 6.355 vagas para técnicos administrativos e 9.489 vagas para docentes. (BRASILf, 2009, p. 14).

Gráfico 4: Expansão das Universidades Federais



Fonte: BRASIL, f, 2009.

O projeto de expansão da Rede de Ensino Superior Federal, iniciada no ano de 2003 através das políticas de democratização da educação, foi viabilizado com a interiorização dos campi das universidades federais. Dessa forma, a quantidade de municípios atendidos pelas

⁴⁸ O Programa de Expansão Fase I das universidades federais teve início em 2003, seguido pela criação do Reuni em 2008 e com conclusão prevista para 2012.

universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (BRASIL, f, 2009).

Quadro 3: Campi e municípios atendidos

TOTALIZAÇÃO DE CAMPI	
Número de <i>Campi</i> Sede	59
Número de <i>Campi</i> Não Sede	171
Total de <i>campi</i>	230
Número de Unidades na Sede	35
Número de Unidades Fora de Sede	17
Total de unidades	52
Total (<i>campi</i> + unidades)	285
TOTALIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS	
Municípios atendidos por um campus	218
Municípios atendidos por mais de um campus	6
Municípios atendidos somente por unidade (exceções)	11
Número de Municípios	235
Existência	
Novo	104
Preexistente	151
Previsto	27
Total	282

Fonte: BRASIL, f, 2009.

Os dados demonstram a expansão no número de campi. No Ceará, o Reuni beneficiou a Universidade Federal do Ceará (UFC). A UFC está sediada em Fortaleza, e atualmente possui seis campi, são eles: Campus do Pici, Campus do Benfica e Campus do Porangabussu, localizados no município de Fortaleza, além do Campus de Sobral, Campus do Cariri e Campus de Quixadá.

A Universidade Federal do Ceará desempenha, há 55 anos, um papel de fundamental importância no desenvolvimento de nosso estado. A instituição passa atualmente por um processo de expansão para o interior com o objetivo de viabilizar que estudantes de todo o estado do Ceará tenham melhores condições de acesso ao ensino superior de qualidade (CEARÁa, 2012, s/p).

O Cariri cearense é conhecido como um tipo de oásis no Sertão, tanto do ponto de vista ecológico quanto climático e hidrográfico. Mas também por critérios culturais, ele geralmente é classificado como uma região especial, diferente do ambiente cultural sertanejo. O Polo Cariri Cearense ocupa uma área de 6.342,3km² correspondente aos municípios de Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri.

O campus da UFC no Cariri possui 3 unidades acadêmicas: *Campus de Barbalha* que oferece o curso de Medicina; *Campus do Crato* com o curso de Agronomia e o *Campus de Juazeiro do Norte* com os cursos de Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Comunicação Social, Design de Produto (Tecnólogo), Música, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Filosofia.

Na região do sertão central, a UFC conta com o campus avançado de Quixadá, em funcionamento desde 17 de setembro de 2007. Este campus oferta cursos superiores relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com expectativa de promover o desenvolvimento regional. Os cursos ofertados são: Engenharia de Software, Rede de Computadores e Sistemas de Informação.

Em Sobral funciona, desde 2006, um campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) com os cursos de Graduação em Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Odontologia e Psicologia, Medicina, Finanças, Misi-Pitakajá (Magistério Indígena

Superior Intercultural dos Povos Pitaguary, Tapeba, Kanindé, Jenipapo-Kanindé e Anacé, MITS (Magistério Tremembé Superior), Administração em Gestão Pública e um curso de especialização em Coordenação Pedagógica.

Embora o Reuni tenha sido aceito por todas as 53 universidades federais existentes na época, inúmeras críticas foram feitas a proposta. Primeiro, os centros acadêmicos denunciaram a falta de discussão e democratização das informações. Alunos e professores chamavam atenção para o decreto 6096/2007, em seu artigo 3º, no 3º§ que diz “o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”, ou seja, se o MEC não possuir recursos suficientes, as universidades poderão ter que funcionar sem verba.

Isso significava que se as universidades ampliassem o número de vagas, abrissem novos cursos, montassem laboratórios e não tivessem o repasse de recursos para mantê-los não se saberia o que fazer para capitanear recursos. O plano de metas era válido por cinco anos. Com o Reuni tendo sido implantado em 2008, e com previsão de término em 2012 não se sabia como ficariam as instituições federais. O aumento na quantidade de alunos por professor (de 10 para 18) foi outro motivo de preocupação.

Numa perspectiva territorial, a descentralização da educação pode ser percebida como desconcentração espacial. Para Firkowsky (1999) e Lencioni (1999), a desconcentração espacial está relacionada à localização das unidades de produção, geralmente industriais.

No Brasil, a desconcentração espacial foi praticada a partir da década de 1970, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que objetivavam redistribuir parques industriais que se encontravam concentrados, sobretudo, na região Sudeste. Esperava-se o uso equilibrado do território nacional através da integração de regiões diferentes.

Processo semelhante foi vivenciado pela educação. Desde que foi inserida no setor de serviço, passou a fazer parte do Plano Nacional de Desenvolvimento e sofreu a mesma lógica de descentralização já praticada no setor industrial. As instituições de ensino superior foram instaladas em cidades do interior com potencial de crescimento como forma de diminuir as desigualdades sociais através da oportunidade de qualificação. A tabela que segue indica a quantidade de Instituições de Ensino Superior situadas no interior no ano de 2010.

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2010.

Categoria administrativa	INSTITUIÇÕES						
	TOTAL GERAL	CAPITAL	INTERIOR	UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	IF / CEFET
Total	2.378	826	1.552	190	126	2.025	37
Pública	278	91	187	101	7	133	37
Federal	99	60	39	58	-	37	37
Estadual	108	31	77	38	1	69	-
Municipal	71	-	71	5	6	60	-
Privada	2.100	735	1.365	89	119	1.892	-

Fonte: MEC/ Inep, (2010).

A Tabela 1 indica que no ano de 2010 atingimos um total de 2.378 instituições de ensino superior sendo 190 Universidades, 126 Centros Universitários, 2025 Faculdades e 37 centros tecnológicos. Das 2.378 instituições existentes, 826 estão localizadas nas capitais, e 1.552 em cidades do interior. Uma análise por critérios meramente quantitativos indica que a interiorização tem se consolidado nos últimos anos.

A leitura das categorias administrativas demonstra que das 2.378 instituições: 99 são federais, 108 estaduais e 71 municipais. Os dados estão em consonância com a defesa de uma política de democratização da educação que, afirmava para ser efetiva deveria ocorrer no âmbito federal, estadual e municipal instaurada desde o final da década de 1980. Alarmante é perceber que, do total de instituições de ensino superior existentes no país (2.378) 88,3%, ou seja, 2.100 IES são particulares. Isso significa que a defesa do processo de privatização da educação pelos organismos internacionais como Banco Mundial, Cepal, OCDE, Banco Interamericano, dentre outros, surte efeito na política educacional brasileira. A ideia de que as instituições privadas eram bastante eficazes para países em desenvolvimento, pois respondiam de maneira eficiente e flexível as demandas dos estudantes e as condições dos mercados de trabalho foram

absorvidas e seu reflexo pode ser observado na predominância da oferta de ensino superior privado sobre o ensino superior público.



CAPÍTULO II

CAPÍTULO II: A VIAGEM

Esta parte da Tese será nomeada de “A viagem”. Comumente designamos viagem ao movimento de pessoas entre locais relativamente distantes, com qualquer propósito e duração. Neste capítulo pretendemos nos movimentar no intuito de compreender conceitos fundamentais ao nosso estudo como: interiorização, regionalização, universidade e desenvolvimento, dentre outros. Uma viagem pode ser a passeio ou a trabalho, pode ainda ser prazerosa ou sofrida, temos destinos belos outros nem tanto, por vezes é rápida em outros trechos demorada. O viajante pode se caracterizar como arrojado e assumir riscos ou cuidadoso e ponderar todas as possibilidades e consequências.

A tese, igualmente, em determinados trechos é prazerosa em outros somos tomados pelo desespero, alguns achados são belos outros nem tanto. O pesquisador por vezes arrisca e faz descobertas inéditas, na maior parte do tempo a investigação está limitada/orientada por prazos e métodos. Iniciamos o doutorado confiantes, após a aprovação em uma seleção concorrida, todavia, ao longo do curso os desafios apenas se complexificaram. Assim, não raro nos sentíamos perdidos o que nos fazia lembrar um verso de Cecília Meireles no qual afirma: “Também procurei no céu a indicação de uma trajectória, mas houve sempre muitas nuvens [...]”.

Nesses momentos de alheamento ou confusão fazíamos como os navegantes que buscam por um farol na escuridão da noite em pleno oceano, pois seu facho de luz é visível a longas distâncias. O primeiro e mais constante desses “faróis” foi sem dúvida o orientador. Para Leite Filho e Martins (2006, p. 100):

Os orientadores são personagens que mantêm relações singulares, intersubjetivas, complexas e ricas em detalhes com os orientandos, e, desta convivência, resultam dissertações e teses que contribuem para a sistematização e consolidação do conhecimento científico em determinada área.

Destacamos, ainda, as bancas constituídas para disciplina Seminário de Tese⁴⁹ e para o Exame de Qualificação⁵⁰ cujo papel diretivo corroborou para a qualidade do trabalho. O esforço ou sinergia empregados para elaboração de uma tese relevante assemelham-se a uma viagem, na qual nos perdemos e precisamos (re) encontrar o caminho. Inicialmente, nossa viagem será para o interior, ou seja, procuramos entender como diferentes áreas do conhecimento abordam interior, interioridade e interiorização e como essas ciências nos ajudam a pensar esses conceitos numa perspectiva geográfica. A seguir, discutimos a hinterlândia cearense, a diferença entre interior e o “não-interior” e a explicitação do que impulsionou o processo de interiorização cearense. No tópico seguinte assumimos uma perspectiva regional, pois não poderíamos abordar Quixadá sem contextualizá-la regionalmente, apresentamos dados da expansão do ensino médio que criou uma demanda pelo ensino superior, analisamos as prospecções para educação superior em diversos documentos oficiais, além de descrever o início do processo de interiorização no Ceará e o papel assumido pela UECE na formação de professores.

Assim, as três principais discussões propostas para o capítulo são: o conceito de interiorização; a hinterlândia cearense; a interiorização do ensino superior no Ceará e a “vocação” da UECE para formação de professores, todas essas discussões possuem como nexo ou ligação a análise do ensino superior. Explicitamos que nos interessa abordar a interiorização do ensino superior, embora seja esse um processo que envolva outras instituições sociais; discutimos ainda as dimensões e direções dessa interiorização e para tanto adentramos o interior cearense, curiosos em saber o que justifica a implantação de faculdades e universidades nessa região.

Essa viagem, portanto, tem início no debate conceitual e visa uma aproximação com as causas e efeitos da interiorização. O Brasil tem assistido à implementação de programas, planos e projetos de natureza educacional, cujo objetivo tem sido a consolidação de uma política que prioriza a descentralização do ensino o que ocasionou um processo de interiorização, cujas dimensões são inéditas para o país. O estudo sobre a atual constituição do ensino superior brasileiro é relevante, haja vista as mudanças ocorridas nos últimos anos, sobretudo a partir de

⁴⁹ Essa banca foi constituída pelo Orientador, professor doutor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE) e pelos colaboradores doutor Otávio José Lemos Costa (UECE) e Luís Távora Furtado Ribeiro (UFC).

⁵⁰ Essa banca foi constituída pelo Orientador professor doutor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE) e pelos avaliadores doutor Christian Dennys Monteiro de Oliveira (UFC) e doutor Antonio Germano Magalhães Júnior (UECE).

1990, com o processo de interiorização, que parece querer superar a anencefalia a qual muitas cidades estiveram condenadas, ao serem privadas do acesso à educação.

3.1. Interior, Interioridade e Interiorização

No exame de qualificação da tese de doutorado, o professor doutor Christian Dennys Monteiro de Oliveira da Universidade Federal do Ceará (UFC), fez um comentário inquietante: “Interiorização não é jamais conceituada. Você fala de interiorização como se o processo fosse um substantivo autoevidente. Mas quem, ou que forças, interiorizam (em que dimensão) o ensino superior?” Respondi que os autores por mim lidos não realizavam essa conceituação e, após uma breve pausa, ele respondeu que eu talvez tivesse que fazê-la. Esse desafio me desassossebou por meses, pois embora o processo de interiorização do ensino superior venha sendo insistentemente debatido, os diversos trabalhos lidos de fato o tratam como algo autoevidente, nunca se preocupando em defini-lo.

Após refletir muito sobre a observação e conversar com meu orientador, reconhecemos que precisávamos deixar claro o que esse processo representa, sua origem e consequências. Para isso, investigamos como a literatura, a filosofia, a psicologia, a sociologia e a geografia podem nos fornecer elementos para essa avaliação. Não há pretensão de criar conceitos ou definições, mas de entender o que o processo de interiorização tem representado e quais suas implicações no Brasil.

Para o título do capítulo fomos inspirados por uma obra de Júlio Verne - *Viagem ao centro da terra* -, pois essa pareceu de fato uma viagem pelas diversas áreas do conhecimento na tentativa de entender o que significa interior, interioridade e interiorização. Tínhamos antes, contudo, que compreender o que essa travessia significava e para responder ao professor Christian e aos questionamentos que seu comentário suscitou o que impulsiona a viagem (e em que dimensão e direção).

Não podíamos apenas nos preocupar em compreender o que acontece no interior, mas sim o que é interior. O que impulsiona projetos, políticas, instituições e pessoas nessa direção.

Verne (1864) acertadamente afirma que a ciência é perfectível. Assim, esperamos contribuir para esse aperfeiçoamento através da reflexão sobre interiorização. “[...] nem você, nem ninguém tem certeza do que acontece no interior do globo, já que se conhece apenas doze milésimos do seu raio; a ciência é eminentemente perfectível e cada nova teoria destrói uma velha” (VERNE, 1864, p. 30).

A descrição etimológica indicou que interiorização é o ato ou efeito de interiorizar. Já interior é o que está dentro. Para a arquitetura interior é a parte de dentro da construção; para filosofia pode se referir à alma; na psicologia ou sociologia, a natureza moral e para geografia os espaços mais distantes ou menos desenvolvidos de uma região.

Durante décadas, essas áreas internas foram de difícil acesso, pouco desenvolvidas técnico-científica e informacionalmente, não estavam integradas ao restante do país e eram pouco conhecidas, como afirma Verne (1864), conhecíamos “milésimos de seu raio”. A interiorização mudou esse contexto, antes disso a globalização e a evolução tecnológica romperam as fronteiras e aproximaram as regiões, integrando-as.

Questionamo-nos como as diferentes ciências conceituam interior, interioridade ou interiorização, pois esperamos, através de diferentes visões, sistematizar um conceito que se aplique a geografia. Interiorização pode ser considerada uma palavra polissêmica, isto é, possui várias interpretações se considerarmos as situações de aplicabilidade. Uma dessas situações de aplicabilidade está relacionada ao autoconhecimento. Sócrates afirmava que antes do homem se preocupar em conhecer a origem da natureza ou das coisas, deveria primeiro procurar conhecer a si mesmo. Talvez por isso a inscrição no pórtico do templo de Apolo seja “conhece-te a ti mesmo”.

Platão assim como Sócrates buscava as verdades essenciais, ou seja, a verdade no interior do próprio homem ou as verdades do ser. Assim, quando Platão buscava o conhecimento no homem não ressaltava o homem enquanto corpo, mas como alma. “E purificação não vem a ser, precisamente, o que dissemos antes: separar do corpo, quanto possível à alma, e habituá-la a concentrar-se e recolher-se a si mesma” (PLATÃO, s/d, p. 10).

O diálogo entre Símas e Sócrates explora alguns aspectos do conhecimento evidenciando que toda vez que a alma tenta investigar algo se vê lograda pelo corpo. “Ora a alma pensa melhor quando não tem nada disso a perturbá-la, nem a vista, nem o ouvido, nem

dor, nem prazer de espécie alguma, e concentrada ao máximo em si mesma” (PLATÃO, s/d, p. 08).

Em sua obra *Fédon: a imortalidade da alma* (s/d), Platão apresenta o debate sobre o autoconhecimento e evidencia que o conhecimento de si distingue-se do conhecimento dos objetos exteriores, pois o autoconhecimento é resultado da introspecção.

Agostinho também salienta a importância do conhecimento de si. Em sua tese, Gracioso (2010), questiona o que seria a interioridade para Agostinho? No texto *Confissões*, Agostinho especifica que a interioridade é um processo, ou seja, um voltar-se cada vez mais para o interior. “Agostinho pela *mens*, auxiliado por Deus, e agora no registro do interior, consegue vislumbrar aquilo que antes não conseguia” (GRACIOSO, 2010, p. 53).

Agostinho manifesta a intenção de louvar a Deus pelos bens e males recebidos. A confissão dos pecados estabelece ao pecador a verdade e o dispõe ao perdão de Deus. Dessa forma, a melhor maneira de buscar a verdade é através da confissão. Por esse motivo, Agostinho entra no mais profundo de si mesmo para encontrar seu criador. “Mas tu eras mais interior do que o íntimo de mim mesmo e mais sublime do que o mais sublime de mim mesmo” (SANTO AGOSTINHO, 2008, p. 11).

Essa citação nos indica que só o homem interior está apto a descobrir Deus. Temos assim que a interioridade provoca uma nova percepção do ser. Debruçamo-nos sobre as *Confissões* porque a obra pode ser considerada, além de um relato autobiográfico, simultaneamente uma obra de filosofia, teologia, psicologia, poesia, literatura e história. Em suas *Confissões*, Agostinho (livro X – VI – 9) “procura Deus nas suas criaturas” e sua descrição explicita a importância que ele atribui ao processo de interiorização. “Dirigi-me, então, a mim mesmo e a mim mesmo disse: ‘Tu quem és?’ E respondi: ‘Um homem’ E eis que estão em mim, ao meu serviço, um corpo e uma alma, uma coisa exterior, outra interior.” (SANTO AGOSTINHO, 2008, p. 52).

Mas a alma (*mens*) para Agostinho é superior porque anima o corpo, comunicando-lhe a vida. E Deus é ainda superior à alma porque está nele a vida da sua vida. Por isso, só pela alma (ou pelo interior) o homem pode ascender a Deus. Assim, o apelo de Agostinho para

regressarmos à nossa interioridade, pois é aí que habita a verdade – *in interiore homine habitat veritas*⁵¹ (2008, p. 13).

Essa interiorização em Kant é tratada como subjetivismo, um dos aspectos filosóficos mais importantes, representa uma forma de idealismo. Os fenômenos ou corpo físico são considerados a materialidade da essência, tudo que pode ser percebido pelos sentidos humanos são apenas ilusões.

A filosofia evidencia que, para conhecer o exterior, é preciso antes conhecer o interior e embora muitos achem que o que está fora é o mais importante, para Sócrates, Platão, Agostinho e Kant as verdades são interiores. Esse primeiro achado é importante, pois identificamos que investigar/conhecer o interior nos permite entender com maior assertividade o exterior.

Para abordar a interiorização numa perspectiva sociológica, nos remetemos a Berger e Luckmann que no livro *A construção social da realidade* (2003), explicam a interiorização pelo processo de socialização. Os autores dividem esse processo em dois grandes subtemas: a socialização primária com a interiorização e as sequências de aprendizagem e a socialização secundária com os submundos e as técnicas pedagógicas específicas.

Nosso interesse recaiu sobre a socialização primária, pois, através da aprendizagem e da interiorização das normas, regras e valores, o indivíduo aprende a viver em sociedade e a integrar-se a mesma. Berger e Luckmann (2003) defendem que a sociedade é uma realidade ao mesmo tempo objetiva e subjetiva e, para compreendê-la, é necessário abranger esses dois processos. Assim, a sociedade passa a ser vista como “um processo dialético em curso composto de três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização” (2003, p.173).

Obviamente esses momentos não ocorrem em uma sequência temporal e podem ser vivenciados por grupos ou indivíduos, uma vez que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas sim com uma predisposição a sociabilidade.

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado

⁵¹ No interior do homem habita a verdade (Tradução livre)

em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2003, p. 175).

Para tomar parte da dialética da sociedade, o ponto inicial é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação de um fenômeno ou acontecimento como manifestação de processos subjetivos de outrem, que tornam-se subjetivamente significativos para o indivíduo. Assim, a interiorização constitui a base primeiramente da compreensão das outras pessoas e, em segundo plano, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. “[...] na forma complexa da interiorização, não somente ‘compreendo’ os processos subjetivos momentâneos do outro, mas ‘compreendo’ o mundo em que vive e esse mundo torna-se o meu próprio” (BERGER e LUCKMANN, 2003, p. 174).

Esse aspecto da interiorização proposto na citação anterior, nos chama atenção, pois percebemos o partilhamento de sequências de situações, o que induz a uma identificação mútua. Para entender melhor essa identificação é preciso lembrar que quando o sujeito consegue definir uma percepção de mundo e de sociedade significa que ele participa dessa sociedade, todavia, o processo de socialização se inicia na família ou através dos demais grupos sociais dos quais faz parte. São esses entes que se responsabilizam pela mediação entre o sujeito e a sociedade.

O candidato à socialização está, dessa forma, diante de um conjunto predefinido de outros indivíduos, que ele tem que aceitar como seus significantes, sem possibilidade, na maioria das situações de optar por outro arranjo. Berger e Luckmann (2003) explicam a interiorização a partir de três questões fundamentais: emoção, generalização e cristalização, explicitados por três exemplos: identidade, linguagem e confiança.

A psicologia evidenciou que sem emoção é muito difícil existir o processo de aprendizagem, quando a criança se identifica com uma emoção ela automaticamente a interioriza, tornando-a sua. Berger e Luckmann (2003) afirmam que o indivíduo não apenas absorve os papéis e atitudes dos outros como também assume seu mundo. A criança apreende uma localização social ou uma identidade⁵².

⁵² Embora existam autores (MENEZES, 1992, 2008) que defendam ser mais coerente discorrer sobre identificações do que sobre identidade, usamos o conceito proposto pelos autores.

A generalização pode ser entendida como a abstração dos papéis e atitudes dos outros, a criança interioriza normas e generaliza-as a situações similares como: *meus pais ficam aborrecidos quando tiro nota baixa em matemática*; essa é a primeira situação que criança experimenta, depois ela afirma *meus pais ficam aborrecidos quando eu tiro nota baixa em qualquer matéria* e evoluiria para *meus pais ficam aborrecidos quando não atinjo os objetivos*.

Por último, temos a cristalização quando o processo de interiorização é efetivado e se cristaliza. O indivíduo interioriza a sociedade, a realidade objetiva. A infância leva a ter confiança não só nas pessoas como em si mesmo. A socialização primária termina, quando o conceito do outro generalizado ficou estabelecido na consciência do indivíduo.

É preciso deixar claro que a interiorização da realidade nunca tem fim, encerrada a interiorização primária tem início à interiorização secundária, isto é, a especialização em uma determinada área do conhecimento, por exemplo, a profissionalização que pressupõe aprendizagem de novos conceitos, vocabulário específico, interiorização de campos semânticos, conhecimento de um determinado universo simbólico, dentre outros.

Podemos depreender da abordagem sociológica de Berger e Luckmann (2003) que a interiorização da realidade está relacionada ao processo de socialização. Através da aprendizagem e da interiorização de normas, regras e valores o indivíduo aprende a viver em sociedade.

Então através da contribuição da filosofia havíamos identificado que, para conhecer o mundo, era preciso antes se autoconhecer ou conhecer seu interior. A reflexão sociológica indica que a sociedade enquanto processo dialético envolve exteriorização, objetivação e interiorização⁵³.

No campo psicológico cremos ser válido fazer uso da epistemologia genética piagetiana através do qual o pesquisador faz uma síntese das concepções existentes - apriorismo e empirismo - e busca uma nova forma de explicar a gênese e evolução do conhecimento.

Piaget (1995) argumenta que o conhecimento não é apenas interior, ou seja, inerente ao próprio sujeito como propõe o apriorismo, nem somente exterior advindo do meio como postula o empirismo. O conhecimento seria, portanto, consequente de um processo dialético, que ocorre

⁵³ Em Bourdieu (1983) o *habitus* surge como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Já Georg Simmel (2005) explora a autoapreensão do homem como algo interno e externo.

através da interação do sujeito com seu meio. Assim, a aquisição dos conhecimentos deriva das estruturas cognitivas do sujeito (interior) e de sua relação com os objetos (exterior).

Na perspectiva psicológica privilegiamos a aquisição do conhecimento cujo enfoque foi interior (apriorismo), exterior (empirismo) e dialético (interacionismo). A psicologia cognitiva reconhece a influência dos aspectos inatos e ambientais, mas recusa as visões deterministas.

Para pensar a interiorização numa perspectiva literária tínhamos inúmeras possibilidades, dentre as quais o livro de Júlio Verne (*Viagem ao centro da terra*) já citado neste texto, todavia nos deparamos com um conto de Clarice Lispector cujo valor foi difícil de ignorar. O conto se chama *A menor mulher do mundo* e narra a descoberta de um explorador francês. “Mercel Pretre, caçador e homem do mundo, topou com uma tribo de pigmeus de uma pequenez surpreendente. Mais surpreso ficou ao ser informado de que menor povo ainda existe além de florestas de distâncias. Então mais fundo ele foi”. (LISPECTOR, 1978, p.77).

Esse caçador cosmopolita localiza no Congo Central os menores pigmeus do mundo. “E – como uma caixa dentro de uma caixa, dentro de uma caixa – entre os menores pigmeus do mundo estava o menor dos menores pigmeus do mundo, obedecendo talvez à necessidade que às vezes a Natureza tem de exceder a si própria” (LISPECTOR, 1978, p.77).

Esse pigmeu, uma mulher de quarenta e cinco centímetros, madura, negra e calada vivia no topo de uma árvore e estava grávida. O explorador deu a ela o nome de *Pequena Flor* e publicou uma matéria sobre sua existência no jornal de domingo, onde sua foto coube em tamanho natural.

Essa matéria é lida por diferentes pessoas em diversas localidades e desencadeia em cada leitor aleatório uma reação distinta: o repúdio de uma mulher; a lascividade de uma senhora; o espanto de uma garotinha; a piedade de uma noiva; a travessura de um menino esperto; as lembranças mórbidas de uma mãe; o desejo de ter para si de uma família. Enquanto isso, o texto relata que Pequena Flor ri, um riso que o explorador não consegue classificar, mas representa a felicidade de se sentir em segurança, de não ter sido devorada. “Não ser devorado é o sentimento mais perfeito” (LISPECTOR, 1978, p.81). Então o explorador que aprendera a entender algumas poucas palavras e a interpretar sinais, começa a fazer perguntas a Pequena Flor e a tomar notas.

Esse conto aborda a descoberta de um explorador no Congo Central e as diversas reações derivadas dessa descoberta, é inegável que, após esse contato, o explorador não é mais o mesmo, nem Pequena Flor e tampouco as pessoas que leem a notícia. Ao conhecer esse interior e apresentar um personagem tão emblemático, o explorador perde o poder sobre a descoberta e suas consequências.

Essa analogia nos permite refletir que ao interiorizar projetos, políticas, instituições e pessoas, a intenção e as consequências não são as mesmas, porque não é possível aos agentes sociais e institucionais controlarem as reações e essa ação. Neste estudo, tentaremos descrever a ação (interiorização do ensino superior) e algumas reações a esse processo. Reconhecemos que diferentes áreas do conhecimento têm refletido sobre interior, interioridade ou interiorização. Destacamos as contribuições da filosofia, sociologia, filosofia e literatura no intuito de descrevermos um conceito que se coadune às proposições para geografia.

A Educação Superior no Brasil historicamente foi ofertada primeiramente nas metrópoles, capitais e em poucas cidades do interior do país. O acesso ao ensino superior por pessoas do interior do país era circunscrito, tendo êxito apenas poucos privilegiados ou pessoas arrojadas e possuidoras de condições que lhes permitissem sair de sua cidade natal para estudar em outra cidade. Isto fortaleceu um modelo de desenvolvimento que acelerava o processo de concentração das populações nas capitais e metrópoles, sem, contudo criar-se condições sociais e econômicas adequadas nestes locais para tal, contribuindo como decorrência para a intensificação dos problemas sociais.

Longe dos grandes centros que concentravam a Educação Superior, a aspiração de cursar faculdade mantinha-se reprimida em indivíduos que desejavam ascender de condição social e que reconheciam na Educação Superior essa possibilidade. Mas para alcançar esse objetivo tinham que migrar para as capitais, por vezes levando consigo seus familiares. Uma das consequências é que esses estudantes, depois de formados, muitas vezes não voltavam a sua cidade de origem e o interior ia perdendo seus jovens. O que representava também a “drenagem” de profissionais do interior para a capital. Este padrão acentuava as insuficiências do interior brasileiro e aprofundava os problemas sociais nas capitais e metrópoles. Mantinha um interior modesto e pobre, enquanto as capitais apresentavam um desenvolvimento desordenado e descontrolado.

A revisão da distribuição espacial da localização das Universidades tornava-se uma necessidade cada vez mais evidente. Esta percepção se acentuou no período da interiorização de ações extensionistas das universidades brasileiras experimentadas na década de 1970 e 1980, em especial através do Projeto Rondon (RIEDER, 2011, p. 04).

Rieder (2011) relata que esse foi um período extremamente importante para re-oxigenar internamente as Universidades e suas concepções. Foi uma fase em que passaram a perceber que estavam isoladas da realidade brasileira. E constatava-se que os famosos muros da academia precisavam ser quebrados. E isto começou a acontecer. E as universidades passaram também a intensificar contatos com as comunidades, seja em suas proximidades como em regiões longínquas.

Desejamos evidenciar que a direção do ensino superior foi modificada nos últimos anos. As instituições começam a se instalar nas cidades do interior, a partir das políticas educacionais alicerçadas pelos ideais de democratização e interiorização. A descentralização do ensino técnico e superior foi defendida como fundamental para o desenvolvimento regional e para fixação da população.

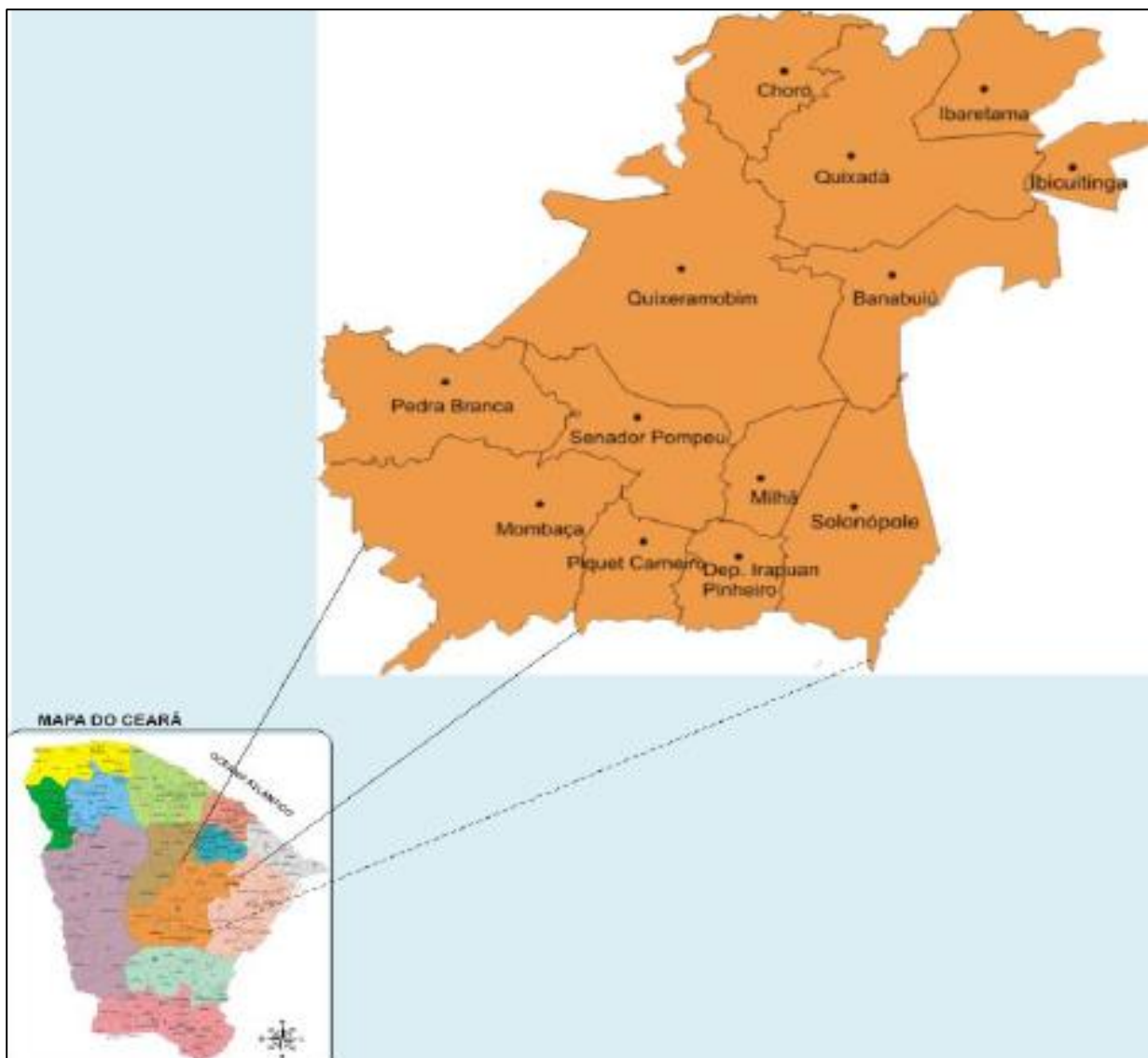
3.2. A *hinterlândia*⁵⁴ cearense

Ao considerar nosso objetivo de pesquisar o ensino superior no interior do Ceará, nosso recorte espacial será o território do sertão central cearense que abrange uma área de 15.678,40 km² e é composto por 13 municípios: Milhã, Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole. “A população total do território é de 362.091 habitantes, dos quais 158.415 vivem na área rural, o que corresponde a 43,75% do total. Possui 28.808 agricultores familiares, 2.096 famílias assentadas e 1(uma) comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,63”⁵⁵.

⁵⁴ Do alemão *hinterland* literalmente significa a 'terra de trás' (de uma cidade ou porto). Em alemão, a palavra também se refere à parte menos desenvolvida de um país - menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada.

⁵⁵ Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).

Mapa 1: Território Sertão Central



Fonte: CEARÁ, b, 2010.

Embora nossas análises estejam concentradas no município de Quixadá, os investimentos educacionais nesse município beneficiam as áreas vizinhas. Reconhecemos que esse é um conhecimento fracionado, todavia, o estudo da realidade conjuntural de todo interior cearense exigiria, para sua consecução, recursos e tempo muito maiores do que pudemos contar para realização desta tese.

Em nosso diálogo sobre interiorização, percebemos que conhecer o interior é fundamental para compreensão do exterior e que esses aspectos estão inter-relacionados,

entretanto, a análise geográfica indica que há uma flagrante diferenciação entre as áreas litorâneas⁵⁶ e o interior. Cassimiro (1974, p. 18) evidencia aspectos que caracterizam essa diferenciação:

- 1) Retardamento verificado na ocupação do interior, o que induziu a baixa densidade demográfica e a uma flagrante condição de insuficiência no que se refere aos meios de transporte e de comunicações;
- 2) A verificação de uma grande deficiência econômica revelada pelas rendas internas das regiões interioranas;
- 3) A pequena parcela de população economicamente ativa, situação que se agrava com os baixos níveis de rendimento médio das pessoas ocupadas, das quais a grande maioria se dedicava as atividades do setor primário;
- 4) A insuficiência das obras de infraestrutura, incapazes de oferecer uma base de sustentação para um processo de evolução econômica acelerado o suficiente para vencer a defasagem marginalizadora em que se encontra a vasta região;
- 5) A deficiência das condições higiênicas e sanitárias das populações residentes o que, aliado à insuficiência de recursos econômicos, pressupõe um grau de subcondição de vida para a maioria dos habitantes;
- 6) Finalmente, gerada, condicionada e fermentada pela problemática geral esboçada, temos a questão educacional, que condenou por muito tempo a população interiorana a um baixo nível intelectual.

Não é fácil identificar o conceito de interior, já que têm sido utilizadas definições variadas. Organismos como órgãos federais, mídia e universidades, referem-se ao interior como o local que não é a capital de um Estado nem as cidades adjacentes a ela, as chamadas áreas metropolitanas. São considerados interiores do Brasil todos os municípios, excluindo-se as capitais e as áreas metropolitanas. Como dito anteriormente podem também designar as áreas que não se encontram no litoral, já que essas áreas se desenvolveram mais rapidamente e concentraram os investimentos.

⁵⁶ Na primeira fase da história cearense (do século XVII ao século XIX), o pouco desenvolvimento regional se manteve na orla marítima, baseado no plantio da cana-de-açúcar. Porém, informados das excelentes pastagens e do bom clima dos sertões do Ceará, aventureiros de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia começaram a ocupar os espaços, expulsando os índios ou, quando possível, domesticando-os para o trabalho, instalando currais, logo oficializado como sesmarias.

Na análise sobre interior, interioridade e interiorização três elementos parecem interdependentes: conhecimento e desenvolvimento. O discurso sobre interiorização fez uso explícito desses elementos: a ideia era interiorizar ações para permitir o desenvolvimento de regiões atrasadas e diminuir as desigualdades regionais.

A partir da década de 1930 com o desenvolvimento industrial em regiões concentradas como São Paulo, que se tornava uma grande metrópole industrial, o país inteiro foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional. Essa integração teve início pela região circunvizinha ao estado de São Paulo. A indústria paulista, em franca expansão entre 1945 e 1950, solicitava produtos⁵⁷ aos estados nordestinos, contudo a concentração de investimentos na região sudeste intensificava o subdesenvolvimento das demais regiões. Assim, o discurso político-econômico para o Nordeste no fim dos anos 1950 era baseado nessas perdas. Esses importantes centros industriais dentro e fora do país demandavam mais mercados. Nesse contexto surgem inúmeras cidades e outras se desenvolvem, como já foi dito no caso do Ceará, as cidades mais desenvolvidas se situavam no litoral ou em áreas próximas. Somente na segunda metade do século XX o território brasileiro foi considerado completamente apropriado⁵⁸ (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Nesse contexto, depreendemos que as ações de desconcentração ou interiorização tiveram a contribuição das indústrias. Além de ser uma tendência mundial, o processo de interiorização industrial foi beneficiado pelos novos papéis dos Estados e dos Municípios.

A partir da constituição 1988, os governos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, passando a não depender exclusivamente do planejamento central para formular suas políticas econômicas. Uma das consequências dessa autonomia foi a chamada “Guerra Fiscal” entre os municípios que, na tentativa de atrair maiores investimentos externos, passaram a reduzir impostos municipais para, com isso, atrair novas empresas. Essas medidas contribuíram para atrair investimentos para as regiões periféricas, representando, portanto, um incentivo ao processo de interiorização da economia (CRESPO e SOUZA, 2012, p. 04).

Essa interiorização, a princípio industrial, exigiu a evolução dos meios técnico-científicos e informacionais. Foram realizadas obras de infraestrutura nas hidrovias, rodovias,

⁵⁷ Algodão, mamona, sisal, dentre outros.

⁵⁸ Ainda que existam descontinuidades, principalmente na região amazônica.

ferrovias, aeroportos, portos; as instalações ligadas à energia elétrica, refinarias e dutos, as bases materiais das telecomunicações, dentre outras.

Percebemos que, para desconcentrar ações e instituições, teve início o processo de interiorização. Junto a slogans da integração nacional como: *integrar para não entregar*; começou a se afirmar que a interiorização era o caminho para o crescimento/desenvolvimento e modernização do país. Kanitz⁵⁹ (2011) afirmou “O futuro do país são as pequenas cidades e o interior”. Para Ruótolo (2009), “Há cidades em todo o país que estão se tornando centros regionais - e não são as capitais”. Essa afirmação foi feita para explicar que municípios muito pequenos estão se esvaziando, ao mesmo tempo em que outros passaram a aglutinar a população migrante. “Há uma nova evolução demográfica e de consumo, por isso a riqueza tem que ser vista e pensada com foco regional.”

Um exemplo dessa articulação entre interiorização e desenvolvimento é a obra organizada por Campos e Figueiredo (1997) *A interiorização do desenvolvimento*, que publicou a íntegra das palestras e discussões, resultantes de um seminário realizado na Instituição Toledo de Ensino em Bauru. O evento fez parte das comemorações do telejornal “Bom Dia São Paulo” e pretendia reunir as principais lideranças para debater as alternativas da região frente os desafios da economia cada vez mais globalizada e competitiva.

Dentre os palestrantes estavam Joelmir Beting (comentarista da Rede Globo), Emerson Kapaz (Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico); Luiz Henrique Proença Soares (Diretor de Produção de Dados da Fundação SEADE); Sidnei Antônio Francisco (Superintendente Estadual de Operações do Banco do Brasil) e Virgílio Galassio (Prefeito de Uberlândia). A defesa era de que a interiorização de instituições e de ações levam ao desenvolvimento de diferentes regiões do país e a redução das desigualdades. Francisco afirmava: “O Banco do Brasil está pronto para interiorização. No Estado de São Paulo nós temos 463 dependências, 80% no interior.” (apud CAMPOS e FIGUEIREDO, 1997, p. 61). Kapaz completa “O interior é hoje a melhor opção de investimento para qualquer empresa [...]” (apud CAMPOS e FIGUEIREDO, 1997, p. 41).

A visão economicista obviamente não consegue explicar a complexidade que tem sido o processo de interiorização, pois como foi dito no conto *A menor mulher do mundo* depois que um processo tem início perde-se o poder sobre ele e as consequências são imensuráveis. A

⁵⁹ Afirmação proferida no II Fórum Mercados Brasileiros promovido pela Federação Nacional de Agências de Propaganda (FENAPRO) e A Associação Brasileira de Anunciantes (ABA).

interiorização das indústrias não foi solitária, nem aconteceu desvinculada de outros processos estruturais, educacionais e culturais, uma vez que, para atrair esses investimentos, as cidades deveriam demonstrar que possuíam uma infraestrutura adequada como mostra Antônio Izzo Filho (prefeito de Bauru em 1997):

Bauru, ao longo das administrações anteriores preparou-se, colocando-se como uma cidade com qualidade de vida que tem sua base nas universidades, base no sistema médico-hospitalar, sem problemas ambientais, logística de transportes [...] servida por três ferrovias e de tal maneira convertida em um nó rodoviário que quase se pode dizer que no interior do Estado todas as estradas conduzem à Bauru [...] Com relação à infra-estrutura urbana, é invejável nesse setor [...] Se em medicina Bauru está bem, em odontologia não possui rival, pois a melhor Faculdade de Odontologia se situa na cidade [...] A Faculdade de Odonto da USP. [...] Ao lado dela há a ITE. [...] A este conjunto juntam-se: Campus da UNESP, a USC e a UNIP. (1997, p. 71-72).

O debate sobre interiorização esteve muito associado à ideia de desenvolvimento econômico regional, por esse motivo no seminário supracitado os municípios faziam “propaganda” no sentido de garantir que possuíam estrutura para instalação de empresas e instituições. Assim, as regiões consideradas menos desenvolvidas ansiavam por superar essa condição e a educação formal passa a ser uma variável importante.

A problemática educacional brasileira, vista sob seu aspecto formal, pode ser analisada a partir de pontos estranguladores. Nosso nó se localiza no ensino superior, embora não desconsideremos que a educação básica enfrente desafios conjunturais históricos. Numa perspectiva quantitativa, a primeira dificuldade no ensino superior foi a incapacidade de absorção da demanda. Essa demanda estava distribuída por todo país. Não seria possível expandir o ensino superior sem investir na educação básica, especialmente no ensino médio, que representa o afunilamento da educação brasileira. O investimento no ensino médio é essencial para ampliação das matrículas em cursos de graduação. O Brasil, todavia, enfrenta altos índices de evasão e repetência escolar que dificultam a conclusão do ensino médio e consequentemente o ingresso no ensino superior.

Tabela 2: Número de Municípios que oferecem o Ensino Médio Brasil e Unidades da Federação – 1994.

Unidades da Federação	Nº de Municípios				
	Total	Com Ensino Médio %		Com Ensino Médio Completo	%
Brasil	4.973	4.494	90,4	4.252	85,5
Norte	398	337	84,7	287	72,1
Rondônia	40	31	77,5	27	67,5
Acre	22	10	45,5	10	45,5
Amazonas	62	55	88,7	51	82,3
Roraima	8	8	100,0	8	100,0
Pará	128	120	93,8	108	84,4
Amapá	15	9	60,0	3	20,0
Tocantins	123	104	84,6	80	65,0
Nordeste	1.558	1.317	84,5	1.242	79,7
Maranhão	136	131	96,3	129	94,9
Piauí	148	77	52,0	65	43,9
Ceará	184	167	90,8	157	85,3
Rio Grande do Norte	152	144	94,7	127	83,6
Paraíba	171	147	86,0	139	81,3
Pernambuco	177	176	99,4	174	98,3
Alagoas	100	67	67,0	61	61,0
Sergipe	75	43	57,3	40	53,3
Bahia	415	365	88,0	350	84,3
Sudeste	1.533	1.456	95,0	1.403	91,5
Minas Gerais	756	684	90,5	636	84,1
Espírito Santo	71	71	100,0	71	100,0
Rio de Janeiro	81	81	100,0	81	100,0
São Paulo	625	620	99,2	615	98,4
Sul	1.057	964	91,2	920	87,0
Paraná	371	366	98,7	351	94,6
Santa Catarina	260	254	97,7	232	89,2
Rio Grande do Sul	426	344	80,8	337	79,1
Centro-Oeste	427	420	98,4	400	93,7
Mato Grosso do Sul	77	77	100,0	77	100,0
Mato Grosso	117	113	96,6	105	89,7
Goiás	232	229	98,7	217	93,5
Distrito Federal	1	1	100,0	1	100,0

Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC

A tabela 2 demonstra que a maioria dos municípios brasileiros (90,4%) ofertavam, em 1994, ensino médio. As taxas de cobertura do Maranhão (94,9% e 96,3%) e Ceará (85,3% e 90,8%) são bem superiores às médias da região. No entanto, parece importante registrar que a boa cobertura da rede para o Ensino Médio nos dois estados não impede que ambos tenham os mais altos índices de professores leigos para o ensino fundamental no Brasil (38% em ambos os casos)⁶⁰. Esses dados serão importantes em nossa análise sobre a interiorização do ensino superior justificada pela demanda existente e a vocação da Universidade Estadual do Ceará para os cursos de licenciatura em suas unidades acadêmicas, abonada pelos altos índices de professores leigos, sobretudo no interior.

É preciso deixar claro que a oferta do Ensino Médio não representa que os alunos estejam cursando esse nível de ensino. Ainda existe uma enorme defasagem nos índices de frequência. O atraso nessa área é conhecido. Em 1989, o Relatório do Banco Mundial trazia a comparação entre as taxas de matrícula geral no ensino médio no Brasil e em alguns países também classificados como de renda média, cujos níveis de matrícula eram os seguintes: Coreia: 95%, México: 55% e Chile: 70%. Como o índice brasileiro, computado para a faixa etária de 16 a 18 anos, foi de 37%, o relatório concluiu que tínhamos a população de menor escolaridade entre todos os países economicamente comparáveis ao nosso⁶¹ (ZIBAS e FRANCO, 1997, p. 10).

O Nordeste apresenta o menor crescimento de matrículas (46,5%) no período focalizado (1985-1994). O que chama atenção nessa região é que o ensino municipal foi aquele que apresentou maior crescimento relativo (144,4%). Ainda é notável o fato de que, em comparação com as redes municipais de outras regiões, a do Nordeste foi aquela que recebe o maior número de matrículas em 1994 (132.136) (ZIBAS e FRANCO, 1997, p. 23).

Da mesma maneira que a matrícula no ensino médio depende da quantidade de alunos que concluem o ensino fundamental, a matrícula no ensino superior está relacionada à

⁶⁰ Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC (dados do levantamento 94/95).

⁶¹ Todavia, é notório que há discrepâncias importantes entre estatísticas provenientes de diferentes fontes. No caso da taxa de matrícula inicial no ensino médio, o estudo de José Goldenberg (1993) – trabalhando com dados do IBGE e MEC e considerando, mais realisticamente, a faixa etária ideal ampliada para 15/19 anos – estimou que apenas 16,7% dessa população estava na escola de 2º Grau em 1990, o que piorou muito nossa posição na escala comparativa com outros países.

conclusão do ensino médio. Notamos que a melhoria da oferta de ensino médio nos diversos municípios da União, associada à ampliação de vagas no ensino superior tem possibilitado a um maior contingente de alunos ingressarem nesse nível de ensino. Os dados divulgados pelo MEC em 2011 indicavam uma expansão de 110% nas matrículas no ensino superior em um intervalo de 10 anos.

O Brasil tem 6,5 milhões de universitários, sendo 6,3 milhões em cursos de graduação e 173 mil na pós-graduação, informou, no início da semana, o Ministério da Educação (MEC). Isso representa um avanço de 110% em relação ao total de matrículas em cursos de graduação registrado em 2001, quando havia 3 milhões de brasileiros nessa faixa de ensino. Além disso, na comparação do total de formados, o aumento é de 150%, tendo passado de 390 mil graduados em 2001 para 970 mil, em 2010 (ORSI, 2011, p. 01).

Os dados divulgados pelo Ministério da Educação em 2011 apontam que o maior crescimento das vagas no ensino superior foi nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No Norte, as matrículas cresceram 148%. No Nordeste, 128,5%. A participação do Nordeste passou de 15,2% de estudantes matriculados em cursos presenciais em 2001 para 19,3%, ultrapassando a Região Sul. O Norte concentra hoje 6,5% das matrículas contra 4,7% há dez anos.

Assim, o deslocamento do ensino para a hinterlândia brasileira seguiu diferentes justificativas. No caso do Ceará, esperava-se *fixar o homem à sua região*, oferecendo-lhe melhores oportunidades de formação; *desconcentrar as instituições de ensino superior* que inicialmente se situaram apenas na capital do estado; *possibilitar o desenvolvimento de diferentes regiões*; *impedir o êxodo de nossos intelectuais* em busca de melhores condições de emprego e renda em outros estados; *atender a demanda de estudantes represada* e, no caso específico da UECE, *qualificar os professores da Educação Básica*.

Todos os motivos anteriormente citados dimensionam e direcionam o ensino superior. O atraso do interior do país influenciou as políticas educacionais que direcionaram suas ações nesse sentido. Cremos na relevância de evidenciar que esse direcionamento obedecia a uma lógica específica, isto é, a crença de que a educação, nesse caso, o ensino superior seria capaz de induzir o desenvolvimento regional. “A Universidade deve projetar-se e deve ser nessa projeção a alavanca do progresso de sua região e, em última análise, do país”. (ROCHA FILHO, 1993, p. 35).

3.3. Matrioshka: o nordeste e a microrregião do sertão central cearense

A Matrioshka⁶² é o souvenir russo mais famoso, constituída por uma série de bonecas feitas de diversos materiais, principalmente madeira, que são colocadas umas dentro das outras, da maior (exterior) até a menor (a única que não é oca). A palavra provém do diminutivo do nome próprio *Matryona*, que era o mais popular nome feminino na Rússia na época de sua criação. Optamos pela alusão desse souvenir no título do tópico como alusão a essa relação de contingência entre cidade, microterritório e região. Nossa intenção não é uma análise geofísica, nem o detalhamento generalizado que cada área ou subárea, mas sim o estudo do ensino superior nos diferentes espaços, sem ignorar as relações que se formam entre cidade, microterritório e região.

Esperamos descrever educacional nordestino mais especificamente o perfil cearense, para compreendermos o atraso vivenciado pela região na área do ensino superior. Pretendemos caracterizar o microterritório do sertão central com base na análise de diversos documentos.

3.3.1. O perfil educacional do Estado

Corrêa (2011a) explicita que os processos sociais e econômicos que, a partir da década de 1950, passaram a atuar sobre a organização espacial brasileira geraram, entre outras consequências, uma regionalização diferenciada caracterizada por três grandes regiões: Centro Sul, o Nordeste e a Amazônia. A organização regional vigente⁶³ no Brasil, contudo, o divide em cinco macrorregiões: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste (ver mapa no Anexo 4). Discutir a organização regional do espaço brasileiro, contudo, é muito complexo, pois se trata

⁶² As informações relativas à história da Matrioshka estão disponíveis em: <http://www.planetarussia.com/archives/271>, todavia os organizadores alertam que grande parte das informações presentes no artigo são condizentes com subsídios do livro *Matrioshka* de N. N. Aleksakhina, da Editora Naródnoie Obrazovanie, publicado em 1998.

⁶³ Proposta pelo IBGE.

de um país de grandes dimensões que vivenciou um complexo e desigual processo de diferenciação no espaço e no tempo.

Embora não tenhamos a pretensão de nos aprofundar na conceitualização sobre região, achamos pertinente evidenciar que sua adoção está vinculada as correntes do pensamento geográfico de forma que sua utilização pelos geógrafos não se faz de modo uniforme.

Queremos dizer que há diferentes conceituações de região. Cada uma delas tem um significado próprio e se insere dentro de uma das correntes⁶⁴ do pensamento geográfico. Isto quer dizer que, quando falamos em região, implicitamente, mas de preferência de modo explícito, estamos nos remetendo a uma das correntes já identificadas anteriormente (CORRÊA, 2011a, p. 12).

Esse debate sobre região e as correntes do pensamento geográfico foram abordadas por Corrêa (2011^a, 2011b) que evidencia ser região um conceito-chave para os geógrafos, que tem sido incorporado também pelos cientistas sociais quando abordam em suas pesquisas a dimensão espacial. Diversos estudos tendem a recortar o país em regiões homogêneas (possuem características consideradas fixas) e regiões funcionais (associadas aos fluxos que percorrem os espaços).

Estamos cientes de que, com a globalização, alguns autores passaram a defender que o estudo regional não nos permite apreender a realidade, todavia parafraseamos Gomes (2001) quando afirma que a região representa uma reflexão política de base territorial, que põe em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas. Essa premissa induz a percepção que o conceito de região tem um forte caráter político e ideológico. Já que não há como negar o papel do Estado, na forma como organiza os recortes regionais.

Essa visão de região responde aos processos capitalistas, mas não norteará nosso estudo, pois abordaremos região como foco de identificação, definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo. Ao abordarmos a cidade de Quixadá cremos ser pertinente contextualizá-la numa perspectiva regional e compreender como as IES têm se apropriado de diferentes espaços (GILBERT, 1988).

⁶⁴ Determinismo ambiental, possibilismo, o método regional, a nova geografia e a geografia crítica.

A Geografia Crítica, por exemplo, disseminada a partir da década de 1970 utilizava o conceito de região para entender o desenvolvimento desigual de porções do território. Destacamos essa corrente por ser influenciadora de ações e políticas que visavam combater essa desigualdade, ou pelo menos adotavam esse discurso. O livro *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de Yves Lacoste (1989) se tornou clássico por evidenciar que grandes líderes políticos utilizavam o conhecimento geográfico em suas estratégias de controle, ou seja, ao questionar para que serve a Geografia, o autor reconhece que malgrado as aparências mistificadoras, os conhecimentos geográficos foram, e continuam sendo, em saber estratégico, um instrumento de poder ligado as práticas estatais.

Atualmente, devemos dizer que a Geografia serve também para traçar as políticas nacionais, inclusive as voltadas para educação. Assim, a compreensão das regiões geográficas tem sido importantes porque orientam os investimentos e ações governamentais. A geografia já se preocupa em compreender o dinamismo do território. Afinal, ele se altera constantemente, formando espaços em mudança. As regiões são resultado da história das relações sociais e naturais.

O Nordeste e o Ceará (cuja posição geográfica pode ser visualizada no Anexo 5) segundo Corrêa (2011) têm sido definidos como região das perdas. Com o declínio do ciclo da cana e do algodão, no final do século XVII e início do século XVIII, a economia nordestina se enfraqueceu. Sem a renda gerada pelo açúcar, a qualidade de vida de grande parte da população sofreu forte deterioração. A estagnação socioeconômica transformou o Nordeste em uma área de repulsão populacional.

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, milhares de nordestinos migraram para outras regiões, principalmente para o Sudeste em busca de melhores condições de emprego e renda. O ciclo da borracha na Amazônia, no início do século XX, também atraiu muitos cearenses. A partir da década de 1990, porém, essa migração perdeu força. As metrópoles do Sudeste vivenciaram o agravamento dos problemas sociais como a favelização e a mendicância, simultaneamente os salários muito baixos e a dificuldade de conseguir emprego influenciou e “migração de retorno” para seus estados de origem.

O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 permitiram a análise do crescimento populacional e as mudanças ocorridas na estrutura demográfica do estado do Ceará. Quanto ao contingente populacional, o Ceará possuía no ano de 1970, um total de 4.361.603

habitantes (hab.), passando para 8.448.055 hab. no ano de 2010. A população do estado representava 15,52% da região Nordeste e 4,68% da população brasileira em 1970, percentual que praticamente não se alterou durante os últimos quarenta anos, conforme dados apresentados na tabela a seguir, uma vez que em 2010 o estado correspondeu a 15,91% da população da Região Nordeste e a 4,43% do Brasil.

Tabela 3: População Residente: Ceará, Nordeste e Brasil, 1970-2010

REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.732.694
Nordeste	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.741.711	53.078.137
Ceará	4.361.603	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.448.055
CE/NE (%)	15,52	15,19	14,98	15,56	15,92
CE/BR (%)	4,68	4,44	4,34	4,38	4,43

Fonte: IBGE

No tocante à distribuição da população por municípios, observa-se que a mesma não se distribui uniformemente, havendo uma maior concentração nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza, notadamente no município de Fortaleza, o qual deteve 28,97% da população do estado no ano de 2010. Os municípios com maiores taxas de urbanização no ano 2010 foram Fortaleza (100,00%), Eusébio (100,00%), Maracanaú (99,57%), Itaitinga (99,30%) e Juazeiro do Norte (96,07%). Já os municípios com menores taxas de urbanização e consequentemente maiores contingentes de população rural no total de suas populações foram Aiuaba (24,40%), Tarrafas (29,45%), Choró (29,52%), Granjeiro (29,59%) e Icapuí (31,42%) (IPECE, 2011).

O clima predominante⁶⁵ é o semiárido quente, as secas são periódicas e os índices pluviométricos são baixos. As médias de temperatura variam conforme cada região do estado, sendo que no litoral, o clima é quente semiúmido com temperatura média de 27°C; as Serras

⁶⁵ Anexo 6: Tipos climáticos

são caracterizadas pelo frio e a alta umidade relativa do ar, a temperatura média é de 22°C; o Sertão é marcado pelo clima semiárido, a temperatura média é de 29°C.

A vegetação com predominância da Caatinga é uma expressão do clima, na qual ocorrem diferentes tipos de espécies, bem como de outros fatores geoambientais representados pelo relevo, solo e outros organismos. A Caatinga é formada por revestimento baixo de vegetação arbustivo-arbórea, com folhas miúdas e hastes espinhentas adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa.

A diversidade biológica, principalmente na flora, as várias formas de manifestações culturais e até mesmo os diferentes microclimas fazem do Semiárido brasileiro uma região extremamente rica e com grande potencial para o desenvolvimento sustentável.

O Semi-árido nordestino é **bastante diversificado**, o que possibilitou a sua sub-compartimentação em **sete (07) Grandes Unidades Geossistêmicas**, a saber: (1) Depressão Sertaneja; (2) Planaltos Sedimentares; (3) Planalto da Borborema; (4) Planaltos com Coberturas Calcárias; (5) Maciços Serranos Residuais; (6) Chapada Diamantina e Encostas do Planalto Baiano e (7) Tabuleiros Pré-Litorâneos e parte da Planície Costeira (NOGUEIRA e CARVALHO *in* BRASILa, 2005, p. 10).

Infelizmente, as consequências das longas estiagens do passado não serviram de aprendizado para os governantes implementarem políticas públicas, que considerem as potencialidades da região, garantindo um desenvolvimento sustentável e apropriado para o semiárido (SOUZA, 1991).

De acordo com Gomes, Souza e Magalhães (1995) a seca do nordeste tornou-se um problema de política governamental a partir da segunda metade do século XIX, especialmente depois da seca de 1877. Nesta seca, a mortalidade da população foi estimada em 500 mil pessoas conforme referido por Furtado (1964) em seu estudo sobre Formação Econômica do Brasil. As intempéries climáticas, a pobreza extrema, a fome, as doenças resultaram num movimento de migração e abandono de algumas regiões. Nessas regiões o processo educacional também foi comprometido como consequência da ausência de escolas e de professores qualificados. No interior nordestino, durante muitos anos, existiu o imprevisto: salas de aula precárias nas quais funcionavam diversas séries (salas multisseriadas), com um professor que por vezes só havia completado a “quarta série”. O que se observava nesse contexto eram professores que tinham conhecimentos pedagógicos precários e sobre os mesmos assentavam seu ensino e pouquíssimo

domínio dos conteúdos específicos que deveriam ensinar. “Com os dois eixos fracos, a base de conhecimento para o ensino é fraca, mecânica e estereotipada” (XIMENES-ROCHA, 2012, p. 42).

A educação básica, todavia, é fundamental para o ensino superior. “É impossível construir um ensino superior perfeito sobre um ensino primário e um ensino médio defeituoso” (ROCHA FILHO, 1993, p. 28). Dessa forma, no estado do Ceará foi preciso investimentos em educação básica para que se pudesse melhorar o ensino superior, que surge tardiamente. A primeira Universidade do Estado (a UFC) foi criada apenas na década de 1950, embora a primeira instituição de ensino superior do Ceará tenha sido o Seminário Episcopal do Ceará criado em 1864 e a primeira instituição de ensino superior nos moldes do governo brasileiro tenha sido a Faculdade de Direito do Ceará fundada em 1903. Assim, nas primeiras décadas essas instituições tiveram o desafio de se consolidar, aumentar o número de cursos e vagas ofertados, além de ampliar o número de *campis*.

Observamos, no final da década de 1980, o movimento para a transformação de escolas isoladas em universidades particulares. Assim, o número de universidades particulares elevou-se de 20, em 1985, para 85 em 2000, tornando-se maioria no total de instituições desta categoria no país (INEP, 2001). No início da década de 1990, pautado no discurso de modernização defendido pelo presidente Collor de Mello, coube às instituições de ensino superior a formação de recursos humanos demandados por um mercado que emergia diante da inserção do Brasil na economia globalizada. No governo Itamar Franco a educação assume a condição de “poderoso instrumento de promoção social, tendo como objetivo a preparação do país para um novo paradigma de desenvolvimento” (CORBUCCI, 2002, p. 10).

O diagnóstico do Ministério da Educação naquela época identificava que o ensino superior vinha apresentando várias distorções desde a década de 1960. Um delas foi em decorrência da rápida expansão, que, por sua vez, não teve como contrapartida a qualidade. O governo de Fernando Henrique Cardoso destacou dois pressupostos que deveriam nortear as ações na área do ensino superior: (a) a importância do setor para a melhoria da qualidade do ensino, e (b) a modernização do país passaria pela formação de recursos humanos qualificados. Além disso, revelava preocupação com a necessidade de se criar um sistema de avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela esfera privada.

Na década de 1990, os investimentos para o ensino superior foram ampliados, no Nordeste esse esforço tem-se traduzido em resultados aferidos por alguns indicadores de

qualidade como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação em 2005 afirmou que o maior número de instituições públicas de ensino é a principal razão para que a região Nordeste tenha tido um dos melhores desempenhos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade 2005. "Os resultados demonstram a qualidade do ensino público brasileiro", afirma.

Os dados do Enade 2005, obtidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC, 2006), mostraram que o Nordeste - somente atrás da região Sul - concentra o maior número de instituições de ensino superior com conceitos avaliados como altos, numa escala de um a cinco. Na avaliação do exame, o Nordeste atingiu percentual de 29,8% de cursos com conceitos quatro e cinco e a região Sul, 29,9%. Os estados do Sudeste estão na terceira colocação, com 27,6%. O Centro-Oeste obteve o percentual de 17,8% e a região Norte, 17,5%.

Na opinião do vice-reitor da Universidade Federal de Alagoas, Eurico de Barros Lobo Filho, o Nordeste recebeu muitas melhorias na infraestrutura das suas universidades, recursos humanos, implementação de bibliotecas, oficinas, salas de aula e na preparação do ambiente acadêmico para o aprendizado. "Há um engajamento da docência, que busca maior captação de recursos por meio de projetos de pesquisa. A convergência de todos esses fatores resultou em ensino de boa qualidade", finaliza.

Os dois pressupostos definidos no governo Fernando Henrique Cardoso: a importância do ensino superior para a melhoria da qualidade do ensino, e que a modernização do país passaria pela formação de recursos humanos qualificados, associou-se as políticas de inclusão social dos governos petistas de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, para os quais o desenvolvimento humano poderia ser alcançado através de políticas sociais, dentre elas as políticas educacionais que permitiriam a redução do quadro histórico de desigualdade e disparidade social do Brasil.

Nesse contexto, o Nordeste tem sido alvo das políticas sociais em função de suas já mencionadas perdas. No Ceará, as políticas educacionais para o ensino superior ocasionaram nos últimos anos, dentre outras ações, a ampliação das vagas e dos campi da Universidade Federal do Ceará (UFC) através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); ampliação dos campi do Instituto Federal de Educação

(IFCE); ampliação dos campi da Universidade Estadual do Ceará (UECE); ampliação dos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); ampliação de vagas e polos da Universidade Vale do Acaraú (UVA) e a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

3.3.2. O sertão central cearense e os palnos e políticas para região

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) organizou em 2011 o perfil básico regional das oito macrorregiões de planejamento que compõem o estado do Ceará, criadas pela lei complementar nº 12.896 de 1999. O objetivo da lei, ao recortar o estado em macrorregiões, foi permitir uma abordagem regional no Planejamento de Políticas Públicas.

Quadro 04: As macrorregiões do estado do Ceará

Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)	Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante.
Litoral Oeste/Extremo Oeste	Amontada, Apuiarés, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama, Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, J. de Jericoacoara, Marco, Morrinhos, Barroquinha, Camocim, Chaval, Granja, Martinópolis, Uruoca.
Sobral/Ibiapaba	Carnaubal, Croatá, G. do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Hidrolândia, Irauçuba, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota.
Sertão Central	Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Paramoti, Santa Quitéria, Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena, Quixadá, Quixeramobim, D.Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Solonópolis.

Maciço de Baturité	Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia, Redenção.
Litoral Leste/Vale do Jaguaribe	Aracati, Beberibe, Cascavel, Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Pindoretama, Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, S. João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Pereiro, Potiretama.
Sertão Inhamuns	Ararendá, Catunda, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Tamboril, Aiuaba, Arneiróz, Parambu, Quiterianópolis, Tauá.
Cariri/Centro Sul	Acopiara, Cariús, Catarina, Iguatu, Jucás, Orós, Quixelô, Baixio, Cedro, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Umari, Várzea Alegre, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Crato, Nova Olinda, Potengi, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Juazeiro do Norte, Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Porteiras.

Fonte: SECULT, 2013.

Nosso interesse, neste estudo, se focaliza na macrorregião⁶⁶ do sertão central onde está localizada a cidade de Quixadá, objeto de nossa tese. cremos ser importante explicitar que os organismos adotam diferentes divisões territoriais, como foi dito, o IPECE adota as oito macrorregiões listadas na tabela precedente. Já na Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Territórios Rurais Cearenses (2011) a Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) Sertão Central faz uso dos microterritórios como proposto pelo IBGE que divide ou subdivide o Sertão Central em quatro microterritórios.

⁶⁶ A utilização da macro ou microrregião do sertão central cearense está condicionada pela análise documental, cujos dados a depender da agência ou instituição adotam uma outra abordagem.

Tabela 4: Divisão dos microterritórios do Sertão Central, 2010

Microterritório	Município	Área (km ²)
Micro I	Choró	729,7
	Ibaretama	822,3
	Ibicuitinga	380,6
	Quixadá	2.059,7
Micro II	Banabuiú	1.225,5
	Quixeramobim	3.275
Micro III	Dep. Irapuan Pinheiro	509,6
	Milhã	525,2
	Senador Pompeu	1.043,9
	Solonópole	1.440,1
Micro IV	Mombaça	2.114,1
	Pedra Branca	1.290,2
	Piquet Carneiro	580,1

Fonte: IBGE – Censo (2010)

Assim, a divisão político-administrativa do estado e de seus 184 municípios depende do órgão responsável. A regionalização atual dos municípios adotada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) é composta por 8 macrorregiões de planejamento, 2 Regiões Metropolitanas e 18 microrregiões administrativas. Já a regionalização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreende 7 mesorregiões e 33 microrregiões geográficas, regiões estas formadas de acordo com os aspectos físicos, geográficos e de estrutura produtiva. Ressalta-se que outras regionalizações são adotadas pelas diversas Secretarias do governo do estado como as Secretarias da Saúde, Educação, Cultura e Fazenda.

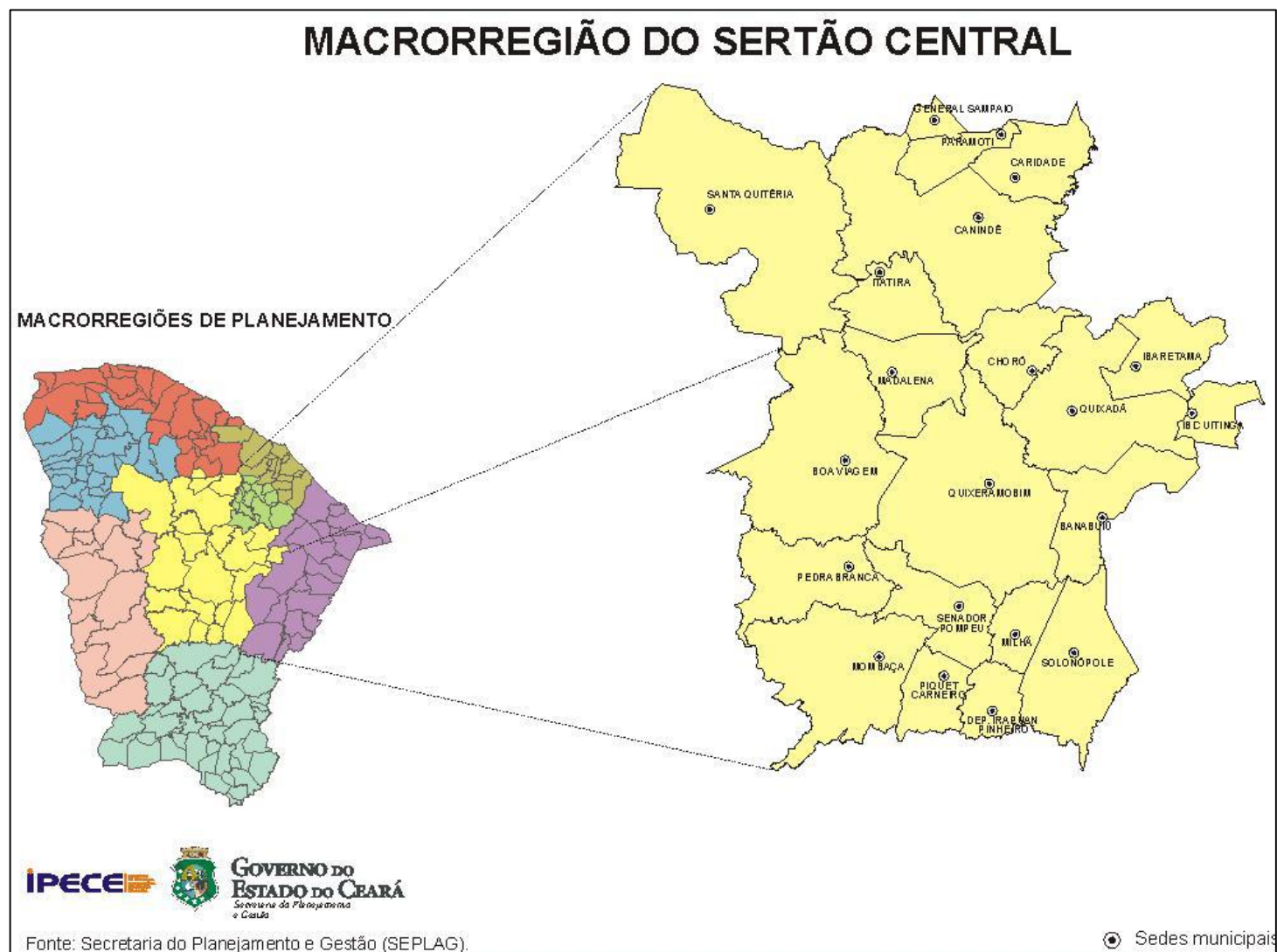
A Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por exemplo, possui suas regionais - as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES). O Estado possui 20 CREDES, são eles: CREDE 1: Macacanaú; CREDE 2: Itapipoca; CREDE 3: Acaraú; CREDE 4: Camocim; CREDE 5: Tianguá; CREDE 6: Sobral; CREDE 7: Canindé; CREDE 8: Baturité; CREDE 9: Horizonte; CREDE 10: Russas; CREDE 11: Jaguaribe; CREDE 12: Quixadá; CREDE 13: Crateús; CREDE 14: Senador Pompeu; CREDE 15: Tauá; CREDE 16: Iguatu; CREDE 17: Icó; CREDE 18: Crato; CREDE 19: Juazeiro do Norte e CREDE 20: Brejo Santo. A CREDE 12 a qual pertence Quixadá é composta ainda pelos municípios de Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena e Quixeramobim.

A ocupação do sertão central cearense ocorreu através da concessão de sesmarias para a atividade pastoril, seguindo o caminho dos principais rios, Banabuiú e Salgado. Os municípios mais antigos são Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu. A partir deles, os demais municípios foram sendo constituídos, com o desmembramento de seus distritos. Um dos aspectos marcantes da história deste território foi a imigração de pessoas que, fugindo das secas, como ocorreu em outros estados nordestinos, se deslocavam para esta região atraídas pelo trabalho nas construções de açudes e vias férreas.

No processo histórico de formação desta região, o açude Cedro, localizado no município de Quixadá, e as vias férreas em Piquet Carneiro atraíram uma grande quantidade de pessoas para esta região. Estas construções constituíam uma importante fonte de renda e movimentavam a economia da época. Outra atividade econômica que se destacou na história do Território Sertão Central foi o comércio resultante da movimentação de transeuntes entre o Cariri e a capital cearense (QUIXADÁ, 2011).

O Sertão Central cearense possui algumas peculiaridades dentre elas a de estar no centro (ou interior) do estado como podemos visualizar no Mapa 2. Seus municípios pertencerem ao semiárido, portanto estão inseridos no polígono das secas. Essa característica climática gera insegurança em relação aos recursos hídricos e uma agricultura vulnerável.

Mapa 2: Localização da macrorregião Sertão Central



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)

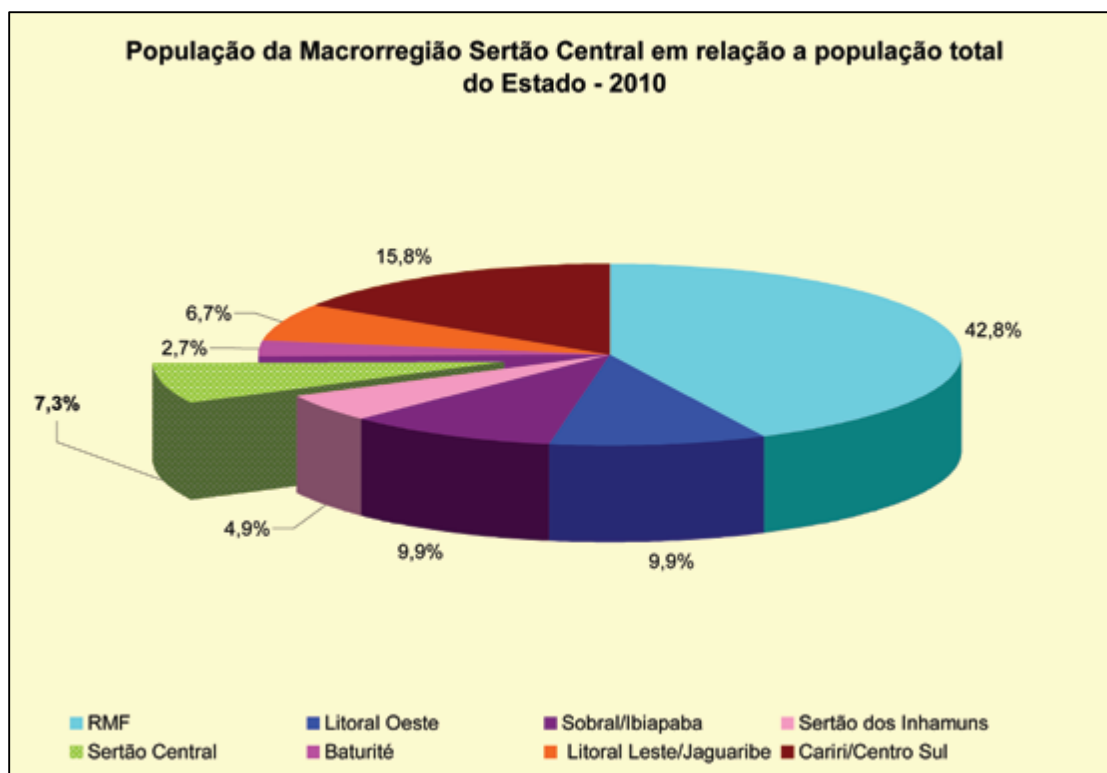
Atualmente, a principal fonte de renda do território é oriunda das seguintes atividades: agricultura familiar (bovinocultura, agricultura, piscicultura, apicultura); comércio; indústrias calçadistas e turismo. Destaca-se ainda a Feira de Animais no município de Quixadá, realizada semanalmente. Para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, há estrutura de galpões no município de Quixadá, Quixeramobim e Pedra Branca. A feira realizada no município de Piquet Carneiro, com a estrutura de barracas, também tem grande destaque na economia local.

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) através da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPLOG) elaborou um Caderno da Macrorregião Sertão Central. De acordo com o documento citado, o planejamento é uma atividade que se desenvolve para alcançar determinados resultados. Assim, a Célula de Execução do Planejamento Participativo Regionalizado (CEPAR) é consequente de uma determinação da Constituição Federal de 1988 que determina a elaboração de um Planejamento Participativo Regionalizado para a definição de diretrizes, objetivos e metas da administração pública. “Inserir a dimensão participativa e regional no planejamento público significa eleger o território como plataforma de integração de políticas públicas, desde sua formulação, a partir das necessidades identificadas pelos cidadãos, até a validação dos impactos dessas ações” (CEARÁ, 2011). Esse documento interessa pelos indicadores que apresenta: indicadores demográficos, indicadores de educação, indicadores de saúde, indicadores de saneamento básico e indicadores econômicos.

A população residente da Macrorregião Sertão Central é a 5ª do Estado com 7,3% dos 8.452.381 habitantes do Ceará. O Território do Sertão Central concentra 71,9% da população da macrorregião e o Território do Sertão do Canindé 28,1%. O Território do Sertão Central tem apenas dois municípios que têm acima de 50 mil habitantes, Quixadá e Quixeramobim, Quixadá é o mais populoso, com mais de 80.000 habitantes.

Até a década de 1950 o número de residentes na cidade totalizava aproximadamente 56.000 mil habitantes, sendo que a maioria estava localizada na zona rural; ao longo das últimas décadas, Quixadá foi se urbanizando aceleradamente, e hoje mais da metade do número de habitantes se encontram distribuídos na parte urbana da cidade.

Gráfico 5: Indicador demográfico do sertão central cearense



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 apud CEARÁ, 2011, p. 09.

A Taxa de Escolarização Líquida representa o percentual de alunos matriculados no nível de Ensino Fundamental e Médio na faixa etária adequada, em relação à população nessa mesma faixa etária. Concernente a esse indicador, o Sertão Central ocupa o 5º lugar no ensino fundamental (94,7%) e 8º no ensino médio (49,8%) entre as demais macrorregiões cearenses (CEARÁ, 2011).

O governo federal iniciou, em 2005, uma série de programas para garantir educação de qualidade para todos, destacando-o como o “Ano da qualidade da educação básica”. Em continuidade a esse movimento, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que define uma agenda de fortalecimento da educação básica, com metas a serem alcançadas, pautada na formação de docentes, no piso salarial nacional dos professores e em novos instrumentos de financiamento (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB), avaliação e responsabilização das escolas e demais agentes públicos (IPEA, 2009).

Os efeitos dessas políticas só poderão ser avaliados a longo prazo. No entanto, como mostram os dados deste trabalho, o Brasil é um país plural, com diferenças regionais e

intrarregionais; assim sendo, toda política educacional deve considerar essas diferenças, se deseja atingir seus objetivos.

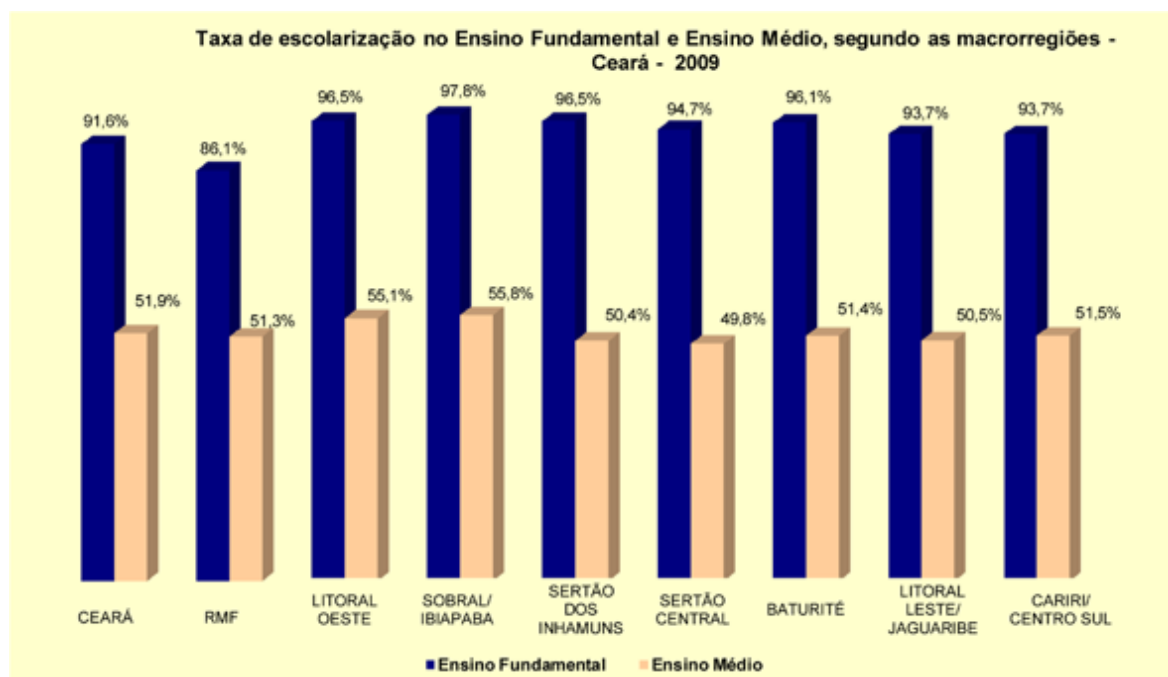
Os avanços no acesso ao Ensino Fundamental (EF) são notados quando olhamos as taxas de escolarização líquida, tendo o país, já há alguns anos, atingido um patamar de acesso virtualmente universal. Entretanto, percebe-se que problemas tradicionais da educação pública brasileira permanecem acentuados. As taxas de escolarização bruta do ensino fundamental evidenciam que o atraso escolar atinge os estudantes brasileiros mesmo nos anos iniciais da educação. Por outro lado, as taxas de escolarização líquida do ensino, apesar de estarem em trajetória ascendente, ainda se encontram em níveis aquém dos desejados.

As diferenças regionais ficam patentes se observarmos as taxas de abandono escolar tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio. O problema é mais grave no Nordeste onde a taxa de abandono no EF está acima de 10% em quase todos os estados, exceto Maranhão e Piauí. Por outro lado, o abandono é consideravelmente menor no Sul e no Sudeste. Apesar de manterem um padrão regional semelhante ao do ensino fundamental, as elevadas taxas de abandono do ensino médio novamente atestam as dificuldades de manter os jovens na escola (IPEA, 2009).

Uma das principais causas da evasão escolar, as altas taxas de reprovação no ensino fundamental confirmam que solucionar os problemas do processo de aprendizagem dos alunos é o maior desafio da educação pública hoje. Uma questão sempre relevante nas políticas educacionais é, certamente, a formação inicial e continuada dos professores. No PDE, a qualificação do docente constitui um dos pilares de sustentação, com a criação do piso salarial nacional para o professor e o estímulo e a ampliação do acesso dos educadores à universidade.

Enquanto a maior parte dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio são públicos – municipais, estaduais e federais –, o ensino superior no Brasil é dominado pelas instituições privadas. Não obstante a abertura de novas universidades federais nos últimos anos, a proporção de estabelecimentos de ensino superior públicos nos diferentes estados raramente ultrapassa os 15%.

Gráfico 6: Taxa de escolarização no ensino fundamental e médio



Fonte: SEDUC apud CEARÁ, 2011, p. 11.

O governo do estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC), vem implementando, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE. O SPAECE, na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos.

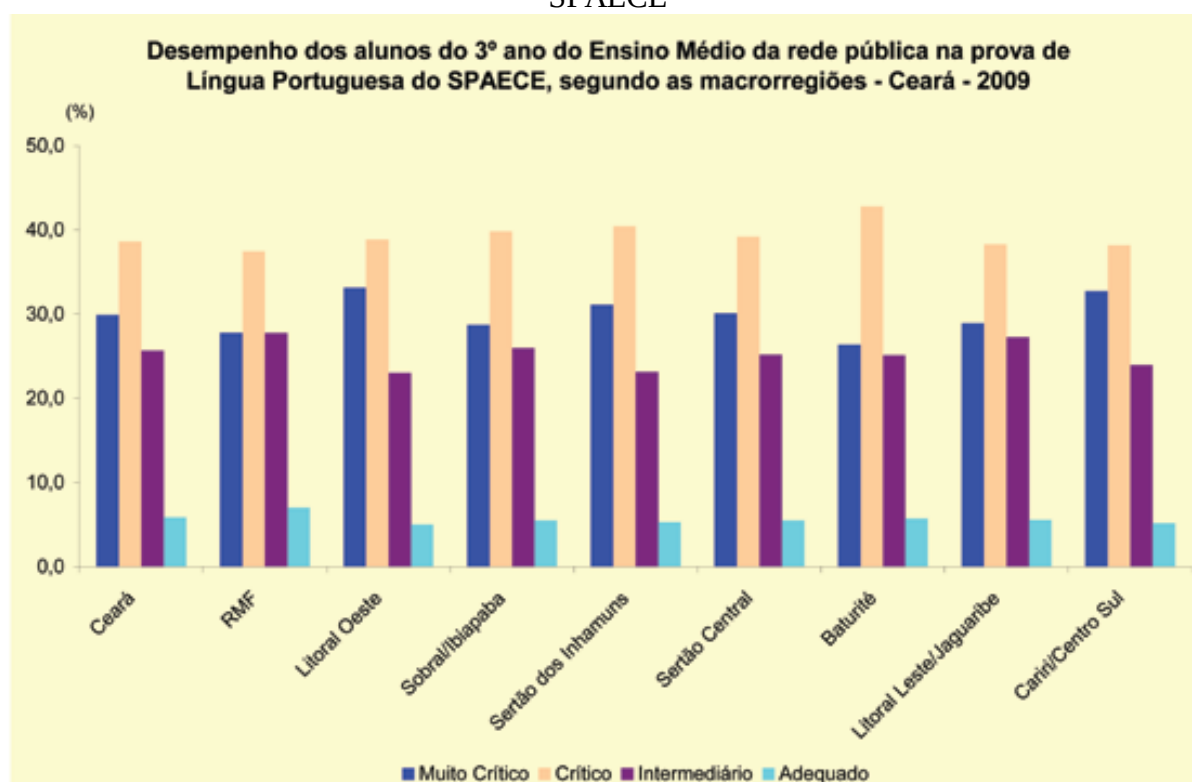
Realizada de forma censitária e universal, essa avaliação abrange as escolas estaduais e municipais, utilizando testes, com itens elaborados pelos professores da Rede Pública, tendo como orientação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ministério da Educação (MEC) e os Referenciais Curriculares Básicos (RCB) da Seduc. São aplicados, também, questionários contextuais, investigando dados socioeconômicos e hábitos de estudo dos alunos, perfil e prática dos professores e diretores.

Por considerar a importância da avaliação como instrumento eficaz de gestão, a SEDUC amplia, a partir de 2007, a abrangência do SPAECE, incorporando a avaliação da alfabetização e expandindo a avaliação do Ensino Médio para as três séries de forma censitária. Desta forma,

o SPAECE passa a ter três focos: Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa (2º ano); Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) e Avaliação do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries) (PORTAL DO SPAECE, 2013) .

Para uma escola ser considerada eficaz, ou seja, para fazer a diferença na vida de seus usuários, deve proporcionar altos padrões de aprendizagem a todos, independentemente de suas características individuais, familiares e sociais. Os padrões de desempenho utilizados são: adequado, intermediário, crítico e muito crítico⁶⁷. No Ensino Médio, 5,5% e 4,1% dos alunos da Macrorregião Sertão Central tem desempenho adequado, nas disciplinas da Língua Portuguesa e de Matemática, respectivamente (CEARÁ, 2011).

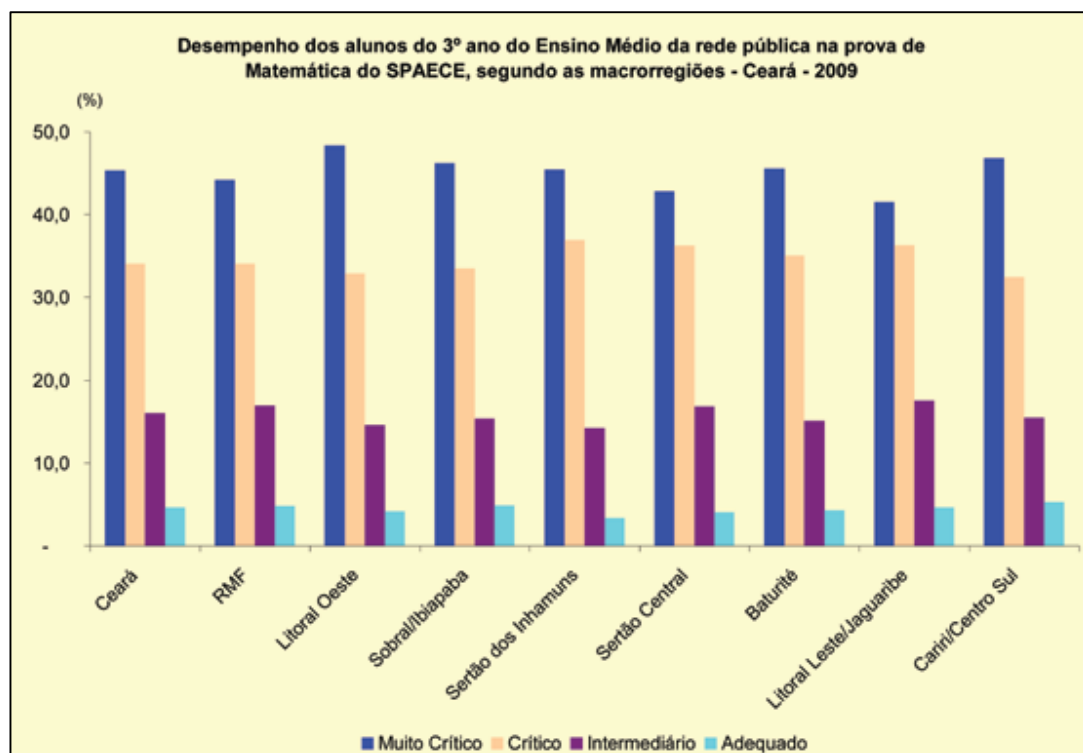
Gráfico 7: Desempenho dos alunos do ensino médio na prova de Língua Portuguesa do SPAECE



Fonte: SEDUC apud CEARÁ, 2011, p. 12.

⁶⁷ Obs: Para o 2º ano do Ensino Fundamental, são cinco padrões: Não alfabetizado, Alfabetização incompleta, Intermediário, Suficiente e Desejável.

Gráfico 8: Desempenho dos alunos do ensino médio na prova de Matemática do SPAECE



Fonte: SEDUC apud CEARÁ, 2011, p. 12.

A busca de medidas do estado de saúde da população tem sido uma atividade central em saúde pública iniciada com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência. Com os avanços no controle das doenças infecciosas e a melhor compreensão do conceito de saúde e de seus determinantes sociais, passou-se a analisar outras dimensões do estado de saúde, medidas por dados de morbidade, incapacidade, acesso a serviços, qualidade da atenção, condições de vida e fatores ambientais, entre outros. Os indicadores de saúde foram desenvolvidos para facilitar a quantificação e a avaliação das informações produzidas com tal finalidade (INDICADORES BÁSICOS PARA A SAÚDE NO BRASIL).

Nos indicadores de saúde, vemos que a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)⁶⁸ da Macrorregião Sertão Central é de 15,5 óbitos por mil nascidos vivos a 4ª em relação às demais macrorregiões.

Os Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta de Esgoto, em muitos países em desenvolvimento, apresentam-se bastante depreciados e muito distantes de atingir a universalização do atendimento (TUROLLA, 2002). Isso torna evidente que o problema do setor não reside apenas no déficit do serviço, mas também na eficiência da gestão do

⁶⁸ Ver Anexo 7

saneamento básico. Portanto, esse nível de eficiência precisa ser mensurado, para que os agentes públicos possam interferir no setor, de forma a garantir que os recursos sejam utilizados da melhor maneira possível e mais vidas possam ser poupadas (CRUZ e RAMOS, 2013).

Nos indicadores de saneamento básico, o Abastecimento de Água (Anexo 8) da Macrorregião Sertão Central beneficia 86,0% da população urbana e é a sétima colocada entre as macrorregiões. O Esgotamento Sanitário (Anexo 9) da Macrorregião Sertão Central tem somente 7,0% da população urbana atendida, a menor cobertura quando comparada às demais macrorregiões.

Nos indicadores econômicos, o Produto Interno Bruto (Anexo 10) é a soma de todos os bens e serviços produzidos pelos três setores da economia, incluindo os impostos líquidos de subsídios. O Produto Interno Bruto a preço de mercado (PIB) da Macrorregião Sertão Central participa com 4,1% do PIB estadual, ocupando a 6ª posição entre as demais macrorregiões. O PIB per capita é 5º do Estado (R\$ 3.899,00) com exceção da Macrorregião da RMF (CEARÁ, 2011).

Valor Adicionado (Anexo 11) entende-se a riqueza gerada pelas atividades econômicas a preços básicos, ou seja, sem a inclusão dos impostos. O Valor Adicionado do PIB da Macrorregião Sertão Central apresenta a seguinte estrutura setorial: no setor de serviços participa com 68,7%, o setor industrial com 13,7% e a agricultura com 17,6%.

Nos indicadores econômicos ressaltamos que Quixadá, por exemplo, se apresenta, atualmente, como principal polo comercial da região do Sertão Central cearense, desfrutando um acelerado processo de crescimento urbano, todavia ainda sustenta atitudes que a colocam em contato com uma realidade provinciana.

Visto do seu interior, as práticas e a organização do comércio da cidade⁶⁹ guardam marcas que legitimam a ideia de que o passado está mais próximo de nós do que podemos supor (ELIAS, 1998), encontrando-se implícitas no hábito de expor as mercadorias nas calçadas, nos alimentos vendidos a peso, na caderneta do fiado que coordenam antigas relações de compra e venda, e outras tantas formas de atuação que justificam o fato de ter recorrido a Quixadá de meados do século XX, para pensar questões atuais que se colocam em termos de cultura do cotidiano urbano (SILVA e SILVA, 2013, p. 02).

⁶⁹ Silva e Silva (2013) se referem a Quixadá

A centralização das políticas públicas das últimas décadas implementadas pelo governo federal, tratavam sempre o Brasil como um todo homogêneo. Isso impedia que tais políticas atingissem os objetivos esperados. Assim, passamos a priorizar as políticas públicas setoriais em cada região o que tem subsidiado as discussões e análises da realidade dos territórios à luz de indicadores regionais.

Assim, o conhecimento específico de cada região auxilia a definição de planos e políticas particulares. Nesse sentido, cinco documentos merecem ser mencionados: as **Diretrizes para o Plano de Governo (DPG)**⁷⁰ documento construído durante o processo eleitoral de 2010; a **Carta dos Municípios Cearenses**⁷¹ resultante da “I Marcha Municipalista do Ceará – Debatendo os Desafios da Gestão Pública Inovadora”. A partir de 10 encontros regionais promovidos pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará – APRECE em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; o **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS)**⁷² construído de forma regionalizada e participativa sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA); o **Relatório do IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado/2010**⁷³ resultado de uma parceria firmada entre a Vice-Governadoria e a SEPLAG, o IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado foi realizado em novembro de 2010, e o **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)**⁷⁴ elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Nesses documentos estão listadas algumas diretrizes pertinentes ao nosso estudo.

Destacamos nas Diretrizes para o Plano de Governo no Tema Educação Superior, profissional, ciência e tecnologia, oito diretrizes:

01. Aperfeiçoar o Sistema de Educação Superior no Ceará;
02. Expandir o programa de atração e fixação de pesquisadores no interior do estado, com a ampliação de programas, tais como: o das bolsas de produtividade e de interiorização – BPI, da FUNCAP.

⁷⁰ (CEARÁ, 2011).

⁷¹ (CEARÁ, 2011).

⁷² (CEARÁ, 2010).

⁷³ (CEARÁ, 2011).

⁷⁴ (CEARÁ, 2011).

03. Prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores em áreas estratégicas, para atender aos projetos estruturantes do Estado.
04. Promover a melhoria do ensino de graduação, estimulando a mobilidade acadêmica.
05. Ampliar e modernizar a infraestrutura dos diversos cursos de graduação.
06. Consolidar as ações da FUNCAP voltadas para a formação de recursos qualificados (programas de bolsas acadêmicas de iniciação científica, mestrado, doutorado e fixação de pesquisadores), e para o provimento de infraestrutura para a pesquisa.
07. Fortalecer a extensão universitária e a tecnológica, como instrumento de disseminação da ciência; da tecnologia; e da integração da universidade com a sociedade.
08. Articular com o governo federal a criação de duas novas universidades federais no Ceará; uma na região norte; e outra no Cariri.

As diretrizes supracitadas visam promover a melhoria do sistema de educação do Ceará no Sertão Central, para tanto, várias ações são necessárias dentre as quais destacamos a atração e fixação de pesquisadores no interior do estado, pois, há algumas décadas, esses pesquisadores eram atraídos para as capitais ou mesmo para outras regiões do país que ofereciam condições mais atrativas de emprego e renda, além de infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisas.

As diversas diretrizes definidas para o ensino superior apontam possibilidades como a de prospectar a abertura, de forma integrada e interinstitucional, de novos cursos para formação de professores e promover a melhoria do ensino de graduação, estimulando a mobilidade acadêmica. Essas diretrizes se adequam bem à realidade interiorana, na qual o primeiro Mestrado Acadêmico do Sertão Central é interinstitucional (FECLESC/FAFIDAM) e onde as Unidades Acadêmicas recebem alunos de diversos municípios, para os quais a mobilidade por vezes é diária.

Obviamente, a melhoria do ensino superior depende de investimentos na infraestrutura e mão de obra qualificada, e do fortalecimento das unidades acadêmicas e de sua interface com a sociedade. Na Carta dos Municípios Cearenses destacamos a diretriz que propõe: Interiorização do ensino superior através de núcleos da UECE. Essa discussão será devidamente abordada nos capítulos vindouros.

Já no IV Fórum Estadual do PPA Participativo Regionalizado 2010 destacamos as seguintes propostas: Expansão do Campus da Universidade Estadual no interior, com oferta de

novos cursos gratuitos atendendo a vocação regional; criação de um fórum consultivo das entidades civis dentro da estrutura administrativa da FECLESC (Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central -UECE- Quixadá). A criação de novos cursos e a vocação regional serão discutidas no último capítulo da tese.

O território sertão central se apresenta como uma microrregião promissora com investimentos na área de infraestrutura, saúde, saneamento básico e educação. Desfrutando, dessa forma, de atrativos que corroboram para a manutenção da região como principal polo comercial e hoje também educacional, considerando o aumento do número de instituições de ensino superior, ali concentradas.

Em 2010, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) organizou um documento no qual apresentava o Índice de Desenvolvimento Municipal do Ceará (IDM) cuja ideia era a realização de uma análise multidimensional, que, por meio de técnicas estatísticas, traduziria o nível de desenvolvimento relativo de cada um dos municípios cearenses em um indicador. Ao todo foram trabalhados 30 indicadores agrupados em quatro os grupos: Grupo 1 - Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas; Grupo 2 - Indicadores Demográficos e Econômicos; Grupo 3 – Indicadores de Infraestrutura de Apoio e Grupo 4 – Indicadores Sociais.

No grupo 1 eram analisados os seguintes indicadores: precipitação pluviométrica, percentual de área explorável utilizada, percentual do valor da produção vegetal, percentual do valor da produção animal, salinidade média da água, quociente locacional de energia rural e índice de distribuição de chuvas. No grupo 2, os indicadores eram: densidade demográfica, taxa de urbanização, produto interno bruto *per capita*, receita orçamentária *per capita*, percentual do consumo de energia elétrica da indústria e comércio, percentual do produto interno bruto do setor industrial, percentual de trabalhadores do emprego formal com rendimento superior a dois salários mínimos. Os indicadores para o grupo 3 foram: agências de correios por dez mil habitantes, agências bancárias por dez mil habitantes, veículos de carga por cem habitantes, coeficiente de proximidade⁷⁵, percentual de domicílios com energia elétrica, rede rodoviária pavimentada relativa à área do município e emissoras de radiodifusão. Finalmente, o grupo 4 cujos indicadores eram: taxa de escolarização no Ensino Médio, taxa de aprovação no Ensino Fundamental; bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática por escola; equipamentos de informática por escola; percentual de função docente no Ensino Fundamental

⁷⁵ Medida do grau de proximidade do município com Fortaleza

com grau de formação superior; médicos por mil habitantes; leitos por mil habitantes; Taxa de mortalidade infantil e taxa de cobertura de abastecimento de água.

O documento suscitou a curiosidade de identificamos *a priori* qual o IDM de Quixadá e como seria seu desempenho nos diferentes grupos, especialmente nos grupos 3 e 4 nos quais os indicadores avaliavam os equipamentos de apoio e a educação. Percebemos que a cada avaliação, o documento apresenta uma tabela com a posição do município em um *ranking* de desempenho. Na hierarquização geral dos municípios de acordo com o IDM (30,41), Quixadá ocupa a 37ª posição, com os seguintes índices obtidos nos diferentes grupos (G1 – 16,66; G2 – 17,52; G3 – 38,37 e G4 – 52,33). Se concentrássemos a análise no grupo 1 a posição de Quixadá no *ranking* dos 184 municípios cearenses seria a 118ª; no grupo 2 sua posição seria 47ª; no grupo 3 seria 14ª e no grupo 4 seria 21ª. É possível perceber que seus melhores desempenhos foram obtidos nos indicadores dos grupos 3 e 4 e esses indicadores fizeram melhorar sua posição no *ranking* geral.

O pior desempenho do município foi no grupo 1 o que não é bom, contudo não surpreende, por estar localizado no sertão central cearense em pleno semiárido, aspectos como precipitação pluviométrica, percentual de área explorável utilizada, percentual do valor da produção vegetal ficaram abaixo da média e nos demais indicadores o município não sobressaiu. Já no grupo 2, Quixadá se manteve na média. Nos grupos 3 e 4, entretanto, seu desempenho foi bastante satisfatório. No grupo 3 alguns aspectos são relevantes, uma vez que seus indicadores contemplam a infraestrutura da cidade e os equipamentos de apoio. Quixadá está próxima a Fortaleza e seu acesso ocorre por redes rodoviárias pavimentadas (BR 116 e BR 222), possui agência bancárias e dos correios.

Os resultados para o Grupo 4 mediram o nível de desenvolvimento em termos de condições sociais. Para a construção desse índice foram utilizadas informações sobre os padrões de acesso e utilização dos serviços nas áreas de educação, saúde e saneamento.

No que se refere à educação, são contemplados indicadores de escolarização, aprovação escolar, qualificação docente e de aparelhamento das escolas. A análise destes indicadores é fundamental, pois a educação é considerada um dos mais importantes fatores para o desenvolvimento de uma sociedade, assim como o estudo formal é a principal forma de acúmulo de capital humano por um indivíduo, o que lhe capacita para a sua vida profissional e como cidadão (CEARÁ, 2010, p. 86).

Para aferir a qualidade do ensino, analisou-se a qualificação do docente no Ensino Fundamental. No estado, 70,37% desses docentes tinham grau de formação superior, em 2010. Os municípios com os mais altos percentuais foram Altaneira, Pires Ferreira, Itaiçaba, Frecheirinha, Horizonte, Catarina, Novo Oriente, Groaíras e Milhã, todos com mais de 90% dos seus docentes do Ensino Fundamental com esta formação. Nos chama atenção o município de Milhã, por exemplo, que não sedia Instituições de Ensino Superior estar entre os municípios com os mais altos percentuais de formação docente, esse dado ratifica a importância de instituições como a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) em Quixadá, que atende a demanda do território Sertão Central e é responsável, inclusive, pela qualificação de professores de Milhã. A UECE assume que a vocação acadêmica de suas unidades no interior tem sido a formação de professores.

3.4. O início da interiorização do ensino superior no Ceará

Numa perspectiva histórica, a primeira instituição de ensino superior do Ceará foi o Seminário Episcopal do Ceará em 1864, proposto por dom Luís Antônio dos Santos, primeiro bispo do estado. Nos moldes do governo brasileiro, a primeira instituição de ensino superior foi a Faculdade de Direito do Ceará, fundada em 1903. A Faculdade de Direito foi seguida pela criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, criada em 1916, e depois a Escola de Agronomia do Ceará, criada em 1918. A Universidade Federal do Ceará foi criada em 1957 e a Universidade Estadual do Ceará em 1973. Já a interiorização do ensino superior teve início na década de 1950, com a criação do Instituto de Ensino Superior do Cariri (IESC) mantenedora da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), primeira unidade de ensino superior criada pelo MEC, no interior do estado do Ceará.

O Ceará diferenciou-se de outros estados nordestinos, pois, inicialmente, concentrou suas atividades na capital. A difusão do ensino superior teve início na década de 1950 com a criação do Instituto de Ensino Superior do Cariri (IESC). O IESC era a entidade mantenedora do Ensino Superior na Diocese do Crato com a Faculdade de Filosofia do Crato, primeira unidade de ensino superior criada pelo MEC, no interior do estado do Ceará. A faculdade oferecia cinco cursos, todos reconhecidos pelo Ministério da Educação, a saber: Pedagogia,

Letras, História, Ciências e Geografia. Com a criação de uma universidade pública no Crato, a Diocese, considerando que a gratuidade do ensino viria beneficiar os alunos pobres e melhorar a situação do corpo docente, acolheu a proposta de incorporar os cursos da Faculdade de Filosofia do Crato à nova Universidade.

Na tarde em que toda população católica das cidades da região sul do Ceará, sob a jurisdição da diocese do Crato, se reunia na praça da Sé daquela cidade, depois das calorosas louvações ao Senhor Bispo Dom Francisco de Assis Pires sobre a tribuna com a incumbência de declarar oficialmente criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Crato. “Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo”. Disse eu enfaticamente, aqui toda multidão respondeu entusiasmada: “Para sempre seja louvado!” E prossegui... pela graça que nos concedeu de subir a esta tribuna e vos trazer auspiciosa notícia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Crato. Terminada a minha falação fui a seguir referendado pelas autoridades civis e eclesiásticas, bem como pelos professores, intelectuais e estudantes, o ato formal da criação da primeira escola de nível superior a ser instalada no interior do estado do Ceará, tendo como sede a cidade do Crato e como entidade mantenedora o Instituto de Ensino Superior do Cariri (MARTINS FILHO, 1983, p. 173).

O discurso inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Crato proferido pelo professor Antônio Martins Filho evidencia a influência da igreja católica na educação cearense. No Ceará, a igreja católica manteve Seminários e uma rede de escolas confessionais. Assim, não surpreende que a criação da Faculdade no Cariri tenha ocorrido com festa e religiosidade.

Passada essa fase de mobilização e participação, Martins Filho, então reitor da UFC, leva o projeto para o Conselho Universitário e consegue aprovar a criação da faculdade, como agregada a essa Universidade, o que só ocorreu em 15 de maio de 1960. O pioneirismo da Faculdade de Filosofia do Crato resultou posteriormente na Universidade Regional do Cariri, criada em 19 de setembro de 1986 (ALVES, 2007, p. 54).

A difusão do ensino superior teve início, como visto, na década de 1950, com a Faculdade de Filosofia do Crato, que contou com a participação de dom Francisco de Assis Pires, Bispo do Crato, posteriormente a Faculdade foi incorporada à Universidade Regional do Cariri (URCA). Atualmente, a URCA possui três campus no Crato (Pimenta, São Miguel e São Francisco); dois campus em Juazeiro do Norte (Crajobar e Pirajá); o Museu de Santana do Cariri e três unidades descentralizadas em Iguatu, Campos Sales e Missão Velha.

A Faculdade de Filosofia Dom José foi criada pela Diocese de Sobral e seu nome faz referência ao primeiro bispo do município Dom José Tupinambá da Frota. Em 1968, por iniciativa do cônego Francisco Sadoc de Araújo e, através da Lei Municipal Nº 214 de 23/10/1968, sancionada pelo prefeito de Sobral, Jerônimo de Medeiros Prado, é criada a Universidade Vale do Acaraú (transformada em Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA no ano de 1984). A UVA encampou as Faculdades de Ciências Contábeis, Enfermagem e Obstetrícia, Educação e de Tecnologia, que compunham a antiga Fundação Universidade Vale do Acaraú, e a Faculdade de Filosofia Dom José, que pertenciam à Diocese de Sobral.

Na região do Jaguaribe temos a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), solicitada pelo 1º Bispo de Limoeiro do Norte Dom Aureliano Matos e depois encampada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A UECE⁷⁶ continua seu processo de interiorização com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) criada em 1976; a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI) criada em 1979; a Faculdade de Educação de Crateús criada em 1983 e a Faculdade de Educação de Itapipoca criada em 1988.

3.5. A história da UECE na formação de professores

No Ceará, o governo do estado foi responsabilizado pela interiorização do ensino superior através de três universidades: a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (URCA).

Ao serem responsabilizadas pela interiorização, as universidades estaduais do Ceará assumiram como “vocação” a formação de professores, já que no decorrer do século XX, o Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, próprio de um país predominantemente rural, para serviços educacionais em grande escala, acompanhando o incremento populacional e o crescimento econômico que conduziu a altas taxas de urbanização e industrialização.

⁷⁶ Como explicitado no tópico que aborda o REUNI, a UFC possui três campus no interior: no Cariri, em Sobral e em Quixadá.

Em termos quantitativos constatamos que a matrícula geral saltou de 2.238.773 alunos (ensino primário: 2.107.617; Ensino Médio: 108.305; Ensino Superior: 22.851) em 1933 para 44.708.589 (Primário: 35.792.554; Médio: 6.968.531; Superior: 1.947.504) em 1998 (BRASIL, 2003, p. 106). Considerando-se que a população do país girava em torno de 40 milhões em 1933, passando a aproximadamente 167 milhões em 1998, conclui-se que, enquanto a população global quadruplicou, a matrícula geral aumentou vinte vezes. Vê-se, assim, que, relativamente, a trajetória do século XX representou, do ponto de vista quantitativo, um significativo avanço no campo educacional (SAVIANI, 2011, p. 7 e 8).

Esse avanço das matrículas gerou a necessidade de uma resposta institucional, que garantisse professores para esse contingente de alunos. As preocupações acerca do professor e de sua formação passam a figurar como pautas relevantes no contexto da política educacional. O Ceará, localizado numa das regiões mais pobres do Brasil, assumiu como prioridade de sua política educacional o desafio da formação de professores.

Uma primeira iniciativa foi à criação das Escolas Normais Rurais, estabelecimentos de ensino voltados para a formação de docentes que pudessem atuar nas escolas rurais do Brasil. Acerca dessa temática destacamos o estudo da professora Isabel Maria Sabino de Farias (2006) sobre a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (Ceará) no período de 1934 a 1945, considerada na historiografia educacional como o primeiro estabelecimento de ensino voltado para a formação docente especializada. O objetivo da pesquisa foi analisar a influência do *escolanovismo* na formação dos professores ruralistas.

Não podemos deixar de mencionar a tese da professora Fátima Maria Leitão Araújo (2006), cujo objeto de estudo foi a proposta de formação docente das escolas normais rurais do Ceará entre 1930 e 1960. A tese aborda, além da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte; a Escola Normal Rural de Limoeiro; o Colégio Sagrado Coração de Jesus de Quixadá; a Escola Normal Rural Santana, de Iguatu; a Escola Normal Rural de Crateús; a Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, de Itapipoca e a Escola Normal Rural de Ipu.

As Escolas Normais Rurais se adequavam as proposições governamentais da época e almejaram responder aos problemas identificados pelos especialistas educacionais. “A fundação de uma escola de formação docente para o meio rural era a resposta que se dava aos discursos em defesa de uma ação educadora que atingisse os sertões cearenses” (ARAÚJO, 2006, p. 67).

O estudo de Araújo (2006) reconhece nas Escolas Normais Rurais uma característica também presente no discurso das Universidades para o Desenvolvimento - a regionalização. Isso fica evidenciado quando aborda a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, criada em uma região agrícola e que, portanto, clamava por uma escola que instigasse no sujeito sua consciência agrícola, por esse motivo era essencial criar uma escola de formação de professores no sertão. A ideia subjacente nas Escolas Normais Rurais e nas Faculdades que vieram posteriormente, era que sua formação induziria a fixação do homem ao campo.

A pedagogia ruralista declinou, mas a discussão sobre formação de professores continuou na pauta de debates educacionais. A partir do governo Vargas, como já enfatizado no capítulo I, intensificou-se a ideia de modernização e desenvolvimento nacional e a Universidade emerge como instrumento para o desenvolvimento.

Nesse contexto, destacamos o papel da Universidade Estadual do Ceará (UECE) para o desenvolvimento educacional. Sua tradição nessa área é consequência da atenção especial à formação de recursos humanos especializados nos mais diversos campos do conhecimento no estado, sobretudo à formação de professores - sua vocação histórica.

A Universidade Estadual do Ceará é reconhecida regionalmente por sua vocação histórica na formação de professores. Dos 57 cursos de graduação (presenciais) que oferece atualmente, 45 são licenciaturas, das quais 14 acontecem nos campi da capital e 31 nos campi do interior do estado (FARIAS et al, 2011, p. 07).

A Universidade Estadual do Ceará (UECE) foi autorizada pela Lei número 9.753 de 18 de outubro de 1973, com a instituição da Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE).

A resolução número 2 de 5 de março de 1975 do Conselho Diretor, referendada pelo Decreto número 11.233, de 10 de março do mesmo ano, tornou possível a criação da UECE, que teve incorporada ao seu patrimônio as Unidades de Ensino Superior existentes na época: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, além da Televisão Educativa Canal 5.

A UECE teve sua instalação concretizada somente em 1977, tempo em que procurou direcionar seu âmbito de abrangência àquelas profissões mais necessárias ao desenvolvimento do Ceará, naquela época: Ciências da Saúde (Enfermagem e

Nutrição); Ciências Tecnológicas (Matemática, Física, Química, Ciências Pura, Geografia e Ciências da Computação); Ciências Sociais (Administração, Ciências Contábeis, Serviço Social e Pedagogia); Ciências Humanas (Letras, Filosofia, História, Música, Instrumento-Piano e Estudos Sociais) e Ciências Agrárias (Medicina Veterinária) (CEARÁb, 2012).

A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIFAM), unidade acadêmica da UECE em Limoeiro do Norte é mais antiga que a própria Universidade. Esse ano a FAFIDAM completa 45 anos. A FAFIDAM tem por objetivo formar profissionais para atuarem na Educação Básica, atendendo assim aos anseios da população do Baixo e Médio Jaguaribe. Assim, desde a sua implantação, estrutura cursos de licenciatura plena em áreas diversas do conhecimento, visando à formação de professores atuantes em diferentes funções no âmbito das instituições educacionais da região jaguaribana. Atualmente, oferta os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras Português e Língua Inglesa, Matemática, Pedagogia, Química e Educação do Campo, em convênio com o MEC/FNDE/SECADI/ PROCAMPO, sendo a maior unidade da UECE instalada no interior do estado do Ceará.

Nesses quase quarenta anos a UECE já teve vários reitores, como mostra o quadro 6. O primeiro foi o Antônio Martins Filho que, além de participar da instalação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1954, lutou pela implantação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 1977, e da Universidade Regional do Cariri (URCA) e através da URCA realizou desejo de interiorizar o ensino superior.

Quadro 5: Relação de Reitores da UECE

REITOR E VICE-REITOR	ANO
Antonio Martins Filho	1975
Danísio Dalton da Rocha Corrêa – reitor; João Nazareth Cardoso - vice-reitor.	1977
O professor Danísio Dalton da Rocha Corrêa assumiu a Secretaria de Educação do Estado e o professor e padre Luiz Moreira foi nomeado reitor <i>pro tempore</i> . Em 31 de março de 1981, padre Luiz Moreira foi nomeado reitor da UECE.	1981
Cláudio Régis de Lima Quixadá - reitor Perípedes Franklin Maia Chaves - vice-reitor	1984
Perípedes Franklin Maia Chaves - reitor Luiz Tavares Júnior - vice-reitor	1988
Paulo de Melo Jorge Filho - reitor Hélio Bonfim de Macêdo - vice-reitor	1992
Manassés Claudino Fonteles - reitor	1996

Francisco de Assis Moura Araripe - vice-reitor ⁷⁷	
Manassés Claudino Fonteles - reitor Francisco de Assis Moura Araripe - vice-reitor	2000
Jáder Onofre de Moraes - reitor João Nogueira Mota - vice-reitor	2004
Francisco de Assis Moura Araripe - reitor Antônio de Oliveira Gomes Neto - vice-reitor	2008
Jackson Coelho Sampaio - reitor Hidelbrando dos Santos Soares - vice-reitor	2012

Fonte: CEARÁ, b, 2012

A UECE foi criada com o objetivo de atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Ceará. Dessa forma, passou a atuar em outros municípios do Estado, estruturando-se, a partir daí, em rede multicampi com faculdades nos municípios de Iguatu, Quixadá, Limoeiro do Norte, Crateús e Tauá. Através da rede "multicampi", tem privilegiado os cursos voltados para a formação de professores (CEARÁ, b, 2012).

Quadro 6: Faculdades da UECE no Interior

FACULDADE DE FILOSOFIA DOM AURELIANO MATOS (FAFIDAM)	
ATO DE CRIAÇÃO	É a mais antiga das unidades da UECE, sediada em Limoeiro do Norte. Foi à única faculdade do interior a compor a UECE, quando foi fundada em 1975. A faculdade foi criada e estruturada como autarquia estadual pela lei nº 8.716, de 6 de janeiro de 1967 e autorizada a funcionar pelo Parecer nº 425/68.
RAIO DE ABRANGÊNCIA	Abrange os municípios de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Quixeré, Jaguaribara, Morada Nova, Itaiçaba, Jaguaruana, Palhano, Russas e Jaguaribe.
CURSOS	Letras, História, Matemática, Geografia, Pedagogia, Ciências Biológicas, Física e Química
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DO SERTÃO CENTRAL (FECLESC)	
ATO DE CRIAÇÃO	A fundação mantenedora foi criada pela lei municipal nº 842/76. Em 1983, a UECE encampou a Faculdade.
RAIO DE ABRANGÊNCIA	Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú, Ibaretama, Ibicuitinga, Boa Viagem, Choró, Senador Pompeu, dentre outros
CURSOS	Pedagogia, Letras, História, Química, Física, Matemática e Biologia.

⁷⁷ Em 6 de outubro de 2003, o professor Manassés Claudino Fonteles afastou-se e assumiu como reitor o professor Francisco de Assis Moura Araripe, terminando o mandato em 22 de maio de 2004.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE IGUATU (FECLI)	
ATO DE CRIAÇÃO	O movimento que resultou na criação da FECLI teve como grande aliada a Prefeitura Municipal de Iguatu, idealizadora do projeto. O ato de criação ocorreu através da lei municipal nº 558, de 24 de dezembro de 1979. Em 1982, o governo do estado autoriza a UECE a encampar a faculdade através do decreto nº 15.502.
RAIO DE ABRANGÊNCIA	Acopiara, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Irapuan Pinheiro, Jucás, Lavras da Mangabeira, Mombaça, Orós, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixelô, Saboeiro, Solonópole e Várzea Alegre.
CURSOS	Pedagogia, Letras, Ciências Biológicas, Física e Matemática
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE ITAPIPOCA (FACEDI)	
ATO DE CRIAÇÃO	A FACEDI foi criada pela portaria ministerial de nº 464/88, de 30 de agosto do mesmo ano. Em 1991, essa unidade da UECE foi alçada a categoria de Faculdade
RAIO DE ABRANGÊNCIA	Uruburetama, Itapajé, Amontada.
CURSOS	Pedagogia, Ciências Biológicas e Química.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE CRATEÚS (FAEC)	
ATO DE CRIAÇÃO	A FAEC foi criada pela Resolução nº 32/83, de 31 de agosto de 1983. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UECE criou o curso de Pedagogia.
RAIO DE ABRANGÊNCIA	Novo Oriente, Independência, Várzea Alegre
CURSOS	Pedagogia, Ciências Biológicas e Química.

Fonte: O quadro foi elaborado a partir de informações extraídas de Alves (2007) e CEARÁ, b (2012).

As unidades acadêmicas da UECE no interior têm se consolidado a partir da melhoria da estrutura física, qualificação de seu corpo docente (composto na maioria por mestres e doutores), desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa, criação de laboratórios, oferta de grupos de estudo, dentre outros. Mas, também reclama o abandono e descaso do governo do estado, percebido na precariedade das condições de trabalho com bibliotecas defasadas, falta de salas de aula, falta de professores efetivos, falta de computadores com acesso a *internet*, a dependência em relação a capital, dentre outros problemas históricos. Sua organização em multicampis como mostra o Mapa 5 explicita a expansão da UECE na direção

do interior. Nessas unidades acadêmicas os cursos visam à formação de um corpo de profissionais, capaz de responder à demanda por professores com formação de nível superior, particularmente em áreas específicas para o magistério no ensino fundamental (anos finais) e médio.

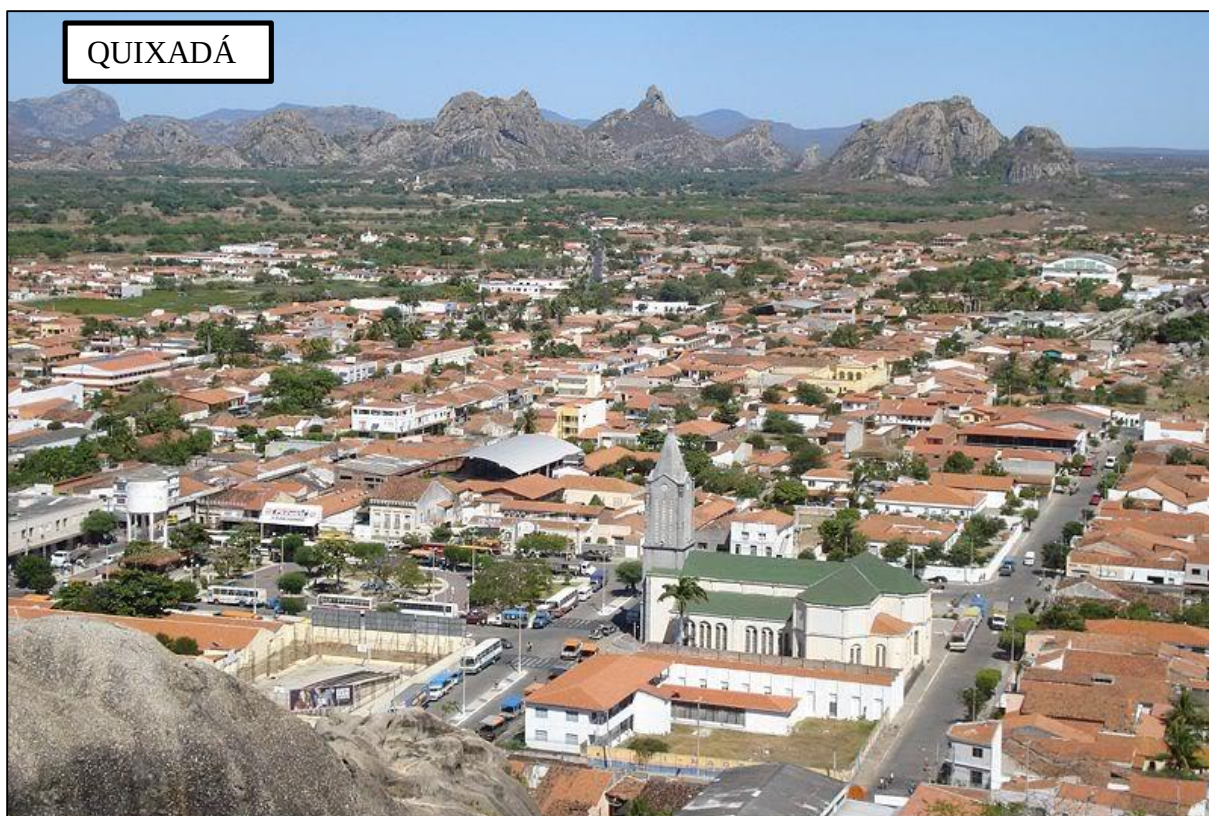
Mapa 3: Unidades Acadêmicas da UECE⁷⁸

As informações apresentadas objetivaram evidenciar a contribuição da UECE no processo de expansão da oferta de ensino superior e na qualificação dos profissionais de educação no Ceará. Essas ações têm sido fortalecidas pelo incremento de cursos de pós-graduação *lato* e *strictu sensu* em Educação. No ano de 2012, por exemplo, a UECE conseguiu a aprovação do primeiro mestrado intercampi para o sertão central. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, aprovou a criação do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino - MAIE que funciona nas Faculdade de Filosofia

⁷⁸ Farias et all, 2011, p. 03

Dom Aureliano Matos (FAFIDAM - Limoeiro do Norte) e Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC - Quixadá).

O Mestrado em Educação e Ensino possibilita a interiorização da pós-graduação *strictu sensu* no estado do Ceará, através da ação coordenada de duas faculdades, FAFIDAM e FECLESC, localizadas no Vale do Jaguaribe e Sertão Central. O programa apresenta uma área de concentração - Educação, Escola e Movimentos Sociais - e tem como Linhas de Pesquisa: "Educação, Escola, Ensino e Formação Docente" e "Trabalho, Educação e Movimentos Sociais".



CAPÍTULO III

CAPÍTULO III: O DESTINO

*No meio do caminho tinha uma pedra
Tinha uma pedra no meio do caminho
Tinha uma pedra
No meio do caminho tinha uma pedra.
(Carlos Drummond de Andrade).*

Foi exatamente isso que pensei a primeira vez que estive em Quixadá, após uma viagem de carro que durou aproximadamente duas horas⁷⁹. Não por acaso seu codinome Terra dos Monólitos é tão conhecido. Em uma dessas ironias da vida, a primeira rua em que morei tinha uma pedra bem no meio do caminho. Ao chegar à cidade experimentei imediatamente seu clima quente e seco, em determinados momentos sufocante para uma pessoa natural do sudeste do país; o trânsito caótico com um fluxo intenso de carros, caminhões, motos, bicicletas e carroças; as calçadas estreitas; as casas pequenas e juntinhas; a praça; a igreja; as escolas. Como canta Gonzaga⁸⁰:

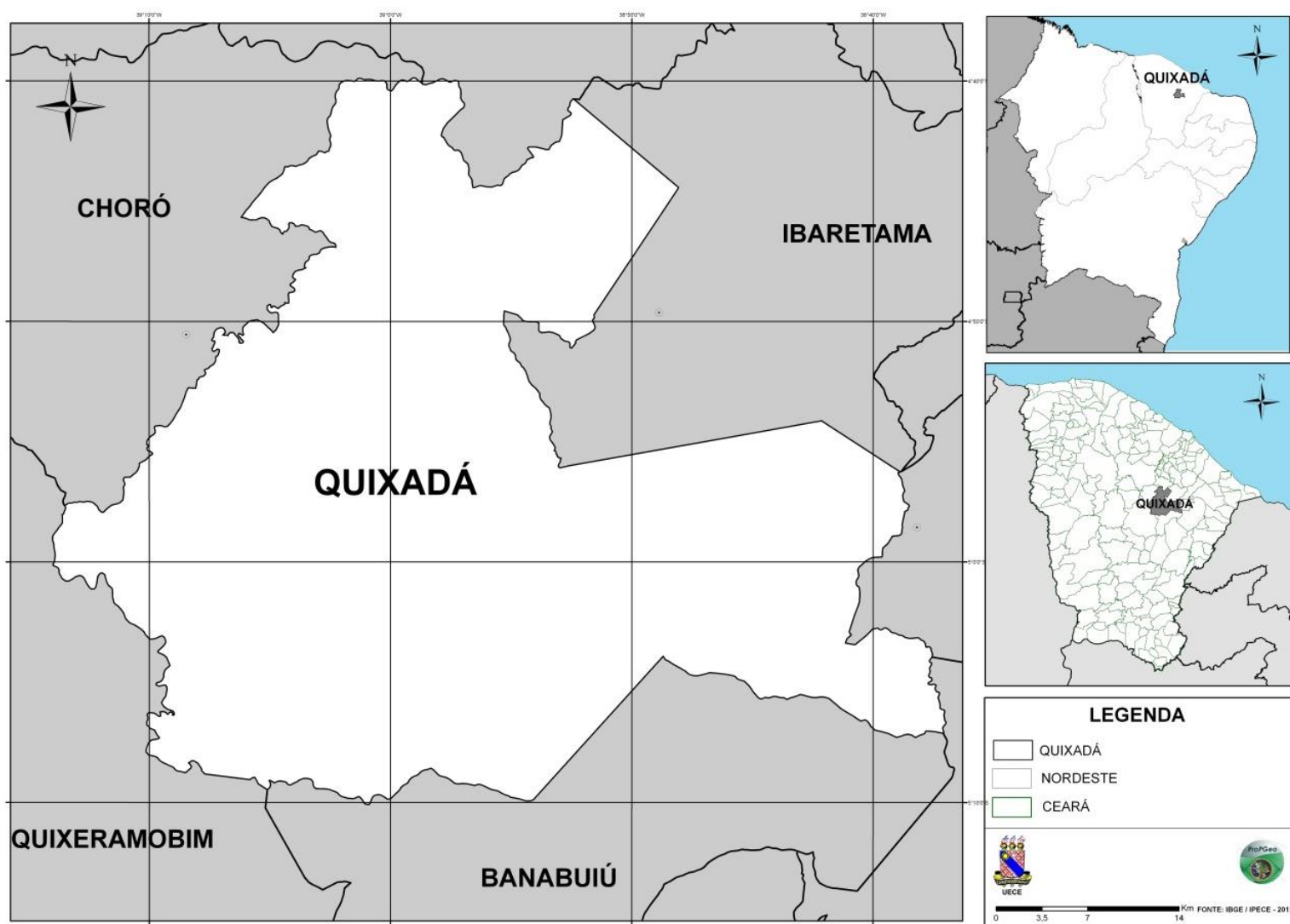
Cidade do interior tem a sua estação de trem, um clube, a matriz e o jardim. E um baile mensal familiar, tem um cinema modesto e um pequeno jornal que sai todo domingo e quando é feriado nacional. Cidade do interior tem um grupo escolar também e um rio que passa cantando e esperando o luar [...].

Sêneca nos ensinou uma importante lição quando afirmou “quando se viaja sem destino, nenhum vento é favorável”. O destino neste texto representa o *lócus* da pesquisa, o espaço que se desejou conhecer, com suas práticas espaciais e sujeitos. Embora a coleta de dados tenha se concentrado em Quixadá, seu alcance estende-se pelo território do Sertão Central cearense.

⁷⁹ Partindo de Fortaleza.

⁸⁰ Zezé Gonzaga, “Cidade do Interior”.

Mapa 4: Localização de Quixadá - Ceará



Conforme explicitado na Introdução da tese, a opção por Quixadá foi uma escolha intencional pautada em critérios como: tempo de fundação das IES; diversidade institucional (FECLESC, FCRS, IFCE E UFC); acesso aos dados e atendimento às cidades circunvizinhas. Ademais, a FECLESC, uma das principais instituições pesquisadas completa 30 anos de funcionamento e merece ter sua história contada, assim como Quixadá, importante cidade do estado do Ceará, carece de investigações sobre a evolução de seu processo instrucional.

Nesse capítulo, que será maior que os anteriores, esperamos demonstrar nossa tese de que Quixadá, atualmente persiste como importante centro de convergência e irradiação não mais em função do comércio ou da cotonicultura, mas alicerçando seu desenvolvimento nas colunas da educação. Para tanto, apresentamos a evolução da educação em Quixadá desde sua ocupação e a criação da vila, origem similar a de muitas cidades nordestinas, os avanços introduzidos a partir da construção do Cedro e da Estrada de Ferro, identificamos as primeiras escolas municipais e confessionais, algumas ainda designadas escolas rurais para, a partir desse processo, entender a reivindicação dos quixadaenses por uma Universidade e nesse contexto explicitar a criação da FECLESC, da FCRS, do Campus Avançado da UFC e do IFCE. No tópico seguinte descrevemos o processo de criação da FECLESC e da FCRS, as mais importantes instituições de ensino superior até o momento, consubstanciados pelas ações do professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e dos primeiros bispos diocesanos do município: dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim. A seguir abordamos a tese de Quixadá como centro de convergência e irradiação da Educação, centrando a análise na difusão e área de abrangência, na evolução do município como centro de convergência e irradiação da Educação por intermédio da análise de seus fixos e fluxos e a constituição da cidade universitária, polo regional, com suas sociabilidades peculiares derivadas dessa interiorização do ensino.

4.1. A evolução da educação em Quixadá

O município de Quixadá não se tornou uma cidade universitária abruptamente, esse adensamento de Instituições de Ensino Superior é consequência de um processo anterior de evolução da educação que criou uma demanda por formação de professores. Para

compreendermos como os investimentos em ensino superior tiveram origem, tornou-se necessário uma digressão histórica que possibilitasse a reconstituição do percurso instrucional nessa cidade.

A historiografia quixadaense é rica em fatos, mas pobre em obras que analisem esses fatos. Assim, uma primeira dificuldade foi identificar estudos que auxiliassem nossa modesta tentativa de resgatar a evolução da educação básica no município. Por não tratar-se de uma pesquisa histórica e não ser esse nosso objeto de estudo, o texto servirá muito mais para sistematizar e recortar informações já publicadas do que para apresentar novas descobertas. Nossa intenção foi verificar como se organizou e ofertou a educação básica para, como mencionamos anteriormente, compreender por que Quixadá se tornou um polo regional universitário.

Nessa reconstituição algumas obras foram de vital importância. A primeira e mais completa é *Retalhos da História de Quixadá* de João Eudes Costa, uma rica compilação de fatos diversos sobre a cidade.

Retalhos da História de Quixadá merece toda consideração devida a um trabalho histórico, embora seu autor se auto-denomine “contador de histórias” e não historiador. Mas é preciso reconhecer que a ciência histórica muitos benefícios tem auferido de cidadãos comprometidos e entusiasmados com o “espetáculo das atividades humanas”, que nos legaram preciosidades documentais inestimáveis do tesouro do tempo, e que, em muitos casos, o diploma acadêmico mais lustroso não possibilita ao seu titular, tamanha sagacidade e dedicação (SILVA⁸¹, 2002, p. 5 e 6).

Na citação anterior, o professor Marcos José Diniz Silva⁸² evidencia um aspecto que nos chamou atenção no levantamento bibliográfico, a saber, a contribuição dos memorialistas para o registro histórico de Quixadá. Nesse grupo destacamos o já mencionado João Eudes Costa, José Bonifácio de Sousa, Eusébio Nery Alves de Sousa e Francisco Chagas da Silva. Para Maurice Halbwachs, enquanto uma lembrança subsiste é inútil fixá-la por escrito.

⁸¹ Prefácio do livro *Retalhos da História de Quixadá*

⁸² Professor do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC/UECE.

Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais suporte de um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou que dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para os quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990, p. 80)

Barbosa (2013) faz um questionamento inquietante em seu artigo “Memória e Escrita da História de Quixadá: reflexões sobre a obra do memorialista João Eudes Costa”: Como entender o fato de que em uma cidade com curso superior em História, como Quixadá, que forma e já formou tantos historiadores, a maior referência em história local seja um memorialista? A esse respeito Muniz⁸³ (*apud* Costa, 2002) reconhece:

Retalhos da História de Quixadá é uma obra de compilação, pesquisa e memória, que despertará a preocupação pela preservação da história quixadaense por parte de homens públicos, educadores, estudantes, cidadãos e, principalmente nós: os professores do curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), *que ainda devem um maior estudo sobre a História local*⁸⁴.

A obra de Costa (2002) foi importante para compreensão de como Quixadá, em sua evolução no século passado, tornou-se o núcleo urbano mais importante da região e como ocorreu a oferta educacional. Utilizamos, ainda, as obras de José Bonifácio de Sousa *Quixadá de Fazenda à Cidade e Serra do Estevão* para compreender como Quixadá evoluiu e o núcleo de José de Barros Ferreira prosperou.

O livro *Quixadá nos anos de 1910 a 1942: descrição de fatos históricos* (SILVA, 1977), embora tome como temática central a organização da classe trabalhadora quixadaense nos interessou pela sua descrição do padre Luis Braga Rocha, importante personagem da história educacional de Quixadá.

⁸³ Na orelha do livro *Retalhos da História de Quixadá*.

⁸⁴ Grifo nosso.

Citamos também a tese da professora Fátima Leitão (ARAÚJO, 2006), que além de pesquisar o Colégio Sagrado Coração de Jesus, disponibiliza a narrativa de uma professora ruralista de Quixadá. Visitamos ainda o Museu Jacinto de Sousa em Quixadá e os *sites* da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, Prefeitura Municipal de Quixadá, Diocese de Quixadá, dentre outros, que nos deram subsídios para elaboração dessa descrição.

4.1.1. A casa, o curral e a capela

Estava assim formado o triângulo rural peculiar da região: casa, curral e capela, como expressão da família, da economia e da religião.
(José Bonifácio de Sousa, 1997)

A colonização da área na qual está situado atualmente o município de Quixadá efetuou-se através da penetração do rio Jaguaribe, seguindo seu afluente o rio Banabuiú e depois o rio Sitiá. O objetivo foi a conquista de novas terras para a criação extensiva do gado. Os índios Canindé e Genipapo, habitantes da região, resistiram à invasão portuguesa no início do século XVII. A hostilidade indígena demorou a ser vencida, o próprio José de Barros Ferreira procrastinou oito anos para tomar posse de suas terras, provavelmente porque Agostinho Moreira, seu parente, havia requerido terras sesmadas em 1702, junto a Manoel Gomes de Oliveira, e tomara, nessa experiência, conhecimento da agressividade dos índios da região. A informação da valentia dos índios teria sido informada a José de Barros Ferreira por familiares, levando-o a adiar a posse.

João de Barros comprou as terras do terceiro proprietário⁸⁵, embora nenhum proprietário anterior tenha tomado posse das terras adquiridas. Antes da transação feita pelo fundador de Quixadá, muitas sesmarias⁸⁶ já haviam sido concedidas na região. O "Sítio Quixadá" foi adquirido por compra em 1947 e José de Barros Ferreira tomou posse oito anos depois em 1755.

⁸⁵ O primeiro foi Felix Cardoso Mota sesmeiro que, em torno de 1691, fez a requisição de sesmarias no rio Sitiá. Após seu falecimento, sua viúva Maria Teresa de Jesus resolveu quitar uma dívida que tinha com Carlos Azevedo do Vale, transferindo para ele o sítio "Quixeda". Assim, Carlos Azevedo do Vale se tornou seu segundo proprietário e ao falecer deixou a propriedade para seu herdeiro Manoel da Costa Travassos (terceiro proprietário) que a vendeu a João de Barros.

⁸⁶ Para obter uma sesmaria, era importante a descoberta e recursos naturais que garantissem a produção como olhos d'água, solo fértil, árvores frutíferas, dentre outros. Uma vez que o governo português só autorizava a distribuição de terras que fossem destinadas a produção.

Por isso, José de Barros não chegou a Quixadá com o mesmo espírito aventureiro dos outros que o antecederam, ocupando sesmarias às margens dos rios que cortavam o primitivo território quixadaense. O proprietário do “Sítio Quixadá” veio disposto a ficar e fazer prosperar as terras adquiridas. Trouxe familiares e se fez acompanhar de escravos e trabalhadores rurais afeitos às lides campesinas (COSTA, 2002, p. 12).

Assim, ao estruturar sua fazenda, fez como muitos na época: iniciou a construção da casa de moradia ou sede, os currais para gado e outros animais e uma capela sob a invocação de Jesus-Maria-José, lançando assim as bases da atual cidade de Quixadá. A citação de Câmara Cascudo⁸⁷ complementa: “Quase todos os municípios nordestinos nasceram nos pátios das fazendas de criar”. José de Barros é considerado o legítimo fundador da cidade.

Não temos dúvida que a residência de José de Barros Ferreira foi na atual praça que tem seu nome. O costume recomendava que a casa sede fosse construída poucas braças distante da quadra, onde estava localizado o templo religioso. Como a capela foi apenas ampliada, mas nunca transferida para outro local, temos como certo que a casa onde residiu José de Barros Ferreira estava localizada nas imediações da atual residência do Sr. Joaquim Ventura. (COSTA, 2002, p. 12).

Costa (2002) defende ainda que o curral deveria ser bem próximo a casa sede, conforme costume da época, no qual os currais eram construídos ligados à cozinha onde era entregue o leite para consumo e para produção de queijo, manteiga, dentre outros. Essa proximidade facilitava e barateava o manejo, além de permitir ao dono assistir à ordenha de madrugada. Essa análise é formulada por Costa (2002) porque alguns escritores afirmam que o curral teria sido construído na Praça Coronel Nanam a quase 500 metros da casa sede.

⁸⁷ Citado por Sousa (1997, p.27).

Foto 1: Placa de identificação da maquete do Sítio Quixadá⁸⁸



Foto 2: Maquete do Sítio Quixadá



⁸⁸ As fotos 1 e 2 foram tiradas por Keila Andrade Haiashida no Museu Histórico Jacinto de Sousa

A fazenda prosperou e se transformou em povoado, depois distrito do município de Quixeramobim, até sua emancipação em 27 de outubro de 1870. A esse respeito Sousa anuncia:

Em torno da casa de fazenda, agregados e adventícios, foram construindo suas moradas e assentando as primeiras tendas de ofício e comércio. Deste modo o antigo feudo fechado às influências externas predispunha-se insensivelmente para a evolução que lhe estava reservada. Decorrido mais algum tempo, já não era fazenda, era povoado. Com esta transformação, não tardou que a administração local se transferisse do domínio particular para a esfera do poder público. Em 1838, era o nascente vilarejo erigido em distrito de paz, tributário da vila de Quixeramobim. Foi esse acesso o marco inicial da trajetória de Quixadá, como unidade administrativa e judiciária (1997, p. 52, 53).

Essa tríade casa-curral-capela deu origem a muitas cidades nordestinas, mas a fazenda de José de Barros prosperou a partir de algumas condições peculiares: seu fundador trouxe de Aracati não apenas a família, mas também agregados e escravos, o que significou poder contar com um contingente de trabalhadores superior ao das outras fazendas. “É à sombra da cruz que, povoa e civiliza o deserto”. A citação de Barroso⁸⁹ favorece a análise da importância da capela para nucleação e desenvolvimento de Quixadá. Até 1870 apenas Quixeramobim possuía santuário provido de sacerdote e com celebração religiosa regular. Em 1870 foi inaugurada a Paróquia de Quixadá. Após a capela tornar-se sede paroquial também passou a ser atendida por vigários o que atraiu a população de outros lugarejos que possuíam seus oratórios, mas não eram atendidos por capelães.

Assim, Quixadá foi trilhando seu caminho e se tornou uma zona de convergência. Segundo Costa (2002), a ascensão de Fortaleza em detrimento de Aquiraz e Aracati ajudou a abrir “artérias no coração do Ceará” e a fazenda de José de Barros passou a ser ponto obrigatório de passagem dos que vinham do Cariri e do Inhamuns para a Capital da província. Esse fato atraiu comerciantes de diferentes localidades, que logo descobriram perspectivas de um crescente comércio nessa nova zona de convergência regional.

⁸⁹ In Sousa (1997, p. 32).

4.1.2. O Cedro e a Estrada de Ferro importantes agentes de modernidade no sertão

A emancipação de Quixadá exigiu do novo município a capacidade de autossustentação, o que foi extremamente dificultado pelas secas de 1877, 1878 e 1879, período de fome, sede, sofrimento e muito sacrifício. Apesar da distância, o sofrimento vivenciado pelos cearenses chegou até a corte e dom Pedro II que constituiu uma Comissão Imperial com a responsabilidade de percorrer as áreas atingidas pela seca e sugerir medidas capazes de minimizar os efeitos das grandes estiagens. Na passagem da Comissão Imperial pelo Ceará foi criada a Comissão de Socorro que se estabeleceu em Quixadá, com a criação de um ponto de atendimento aos flagelados⁹⁰ e escolha de Quixadá foi estratégica, porque como explicitamos antes, o novo município era parada obrigatória dos que iam do sul do estado para Fortaleza. A Comissão Imperial, após observar a situação calamitosa dos cearenses, foi unânime em recomendar a construção de barragens que permitissem reter o maior volume de água possível.

O Deputado Geral eleito para representar o Ceará na época foi João Brígido dos Santos que, na sua proposta de trabalho, defendia a criação do maior número de açudes possíveis. Ao perceber a predisposição do Imperador para combater a seca no Ceará solicitou e conseguiu apoio do Ministério da Agricultura.

Lembrou-se, João Brígido, que o quixadaense Dr. José Jucá de Queiroz Lima, seu irmão maçon, havia elogiado o seu projeto de construções de açudes na região, inclusive dando sugestões. Pediu então ao seu amigo que sugerisse um local onde fosse oportuno a construção de um grande reservatório no município de Quixadá. Chegando a Quixadá, José Jucá aconselhou-se com a experiência de seu genitor, tendo este recomendado indicar o boqueirão do Cedro como local ideal para construção de um açude barrando o rio Sitiá (COSTA, 2002, p. 36).

Não há dúvida entre os que estudam a história de Quixadá sobre a importância do Açude Cedro, dificilmente a pequena Vila, distante da Capital da Província, teria conseguido se tornar um centro urbano desenvolvido apenas com os recursos limitados derivados dos tributos arrecadados por seu modesto comércio e as primitivas atividades agropecuárias. A construção do Cedro não trouxe apenas água ao maltratado sertão cearense, mas trouxe também cultura e

⁹⁰ O “curral da fome”.

desenvolvimento social, como afirmou Sousa (1997) “O Cedro tem sido para Quixadá o que o Nilo é para o Egito”. A partir de 1884, a pequena vila iniciou seu período áureo de progresso com a chegada da equipe responsável pela construção do açude.

Gente de sotaque estranho, de hábito diferente chamava atenção dos humildes habitantes de Quixadá. Roupas diferentes, chapéus de cortiça, botas de cano longo, despertavam curiosidade em nosso povo. Aparelhos até então desconhecidos deixavam os quixadaenses estupefatos, como se despertassem de um grande pesadelo (COSTA, 2002, p. 54).

Essa gente nova eram os engenheiros, topógrafos, agrimensores, desenhistas, pessoal técnico, vindos de diferentes partes do país, que sacudiram a pequena vila e alteraram seus hábitos provincianos. “Era o primeiro impacto, em pleno coração da terra, entre duas culturas em desnível: a dominada pelo espírito científico que começava a se cristalizar no Brasil, e a que avassalava a grande massa do povo, presa ao primitivismo e às deficiências do meio” (SOUSA, 1997, p. 53). O aumento da população foi consoante com o aumento do dinheiro em circulação, essa convivência evidenciou a distância cultural entre os grupos de modo que ainda em 1884, os integrantes da Comissão de Açudes fundaram uma Associação Cultural de Quixadá que se reunia para incentivar nos quixadaenses o interesse pelo conhecimento e pela leitura. A Associação teve papel relevante, pois fundou uma biblioteca para que o povo adquirisse o hábito da leitura e o primeiro colégio particular da cidade, que abordaremos posteriormente. Assim, a Comissão não apenas construiu a barragem, mas integrou-se a sociedade quixadaense, modificando-a. Em 1986, por exemplo, sob a influência dos movimentos literários promovidos pela Associação Cultural, três jovens inexperientes, mas arrojados decidiram fundar um jornal *O Matuto*, o primeiro a circular em Quixadá.

Assim como o Cedro, a Estrada de Ferro do Ceará também foi ampliada, visando socorrer os flagelados das sucessivas secas, principalmente no triênio 1877-1878-1879. Na época foram constituídas diferentes comissões: a chefiada pelo engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha recomendou a construção das barragens, a outra comissão foi comandada pelo conselheiro João Luís Vieira Cansanção Sanimbu e sugeriu o resgate da parte construída da via férrea Baturité e sua continuidade o mais rápido possível, bem como recomendou a construção de outras ferrovias, inclusive a do porto de Camocim.

No dia 7 de setembro de 1891 o trem chegava a Quixadá. A chegada da Estrada de Ferro foi muito comemorada. “O apito da Maria Fumaça despertou os que ainda não acreditavam no crescimento de Quixadá. O grilo do engenho de ferro, que ecoou por entre serrotes, anunciava a ligação sonhada entre a Capital e o Sertão. Quixadá, mais uma vez, era pólo de desenvolvimento da região” (COSTA, 2002, p. 60).

Foto⁹¹ 3: Estação de Trem de Quixadá



A Estrada de Ferro permitiu a convergência de passageiros e cargas para todo sertão central. Quixadá era centro de convergência e de difusão. Possibilitou não apenas que Quixadá recebesse pessoas, mas também que os quixadaenses pudessem visitar a capital, esse intercâmbio foi importante para evolução cultural do município que não estava mais isolado, pois através da Estrada de Ferro podia integrar-se a outras localidades.

4.1.3. Entre pedras e livros: as primeiras instituições de ensino de Quixadá

A posição geográfica de Quixadá favoreceu seu crescimento e facilitou o processo de evolução do povoado em Distrito de Paz, tributário de Quixeramobim. Como distrito de Paz deveria possuir certa formação administrativa e social e um dos privilégios dessa formação era

⁹¹ Fonte: cearaemfotos.blogspot.com/quixada

poder possuir professores de primeiras letras em escolas oficiais. O atraso da educação cearense, todavia, fez com que a primeira escola pública de Quixadá fosse criada apenas em 1856 e só teve professor nomeado em 1863, ou seja, sete anos após sua criação. O primeiro professor nomeado para a *Escola Pública Estadual de Quixadá* foi Manoel Bernardino de Azevedo. Para denotar a exclusividade dos homens no magistério, as escolas para crianças do sexo feminino vinham depois, em Quixadá, a cadeira de primeiras letras (ensino fundamental) para o sexo feminino começou a funcionar em 1969 quando a primeira professora foi nomeada, Raimunda Jandilina Freire, mãe de Manoel Bernardino de Azevedo⁹². (COSTA, 2002).

Informamos no tópico anterior que a Comissão de Açudes fundou uma Associação Cultural e através dela empreendeu diversas ações que visavam instigar nos quixadaenses o hábito da leitura, dos debates e da investigação. Em 1884, fundaram o primeiro colégio particular⁹³ de Quixadá, que contava com professores competentes, todos integrantes da Comissão de Açudes. O Colégio abrigou a Associação Cultural e a biblioteca. A biblioteca passou a funcionar no período da implantação dos cursos noturnos, horário que possibilitou a participação de operários que trabalhavam na construção do açude e agricultores, sem prejudicar suas atividades profissionais. Os professores do colégio organizaram um jornal denominado *O Açude* no qual divulgavam informações científicas e orientações a respeito de açudagem para o Nordeste (COSTA, 2002). A efervescência cultural fomentada pela Comissão de Açudes causou impacto na educação rudimentar da pequena cidade e culminou em diversas outras iniciativas particulares dentre as quais destacamos: o Instituto São Luiz de Gonzaga, que iniciou suas atividades em janeiro de 1897, seu proprietário e diretor foi o professor Joaquim Costa Nogueira.

Outro importante estabelecimento foi o Ginásio São José mais conhecido como Ginásio dos Beneditinos na Serra do Estevão que começou a funcionar em maio de 1903, nas dependências do Mosteiro de Santa Cruz durante nove anos e se tornou uma referência na região. Os beneditinos fundaram em 1582 o Mosteiro de São Bento em Olinda, contudo, por volta de 1889, a região litorânea de Pernambuco foi assolada pela febre amarela e muitos monges faleceram, quando o surto cessou, dom Gerardo preocupado com o destino de seus

⁹² Foi o primeiro prefeito eleito pelo voto direto em 1914 e o primeiro presidente da Associação Comercial de Quixadá.

⁹³ Existe divergência em relação à primeira escola particular de Quixadá, pois Costa (2002) faz referência a essa escola organizada pela Comissão de Açudes como a primeira instituição privada de ensino, embora não mencione seu nome. Já Sousa (1997) cita a contribuição de diversas educadoras como Maria do Carmo Albuquerque (1905), Josefa Vieira Cavalcante (1907), Adelaide Facó de Araújo (1908), dentre outras e faz referência especial a Escola São Vicente de Paulo, Instituto São Luiz de Gonzaga, Ginásio São José, dentre outros.

monges decidiu buscar novo abrigo, distante da orla marítima, para abrigar os beneditinos remanescentes. Ele teve por preferência o sul do Ceará, pois não havia nessa região relatos de febre amarela e as referências eram todas positivas. Na viagem que iniciou em 1889, dom Gerardo foi acompanhado por dom Maurício Prickzy. No Ceará foram recebidos pelo Bispo de Fortaleza, dom Joaquim José Vieira, que pôs à sua disposição as instalações do Seminário do Crato⁹⁴. Dom Gerardo e dom Joaquim rumaram para o interior cearense pela Estrada de Ferro Baturité até Quixadá de onde continuariam a cavalo até o Crato. Por inexperiência no início do percurso, dom Gerardo caiu e teve que retornar a Quixadá, onde foi recebido com hospitalidade e carinho pelo vigário padre Antonio Lúcio Ferreira que, sabendo de sua missão, mobilizou a comunidade para incentivar dom Gerardo a instalar o mosteiro na Serra do Estevão, onde o clima e outras condições especiais que a serra oferecia eram condizentes com as exigências dos monges. Ao conhecer a Serra do Estevão, dom Gerardo ficou encantado e decidiu que ali instalaria o mosteiro. As pessoas de maiores posses influenciadas pelo padre Antonio fizeram a doação dos sítios Santa Cruz e Ladeira, que se tornou o Mosteiro de Santa Cruz. Dom Gerardo regressou a Olinda e confiou a dom Majolo Caigne a missão de transferir os clérigos e noviços para o Ceará. Dom Majolo empreendeu grandes ações: a construção do mosteiro, a construção de um açude, lavouras de milho, feijão, algodão e maniçoba (para produção de borracha), criação de alguns animais, ações de evangelização, dentre outras.

Em 1901, dom Majolo recebeu um telegrama convocando-o a retornar a Olinda e Quixadá recebeu seu segundo Prior, dom Maurício Prickzi, que ao chegar alterou o projeto de construção do Mosteiro de Santa Cruz, para que nele pudesse funcionar uma escola. “O novo prior era de opinião que uma escola moderna, além de ajudar na manutenção do mosteiro, proporcionaria à região oportunidade de dispor de um colégio capaz de alicerçar um sólido desenvolvimento cultural, único meio de garantir o crescimento social e econômico de um povo” (COSTA, 2002, p. 106). Assim, em 1903 foi inaugurado o Colégio São José, uma escola moderna que possuía laboratório importado da Alemanha, um corpo docente de alto nível composto pelos monges beneditinos formados em renomadas universidades da Europa e pelos

⁹⁴ A vinda dos beneditinos agradou profundamente o bispo do Ceará, pois além de dispor de mais religiosos para evangelização, tinha esperanças de resolver os problemas que começava a enfrentar com o clero cearense. Esses problemas tiveram início com o chamado “Milagre de Juazeiro”, amplamente divulgado pela imprensa, no qual as hóstias se transformavam em sangue na boca da beata Maria de Araújo. Dom Joaquim foi persistente em desmascarar a farsa, o que ocasionou a punição de diversos padres, dentre os quais o padre Cícero Romão Batista. Assim, o bispo de Fortaleza enfrentava problemas com o clero que se insurgiu inclusive contra os padres lazaristas que apoiavam a decisão diocesana. Dom Joaquim, portanto, sugeriu o Seminário do Crato aos beneditinos de forma estratégica. (COSTA, 2002).

intelectuais de Quixadá. O Colégio São José se tornou uma instituição de ensino de referência pela grandiosidade de suas instalações físicas e, principalmente pela qualidade do ensino.

Já a primeira escola municipal de ensino primário foi a Escola São Vicente de Paulo, fundada em 1904 e que teve como professora Francisca Pereira das Virgens (Dona Nãna), educadora muito respeitada no município. A escola foi fundada pelo cônego Antônio Lúcio Ferreira, vigário da Paróquia, Alfredo Pereira de Sousa⁹⁵, Raimundo Lopes de Maria⁹⁶ e Francisco Barreira Nanam⁹⁷. O padre Antônio Lúcio Ferreira dirigiu a Paróquia Jesus, Maria José de 1893 a 1915. Era um líder preocupado com a educação, como dito anteriormente foi o responsável pela instalação do mosteiro dos beneditinos em Quixadá, foi professor de diversos colégios da cidade e, com sabedoria, colocou à frente da Escola São Vicente de Paulo a competente professora Nãna. O trabalho e empenho da professora Nãna foram reconhecidos em diversas oportunidades, tanto que em 1963 a escola recebeu nova denominação, passando a chamar-se Escola Vicentina Dona Nãna e, em 1965 seu nome mudou para Escola Vicentina Professora Francisca Pereira das Virgens. (COSTA, 2002).

Outra importante instituição de ensino foi a Escola Popular Agrícola. No fim do século XIX e começo do século XX, a Estrada de Ferro de Baturité foi responsável pelo desmatamento de uma expressiva área do Nordeste. O governo, preocupado com esse desmatamento, resolveu implantar programas de reflorestamento. Para iniciar foi proposta a criação de dois Hortos Florestais: um no Ceará e outro na margem do São Francisco⁹⁸, na região nordestina. No Ceará não houve dúvidas quanto à localização, Quixadá, por possuir terras adequadas nas jusantes do Açude do Cedro, foi escolhida. Assim, o Horto Florestal de Quixadá foi o primeiro a ser instalado no Nordeste no início de 1911, nas proximidades da barragem do Cedro. Por ter profissionais competentes, ganhou credibilidade pela eficiência e amplitude das ações. “Para avaliar o rápido crescimento do Horto e sua eficiência, basta saber que, após um ano de funcionamento, já dispunha de 104.255 exemplares de diversas espécies selecionadas para reflorestamento” (COSTA, 2002, p, 62). A capacidade profissional de seu dirigente doutor Alfredo Benna, o número de pedido de mudas e de informações, o pessoal habilitado, os experimentos com culturas forrageiras adaptáveis a região despertavam grande interesse.

⁹⁵ Era pai do historiador e escritor José Bonifácio de Sousa.

⁹⁶ Era presidente da Associação São Vicente de Paulo.

⁹⁷ Foi Deputado Estadual, intendente em Quixadá (1893/1895) e responsável pela construção do prédio histórico da Prefeitura Municipal, demolido com autorização da Câmara Municipal, através da Lei nº 304 de 6 de junho de 1963 (COSTA, 2002).

⁹⁸ Nesse caso houve disputa entre Petrolina em Pernambuco e Juazeiro na Bahia, Juazeiro saiu vencedor e recebeu o Horto Florestal.

Somado a isso, a preocupação do Dr. Benna⁹⁹ com a falta de conhecimento dos rurícolas levou-o a idealizar um projeto de uma escola técnica com o objetivo de melhorar a vida do homem do campo, através do conhecimento e execução de métodos modernos nas atividades agrícolas. Apoiado pela comunidade, foi criada a Escola Popular Agrícola cujo papel foi divulgar os resultados experimentais dos modernos métodos de exploração agrícola e a recomendação das culturas que melhor se adaptavam a região. Os alunos eram orientados por um corpo docente competente: Thomás Tadeu da Silva, José Eurico Dias Martins, Raimundo de Paulo Avelino, Alfredo Benna e doutor José Paracampos. Em função do êxito da experiência e valendo-se de seu prestígio pessoal, Thomás Tadeu da Silva, quando soube que o governo pretendia criar uma Escola de Agronomia no Ceará defendeu que a mesma se localizasse em Quixadá, em função das características fisiográficas da região, propícias a todo tipo de experimento. Apesar do esforço de Thomás Tadeu da Silva, Quixadá foi preterida por Fortaleza, mesmo a capital não possuindo as condições ideais. A Escola Popular Agrícola, todavia, foi responsável por estudos pioneiros como de “lavoura seca” de 1906, trabalho coordenado pelo especialista americano doutor Milton Underdown. Em 1914, a escola foi oficializada com o nome de Escola Prática de Agricultura. A escola e o horto fomentaram movimentos importantes como a criação do Sindicato Agrícola de Quixadá, o jornal *O Lavrador Cearense*, posto zootécnico de Quixadá, dentre outros.

Quadro¹⁰⁰ 7: Escolas de Quixadá

ESCOLA	ANO DE FUNDAÇÃO	TIPO
Escola Pública Estadual de Quixadá	Fundada em 1856	Pública
Colégio da Comissão de Açudes	Fundado em 1884	Particular
Instituto São Luiz de Gonzaga	Fundado em 1897	Particular
Ginásio São José (Ginásio dos Beneditinos)	Fundado em 1903	Particular
Escola São Vicente de Paulo	Fundada em 1904	Particular
Instituto Lauro Sodré	Fundado por volta de 1905	Particular
Instituto Chaves	Fundado em 1910	Particular
Atheneu Quixadaense	Fundado em 1912	Particular

⁹⁹ Segundo Costa (2002), para o projeto, o doutor Benna contou com a participação de Thomás Pompeu Sobrinho, engenheiro conceituado e agropecuarista renomado, com profundos conhecimentos em tudo que se relacionava com o solo nordestino, seu potencial e suas limitações.

¹⁰⁰ O quadro foi elaborado a partir de informações retiradas de Sousa (1997) e Costa (2002).

Escola primária municipal	Fundada em 1912	Pública
Escola Popular Agrícola	Fundada em 1913	Particular
Colégio Sete de Setembro	Fundado em 1915	Particular
Colégio Maria Auxiliadora	Fundado em 1921	Particular
Instituto Quixadaense	Fundado em 1924	Particular
Colégio Sagrado Coração de Jesus	Fundado em 1932	Particular
Ginásio Santo Antonio	Fundado em 1936	Particular
Ateneu Nossa Senhora de Nazaré	Fundado em 1936	Particular
Escola Dona Quintina	Fundada em 1938	Particular
Escola São Francisco	Fundada em 1944	Particular
Ginásio Valdemar Câmara	Fundado em 1957	Particular
Escola Santa Isabel	Fundada em 1958	Particular
Escola Rotary Maria Cavalcante Costa	Fundada em 1969	Pública
Escola Técnica José Bonifácio de Sousa	Fundada em 1970	Particular
Escola Mickey	Fundada em 1974	Particular
Colégio Amadeu Cláudio Damasceno – CACD	Fundado em 1990	Particular

De acordo com Costa (2002) foi notória a melhoria do ensino em 1924/1925, quando foi ofertado não apenas na sede do município, mas também em toda a zona rural. Naquele período, poucas cidades investiam no ensino público, por acreditarem que competia ao Estado a responsabilidade de instalar escolas no interior. Quixadá, todavia era uma exceção, pois possuía, em 1924, dezoito escolas primárias mantidas pela prefeitura. Na obra de Costa não foi possível identificar o nome e data de fundação de todas essas escolas, todavia, o autor evidencia que, além do Grupo Escolar de Quixadá, a Escola Solon Magalhães¹⁰¹ e a Escola São Vicente de Paulo na sede, o município mantinha escolas em Califórnia, Curicaca¹⁰², Floriano Peixoto¹⁰³ e na Serra do Estevão¹⁰⁴ todas com professoras diplomadas. Em Tapuiará, Custódio e Umari existiam escolas subvencionadas, dirigidas por professoras leigas mediante uma gratificação paga pelo Estado.

¹⁰¹ Criada pela sociedade operária Aliança Artística e Proletária de Quixadá.

¹⁰² Atual Planalto Universitário.

¹⁰³ Atualmente, Juatama.

¹⁰⁴ Atual Distrito de Dom Maurício.

O quadro 9 evidencia a profusão do setor privado, caracterizado pela organização e qualidade do ensino que ministravam. As escolas particulares, todavia, muitas vezes eram efêmeras, pois seus fundadores exerciam a função de juízes, promotores e funcionários públicos, que trabalhavam em Quixadá e, quando transferidos, passavam aos seus substitutos também as atividades relacionadas ao magistério, muitos dos quais não tinham afinidade com a área.

4.1.4. A gênese da formação de professores em Quixadá: o Colégio Sagrado Coração de Jesus

[...] a normalista linda. Não pode casar ainda.
Só depois que se formar [...].
Benedito Lacerda e David Nasser

As preocupações acerca do professor e de sua formação são antigas no Ceará. Uma primeira iniciativa, conforme já anunciado, foi a criação das Escolas Normais Rurais, estabelecimentos de ensino voltados para a formação de docentes. Essa preocupação intensificou-se na década de 1930, quando o Brasil e o Ceará incorporaram as proposições da Escola Nova. As iniciativas educacionais refletiam a ideologia da “Nova República”, ou seja, o nacional desenvolvimentismo, que atrelava o progresso do Estado aos indicadores educacionais e propunha dentre suas ações à educação das populações camponesas. “Fazia-se urgente, portanto, a interiorização das “luzes” da instrução, por meio de uma escola primária que se direcionasse para as peculiaridades da vida rural” (ARAÚJO, 2006, p. 60). Essa proposição começa a conquistar adeptos e a educação rural passa a fazer parte de todas as pautas de discussão sobre o ensino cearense, em um período que demandava a elaboração de um Plano Nacional de Educação, “[...] um projeto inusitado é pensado e gestado na “Terra da Luz”. Tal projeto concretiza a ideia de criação, no Ceará, de uma Escola Normal Rural” (ARAÚJO, 2006, p. 62).

A historiografia educacional considera a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (Ceará), criada em 1934, o primeiro estabelecimento de ensino voltado para a formação docente especializada. Araújo, subsidiada por Castelo (1951), confirmou a existência de outras sete Escolas Normais Rurais equivalentes a de Juazeiro do Norte: Limoeiro, Iguatu, Quixadá, Ipu, Crateús, Acaraú e Itapipoca.

Essas escolas contaram com iniciativas mescladas, ou seja, havia participação de iniciativas que iam desde o caráter privado, ao público. Em alguns casos a iniciativa pública esperava o suporte da iniciativa comunitária que, por meio da criação de institutos educacionais e culturais, angariavam recursos para a estrutura material necessária ao funcionamento da Escola. Isso ocorreu com as escolas e Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Ipú e Itapipoca. Enquanto isso nos casos de Quixadá e Iguatu tal empreendimento partiu da Igreja Católica: em Quixadá passou a ser uma escola dirigida pelas irmãs da Imaculada Conceição e, em Iguatu, a escola era ligada a Diocese do Crato. Em Crateús a Escola Normal Rural surge da iniciativa privada. Todas elas, porém, confessionais ou não tinham forte influência da doutrina católica, dos princípios de moralidade cristã, suscitando uma perspectiva de educação sentimental, permeada de sentimento filantrópico, cívico e missionário. (ARAÚJO, 2006, p. 94-95).

Em Quixadá, a preocupação com a formação dos professores também foi intensificada a partir da década de 1930, quando o município possuía inúmeros estabelecimentos educacionais públicos e privados e começava a carecer de uma instituição que formasse professores para essas escolas já que, à época, as professoras que quisessem se formar teriam que frequentar a Escola Normal de Fortaleza. Essa luta foi encampada pelo padre Luís Braga da Rocha “[...] saíra ele do Seminário da Prainha, em Fortaleza. Viera pastorear o rebanho da freguesia de Quixadá, onde, com os anos realizaria obra admirável em todos os setores da Paróquia. Vigário moço, erudito, dinâmico, orador de largos recursos, de liderança incontestada [...]” (SILVA, 1977, p. 09).

Costa (2002) evidencia que o padre Luís Braga da Rocha fez uso desse prestígio e liderança para iniciar uma campanha em defesa da instalação de um Colégio que formasse professoras. A primeira ação foi solicitar o empréstimo ou a doação de um imóvel aos proprietários da cidade, no qual a escola pudesse funcionar, pois essa era uma das exigências da Secretaria de Educação do Estado e foi atendida por dona Libânia Holanda, que doou um de seus prédios. O segundo desafio era a constituição do corpo docente e da direção da instituição, na época alguns Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição viviam na Serra do Estevão e padre Luis pediu ao Arcebispo de Fortaleza para conseguir para Quixadá, um grupo daquelas missionárias. “Foi escolhida para diretora Irmã Plácida, alemã que exercia o cargo de superiora no convento da Serra do Estevão. Em sua companhia chegaram: Irmã Clémens (depois passou a ser chamada de Rute) e Irmã Modesta”. As irmãs Sebastiana, Firmina, Venerabilis e Cristófora completaram o quadro docente e possibilitaram o início das atividades em janeiro de 1938 (COSTA, 2002, p. 217).

A primeira turma de professoras rurais formadas em Quixadá concluiu os estudos em dezembro de 1945 e teve como concludentes: Maria Elvira Cavalcante Costa, Maria Antonieta Costa, Maria Iraci Costa, Maria Eneida Ferreira, Dalva Stela Ferreira, Maria Rosa Lemos, Terezinha Leitão, Diomar Alvez Bezerra, Valquíria de Sousa Aguiar e Estela Ribeiro. (COSTA, 2002). “Em relação à formação da escola, ela se destinava as coisas do campo. Existia a disciplina sobre agricultura e era dito sempre pelas professoras que a formação da professora da escola normal rural tinha por objetivo formar, educar as pessoas do campo” (LIMA¹⁰⁵ in ARAÚJO, 2006, p. 146).

O Colégio Sagrado Coração de Jesus consistiu na primeira experiência de formação de professores em Quixadá e estava subsidiado pela crença de padre Luís Braga da Rocha, que Quixadá poderia sustentar seu progresso nas “sólidas pilstras da educação” (COSTA, 2002, p.227). Após a constituição de uma escola só para moças, padre Luís decidiu fundar um colégio que ofertasse o segundo grau para os rapazes e novamente vivenciou as mesmas dificuldades, conseguir uma sede para o colégio e compor o corpo docente. “Naquela época era difícil encontrar, em Quixadá, professores com títulos expedidos por faculdades da área de educação. Quem não possuía certificado de conclusão de curso superior, tinha que se submeter a um curso ministrado pela CADES¹⁰⁶” (COSTA, 2002, p. 228). A época a qual Costa (2002) se refere é a década de 1950, período em que o padre Luís Braga da Rocha lutou pela criação do Ginásio Valdemar Câmara (GVA).

Esses foram os movimentos que antecederam e fomentaram a necessidade de formação em nível superior no município de Quixadá. As solicitações se intensificaram no final da década de 1970 e conquistaram o apoio de figuras como o professor Luis Oswaldo Santiago Moreira de Souza e de dom Joaquim Rufino do Rêgo. A educação superior permitiu que Quixadá continuasse a ser centro de convergência e se consolidasse como a mais importante cidade do sertão central cearense.

¹⁰⁵ Esse é um trecho da entrevista que dona Maria Elvira Costa de Lima, aluna da primeira turma do Colégio Sagrado Coração de Jesus, concedeu a professora Fátima Maria Leitão Araújo.

¹⁰⁶ Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário.

4.2. O olho visionário: a importância das lideranças para os investimentos educacionais em Quixadá

O título deste tópico é uma alusão direta a obra de Jacob Bronowski, *O olho visionário: ensaios sobre arte, literatura e ciência*. Bronowski foi matemático, filósofo, linguista, professor no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e no Instituto Salk da Califórnia. Durante sua vida, Bronowski tratou a arte e a ciência como a mesma expressão da imaginação humana. Seus estudos são marcados pela diversidade, mas parecem retornar sempre a mesma questão: O que torna o homem humano?

O que faz com que a máquina biológica do homem seja tão poderosa é o fato de modificar as suas ações por meio da *imaginação*¹⁰⁷, tornando-o capaz de simbolizar, de projetar-se às consequências de seus atos, de conceber planos e sopesá-los, comparando uns com outros como um sistema de valores. Como homens somos únicos: vivemos em sociedade solitariamente. Somos criaturas que precisam criar valores para elucidar a sua própria conduta, de modo a aprender com ela e orientá-la para o futuro (BRONOWSKI, 1998, p. 07).

O autor propõe que pela imaginação podemos inventar, criar, conceber, simbolizar, podemos antever ações e analisar consequências. “‘Imaginação’ significa simplesmente o hábito humano de produzir imagens mentais” (BRONOWSKI, 1998, p. 26). Mas essa capacidade representa um salto enorme em termos de desenvolvimento e evolução da espécie. Significa que o homem pode imaginar situações diferentes daquelas que estão diante de seus olhos e mais, podem evocar objetos ausentes. É a partir dessa perspectiva que apresentamos os atores sociais que lideraram os investimentos educacionais em Quixadá. Sem qualquer intenção de mitificá-los esperamos, apenas, explicitar que pessoas e instituições foram determinantes para a interiorização do ensino superior nesse município. E por intermédio da análise de narrativas e documentos evidenciar que não foram quaisquer pessoas ou quaisquer instituições que participaram desse movimento, mas sim pessoas e instituições com *imaginação* na ótica de Bronowski, ou seja, capazes de imaginar uma cidade/região diferente e de evocar uma instituição ausente para esse espaço. Na Geografia, esse movimento é chamado de antecipação espacial (CORRÊA, 2007, p. 10) e constitui-se em uma prática que pode ser definida como a

¹⁰⁷ Grifo nosso.

localização de uma unidade funcional em um dado lugar antes que condições favoráveis de localização tenham sido satisfeitas.

Nessa reconstituição emergiram elementos das trajetórias individuais desses atores sociais que se misturam a sua atuação em defesa da educação superior. Nosso objetivo não foi resgatar essas trajetórias de vida ou resgatar suas aspirações, sentimentos e desejos, todavia, não ignoramos sua importância. Giovani Levi em seu livro *A Herança Imaterial* (2000) inicia a obra com a história de vida do padre Giovan Batista Chiesa e, através da trajetória de um homem, ilustra questões mais abrangentes. Assim, vemos que um destino individual ou coletivo pode nos ajudar a compreender a complexa rede de relações nas quais estão inseridas. A contribuição de Carlo Gizburg autor de *O queijo e os vermes* também pode ser aqui mencionada, pois retrata a trajetória de um moleiro de uma pequena aldeia. Gizburg evidencia que, por intermédio das experiências do moleiro, a cultura pode ser concebida como uma “jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (1987, p. 25). Evidenciamos que esse não é um estudo historiográfico, substanciado por histórias de vida, ou que intenta fazer um resgate de trajetórias individuais, como foi dito desejamos reconstituir o processo de interiorização do ensino superior e, nesse contexto, identificamos atores sociais importantes. Suas trajetórias individuais emergiram no processo e estão sendo contempladas numa perspectiva fenomenológica e etnográfica para que nos permitam interpretar as ações relevantes para a educação superior.

Numa perspectiva regional podemos citar como um dos mentores da educação superior no Ceará, Antônio Martins Filho, nascido no Crato em 1904, trabalhou na *Gazeta Cariry*, foi caixeiro-viajante no Maranhão onde abriu sua firma *A Cearense*; em Teresina foi dono do "Cine-Rex" e do jornal *Voz do Povo* e criou o "Ginásio Caxiense". Formou-se em Direito em 1935. Já em 1937, dirigindo a "Editora Fortaleza", começou a publicar semanalmente a revista *O Valor*, que teve tiragem por mais de nove anos. Em parceria com Raimundo Girão, lançou o livro *O Ceará*. Foi diretor e proprietário da "Academia de Comércio Padre Champagnat", em Fortaleza de 1939 até 1943, ano em que entrou no Instituto do Ceará e também na Academia Cearense de Letras. Foi professor do Liceu e de outras instituições de ensino de Fortaleza e, em 1945, tornou-se Professor Catedrático, por concurso, e Doutor em Direito, pela Faculdade de Direito do Ceará. Tem seu nome vinculado à criação de várias universidades brasileiras. No Ceará, além da instalação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1954, lutou pela implantação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 1977, e da Universidade Regional

do Cariri (URCA), em 1986. Através da URCA realizou desejo de interiorizar o ensino superior: “A ideia de interiorização do ensino superior, de modo que a Universidade viesse a influir, de maneira mais objetiva, em diferentes zonas do Estado do Ceará sempre esteve presente no meu espírito” (MARTINS FILHO, 1983, p. 172). Dentre as dezenas de títulos honoríficos que recebeu em vida, estão os de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal da Bahia, Filosofia do Crato e Camilo Castelo Branco, em São Paulo. Vale ressaltar que Antônio Martins Filho foi quatro vezes reitor da UFC, foi o primeiro reitor da UECE e o primeiro reitor da URCA (CEARÁ, 2013).

Os principais investimentos educacionais da cidade de Quixadá aconteceram em contextos históricos e sociais diferenciados e tiveram como mentores dois importantes atores sociais: o professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e a Igreja Católica por intermédio de seus bispos dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim. Para Souza (1991), o ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a ideia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas, dentre outros. Os atores sociais citados envolveram-se na defesa da oferta de ensino superior em períodos distintos, apregoando que a educação era um direito social que deveria ser garantido a todos.

Assim, em função da adoção do método etnográfico empreendemos uma descrição do processo de criação das instituições de ensino superior de Quixadá por intermédio da vivência de suas lideranças. Nosso objetivo foi compreender esse contexto do ponto de vista de seus partícipes, para que o estudo superasse o imediatamente visível e fosse capaz de resgatar o ambiente a partir de suas tramas. Acreditamos que para compreensão e interpretação dos fenômenos educativos é necessária nossa imersão na cultura local, o que implicou em observação participante.

Essa observação participante tende a designar o trabalho de campo em seu conjunto, ou seja, a chegada ao campo de investigação, as negociações que dão acesso às informações, a partilha de experiências, dentre outros. Nossa chegada ao campo foi em 2010, quando ingressamos como docente na FECLESC, já interessada em sua história e nos seus personagens.

Nas inúmeras idas e vindas entre Fortaleza e Quixadá foram diversos os relatos sobre a criação da Faculdade e seus primeiros anos de funcionamento. Após a aprovação na seleção de doutorado e, tendo definido o objeto de estudo, as fontes se diversificaram. Assim, consideramos necessário fazer o levantamento de documentos “oficiais”, entrevistas, conversações, registros pessoais como fotografias, visitas as IES e nossos diários de campo, ou seja, os registros que fizemos desde a chegada ao campo de pesquisa.

A primeira vez que estive em Quixadá, no final de 2009, quando fui convocada pela FECLESC, em função da aprovação em concurso público realizado em 2006, meu intuito era conhecer a Faculdade, sua estrutura, pois na época eu era professora efetiva da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI/UECE) e essa convocação me pôs diante de um dilema: escolher entre a FACEDI em Itapipoca e a FECLESC em Quixadá. Para ter certeza da minha escolha decidi visitar a cidade e a instituição. Uma lembrança que guardo dessa primeira visita foi a dificuldade de chegar a FECLESC, perguntamos a cinco pessoas diferentes o percurso, quatro indicaram o caminho para FCRS e 1 nos enviou para o campus avançado da UFC. Tempos depois, já professora da FECLESC, percebi entre os quixadaenses com quem conversei, na maioria pessoas envolvidas no comércio, que, na sua percepção, a única Faculdade relevante em Quixadá é a FCRS, pois atribuem a ela o desenvolvimento da cidade e o aumento no fluxo de consumidores. Sempre que falam da FCRS, os moradores citam, com reverência, dom Adélio, como a pessoa que propiciou o desenvolvimento de Quixadá. Já a vivência na FECLESC e a conversa com professores, funcionários e ex-alunos explicitou a importância do professor Luiz Oswaldo para instituição. Os professores e funcionários mais antigos ressaltavam seu dinamismo à frente do processo de criação da FECLESC.

A Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/UECE) foi fomentada no final da década de 1970, por um grupo de pessoas lideradas pelo professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza. O grupo era constituído ainda por dom Joaquim Rufino do Rêgo (1º Bispo da Diocese de Quixadá, coordenou os trabalhos desta Diocese de 1971 a 1986, quando foi transferido para a Diocese de Parnaíba), padre Vicente Gonçalves Albuquerque (ordenado em 1954 e falecido em 1995), doutor Joaci Medeiros do Freitas, Ir. Ana Maria Valdênia Costa, Ana de Oliveira Barros, dentre outros.

Já a Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS), autorizada em dezembro de 2003, teve à frente de seu movimento de criação dom Adélio Tomasin e a Igreja Católica da qual faz parte. A FCRS foi consequência da necessidade de ampliação de cursos, pois até então o curso

de Teologia era oferecido, desde 1999, pelo Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão (IFTNSIRS), que em 2003 passou a ser denominado Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). Após se constituir oficialmente como Faculdade, a instituição ampliou a quantidade de cursos ofertados através de uma parceria firmada entre a Diocese de Quixadá e a Comunidade Católica Shalom, uma associação privada de fiéis, que participou ativamente da administração da faculdade e dos projetos a ela ligados.

A atuação do professor Luiz Oswaldo e de dom Adélio ocorrem em contextos históricos e estruturais diferenciados: um no final da década de 1970 (regime militar), quando Quixadá ainda não sediava nenhuma instituição de ensino superior e o número de alunos que concluíam o ensino médio era restrito e o outro no final da década de 1990, momento em que as políticas educacionais para o ensino superior estavam favoráveis aos segmentos privados e Quixadá já possuía IES há alguns anos, tendo para isso que desenvolver estratégias para democratizar o ensino médio.

O final da década de 1970 foi um período de intensa efervescência política e cultural, destacava-se como principal pano de fundo a atuação do movimento estudantil protagonizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) que, na década de 1970, vivenciou o movimento de reconstrução da instituição marcado por grandes passeatas com destaque para a de 1976 e, principalmente, a de 1977. Nesse mesmo ano foi realizado o III ENE (Encontro Nacional de Estudantes) na PUC-SP. Como o encontro era clandestino por proibição da Ditadura, as tropas da repressão invadiram a universidade, lideradas pelo coronel Erasmo Dias, feriram dezenas de estudantes e prenderam mais de 700. Os estudantes lutaram pela reforma universitária, pela legalidade da instituição, por liberdade de expressão, autonomia e no início da década de 1980 pela redemocratização do país.

Paralelamente, nas esferas governamentais defendia-se a ideia de que a educação seria importante instrumento de desenvolvimento e modernização do país. Assim, empreenderam-se esforços para que a situação econômica nas regiões menos desenvolvidas como o nordeste pudesse figurar nos projetos nacionais. As IES passam a ser reconhecidas como instrumentos de inserção de diferentes regiões no projeto de modernidade nacional. Na década de 1990 foram definidas medidas para expansão do ensino superior público e privado, que direcionaram as instituições para áreas que necessitavam se desenvolver.

Os nomes supracitados não ficaram imunes a esse contexto, pois protagonizaram a defesa de concepções de ensino superior através de propostas de expansão da oferta educacional

no município de Quixadá. Neste tópico, esperamos abordar a participação desses atores sociais, enquanto agentes que desempenharam o papel de mentores, na ampliação do campo do ensino superior no sertão central cearense, a partir da concepção de que, com olhos visionários, foram capazes de antever condições políticas e estruturais para defesa da expansão do ensino superior na direção do interior. As ações empreendidas por esses visionários capitanearam adeptos pertencentes à sociedade civil e as instituições sociais e permitiu que Quixadá se tornasse um polo regional universitário.

4.2.1. Quem sabe faz a hora não espera acontecer: o movimento de criação da FECLESC a partir do relato do professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza

*Nunca temi a utopia. Ela só é combatida pelos que têm medo*¹⁰⁸.

(Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza, 2011).

Para elaboração desse tópico tivemos conversas informais com o professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e uma entrevista semiestruturada (transcrição no Anexo 12) que teve duração de uma hora e quarente minutos, na FECLESC. Fizemos levantamento nos arquivos documentais e imagéticos da instituição. A Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) foi gestada como dito anteriormente na década de 1970, quando a sociedade quixadaense reclamava a ausência de Cursos Superiores para formação de seus filhos. Nessa época, a educação era reconhecida como possibilidade de ascensão social e as famílias que tinham recursos enviavam seus filhos para estudar em Fortaleza ou outras cidades e morar geralmente na casa de parentes. Os que saíam de sua cidade natal para passar 4, 5 anos estudando, não acreditavam que valia a pena empreender tamanho esforço para ser professor. Frequentemente, as famílias ansiavam a volta de um “doutor” que, nesse caso, era sinônimo de médico, advogado, engenheiro ou qualquer outra profissão que historicamente tenha alcançado *status* social.

Nas escolas, entretanto, era comum associar os problemas educacionais a falta de qualificação do quadro docente e a falta de qualificação dos professores a inexistência de

¹⁰⁸ Essa frase foi proferida durante Cerimônia na Assembleia Legislativa na qual recebeu o Título de Cidadão Cearense. Ver Anexo 13 Projeto de Lei 249.09.

Instituições de Ensino Superior na região, isso impulsionou debates e mobilizações em defesa de uma instituição de ensino superior que atendesse aos municípios integrantes do sertão central cearense.

A FECLESC começou de uma queixa que havia na cidade, ou melhor, no município de Quixadá com relação a sermos a única região do Estado que não tinha curso superior para formação de professores. No litoral tinha Fortaleza com suas universidades, a zona norte tinha, não lembro como se chamava se era Faculdade de Filosofia Dom José uma coisa dessa que deu origem depois a UVA, o Cariri tinha também algumas faculdades que depois deram origem a URCA, a região do Jaguaribe tinha a FAFIDAM e ali morreu coincidentemente. Na zona norte, Cariri e a região do Jaguaribe tinham unidades de ensino superior implantadas pela Igreja Católica, quando eu cheguei aqui à igreja católica não entrava mais nessa discussão sobre criar faculdade, voltou depois [...] (SOUZA, 2012)¹⁰⁹.

Nesse trecho, o professor Luiz Oswaldo evidencia aspectos importantes da criação da FECLESC: seu protagonismo no movimento de criação da Faculdade, os anseios da sociedade quixadaense, as instituições existentes na época e a ação da igreja católica.

O professor Luiz Oswaldo foi partícipe de todas as ações que culminaram na criação da FECLESC, dentre as quais destacamos *sua atuação nas escolas da região*: no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Estadual Coronel Virgílio Távora e Ginásio Municipal como palestrante e orientador pedagógico. A experiência nas escolas possibilitou conhecer as reivindicações dos professores por melhor qualificação e vivenciar os problemas da educação básica, inclusive no tocante a sua oferta. *A assunção do cargo de diretor do Departamento de Educação*, na gestão do prefeito Aziz Okka Baquit (1973-1977) cargo que lhe permitiu empreender ações que garantissem a expansão das matrículas na educação básica e consequentemente criassem uma demanda por ensino superior. *A presidência da Fundação Educacional do Sertão Central (FUNESC)* criada pela lei municipal nº 842/76 com o objetivo de ser a mantenedora da Faculdade de Filosofia João XXIII (criada por intermédio de uma lei municipal de 1973). *A direção da Faculdade de Filosofia João XXIII* e, posteriormente *a direção da FECLESC*.

Na fala do professor Luiz Oswaldo, ele cita algumas das instituições de ensino superior existentes na época e a análise dessas instituições torna mais evidente o papel e a participação

¹⁰⁹ Trecho da entrevista concedida pelo professor Luiz Oswaldo em março de 2012 (Anexo 12), na FECLESC, em Quixadá.

da Igreja Católica nesse processo. Ele anuncia que, no litoral, havia Fortaleza com suas universidades, já foi dito nos capítulos anteriores que os investimentos em educação superior no Estado do Ceará foram inicialmente concentrados na capital, o que deixou o interior acéfalo. São considerados interiores do Brasil todos os municípios, excluindo-se as capitais e as áreas metropolitanas. Podem também designar as áreas que não se encontram no litoral, já que essas áreas se desenvolveram mais rapidamente e concentraram os investimentos, inclusive os educacionais.

A difusão do ensino superior teve início na década de 1950 com a Faculdade de Filosofia do Crato, que contou com a participação de dom Francisco de Assis Pires, Bispo do Crato, posteriormente a Faculdade foi incorporada à Universidade Regional do Cariri (URCA). A Faculdade de Filosofia Dom José foi criada pela Diocese de Sobral e seu nome faz referência ao primeiro bispo do município Dom José Tupinambá da Frota. Em 1968, por iniciativa do cônego Francisco Sadoc de Araújo e, através da Lei Municipal Nº 214 de 23/10/1968, sancionada pelo Prefeito de Sobral, Jerônimo de Medeiros Prado, é criada a Universidade Vale do Acaraú (transformada em Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA no ano de 1984). A UVA encampou as Faculdades de Ciências Contábeis, Enfermagem e Obstetrícia, Educação e de Tecnologia, que compunham a antiga Fundação Universidade Vale do Acaraú e a Faculdade de Filosofia Dom José, pertencente à Diocese de Sobral. Na região do Jaguaribe o professor Luiz Oswaldo cita a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), solicitada pelo 1º Bispo de Limoeiro do Norte dom Aureliano Matos e depois encampada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Vasconcelos Filho (2006), em sua tese de doutorado, chama atenção para criação das dioceses no estado do Ceará e questiona sua articulação com o projeto político da Igreja Católica, analisa ainda as ações de dom Manuel da Silva Gomes, articulador do novo projeto de igreja no Ceará, através de uma administração caracterizada pelo centralismo das decisões e descentralização espacial.

Dentro dessa descentralização espacial surgiram primeiramente as Dioceses do Crato e Sobral, dioceses que ampliaram o potencial econômico e político da Igreja, com a criação de bancos, hospitais, patronatos, palácios episcopais, escolas profissionais e ginásios, orfanatos e seminários. Obras que irradiaram o progresso nos centros econômicos e políticos de maior importância do Ceará. Dentro dessa perspectiva de arrojo desenvolvimentista, quem não iria se motivar para ser sede de uma nova diocese? Fato que irá se desenrolar em 1938, 24 anos depois da criação das duas

primeiras dioceses e terá como região escolhida o Vale do Jaguaribe. (VASCONCELOS FILHO, 2006, p. 40).

A Diocese de Quixadá foi criada muito mais tarde, no ano de 1971, em uma cerimônia presidida por dom Humberto Mozzoni, Núncio Apostólico no Brasil. Na mesma ocasião, o Núncio Apostólico deu posse ao 1º Bispo da nova Diocese, dom Joaquim Rufino do Rego, até então sacerdote diocesano do clero da Diocese de Oeiras e vigário de Picos-PI. A diocese de Quixadá era muito grande abrangendo os municípios de Quixadá, Quixeramobim, Itatira, Boa Viagem, Madalena, Choró, Itapiúna, Capistrano, Ibareta e Banabuiú¹¹⁰, e uma população de mais de trezentos mil habitantes.

Dom Rufino foi figura importante na criação da FECLESC, figurando como vice-presidente da Fundação Educacional do Sertão Central (FUNESC), participou dos debates para criação da Faculdade e esteve presente em momentos históricos como a Colocação da Pedra Fundamental e à inauguração da Faculdade. Segundo o professor Luiz Oswaldo:

Dom Rufino era um Bispo muito humilde, muito sábio, muito preparado, mas de uma humildade muito grande e que chegou aqui, como eu diria, um pároco de aldeia e como eu disse no discurso em que ele foi embora ele se transformou com o ambiente de Quixadá e cresceu muito na condução da Diocese e ele confirmou que de tudo que eu tinha dito naquela ocasião lá no Colégio das Irmãs, isso que eu tinha dito, tinha sido o que mais o tocou, porque ele achava que era verdade. As lutas de terra, a pobreza, a fome, a miséria fizeram-no avançar imensamente, tanto que ele saiu daqui expulso pelo empresariado local [...] (SOUZA, 2012).

A história de vida do professor Luiz Oswaldo nos ajuda a entender sua “imaginação”. Pedagogo, Filósofo, Mestre em Educação, professor, militante, radialista, escritor, funcionário do Banco do Brasil, estudioso de Paulo Freire e partidário de suas ideias, são algumas das inúmeras ocupações que assumiu ao longo de sua vida. Ele afirma ter feito parte de uma juventude (década de 1960) “que se julgava democrata, que tinha brigado contra a ditadura, e que entendeu que a revolução não era tomar o poder, mas era transformar profundamente tudo”. Para ele, essa juventude fez a “revolução da moda, do sexo, das drogas, da igreja ou das igrejas, da cultura, música, literatura, de tudo, é uma juventude que marcou as juventudes que vieram depois”. Por ter feito parte desse movimento ativamente, tendo sido expulso da Faculdade e impedido de estudar por 15 anos ele acreditava “poder vencer certas coisas”. Em um dos trechos

¹¹⁰ Ver no Anexo 14 a posição geográfica da Diocese de Quixadá

da entrevista suas influências chamam atenção, primeiro quando cita Geraldo Vandré e suas canções “Porta Estandarte”, “Arueira” e “Pra não dizer que não falei de flores¹¹¹” músicas que se tornaram ícones da oposição ao regime militar de 1964. Para ele a temática de Vandré nessas três canções era a esperança; depois cita a *Pedagogia do Oprimido* uma das obras mais conhecidas de Paulo Freire, na qual apresenta a contradição entre opressor e oprimido; a educação bancária como instrumento de opressão; a dialogicidade como essência de uma educação libertadora, dentre outros conceitos que influenciaram profundamente a educação.

[...] o Vandré começa compondo uma canção no início da vida dele, onde ele fala de *certezas e esperanças pra trocar por dores e tristezas que eu bem sei um dia ainda vão findar, um dia que vem vindo, que eu vi pra contar*. Na minha dissertação de Mestrado eu chamo isso de concepção infantil de esperança, eu sento, espero que o dia mude e quando o dia mudar vou cantar, o dia não muda. Ele evolui e escreve outra, a primeira foi “Porta Estandarte” e a segunda é “Arueira” *vim de longe, vou mais longe, quem tem fé vai me esperar, escrevendo uma conta, pra junto à gente cobrar, no dia que já vem vindo, que esse mundo vai mudar é a volta do sertão de arueira no lombo de quem madrugar*. Eu chamo isso de concepção adolescente de esperança ele continua esperando o dia mudar, mas inquieto, fazendo conta pra cobrar. Então ele cria uma concepção adulta de esperança *vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer*, muito condizente, não é nem saber o dia, é saber cada hora do dia, muito condizente porque na mesma época o professor Paulo Freire dizia na “Pedagogia do Oprimido” *movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança alcanço* (SOUSA, 2012).

A partir dessas referências, o professor Luiz Oswaldo percebe que a esperança “não era um cruzar de braços, a esperança é construí-la” e partindo dessa ideia ele lança um desafio a seus pares - o de construir uma Faculdade em Quixadá. Como já informado, nessa época ele foi escolhido pelo prefeito Aziz Okka Baquit, em sua primeira gestão pelo MDB, para ser Diretor do Departamento de Educação. Enfatiza que na época só havia três municípios no Ceará administrados pelo MDB¹¹²: “parece que era Quixadá, Acaraú e Pedra Branca” os outros eram ARENA¹¹³ 1, ARENA 2 e ARENA 3. “No ano de 1973 ainda se fazia sentir o chamado “milagre brasileiro” e os governos estaduais, na sua maioria, estavam vinculados à ARENA, partido do Governo que, como tal apoiava seus correligionários no poder local. Quixadá, entretanto, era governada pelo MDB” (ALVES, 2007, p. 76-77).

No departamento, encontrou um Plano de Educação sendo elaborado com a proposta de criação de uma Faculdade Municipal de Filosofia. Ele afirma que inicialmente acreditou ser

¹¹¹ As letras das três músicas estão disponíveis no Anexo 15.

¹¹² Movimento Democrático Brasileiro: era considerado de “oposição”.

¹¹³ Aliança Renovadora Nacional: partido político criado no regime militar e considerado de “situação”

possível, mas depois de identificar os problemas que o município enfrentava para manter a educação básica, começou a questionar a viabilidade da proposta. “Como é que um município que sofre pra fazer o primeiro grau vai poder gastar com o terceiro, com o segundo grau também deficiente”. Ele se dizia ciente, entretanto, que para melhorar a educação básica era necessário formar os professores e por essa razão empreende esforços para discutir a criação da Faculdade. Nesse processo, ele viaja e, quando retorna, o prefeito havia criado a Faculdade Municipal de Filosofia, por seus questionamentos acerca dessa decisão intempestiva se tornou uma voz dissonante no secretariado. Mas, demorou pouco para que todos percebessem que não era possível concretizar o projeto, pelo menos não naquele contexto. Assim, o professor Luiz Oswaldo diz que defendeu a necessidade de criar uma “outra frente” para criar a faculdade “que seria uma fundação” e garantir alunos para essa faculdade, através da expansão da educação básica. “Então nós saímos se não me engano de 5 mil matrículas que nós tínhamos no município para 21 mil matriculados”.

Os desafios enfrentados pela educação básica, especificamente o analfabetismo, são analisados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, s/d). A tabela 5 apresenta a evolução, no último século, do número de analfabetos no país. Dois aspectos merecem destaque: 1º) a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais declinou em ritmo constante, saindo de 65,3 em 1900, para 13,6 no ano de 2000, mas os especialistas alertam que não basta a queda na taxa de analfabetismo é preciso que haja também a sua redução em números absolutos; 2º) em números absolutos a população analfabeta aumentou, passando de 6.348 em 1900, para 16.225 em 2000. Esse crescimento constante só foi revertido na década de 1980, todavia não podemos ignorar que em números absolutos a população analfabeta em 2000 era maior que em 1960, por exemplo, o que consiste um desafio para as políticas educacionais.

Tabela 5: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil 1900-2000.

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) Em milhares

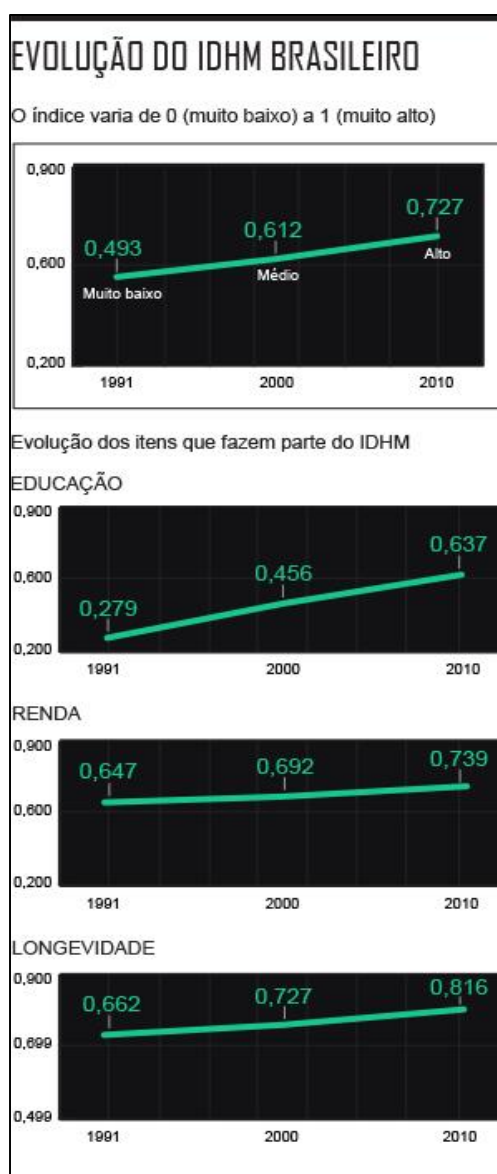
Os desafios educacionais que Quixadá enfrentava na década de 1970 eram consoantes com o atraso da região Nordeste em relação às regiões Sul e Sudeste. Segundo o professor Luiz Oswaldo, Quixadá “era um município tratado a pão e água”. Na entrevista, questionamos como ocorreu a expansão das matrículas.

Veio do departamento municipal de educação, abri sala de aula, eu agrupei salas de aula, fiz todo um movimento para isso e, paralelamente a isso a gente brigava nas comunidades, brigava não, atiçava as comunidades no sentido da gente criar uma faculdade de educação. Tentei avançar no ensino do primeiro grau e tivemos atos que eu refuto muito corajosos para a época. Na época nem todos os municípios tinham uma escola completa de primeiro grau até a oitava série, poucos nesse interior nosso do Nordeste tinham segundo grau, geralmente um cursinho, normal então na época nós começamos a criar o que chamávamos de ginásio, na época da zona rural, a gente pagava melhor professores que iam para zona rural e a gente criava escola de primeira a oitava série na zona rural e subia todo ano uma série. Implantamos ginásio no Banabuiú, uma consequência disso é que três municípios se separaram da gente porque voltaram a crescer. Itapiuna era um município que voltava a crescer [...] Encampeí um ginásio particular da Fundação Maximiliano lá do Banabuiú e criamos o ginásio do Choró o Dom Bosco, que de repente passou a ser considerado o melhor de todos os municípios, aí no ano seguinte criamos o São Luis lá em Ibareta no outro ano Custódio e Nova Vida também em Ibareta. Ibareta separou-se; Choró separou-se, Banabuiú separou-se. Quixadá foi dividida em quatro eu credito muito isso a essa mudança (SOUSA, 2012).

Nessa fala podemos identificar algumas ações que visavam à expansão da educação básica no sertão central cearense, por intermédio da multiplicação na quantidade de vagas a partir da ampliação no número de séries ofertadas e de escolas. Em seguida, a educação como

propulsora do crescimento e desenvolvimento regional. A educação figura como um dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois se reconhece a relevância da Educação para melhoria da qualidade de vida da população. Desde a década de 1990, Quixadá mantém seu IDH em nível considerado médio pelo IPECE. Em 1991 o IDH global de Quixadá era 0,57 e o índice relacionado à educação 0,59; em 2000 o IDH global de Quixadá era 0,67 e índice relacionado à educação 0,73 (IPECE, 2011). Na divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a imprensa noticiou amplamente que o “freio” do desenvolvimento foi a educação, conforme indica Gráfico 9.

Gráfico 9: Evolução do IDHM brasileiro e evolução dos itens que fazem parte do IDHM



Fonte: PNUD, 2013.

O gráfico 9 é um indicativo que a educação precisa continuar nas pautas de discussão e que a democratização do ensino não é suficiente para sanar seus problemas. Todavia, o IDHM também é um forte indicativo da associação entre educação e desenvolvimento, premissa adotada pelo professor Luiz Oswaldo quando anuncia a separação de alguns distritos de Quixadá. Os municípios de Banabuiú e Ibaretama se emanciparam em 1988 e Choró em 1993. Banabuiú conquistou sua emancipação em 25 de janeiro de 1988, com a Lei nº 11.427. Ibaretama foi desmembrado de Quixadá em 8 de Maio de 1988. Em 27 de março de 1992 foi decretada a emancipação política e administrativa de Choró, pela lei estadual nº 11926.

Conforme já mencionado na campanha eleitoral de 1972, Aziz Baquit, inscrito pela legenda do MDB, enfrentou o candidato do ARENA e venceu. Baquit tinha em sua campanha se comprometido com a criação de uma Escola Superior no município e contou com a colaboração do professor Luiz Oswaldo, que assumiu a Diretoria de Educação e Cultura do município, e, por causa de seu prestígio, conseguiu o apoio dos quixadaenses para criação de uma faculdade, sonho antigo dos moradores da região. Inicialmente, a prefeitura de Quixadá criou, através de uma lei municipal de 1973, a Faculdade de Filosofia João XXIII, posteriormente (pela lei municipal nº 842/76) foi instituída a Fundação Educacional do Sertão Central (FUNESC). A FUNESC foi idealizada para funcionar como mantenedora da Faculdade.

Quadro 08: Diretoria provisória da FUNESC

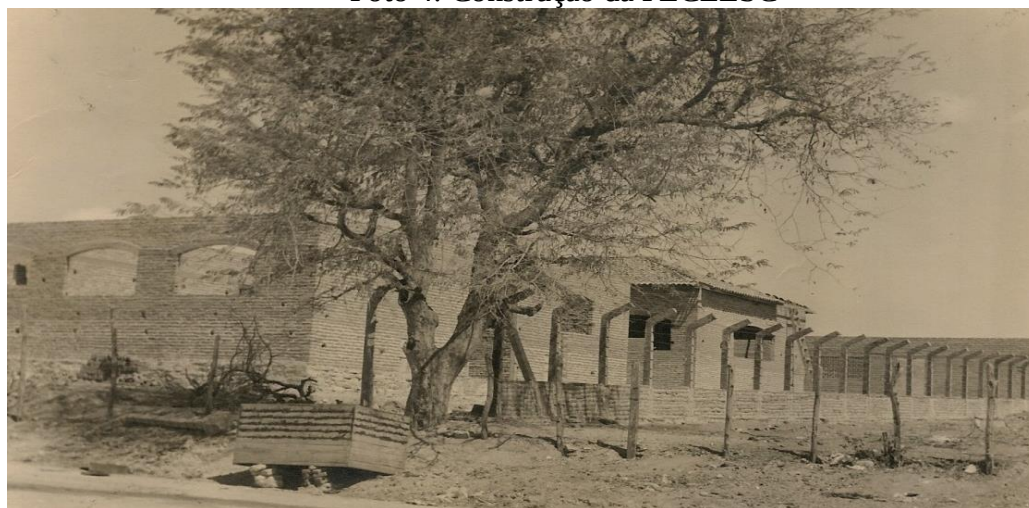
DIRETORIA DA FUNESC	
Presidente	Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Sousa
Vice-presidente	Dom Joaquim Rufino do Rêgo
1º secretário	Pe. Vicente Gonçalves Albuquerque
2º secretário	Dr. Joaci Medeiros do Freitas
Suplentes	Ir. Ana Maria Valdênia Costa Ana de Oliveira Barros João Eudes Cavalcante Costa Francisco Airton Lira Arruda Luiz Evanildo de França
CONSELHO CURADOR	
Presidente	Antônio Ailson da Silva Medeiros
Membros	Dr. José Everardo Silveira Dr. Antônio Moreira Magalhães
Suplentes	Aziz Okka Baquit Francisco de Assis Rodrigues Filho Heitor Mesquita Aires

Fonte: Arquivos FECLESC

Após a criação da FUNESC, a população local e os representantes da fundação começaram um processo de articulação para a construção de uma sede própria. A primeira conquista foi a doação do terreno por um morador local, o senhor Joaquim Gomes da Silva (mais conhecido como seu Quinzinho). O terreno onde havia funcionado um antigo matadouro possui área de 10.000m², na zona urbana de Quixadá. Na época, essa era uma área pouco povoada, com rua de terra, relativamente distante do centro da época, onde se localizava a igreja matriz. A imagem que segue representa o período de construção da sede, em uma área que, na época, era pouco povoada, possuía rua de terra e poucos imóveis. Os materiais para construção do prédio foram doados e a mão de obra foi composta por voluntários e pessoas contratadas, o pagamento destes contratados era feito com doações feitas por dom Rufino, Aziz Baquit, dentre outros.

Quando a FUNESC iniciou as obras possuía em caixa CR\$ 29,00 e uma folha de pagamento semanal no valor de CR\$ 35.000,00. Para que as finanças pudessem ser equilibradas o ex-prefeito Aziz Baquit emprestou dinheiro à fundação, sem cobrar juros o que custeou boa parte da obra. Dom Rufino vendeu terras pertencentes à Diocese na Serra do Estevão e fez uma doação de CR\$ 10.000,00. Valdemar de Alcântara, governador em exercício do Ceará na época, estava de passagem para a Serra do Estevão nos o aguardamos e depois de apresentar todo o projeto e relatarmos o que já havíamos conseguido ele fez uma doação de CR\$700.000,00. Na inauguração, o Governador Virgílio Távora doou CR\$ 3.000.000,00 e com esse valor conseguimos saldar todas as dívidas. (SOUSA, 2012).

Foto 4: Construção da FECLESC



Fonte: Acervo FECLESC

No dia 13 de agosto de 1978 ocorreu a solenidade de lançamento da Pedra Fundamental da Faculdade de Filosofia João XXIII. Na oportunidade, seu Quinzinho recebeu o título de

membro benemérito da FUNESC. Estavam presentes o prefeito de Quixadá Renato de Araújo, professor Luiz Oswaldo, o bispo dom Rufino, dentre outros.

Foto 5: Colocação da Pedra Fundamental



Fonte: Acervo da FECLESC

Seu Quinzinho doou, além do terreno, material de construção, livros, dentre outros. A construção do prédio da qual a comunidade participou ativamente foi concluída em 1980, quando o governo do estado e o Banco do Brasil doaram móveis e equipamentos. A Faculdade foi então inaugurada com muitas festividades.

Foto 6: Inauguração da sede da FECLESC



Fonte: Acervo FECLESC

Foto 7: Benção da igreja



Fonte: Acervo FECLESC.

“Apesar do sacrifício imposto pelas dificuldades que foram enormes, o prédio estava concluído. Não poderíamos avaliar a ferrenha batalha que nos esperava para satisfazer a burocracia e conseguir a aprovação dos cursos que deveriam ser oferecidos” (SOUSA apud COSTA, 2002, p. 271). Os trâmites burocráticos dificultaram muito a aprovação do projeto, as informações eram incompletas e as reivindicações ignoradas. Assim, a direção da FUNESC começou a refletir acerca da possibilidade de agregar a recém-criada faculdade a uma das universidades do estado. Duas instituições demonstraram interesse: a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e a UECE. O governador Luiz Gonzaga Fonseca da Mota autorizou a encampação pela UECE em 1983, ano em que, mesmo sem estrutura, várias unidades no interior foram criadas pela UECE, destacamos a unidade de Quixadá que não manteve a denominação Faculdade João XXIII, nem o nome da FUNESC, as unidades de Cedro, Ipu, Redenção e Ubajara, essas quatro últimas fecharam, por absoluta falta de condições de funcionamento. Somente se mantiveram as sedes de Quixadá, Iguatu, Itapipoca e Crateús, todas criadas na mesma época. Os primeiros cursos ofertados pela faculdade, que depois de encampada pela UECE foi denominada Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) foram de especialização e eram voltados para os professores da região. Os cursos aconteceram a partir de um convênio da então Faculdade de Filosofia João XXIII com a Faculdade de Filosofia em Fortaleza.

Dessa forma, no primeiro semestre de 1983, a FECLESC realizou vestibular para os cursos de Licenciatura Curta em Ciência e Licenciatura Plena em Pedagogia. No segundo semestre do mesmo ano foi ofertado o curso de História. Ainda em 1983 foi realizado o primeiro concurso público de provas e títulos para professores da UECE no interior do estado.

Em janeiro de 2005, a FECLESC realizou pela primeira vez, vestibular para os cursos de Biologia e Física. Para o coordenador do curso de licenciatura em Ciências, Salim Hissa Neto, o fato representava uma vitória para o sertão central.

A abertura desses cursos é importante não apenas para Quixadá, mas também para as cidades circunvizinhas, como Ibareta, Quixeramobim, Itapiúna e Choró. Temos uma carência grande de professores de ensino médio nas áreas de ciências exatas e naturais, daí a importância de formarmos esses profissionais”. “Ademais”, explica Hissa Neto, “é estratégico que formemos biólogos com sólidos conhecimentos sobre a ecologia da caatinga, para que os municípios do sertão central possam contar com quadros especializados na promoção do desenvolvimento sustentável. (HISSA NETO *in* Diário do Nordeste e, 2004, p. 01).

A citação precedente ilustra a importância da FECLESC para formação de professores do sertão central e a preocupação com o conhecimento das particularidades regionais. Outro aspecto interessante enunciado na época era o perfil dos estudantes pela coordenadora acadêmica:

Até cerca de 5 anos predominavam estudantes de faixas etárias mais elevadas, geralmente professores de ensino médio próximos da aposentadoria. Hoje, percebemos uma mudança importante, a maioria dos calouros são jovens do Sertão Central, ou seja, estão interessados em seguir uma carreira acadêmica e muito podem contribuir para o desenvolvimento da região (ANA LÚCIA *in* Diário do Nordeste e, 2004, p. 02).

De fato, esse perfil de jovens recém-saídos do ensino médio é o que persiste até hoje conforme demonstrado no gráfico sobre faixa etária dos alunos. cremos que a demanda represada foi formada nos primeiros anos de funcionamento da faculdade.

Em 1995, o então Reitor da UECE, professor Paulo de Melo Jorge Filho aprovou a instalação dos Campi Avançados da Região do Vale do Curu, Região Maciço do Baturité e Região Central II. No artigo 2º o documento (Anexo 16) propõe “Os campi avançados, ora criados, deverão ser direcionados no sentido de promover a melhoria das condições socioculturais e educacionais das populações envolvidas, pela oferta de cursos de graduação e serviços extensionistas. O Regimento (Anexo 17) dos Campi Avançados foi definido na gestão

da professora Fátima Maria Leitão Araújo (diretora da FECLESC), todavia os cursos deixaram de ser ofertados, pois o convenio (Anexo 18) celebrado entre a UECE e as prefeituras municipais não foi cumprido pelas prefeituras.

Segundo dados do segundo semestre de 2012, a FECLESC oferece oito cursos de graduação, todos na área de licenciatura: Pedagogia, Letras (Português), Letras (Inglês), Ciências Biológicas, Química, Física, Matemática e História. Possui em seu quadro funcional 72 professores e 25 funcionários (conforme detalhamento em anexo). A instituição tem 1058 alunos oriundos de diversas localidades.

No tocante às práticas espaciais reconhecemos na FECLESC/UECE, principalmente, uma antecipação espacial. “Antecipação espacial significa reserva de território, significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo assim as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições da produção.”

Não foi uma antecipação planejada, pois o governo do estado não idealizou ou conduziu o processo, apenas incorporou-o. Todavia, a comunidade local e os articuladores da época, dentre eles, dom Rufino, professor Luiz Oswaldo (secretário de Educação do município) e outras autoridades locais previram a necessidade desse serviço e que Quixadá tinha potencial para ser uma cidade polo no sertão central cearense.

Até a década de 1980 os alunos que concluíam o ensino médio e desejavam cursar ensino superior tinham que abandonar sua cidade natal e migrar para a capital do estado, no caso, Fortaleza. As famílias desejavam a criação de uma IES na qual os filhos tivessem a oportunidade de melhor qualificação sem sair de seu município. Fabíola Araújo Rocha coordenadora acadêmica da FCRS em 2004, afirmava: “Temos observado que muitos quixadaenses, que estavam cursando graduação em Fortaleza ou em outras capitais, estão voltando para Quixadá, a fim de fazerem seus cursos aqui. Os custos são menores” (*in* CEARÁ, 2004, s/d).

Outra preocupação era com a melhoria da educação a partir da qualificação dos professores. Vigorava a ideia de que os países mais desenvolvidos e nos quais a população desfrutava de melhor qualidade de vida eram os com maiores índices de escolaridade. Para reforçar esse conceito, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu na pesquisa dos índices de desenvolvimento humano dos países, estados e cidades, a educação.

Já ressaltamos que no caso da FECLESC não foi uma antecipação espacial intencional, mas a área em que a faculdade se situa, na época da fundação, era pouco povoada, hoje se vê grande especulação imobiliária com a construção de edifícios e casas imponentes. A área concentra o DETRAN, o CAPs A e D, a Maternidade e o hospital de Quixadá.

4.2.2. Entre o amor de Cristo e o Reino de Deus: as ações instrucionais de dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim

O título deste tópico é uma referência aos lemas episcopais de dom Joaquim Rufino do Rêgo (1º Bispo de Quixadá): "*In Caritate Christi - No amor de Cristo*" e de dom Adélio José Tomasim (2º Bispo de Quixadá e atualmente Bispo Emérito) "*Quirete primum regnum Dei - Buscai primeiro o reino de Deus*".

Fotos 8¹¹⁴ e 9¹¹⁵: Dom Joaquim Rufino do Rêgo e Dom Adélio José Tomasim



A Diocese de Quixadá, como já informado, criada em *13 de março de 1971*, foi uma das últimas dioceses a serem criadas. A primeira foi a do Crato em 1914, seguida de Sobral em 1915, e, após mais de 20 anos, criaram a diocese de Limoeiro (1938), em 1961 e 1964 foram as dioceses de Iguatu e Crateús e, em 1971 foi a vez de Quixadá, Tianguá e Itapipoca. Na

¹¹⁴ Fonte: www.diocesequixada.org

¹¹⁵ Fonte: <http://www.hmjmj.com.br/hospital/historico/>

cerimônia de criação da Diocese de Quixadá foi nomeado seu primeiro bispo *dom Joaquim Rufino do Rêgo*.

A Igreja Católica enquanto instituição social fundamentada no poder religioso, tem desenvolvido desde o Brasil Colônia múltiplas ações que territorializam sua influência, dentre as quais pretendemos destacar a ação instrucional, especialmente aquelas destinadas ao ensino superior. Este empreendimento tem derivado em obras previamente estudadas e planejadas, que se relacionam a espaço e poder e que são os meios que asseguraram a territorialidade como estratégia a serviço de fins previamente estabelecidos.

A Igreja já desenvolvia trabalhos em diversas áreas antes da criação da diocese, a partir da ação de seus párocos. Nos diversos empreendimentos da Igreja na região, tentaremos dar destaque ao papel assumido por dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasin, por percebermos que, no tocante aos investimentos educacionais no nível superior eles são figuras centrais, com reconhecimento social bastante distinto¹¹⁶.

Na área da saúde a principal obra é o Hospital Maternidade Jesus Maria José, uma iniciativa do padre Luis Braga Rocha, que identificou na vasta área territorial do Sertão Central problemas cruciantes na educação e principalmente na saúde. Dessa forma, sensível ao sofrimento do povo, fundou a Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância (no dia 08 de dezembro de 1940). Em seguida iniciou uma campanha para construção de um hospital contando com o apoio da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Entre estas religiosas estava irmã Plácida, vinda da Alemanha e com ela teve início as doações do exterior, conseguiu por intermédio do doutor Nelson Sales, diretor do serviço de Saúde Pública Estadual em Quixadá na época, recursos para iniciar a construção do hospital e com o auxílio do doutor Raul Barbosa, então deputado federal, as primeiras verbas federais para este fim. O Hospital Maternidade Jesus Maria José teve a primeira parte de sua estrutura inaugurada em 12 de julho de 1953. A partir da criação da diocese, dom Rufino tornou-se presidente¹¹⁷ de honra da Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância (1973-1988).

¹¹⁶ Sobre a Ação Instrucional da Igreja Católica no município de Quixadá sugerimos a leitura da dissertação de mestrado de Natalis Natacha Maciel de Oliveira (Faculdade Católica Rainha do Sertão: análise das espacialidades advindas da ação instrucional da igreja católica em Quixadá (1971 – 2005).

¹¹⁷ Ver no Anexo 19 Ata da Assembleia Geral Ordinária em que dom Rufino tornou-se presidente de honra da Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância.

Foto¹¹⁸ 10: Fachada do antigo Hospital Maternidade Jesus Maria José



No início da década de 1990, a Agência Nacional da Vigilância Sanitária – ANVISA – visitou as instalações do hospital e determinou que grandes mudanças deveriam ocorrer: o hospital deveria ser fechado e totalmente reformado ou então construído um novo hospital. Na época a Diocese já estava sob a direção do bispo dom Adélio Tomasin que, diante desse desafio, optou pela construção de um novo hospital.

Foto¹¹⁹ 11: Fachada do atual Hospital Maternidade Jesus Maria José



¹¹⁸ Imagem retirada do site do Hospital Maternidade Jesus Maria José (www.hmjmj.com.br).

¹¹⁹ Imagem retirada do site do Hospital Maternidade Jesus Maria José (www.hmjmj.com.br).

Em 1994, o Hospital inaugurou suas novas instalações e a maternidade se transformou em um Centro de Saúde, tendo ampliado os serviços destinados à população da cidade de Quixadá e municípios circunvizinhos.

A participação dos dois bispos no Hospital Maternidade Jesus Maria José e a forma como essa participação é relatada inspira reflexão. Dom Rufino é lembrado como Presidente de honra da Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância. “D. Rufino tornou-se Presidente de honra da Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância a partir de 08 de Dezembro de 1973. Até o final do período episcopal de D. Rufino, em 1988” (HMJM, 2013). Já Dom Adélio é visto como “o empreendedor”.

Em 1994, o Hospital Maternidade Jesus Maria José recebeu novas instalações das mãos **empreendedoras** de Dom Adélio Tomasin, que transformou a maternidade num Centro de Saúde modelo, dotando-a de todos os requisitos necessários à prática da medicina moderna e ampliando consideravelmente os serviços destinados a população carente da cidade de Quixadá e municípios circunvizinhos. [...] Os anos que se seguiram, 2005 e 2006, o Hospital tornou-se um grande ponto de apoio ao crescimento e desenvolvimento dos primeiros anos da **Faculdade Católica Rainha do Sertão**. Sua gestão procurou se estruturar com perspectivas de funcionar como campo de estágio aos alunos da faculdade. Novos serviços foram implantados. [...] Em 2007, fechava-se um ciclo, D. Adélio Tomazin encerra sua trajetória episcopal. É um tempo de grandes **anseios e expectativas**¹²⁰ (HMJM, 2013).

As informações contidas no site do Hospital Maternidade Jesus Maria José são o prenúncio de uma percepção desses dois bispos. A percepção se caracteriza pela forma como o sujeito organiza e interpreta as informações obtidas pelos sentidos. O que as pessoas têm visto, tocado e ouvido se relacionam, principalmente as obras coordenadas por cada um. Além da participação de dom Adélio ser mais recente, o volume de obras em sua gestão foi muito intenso, talvez por isso ele seja visto como o grande empreendedor da Igreja Católica em Quixadá. “Desde a chegada de Dom Adélio em Quixadá em 1988, as obras sob a direção da Diocese, e de seu então Bispo, **multiplicaram-se**¹²¹, em sua grande maioria no intuito de promover a educação ligada à religião católica” (OLIVEIRA, 2010, p. 39).

No campo religioso, a atuação dos dois representantes da Igreja também se distingue: dom Rufino enfrentou como um de seus desafios o restrito número de sacerdotes, o que fez com

¹²⁰ Grifo nosso.

¹²¹ Grifo nosso.

que agregasse às suas funções de Bispo as responsabilidades de pároco. Deixou no campo religioso seis sacerdotes ordenados e o “Centro Vocacional Pio XII”.

A diocese era muito grande e o número de sacerdotes era pouquíssimo; a primeira reunião do clero, realizada aos 31 de agosto de 1971, contou apenas com 12 padres, sendo que 7 eram religiosos. O Bispo tinha que dar conta das atividades de Bispo e de pároco, para cumprir com a sua missão de Pastor, Pai e Catequista. Dom Rufino **o fazia com muito amor**. Ao deixar a Diocese, após um árduo trabalho, sobretudo no campo vocacional, **só havia conseguido ordenar seis sacerdotes**, mas deixou frutos colhidos, como a construção do “Centro vocacional Pio XII” que servia ao mesmo tempo de Seminário Menor e Residência Episcopal, e muitas sementes lançadas para germinações futuras (DIOCESE DE QUIXADÁ, 2013).

O Centro Vocacional Pio XII tinha, portanto, duas funções na diocese: Seminário Menor e Residência Episcopal. Como consequência da ampliação do número de leigos e de futuros sacerdotes em processo de formação no Centro Vocacional Pio XII, tem início o funcionamento do Instituto Teológico Catequético, ofertando o curso de Teologia. Após alguns anos de funcionamento do curso de Teologia e com o crescimento do número de seminaristas foi criado o Instituto Filosófico Catequético, destinado à formação filosófica, mas mantendo ainda o objetivo inicial da formação catequética para as lideranças leigas e futuros sacerdotes de todos os municípios da Diocese de Quixadá. O que depreendemos das obras religiosas conduzidas por dom Rufino é que almejaram, num primeiro momento, garantir a formação de novos sacerdotes e talvez por esse motivo não tenham tido a mesma visibilidade que as ações de dom Adélio.

Uma das principais obras da Igreja e de dom Adélio em Quixadá foi o Santuário Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão. O Santuário ergue-se sobre uma esplanada encostado ao Morro Urucum. A base da torre triangular fica exatamente a 501 metros e 12 centímetros acima do nível do mar. Segundo dom Adélio, a ideia do santuário surgiu durante a festa de Nossa Senhora do Carmo, quando estava celebrando a missa na Catedral.

[...] depois da comunhão não sei explicar como nem porque, veio-me a mente a seguinte frase: “Por que tu não pensaste em construir uma casa para minha Mãe?” E vi o Santuário entre os monólitos, um lugar que dominava o sertão. contei ao povo de Deus em voz alta e clara, embora com muita timidez, a pequena história que havia vivido, sentado na minha cadeira e com Jesus no coração. Agora, era eu que esperava a reação do povo. Fiquei surpreso. Todos se levantaram e reagiram àquela história

com uma **estrondosa e demorada salva de palmas**¹²². Assim brotou a ideia do Santuário¹²³.

O Santuário foi inaugurado no dia 11 de fevereiro de 1995 e como parte de seu complexo possui a Casa de Retiros, que tem em sua estrutura apartamentos, restaurantes, auditórios, praça, capelas, trilhas ecológicas, Pedra da Contemplação e Gruta da Imaculada Rainha do Sertão.

Foto 12¹²⁴:
Apartamentos



Foto 13: Restaurante



Foto 14: Auditório



Foto 15: Praça da Amizade



Foto 16: Capela



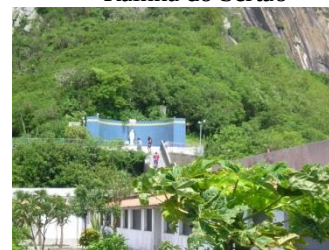
Foto 17: Trilha Ecológica



Foto 18: Pedra da Contemplação



Foto 19: Gruta da Imaculada
Rainha do Sertão



¹²² Grifo nosso.

¹²³ <http://www.santuariorainhadosertao.com.br/>.

¹²⁴ As imagens foram retiradas do site <http://www.santuariorainhadosertao.com.br/>.

O Santuário é um empreendimento que atrai inúmeros visitantes, tendo nos últimos anos se tornado ponto turístico, como podemos ver pela estrutura da Casa de Retiros, o que proporcionou investimentos no setor hoteleiro e sua consequente expansão, gerando assim a necessidade de pessoal capacitado para este “novo” mercado. Caracteriza-se como uma obra de maior alcance que atrai milhares de pessoas, sejam elas religiosas ou não. Para dom Adélio é a mais relevante de suas obras na área religiosa. Isso pode ser constatado quando ele foi solicitado a destacar a obra pela qual ele tinha “mais amor, mais devoção, mais admiração”. “Bom, no campo religioso eu colocaria em primeiro lugar o Seminário, destinado à formação de líderes religiosos, de servidores do povo, no campo da religiosidade o seminário por todos os bispos é considerado como o coração de uma diocese¹²⁵” (TOMASIN, 2010).

Assim, se tivermos que comparar as ações de dom Rufino e dom Adélio no segmento religioso veremos que o Bispo Emérito de Quixadá conduziu obras de maior visibilidade para Igreja, destarte o novo Hospital Maternidade Jesus Maria José, o Santuário Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão e a Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Finalmente, destacamos a participação dos dois primeiros bispos de Quixadá nas ações direcionadas ao ensino superior. Conforme citado no relato do professor Luiz Oswaldo, dom Rufino foi partícipe do processo de criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), embora o professor Luiz Oswaldo enfatize que em sua participação ele assumiu o papel de cidadão e não de representante da igreja, pois como afirmou em sua entrevista “quando eu cheguei aqui à igreja católica não entrava mais nessa discussão sobre criar faculdade, voltou depois [...]” (SOUZA, 2012).

A principal obra de dom Adélio no ensino superior foi a Faculdade Católica Rainha do Sertão. Já anunciamos que na época que dom Rufino era Bispo de Quixadá, foi construído o Centro Vocacional Pio XII, que teve como uma de suas funções a de Seminário Menor, para formação de leigos e de futuros sacerdotes. Com a ampliação de leigos e sacerdotes formados é inaugurado o Instituto Teológico Catequético, ofertando o curso de teologia. Após alguns anos de funcionamento do curso de Teologia e com o crescimento do número de seminaristas foi criado o Instituto Filosófico Catequético. Quando a primeira turma de Filosofia concluiu o biênio, inicialmente proposto pela diocese, viu-se a necessidade de dar continuidade à formação

¹²⁵ Entrevista concedida por dom Adélio Tomasin ao Sistema Monólitos de Comunicação em Quixadá no dia 23 de março de 2010. Ver transcrição da entrevista no Anexo 20.

dos seminaristas começada no Instituto Filosófico. Assim, em 8 de dezembro de 1999, por intermédio do Decreto nº 45, foi criado o curso de Teologia apenas como formação fundamental conforme a *Ratio Studiorum* e o Documento 55 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, o Instituto passou a ser chamado Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão (IFTNSIRS). Em dezembro de 2003, com o projeto de ampliação dos cursos ofertados no Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão, agora não somente Teologia e Filosofia, o IFTNSIRS passa a ser denominado Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS).

A notícia da criação da FCRS gerou grande expectativa. No “Caderno Regional” do *Diário do Nordeste* de 2 de fevereiro de 2003, dom Adélio demonstrava sua alegria com a nova Faculdade e afirmava: “a faculdade é um passo concreto para o desenvolvimento dessa sofrida região”, na sequência “será uma marco histórico, promovendo impacto sustentável na dimensão sócio-política-cultural, com potencial para modificar o perfil sócio-econômico do Estado”¹²⁶ (DIÁRIO DO NORDESTEa, 2003, p. 02). Em 1º de outubro de 2003¹²⁷ o mesmo jornal noticiou: “Sertão Central terá nova faculdade”. “Será a maior faculdade da região centro do Estado” (DIÁRIO DO NORDESTEb, 2003, p. 02). Na época já se previa que a demanda de alunos seria oriunda de diversos lugares. Finalmente, em maio de 2004 é noticiada a inauguração da Faculdade através de duas matérias. A primeira, no dia 2, anuncia “Faculdade Católica é inaugurada hoje”¹²⁸, na matéria está explicitado que o objetivo da instituição seria permitir o acesso do povo do sertão à cidadania através de uma educação de qualidade. A matéria ressalta ainda que houve críticas, na época, a dom Adélio por ter idealizado uma instituição de ensino paga, e que pelo valor das mensalidades não estaria aberta aos estudantes pobres. Em resposta, dom Adélio retrucou: “A igreja faz o que pode. Não podemos ser criticados pela falta de ação, mas sim pela inércia. Estamos agindo sem nenhum recurso financeiro governamental, e por isso, infelizmente, precisamos recorrer ao auxílio do povo [...]” (TOMASIM In DIÁRIO DO NORDESTEc, 2004, p. 02). A segunda matéria¹²⁹ do dia 3 relata a presença do governador do estado na solenidade de inauguração.

O governador Lúcio Alcântara participou, ontem, da inauguração da Faculdade Católica Rainha do Sertão, em Quixadá. Em seu discurso Alcântara destacou a

¹²⁶ Notícia completa no Anexo 21.

¹²⁷ Notícia completa no Anexo 22.

¹²⁸ Matéria completa no Anexo 23.

¹²⁹ Matéria completa no Anexo 24.

importância da interiorização dos institutos de ensino superior, como forma de suprir a demanda por profissionais que venham a atuar na melhoria da qualidade de vida dos cearenses do Sertão Central (DIÁRIO DO NORDESTE, 2004, p. 14).

A FCRS é mantida pela Diocese de Quixadá e pela Comunidade Católica Shalom. A construção foi financiada por pessoas físicas e jurídicas da Itália que mantinham contato com dom Adélio.

Este empreendimento nasceu de um grande desejo de Dom Adélio Tomasin de levar o desenvolvimento através da cultura e da formação superior a tantas pessoas no sertão central do Ceará. Aliado a isso, esta Instituição visa favorecer a população de Quixadá e região, gerando empregos e oportunidades de formação integral, tendo em vista o desenvolvimento e o aumento da qualidade de vida. A fim de colaborar com esta grandiosa missão, Dom Adélio Tomasin outorgou à Comunidade Católica Shalom a administração desta Faculdade juntamente com ele, Chanceler e a Diocese de Quixadá. (Manual acadêmico dos Professores da FCRS, 2009, p.5).

Assim, a FCRS se tornou a maior e uma das mais importantes instituições de ensino superior do município, concentra o maior contingente de docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos e é reconhecida pelos quixadaenses, sobretudo pelos que vivem do comércio, como o grande empreendimento que induziu o desenvolvimento do município. Nos últimos anos, todavia, também se instalaram na cidade campus da UFC, IFCE, polos da UAB, dentre outros, indicando que Quixadá concentra uma grande quantidade de IES, o que permite ao município se tornar um centro de convergência e irradiação da educação superior, tese que desenvolveremos a seguir.

4.3. Quixadá: centro de convergência e irradiação da Educação

A posição geográfica de Quixadá favoreceu seu crescimento e facilitou o processo de evolução do povoado em Distrito de Paz, tributário de Quixeramobim e, posteriormente, sua emancipação. Foi inicialmente essa localização e a ascensão de Fortaleza em detrimento de

Aquiraz e Aracati como capital do estado, que ajudou a abrir “artérias no coração do Ceará” e a tornar a fazenda de José de Barros ponto obrigatório de passagem dos que vinham do Cariri e do Inhamuns para a Capital da província. Esse fato atraiu comerciantes de diferentes localidades, que logo descobriram perspectivas de um crescente comércio nessa nova zona de convergência regional.

Conforme abordado anteriormente, José de Barros trouxe de Aracati não apenas a família, mas também agregados e escravos, o que significou poder contar com um contingente de trabalhadores superior ao das outras fazendas o que fez com que sua propriedade de desenvolvesse mais que as outras propriedades da região. A capela também contribuiu para nucleação e desenvolvimento de Quixadá, pois até 1870 apenas Quixeramobim possuía santuário provido de sacerdote e com celebração religiosa regular. Em 1870 foi inaugurada a Paróquia de Quixadá que também passou a ser atendida por vigários o que atraiu a população de outros lugarejos que possuíam seus oratórios, mas não eram atendidos por capelães.

Na passagem da Comissão Imperial pelo Ceará foi criada a Comissão de Socorro que se estabeleceu em Quixadá, com a criação de um ponto de atendimento aos flagelados (o curral da fome) e a escolha de Quixadá foi estratégica, por que como explicitamos antes, o novo município era parada obrigatória dos que iam do sul do estado para Fortaleza. A Comissão Imperial, após observar a situação calamitosa dos cearenses, foi unânime em recomendar a construção de barragens que permitissem reter o maior volume de água possível e a escolha de Quixadá para construção de um açude que beneficiasse a região foi outro aspecto que contribuiu para tornar o município um centro de atração.

Assim, como a Estrada de Ferro que permitiu a convergência de passageiros e cargas para todo sertão central. Possibilitou não apenas que Quixadá recebesse pessoas, mas também que os quixadaenses pudessem visitar a Capital, esse intercâmbio foi importante para evolução cultural do município que não estava mais isolado, pois, através da Estrada de Ferro podia integrar-se a outras localidades.

Os investimentos da Igreja Católica também foram visíveis com a instalação do Mosteiro dos Beneditinos, Hospital Maternidade Jesus Maria José, Casa de Repouso das Irmãs da Imaculada Conceição, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Valdemar Câmara, Diocese de Quixadá, Santuário Nossa Senhora Rainha do Sertão, FCRS, dentre outros.

Inicialmente, as atividades econômicas estiveram relacionadas ao comércio que floresceu no entorno da fazenda e a criação de gado, nas várias propriedades da região. E baseado nessas atividades o município prosperou, depois se destacou na produção do algodão. Até o início da década de 1970, o estado do Ceará era o “principal produtor do Nordeste, com uma produção de 379.397 toneladas de algodão, correspondentes a 41,3% do total da região¹³⁰”. O município de Quixadá, como centro polarizador do Sertão Central cearense, se destacava entre os maiores produtores do estado. “Entre os ‘arranha-céus de pedras’ e a coreografia dos monólitos, vamos encontrar como paisagem predominante, no coração do Ceará, os capuchos das alvas plumas ao lado do mugir do gado nos vales e nos campos de Quixadá, até o início dos anos 80” (SOUSA, 1997, p. 80).

O estado do Ceará chegou a ser o segundo maior produtor de algodão para o Brasil, mas seu declínio foi acelerado pelas secas de 1985 a 1988, quadro agravado pela praga do bicudo, no final da década de 1980. A história de Quixadá, assim como de outros municípios do estado esteve relacionada à bovinocultura, desde sua colonização e a cotonicultura como fator de consolidação econômica e de seu status de polo de desenvolvimento de todo Sertão Central.

O declínio da cotonicultura a partir de meados da década de 1980 gera uma crise na economia quixadaense, embora essa crise precise ser relacionada a outros fatores como: decadência da pecuária e da agricultura na região; perda populacional em função da redivisão do espaço sociopolítico-administrativo do município, ou seja, a emancipação de seus distritos (Banabuiú e Ibaretama – 1988, Choró – 1992); o processo de “desruralização” ou urbanização, cuja consequência foi a crise do setor agrícola e a pressão por emprego, saúde, educação, saneamento, moradia, entre outros pela população da cidade. Isso levou Quixadá a perder importância no cenário econômico

[...] em função do desempenho modesto nas atividades produtivas e os sucessivos redimensionamentos do seu território. Estes fatores, ao lado das crises e o redimensionamento econômico do Estado do Ceará, do Brasil e do mercado mundial nos últimos anos da década de 1970, na década de 80 e 90, são os responsáveis pelo esvaziamento econômico do município (SOUSA, 1997, p.86).

¹³⁰ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Perspectivas da Cultura do Algodão no Nordeste. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Divisão de Agricultura. Fortaleza, setembro, 1973.

Quixadá precisava se reinventar, descobrir uma forma de atrair novamente pessoas e capital, carecia de uma atividade que a mantivesse como principal cidade da região. Parece que, pela ação de alguns atores sociais, o município descobriu uma nova forma de se manter como centro de convergência – através da Educação Superior. Novamente, alguns fatores contribuíram para o município atrair os investimentos educacionais: primeiro estar situado em uma região central, para o estado do Ceará, precisar se desenvolver em um contexto no qual a educação vinha sendo defendida como imperativo estratégico do desenvolvimento; ser no final da década de 1970 uma região de agronegócio o que era interessante para os elaboradores das políticas educacionais que viam na inserção de uma instituição de ensino superior numa área de agronegócio a possibilidade de desenvolvimento sustentável¹³¹, conceito basilar nas últimas décadas.

Quixadá tem se mantido como um dos centros mais expressivos do Ceará, atraindo a população das cidades circunvizinhas. As principais atividades econômicas atualmente estão relacionadas à prestação de serviços, ao comércio, avicultura e a ovinocaprinocultura. Uma das maiores fontes de empregabilidade atualmente é a administração pública. Os setores que têm dado condições de sustentação ao município são a avinocultura e o comércio. São, sobretudo, as relações comerciais (formais e informais) que dão sustentáculo ao município. Esse setor precisa, contudo, de massa salarial, que durante alguns anos ficou restrita aos ganhos de funcionários públicos e aposentados. Os investimentos educacionais, todavia, trouxeram para Quixadá uma demanda flutuante composta por professores e alunos, que propiciaram um capital de giro permanente e incrementaram a economia do município.

Reconhecemos, portanto, que o mundo mudou com o processo de globalização e apenas a localização não mais representa garantia de concentração de atividades em uma determinada cidade ou região. Temos como exemplo o processo de desconcentração das indústrias, que *a priori* instalaram-se nas capitais ou em grandes centros comerciais e passaram já na década de 1960 a buscar as cidades interioranas. Essa interiorização, a princípio industrial, exigiu a evolução dos meios técnico-científicos e informacionais. Foram realizadas obras de infraestrutura nas hidrovias, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos; as instalações ligadas à energia elétrica, refinarias e dutos, as bases materiais das telecomunicações, dentre outras.

¹³¹ Ver Declaração de Lucerne em Educação Geográfica para o Desenvolvimento Sustentável (<http://igu-cge.tamu.edu/LucerneDeclaration.pdf>).

A indústria paulista, em franca expansão entre 1945 e 1950, solicitava produtos aos estados nordestinos, contudo a concentração de investimentos na região sudeste intensificava o subdesenvolvimento das demais regiões. Assim, o discurso político-econômico para o Nordeste no fim dos anos 1950 era baseado nessas perdas. Esses importantes centros industriais dentro e fora do país demandavam mais mercados. Nesse contexto surgem inúmeras cidades e outras se desenvolvem, como já foi dito no caso do Ceará, as cidades mais desenvolvidas se situavam no litoral ou em áreas próximas. Somente na segunda metade do século XX o território brasileiro foi considerado completamente apropriado¹³² (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Nesse contexto, depreendemos que as ações de desconcentração ou interiorização tiveram a contribuição das indústrias. Além de ser uma tendência mundial, o processo de interiorização industrial foi beneficiado pelos novos papéis dos estados e dos municípios. A interiorização das indústrias não foi, contudo solitário, nem aconteceu desvinculada de outros processos estruturais, educacionais e culturais, uma vez que, para atrair esses investimentos, as cidades deveriam demonstrar que possuíam uma infraestrutura adequada. O debate sobre interiorização esteve muito associado à ideia de desenvolvimento econômico regional. Assim, as regiões consideradas menos desenvolvidas ansiavam por superar essa condição e a educação formal passa a ser uma variável importante.

No processo de interiorização do ensino superior, Quixadá também concentrou, mais uma vez, condições propícias para sua atração, era na década de 1970 a cidade mais importante do sertão central cearense e embora sua infraestrutura estivesse muito aquém das apresentadas pelas cidades universitárias do sul e sudeste do país, em relação às cidades nordestinas possuía a estrutura básica que caracteriza os municípios cearenses. Destacamos a estrutura educacional de qualidade e diversidade como mostrado no tópico 4.1. e o fato de estar localizada quase no *coração do Estado* o que obviamente também foi uma variável interessante.

A observação do Anexo 14 indica que a microrregião 12, a qual pertence Quixadá situa-se bem no centro do estado, em seu interior. Para sermos mais precisos, esse centro geográfico está localizado na cidade de Quixeramobim (distante 43 km de Quixadá). O IBGE instalou na Praça Antonio Dias Ferreira, em frente ao Paço Municipal, um marco em aço e granito (Foto 20) que referencia o presumido ponto de equidistância geodésica do Estado.

¹³² Ainda que existam descontinuidades, principalmente na região amazônica.

Foto¹³³ 20: Monumento referente ao centro geográfico do Ceará



Desde o final da década de 1970 e início da década de 1980, presencia-se importante movimento de interiorização do ensino superior a partir da criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, estrategicamente encampada pela UECE.

O desejo por uma instituição de ensino superior em Quixadá foi fomentado simultaneamente às ações que visavam criar uma demanda por esse nível de ensino, conforme explicitado no tópico que descreve a criação da FECLESC, escolas foram inauguradas outras ampliadas para que o município tivesse alunos para essa nova faculdade. A deficiência na formação dos professores já havia sido percebida, assim como a possibilidade da educação se tornar o sustentáculo do desenvolvimento no município. Lembramos que, desde a década de 1950, intensificara-se a defesa da universidade para o desenvolvimento.

As criações da FECLESC e da FCRS aconteceram em contextos históricos e sociais diferenciados. Ao analisarmos os dois projetos a partir das práticas espaciais, reconhecemos as particularidades de cada processo: “(...) o homem estabeleceu um conjunto de práticas das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e interações sociais” (CORRÊA, 2003, p.35).

¹³³ Foto retirada do endereço eletrônico: <http://coracaodoceara.zip.net/>

O estudo das práticas espaciais, a partir da inserção de instituições de ensino superior em cidades do interior, nos permite compreender como tem sido realizada a gestão do território. “As práticas espaciais são meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial e sua existência e reprodução” (CORRÊA, 2003, p.35).

Corrêa descreve quatro práticas espaciais: seletividade espacial, antecipação espacial, fragmentação/remembramento espacial e marginalização do espaço. Na experiência de investimentos educacionais públicos e privados em Quixadá, identificamos a predominância de práticas diferenciadas e destacaremos a antecipação e seletividade espacial.

No caso da FECLESC observamos uma antecipação espacial, que “constitui-se em uma prática que pode ser definida como a localização de uma unidade funcional em um dado lugar antes que condições favoráveis de localização tenham sido satisfeitas” (CORRÊA, 2003, p. 38). A criação da faculdade começou a ser fomentada antes que as condições fossem favoráveis, criou-se a oferta de um serviço, antes que houvesse demanda em um limiar satisfatório para sua implantação.

Já a FCRS iniciou suas atividades em 2004, embora as ações da igreja sejam anteriores a sua criação, lembramos a criação da Paróquia em 1870, o Mosteiro dos Beneditinos, a vinda das Irmãs da Imaculada Conceição, a criação da Diocese de Quixadá, o Santuário Nossa Senhora Rainha do Sertão, inaugurado e planejado por dom Adélio Tomasin que, posteriormente, se tornou o primeiro chanceler da FCRS.

Essas ações são indicativas do processo de territorialização da igreja, que tem acontecido através das dioceses, igrejas, santuários e instituições de ensino. Segundo dados do IBGE (2012), a população residente católica (apostólica romana, apostólica brasileira e ortodoxa) é de 67.380 habitantes contra 24.672 habitantes que se declaram evangélicos (de missão ou de origem pentecostal).

Territorialidade religiosa, na abordagem da geografia cultural significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos religiosos no sentido de controlar um dado território. É fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. É uma ação para manter e legitimar a fé (ROSENDAHL, 2005, p. 196).

Na criação da FCRS predominou a seletividade espacial, ou seja, a escolha de um lugar em detrimento de outro.

No processo de organização de seu espaço, o homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um ponto, de uma força de trabalho não qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas (CORRÊA, 2003, p. 36).

A seletividade espacial foi importante para instalação da FCRS, uma vez que a ampliação no número de vagas no ensino fundamental e médio na década de 1970 e 1980 gerou uma demanda pelo ensino superior. Assim, no ano em que a FCRS foi criada toda uma estrutura de imóveis, serviços, telefonia, acesso viário, dentre outros, já estava instalada na cidade.

Os Campi avançados da UFC e o IFCE também se enquadram no movimento de seletividade espacial. Evidencia-se assim que, nas últimas três décadas, Quixadá vivenciou um adensamento de instituições de ensino superior, que nenhuma outra cidade da região experimentou, tornando-se, nas palavras de Rosendahl (1995), um centro de convergência e irradiação da educação.

Para elaboração desse tópico, as formulações de Rosendahl (1996, 1999, 2001, 2003, 2008) sobre Geografia e Religião foram fundamentais. Ao longo da elaboração da tese fomos questionados algumas vezes sobre o que seria a Geografia da Educação ou como preferimos nomear Geografia Educacional. Incautos não conseguiam perceber as relações existentes entre Geografia e Educação, embora nos últimos anos alguns (poucos devo enfatizar) pesquisadores tenham buscado estabelecer essa aproximação, com ênfase quase sempre no ensino da Geografia. Destaco no Ceará o Grupo de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação liderado pelo professor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior da Universidade Estadual do Ceará (UECE), cujas temáticas de pesquisa têm buscado a articulação entre espaço e educação a partir de temáticas como: Políticas educacionais na dinâmica espacial; Diálogos entre educação, geografia e história; A Geo-história nas pesquisas educacionais; Práticas de ensino e livro didático, dentre outras.

A semelhança do que ocorre entre Geografia e Religião, Geografia e Educação também consistem práticas espaciais “uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente” (ROSENDAHL, 1995, p. 44). Embora na citação a autora faça referência à Religião, à educação igualmente é um fenômeno cultural que ocorre espacialmente.

A educação tem feito uso da contribuição de diversas áreas de conhecimento como psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, dentre outras, dedicadas ao estudo do homem. Rosendahl (1995, p. 46) pergunta: “Como se define o estudo geográfico da religião? Em que ele se diferencia daqueles da sociologia e a antropologia, por exemplo, realizam? Como investigar o religioso pela via geográfica?”.

Em resposta a essas perguntas, a pesquisadora indica possibilidades de tratamento geográfico das religiões a partir dos seguintes temas: a) fé, espaço e tempo: difusão e área de abrangência; b) centros de convergência e irradiação; c) região, território e territorialidade e d) espaço e lugar sagrado: vivência, percepção e simbolismo.

Decidimos reproduzir os questionamentos propostos por Rosendahl (1995) adequando-os a nossa temática de pesquisa. Dessa forma, ficariam: Como se define o estudo geográfico da Educação? Como investigar a educação pela via geográfica? Usaremos o mesmo temário proposto pela autora, novamente com as devidas adequações: a) educação, espaço e tempo: difusão e área de abrangência; b) centros de convergência e irradiação: uma análise a partir dos fluxos e fixos; c) espaço e educação: uma cidade universitária no sertão central e as sociabilidades acadêmicas.

4.3.1. Educação, espaço e tempo: difusão e área de abrangência.

As primeiras categorias teóricas a serem exploradas nesse tópico subsidiados por Rosendahl (1995) serão difusão e área de abrangência. Para Azevedo (2010)s ao abordar esses temas é necessário distinguir a ideia difundida de seu agente difusor. A ideia, nesse caso, é a educação, embora não desconsideremos ser essa uma afirmação controversa, haja vista a indefinição epistemológica da Pedagogia, que tem suscitado questionamentos quanto a seu objeto de estudo, apontando como possibilidades a educação e o ensino.

Neste texto, assumiremos a educação como objeto de estudo da Pedagogia e a Pedagogia como ciência da educação, Libâneo (2001, p.06) a define como “um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”. A educação é prática humana, social e espacial, que transforma seus partícipes numa perspectiva física, mental e cultural em contextos individuais e coletivos.

A ideia difundida é a educação transfigurada na experiência acumulada, nos saberes e práticas históricas e espacialmente construídas e pela cultura transformada em patrimônio social. Poderíamos também defender o ensino como ideia difundida se centrássemos a pesquisa apenas na FECLISC, instituição que tem trabalhado exclusivamente com a formação de professores, mas, como evidenciamos, em todas as IES de Quixadá a educação como ideia difundida se mostra mais adequada.

Neste estudo, o agente difusor são as instituições de ensino superior, cuja missão é pluridimensional, mas da qual podemos depreender a criação e difusão cultural, ou difusão da ideia educacional. As Universidades, Centros Universitários ou Faculdades não são ilhas sociais, isoladas espacialmente ou isentas do escrutínio rigoroso das atividades que realizam. Assim, as IES devem ser analisadas a partir das relações que firmam com seu meio social.

A educação vem sendo difundida há muito tempo. A educação brasileira evoluiu em rupturas marcantes e possíveis de serem observadas. A primeira grande ruptura ocorreu com a chegada dos portugueses ao território do “Novo Mundo”. Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características educacionais próprias. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu. Quando os jesuítas chegaram por aqui não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos, que foram divulgando. Este método funcionou absoluto durante de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marcou a história da educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. O modelo proposto foi substituído pelo mais absoluto caos. Tentou-se implantar as *aulas régias*, o *subsídio literário*, mas houve um lapso de muitos anos que perdurou até que a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolve transferir o Reino para o Novo Mundo. Na verdade não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior.

Para preparar terreno para sua estadia no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Segundo alguns autores, o Brasil foi finalmente "descoberto" e a nossa História passou a ter uma complexidade maior. A criação de importantes instituições educacionais nesse período tornou possível a difusão da educação formal por essas instituições que se tornaram assim seu agente difusor (BELLO, 1998).

As Universidades foram conquistando assim prestígio, por constituírem espaço para o exercício da racionalidade e de ideias educacionais laicas. A difusão da educação superior tem sido importante para superação do senso comum e constituição do raciocínio hipotético-dedutivo e o intercâmbio cultural assinalado pela interação entre diferentes pessoas.

Para evidenciar a implantação de um território educacional de nível superior em Quixadá, tentaremos por intermédio da Geografia Histórica propor uma escala difusional¹³⁴, que permitirá situar a criação de cada IES numa perspectiva espaço-temporal:

1. O primeiro marco da difusão educacional situa o **núcleo de difusão** de nossa análise. Neste recorte, teremos o processo de criação da FECLESC (1983). No final da década de 1970, período em que a FECLESC foi gestada, vivenciamos intensa efervescência política e cultural. Nas esferas governamentais defendia-se a ideia de que a educação seria importante instrumento de desenvolvimento e modernização do país. Assim, empreenderam-se esforços para que a situação econômica nas regiões menos desenvolvidas como o nordeste pudesse figurar nos projetos nacionais. As IES passam a ser reconhecidas como instrumentos de inserção de diferentes regiões no projeto de modernidade nacional - PRIMEIRA TEMPORALIDADE.
2. Em 2003, a reforma do ensino superior implementada pelo Ministério da Educação estava direcionada para três objetivos básicos: a) refinar a universidade pública; b) transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior; e c) estabelecer nova regulação entre os sistemas público e privado. Para alcançar as metas estabelecidas para o ensino superior foram criados programas que permitissem democratizar esse nível de ensino e estabelecer essa nova regulação. Para ilustrar citamos o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Assim, em um

¹³⁴ Termo proposto por Terra (2014).

mesmo período (segunda temporalidade) tivemos dois movimentos educacionais: público e privado. Nos estudos acerca da dimensão política do sagrado (ROSENDAHL, 2008), observamos a relação entre *religião, território e territorialidade*. Ao tratar a religião como prática social (ROSENDAHL, 1996), é possível descortinar estratégias e ações adotadas por dada instituição religiosa com vistas à normatização do espaço geográfico. Assim, a partir da década de 1990, com as políticas educacionais inclusivas e o incentivo governamental à iniciativa privada (PROUNI/FIES) a Igreja Católica passou a investir na educação superior e nesse contexto temos em 2003 a criação da FCRS. Lembramos que a Igreja Católica já possuía inúmeros outros investimentos no município, como forma de consolidar seu território. Através do Reuni, o governo federal perfilhou inúmeras medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para as universidades conduzirem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Como consequência temos a inauguração do campus avançado da UFC (2007) e do IFCE (2008) - SEGUNDA TEMPORALIDADE.

Para ilustrar melhor a relação que estabelecemos entre a criação das IES e seu tempo de difusão elaboramos o quadro que segue:

Quadro 09: Territorialidade Educacional em Quixadá: difusão educacional

ESCALA DE DIFUSÃO	QUANTIDADE DE IES	IES CRIADAS	CRIAÇÃO
Primeira temporalidade	1	FECLESC	1983
Segunda temporalidade	5	FCRS UFC IFCE UAB INSTITUTO CISNE ¹³⁵	2003 2007 2008 2009 2012
TOTAL DE IES	6		

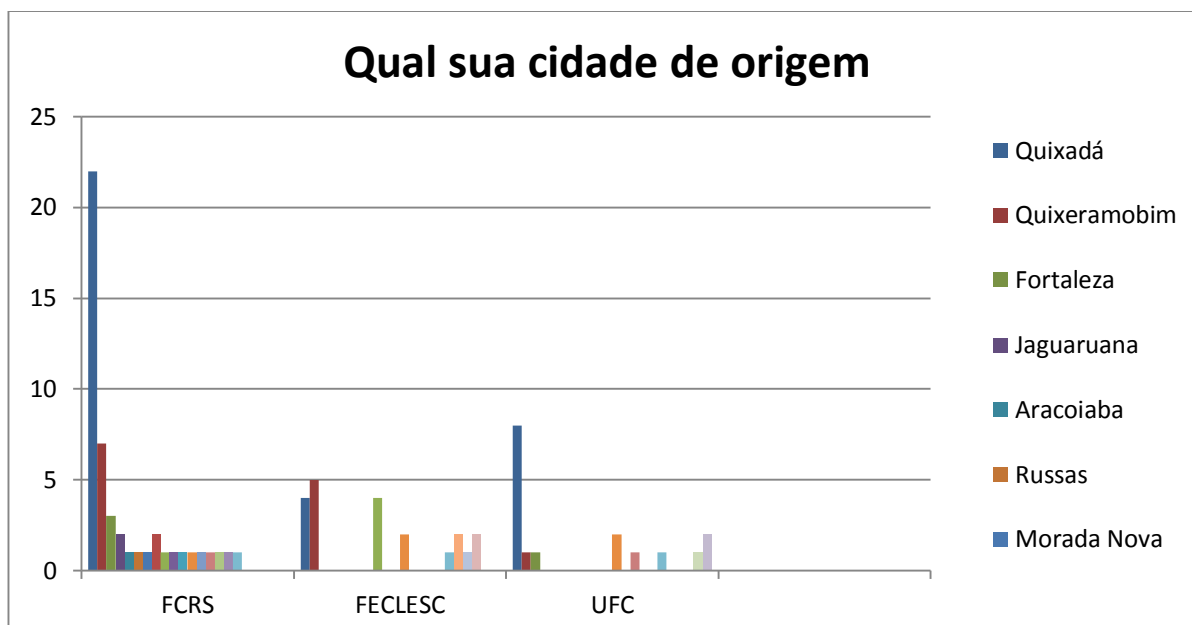
Fonte: Elaboração própria.

¹³⁵ O Instituto Educacional e Tecnológico Cisne foi criado em 2012, está sendo construída a sede que ocupará uma área de 60 mil m², situada na entrada de Quixadá. O Instituto ainda não autorizou nenhum curso, mas já existe grande interesse populacional.

Os territórios poderão, portanto ser regulados por diferentes agentes. Rosendahl (1996) propõe que ao pensar na regulação dessas áreas por um agente religioso, teremos a categoria território religioso. Mas ao pensarmos esse território como educacional teremos a ação de agentes educativos. Para Rosendahl (2005) é possível adicionar ao território religioso sua percepção como reflexo de uma identidade cultural, amalgamada por um sentimento mútuo de pertencimento pelos seus integrantes. Neste território, tanto o exercício da fé quanto a identidade religiosa do devoto encontram-se favorecidas (ROSENDAHL, 2008). No contexto, de nosso estudo também descrevemos identificações culturais, já que a territorialidade educacional trará em sua significação “o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território” (ROSENDAHL, 2008, p.195). Essa territorialidade só será mantida se as experiências educacionais (formais e não-formais) coletivas ou individuais forem fortalecidas. Assim, as instituições educacionais emergem como modeladoras do espaço geográfico.

Já sua área de abrangência não é fácil de ser aferida, pois desde o final da década de 1990 com a LDB (9394/96) intensificou-se o processo de democratização desse nível de ensino. Em relação ao sertão central cearense, contudo, temos alguns dados que podem ajudar nessa ilustração.

Gráfico 10: Cidade de Origem



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 10 indica os municípios dos quais os alunos da FCRS, FECLESC e UFC dizem ser originários, temos listados: Quixadá, Quixeramobim, Fortaleza, Jaguaruana, Aracoiaba, Russas, Morada Nova e Crateús. Podemos acrescentar ainda Banabuiú, Ocara, Milhã, Senador Pompeu, entre outros municípios e distritos que as IES de Quixadá atendem. Um dos motivos para o aumento da demanda é que as quatro principais instituições de ensino superior do município possuem cursos que não se duplicam. A proposta de cada instituição para o município será abordada detalhadamente nas considerações finais. Reconhecemos como afirma Rosendahl (1995) que os temas aqui abordados interpenetram-se e Quixadá como centro de convergência educacional está inserido em um espaço de abrangência educacional.

4.3.2. Centro de Convergência e Irradiação: notas introdutórias

O setor educacional no Brasil, do ponto de vista organizacional, tem sido muitas vezes assistêmico, o que reflete negativamente em seus resultados. A opção por uma organização sistêmica implicou a adoção de alguns princípios básicos como o de regionalização. Ao adotar uma perspectiva regional foi necessário desconsolidá-lo em diferentes níveis. Essa

regionalização não foi fortuita, na verdade justificou-se por inúmeras razões. Dentre as quais destacamos a existência de marcantes diferenças regionais tanto econômicas, como sociais, políticas, culturais e educacionais. A educação está submetida a esses fatores o que evidencia sua sujeição às variações espaço-temporais. Administrativamente, a regionalização é premissa básica para descentralização. Finalmente, a regionalização justifica-se pela necessidade de participação das autoridades locais de modo afetivo e efetivo e de toda comunidade.

A delimitação de regiões educacionais muitas vezes são ignoradas pelos planejadores setoriais, pois frequentemente se acham contemplados nos planos de desenvolvimento econômico e social. Todavia, a educação e seu planejamento requer especificidades, pois constatamos diferenças regionais alarmantes no que diz respeito a quantidade e qualidade da educação. Assim, as atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo de transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Dessa forma, uma região educacional tem seu centro em uma cidade polo regional, cada área é polarizada por uma cidade polo de segunda grandeza, dentro do princípio geral da regionalização de que uma cidade não pode ser subordinada a qualquer outra cidade que seja subordinada a ela ou, em outras palavras, todas as regiões têm um centro proeminente ao qual estão subordinados todos os demais centros. Assim, cada área educacional pode ser constituída por um conjunto de municípios amalgamados segundo os mesmos critérios. A regionalização do sistema educacional, conforme descrita poderia se organizar a partir dos seguintes níveis espaciais: nacionais, estaduais e municipais estes subdivididos em rurais, periurbanos e urbanos.

A “Teoria dos Pólos de Desenvolvimento” formulada por F. Perroux, segundo Costa (2000) foi aplicada no Brasil inicialmente na década de 1950 em alguns casos regionais e urbanos, posteriormente foi incorporada pelo Plano Decenal de Desenvolvimento (1967-1976), que embora não tenha sido implementado foi importante para adoção de uma nova perspectiva para as políticas territoriais do país. “A adoção dessa estratégia implicaria, pelo plano a eleição de ‘regiões-programa’ e nelas, os pólos representados por centros urbanos capazes de, a partir da concentração de investimentos, irradiar o seu dinamismo à região” (p. 63).

Sob essa perspectiva, as cidades polo podem ser cidades do interior distantes das grandes capitais que se destacam dentre os demais núcleos urbanos menores e exercem grande influência em seu entorno. Essas cidades são consideradas capitais ou polos regionais segundo

o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devido ao forte comércio e prestação de serviços. Na análise do município de Quixadá consideramos a cidade um polo regional em função de sua atuação no setor de serviços, destarte a área educacional. Quixadá tem sido catalizadora de diversos investimentos no ensino superior público e privado, podendo ser considerada um centro proeminente nesse setor.

O sistema de educação superior se destaca em Quixadá, se constituindo nos últimos anos em um dos principais atrativos que intensificam as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios da macrorregião do sertão central. Esse aumento no fluxo humano produz a dinamização da economia, que no caso de Quixadá está alicerçada no setor terciário.

A atração exercida por Quixadá, no sertão central, em outras regiões do estado e até mesmo em outras unidades da federação, tem sido decorrente da diversidade de instituições e cursos ofertados, ademais a infraestrutura que a cidade dispõe neste setor tem melhorado muito nos últimos anos. O município conta com três grandes instituições de ensino superior, polos de EAD e uma de ensino tecnológico: Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC / UECE); a Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS); campus da Universidade Federal do Ceará (UFC), Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). A distribuição e localização destas instituições no município podem ser visualizadas no mapa que segue:

Mapa 5: Localização das IES de Quixadá



As diversas IES oferecem grande variedade de cursos nas áreas de formação de professores, saúde, tecnologia da informação, engenharias, dentre outras. O quadro XX evidencia a quantidade de cursos que cada instituição oferta atualmente.

Quadro 10 – As principais Instituições de Ensino Superior com sede em Quixadá e a quantidade de cursos oferecidos

Nº	IES	QUANTIDADE DE CURSOS DE GRADUAÇÃO
1	FECLESC	8 cursos
2	FCRS	17 cursos
3	UFC	3 cursos
4	IFCE	3 cursos
Nº	IES	QUANTIDADE DE CURSOS DE GRADUAÇÃO <i>STRICTU SENSU</i>
1	FECLESC/FAFIDAM	Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que a instituição com a maior quantidade de cursos ofertados é uma faculdade privada que se instalou na cidade, em 2006, denotando a forte expansão do ensino superior a partir de 1990. Tal fato se associa às demandas de consumo da sociedade viabilizadas pela necessidade de qualificação profissional, culminando numa nova dinâmica socioeconômica dessa cidade. Ademais, a oferta e diversificação do ensino superior acarretam o movimento pendular realizado por estudantes universitários advindos de outros municípios do Sertão Central.

Novas formas de consumo, tais como: alimentação, fotocópia, material escolar, lazer, hospedagem e transporte coletivo urbano e para aulas ou estágios influenciam a economia de Quixadá. Dessa forma, esses serviços reforçam sua centralidade regional.

Respeitando as singularidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, deve-se ficar atento não somente ao número ou a presença de instituições públicas ou privadas de ensino superior nas cidades médias, mas, sobretudo, à infraestrutura em termos de cursos e alunos dela decorrentes. No caso de Quixadá soma-se, a isso, o raio de influência das instituições de ensino superior. A Faculdade Católica Rainha do Sertão – FCRS - é a instituição que mais aglutina a população intra e inter-regional, por oferecer o maior número de cursos de graduação e ter o maior contingente de alunos, professores e funcionários, seguida pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) Unidade Acadêmica da UECE, que completou em 2013, 30 anos de funcionamento e é a única a ofertar até o momento, pós-graduação *stricto sensu*; mais recentes são os campus da Universidade Federal do Ceará (UFC) com cursos na área de Tecnologia da Informação e do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE).

Assim, o setor de educação superior tem se tornado bastante diversificado no município, contemplando a demanda intra e inter-regional nas diferentes modalidades oferecidas. Porém, é o ensino superior que mais atrai pessoas e fluxos diários de outros municípios através de deslocamentos pendulares. Dessa forma, cremos que Quixadá pode ser considerada polo universitário ao exercer forte atração sob as diversas cidades circunvizinhas. A grande quantidade de pessoas presentes no município e os diversos fluxos motivados pela oferta de ensino promovem transformações econômicas, sociais, espaciais e culturais inserindo novas dinâmicas no modo de vida urbano e na funcionalidade espacial de Quixadá.

Rosendahl (1995) descreve como o movimento de peregrinação favorece a emergência de um centro de convergência e converte esses espaços em “lugares sagrados”. Para relacionar religião e ambiente por intermédio do estudo da organização espacial Rosendahl (1994) analisou Muquem, no estado de Goiás, e Santa Cruz dos Milagres, no estado do Piauí. A partir dessas pesquisas, a autora lança diversos questionamentos:

Como explicar que uma localidade de duzentos mil habitantes receba numa feira religiosa a presença de sessenta mil pessoas conforme ocorre em Muquem? Que transformações espaciais são advindas dessa romaria? Como continuar a ignorar a força do sagrado criando e recriando espaços a cada tempo sagrado? Muitas outras questões emergem. Qual a gênese de um dado centro de peregrinações? Qual o alcance espacial, isto é, a área de influência, de um centro de peregrinação? Qual a sua estrutura interna nos momentos de máxima peregrinação e nos dias comuns? Quais as relações entre peregrinação e as atividades de mercado? (ROSENDAHL, 1995, p. 54-55).

Vemos que ao analisar os centros de convergência, Rosendahl aborda o movimento de peregrinação, que não se aplica a nosso estudo. O que observamos na inter-relação entre geografia e educação no estudo da interiorização do ensino superior são os movimentos de migração e pendularidade.

O estudo sobre mobilidade tem conquistado relevância na ciência geográfica, através da abordagem dos fluxos humanos sobre o espaço. Analisar a mobilidade praticada por professores e alunos do ensino superior e caracterizar os fluxos e os fixos, podem ajudar a compreender porque Quixadá se tornou um centro de convergência e irradiação da educação.

Desde as sociedades primitivas, a mobilidade tem sido uma característica inerente à vida humana. Por motivos os mais diversos, em todos os períodos históricos pretéritos os homens foram compelidos a deslocar-se sobre o espaço geográfico.

Atualmente, os deslocamentos populacionais ocorrem diariamente e nas mais variadas direções. São orientados por motivos distintos: trabalho, estudo, saúde, consumo, lazer, negócios, desastres naturais, dentre outros. Mensurar o volume, sentido e a direção desses deslocamentos pode indicar não apenas as trajetórias que as pessoas realizam no espaço, mas também as oportunidades e/ou os obstáculos existentes nessas cidades.

As discussões acerca da mobilidade parecem estar subsidiadas por uma forte influência marxista. “Em síntese esta mobilidade do trabalho tem sido interpretada, partindo de duas principais correntes teóricas: a de base neoclássica e a de base marxista, ambas com distintas acepções de trabalho, mercado e espaço geográfico” (PERPÉTUA, 2010, p. 01). As relações de trabalho têm sido consideradas uma das principais causas da mobilidade populacional. Um dos teóricos que primeiro enunciaram essa hipótese foi Gaudemar (1977) em sua obra *Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital*.

A mobilidade do trabalho é compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo do capital explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão (GOMES, 2009, p. 41).

Os movimentos pendulares têm sido considerados uma manifestação particular da mobilidade do trabalho, sendo relacionados a um processo mais amplo de ocupação, estruturação e expansão das cidades, nas quais problemáticas relacionadas à moradia e ao emprego surgem como importantes dimensões de análise para o entendimento do papel e implicações desses deslocamentos diários no processo de configuração e estruturação da área urbana, resultando em dinamismos diferenciados.

Os movimentos pendulares, caracterizados como um tipo de mobilidade intra-urbana e intensos em áreas de maior concentração populacional, tornam-se assim, uma dimensão importante a ser considerada na dinâmica urbana regional, como também para a decisão de migrar (BAENINGER, 2000).

O Observatório das Metrópoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro publicou seu relatório de atividades (CINTRA et al, 2009) intitulado “Movimento pendular na população da Região Sul”. No relatório, a abordagem dos movimentos pendulares contempla inicialmente uma discussão conceitual acerca desses movimentos, seguida de uma breve análise dos movimentos pendulares no Brasil; posteriormente, adentra na análise dos movimentos pendulares na Região Sul, considerando esses movimentos no cenário de metropolização e concentração verificada na região, como parte do processo de urbanização, formação de aglomerados e concentração da riqueza. Cada estado é considerado individualmente na sequência do trabalho, sempre com ênfase nos movimentos das aglomerações urbanas. Interessamo-nos pela discussão conceitual proposta em função de sua amplitude e pela dinâmica de fluxos analisados que demonstra particularidades em determinadas porções do território.

Numa perspectiva demográfica, os deslocamentos pendulares modificam provisoriamente o volume populacional do município e aumentam ou diminuem seu tamanho dependendo das características de cada área. Assim, se o município for mais concentrador ou mais dispersor, os deslocamentos podem gerar maior ou menor demanda por serviços ou bens ou aumentar sua oferta para a população residente (ARANHA, 2005).

Visitamos as quatro principais IES de Quixadá para identificar a quantidade de funcionários técnico-administrativos, professores e alunos. Os dados coletados estão organizados no quadro que segue:

Quadro 11: População acadêmica de Quixadá

IES DE QUIXADÁ	QUANTITATIVO		
	FUNCIONÁRIOS	ALUNOS	PROFESSORES
FECLESC	25	1058	72
FCRS	206	2.161	155
UFC	24	406	28
IFCE	62	604	55

Fonte: Dados relativos ao segundo semestre de 2012¹³⁶.

Na entrevista realizada com os funcionários das instituições visitadas foi relatado que aproximadamente 80% dos professores vêm de outras cidades, predominantemente de Fortaleza. Muitos alunos também são originários de diferentes municípios circunvizinhos a Quixadá.

Ojima, Silva e Pereira (2012) e Silva (2012) realizam uma análise das informações censitárias para o ano 2000, no intuito de captar os fluxos de deslocamentos populacionais para o trabalho e/ou estudo (deslocamentos pendulares), considerando os municípios de residência onde a parcela populacional é mais significativa, sobretudo nos contextos regionais urbanos mais dinâmicos do Brasil. Esse estudo nos pareceu interessante para atentarmos para a importância da *informação censitária do deslocamento pendular* (BRANCO, FIRKOWSKI e MOURA, 2005^a e 2005b), bem como para caracterização sociodemográfica.

A diferenciação entre mobilidade pendular e migração temporária é apresentada por Maximilien Sorre (1984, p.124): migração é a “ideia de movimento, de mudança de lugar e de moradia”. Já na mobilidade pendular não há fixação de moradia. Segundo Antico:

Há certo consenso, atualmente, entre os estudiosos de população, sobre o fato de que os deslocamentos pendulares não devem ser considerados “migração”, pois os dois fenômenos possuem conceitos distintos. A migração envolve a mudança de residência e os movimentos pendulares têm como principal característica os deslocamentos entre diferentes municípios de residência e de trabalho (algumas definições também incluem município de estudo). A Fundação IBGE, por ocasião da divulgação dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000, denominou como “deslocamento”

¹³⁶ Informações detalhadas no Anexo 26.

o fenômeno que envolve as pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência (ANTICO, 2004, p.02).

Os dados do Censo Demográfico de 2001 revelaram que, no Brasil, 7,4 milhões de pessoas trabalhavam ou estudavam em municípios diferentes daqueles onde residiam.

Quantificar e qualificar esses movimentos populacionais explicitam grande parte das tendências de distribuição da atividade econômica e da localização da moradia no território dessa área metropolitana, possibilitando traçar suas relações com o processo de desenvolvimento metropolitano, que reproduz e se expande através de desigualdades sociais (ANTICO, 2004, p.02).

Nas cidades, essa mobilidade pendular parece relacionar-se a aspectos ligados à espacialização de oportunidades de emprego, estudo, qualidade de vida, acesso a bens culturais, entre outros, gerando a frequência de pessoas em locais distintos. Em nosso estudo, focamos a mobilidade do estudo que parece motivar a migração e mobilidade pendular vivenciada pelos alunos no município de Quixadá. Sua caracterização nos ajuda a definir os trajetos dos estudantes para compreender a difusão da ideia educacional.

4.3.2.1. Uma análise dos fluxos e fixos em Quixadá

Destacaremos o processo de organização dos fixos e fluxos em função da oferta de ensino superior na cidade de Quixadá. As instituições de ensino superior desempenham um papel relevante em Quixadá e na região do sertão central. As quatro IES com sede em Quixadá oferecem diversos cursos diferentes entre licenciatura e bacharelado.

A instalação dessas IES em cidades do interior modificam seus arranjos espaciais, por meio da alteração na localização dos fixos. Os fixos podem ser caracterizados como lojas,

instituições públicas ou privadas, firmas, rede de transportes, lojas, enfim, resultam na forma espacial assumida pela cidade.

As observações participantes indicam que a inserção de IES em Quixadá, produziu novos fixos espaciais, ou seja, permitiu a emergência de objetos vinculados, principalmente, ao setor imobiliário e de construção civil tais como: edifícios, residências, estabelecimentos comerciais, culturais, dentre outros.

Os fixos tendem a se constituir em materialidades, todavia, não podemos ignorar que há também uma subjetividade que permite ao fixo ganhar um papel simbólico ou funcional.

Muitas vezes, de acordo com os símbolos que emana, um objeto pode ser um fator de exclusão ou de desagregação visto a restrição de acesso, gerando rupturas espaciais. O espaço físico pode ser uma barreira social, lembrando aí a diferencial entre as classes que fazem uso dos serviços e que constroem suas próprias subjetividades (GUSMÃO, 2012, p.04).

Na pesquisa de Gusmão (2012) temos a análise dos fixos e fluxos a partir das IES em Vitória da Conquista. Esse artigo foi esclarecedor, por esse motivo destacaremos os aspectos investigados pela pesquisadora: relação entre a implantação/ampliação da oferta de ensino superior em Vitória da Conquista e a geração de novos sistemas de objetos; análise da urbanização dos bairros que sediam as IES; os avanços em diferentes ramos comerciais a partir da explicitação dos produtos e serviços mais consumidos; análise dos dados de transporte; crescimento do setor imobiliário e os tipos de moradia escolhida pelos alunos. Esses aspectos também deverão ser apresentados em nossa pesquisa, por esse motivo foi interessante explorar os dados coletados em outro estado nordestino, nesse caso, a Bahia.

A discussão sobre fluxos e fixos também será balizada pelas contribuições de Milton Santos (2004). O autor nomeia os fixos de objetos geográficos e afirma:

Cada objeto é, em si mesmo, um sistema funcionando sistemicamente. Um grande mercado ou *shopping center* seriam incapazes de existir se não fossem serviços por vias rápidas, estacionamento adequados e acessíveis, sistemas de transporte público com horários regulares e conhecidos e, se, no seu próprio interior, as atividades não estivessem subordinadas a uma coordenação. Esse é o caso dos grandes edifícios, dos

armazéns, dos silos, etc. Os portos, a rede rodoviária de um país e, sobretudo, a rede ferroviária são exemplos de objetos complexos e sistêmicos (SANTOS, 2004, p. 219).

Na citação, Santos (2004) deixa evidente que cada fixo espacial faz parte de um sistema mais amplo. Dessa forma, o uso combinado e as atividades consequentes constituem modelos estruturais que se arranjam e se completam de acordo com sua funcionalidade.

A análise dos fluxos migratórios, numa perspectiva econométrica, entre setores e/ou regiões ficou centralizada nos debates sobre o processo de desenvolvimento em regiões atrasadas. Os economistas que estudavam a transição do “subdesenvolvimento” para a industrialização ou “desenvolvimento” sempre colocaram a realocação do fator trabalho como um ponto central desse processo (RAMOS e ARAÚJO, 1999).

Os autores supracitados ressaltam que atualmente, as preocupações teóricas sobre as inter-relações entre o processo de desenvolvimento e a realocação do trabalho perderam a importância que tinham nos anos 1960 e 1970. Porém, ganham em relevância os desdobramentos dos fluxos migratórios sobre a política social (emprego, educação, saúde, habitação, saneamento, dentre outros) e a necessidade de se identificar as variáveis que os determinam. Damos destaque aos fluxos derivados das políticas educacionais para o ensino superior, que têm permitido às cidades interioranas receber um contingente populacional oriundo de diversas cidades e regiões.

Para exemplificar, os fluxos em Quixadá foram aplicados questionários com alunos de diferentes IES localizadas na cidade. A IES participantes e o quantitativo de formulários estão explicitados no quadro que segue:

Quadro 12: Identificação das IES, cursos e quantidade de questionários aplicados em Quixadá.

QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	
FECLESC/UECE	21
FCRS	49

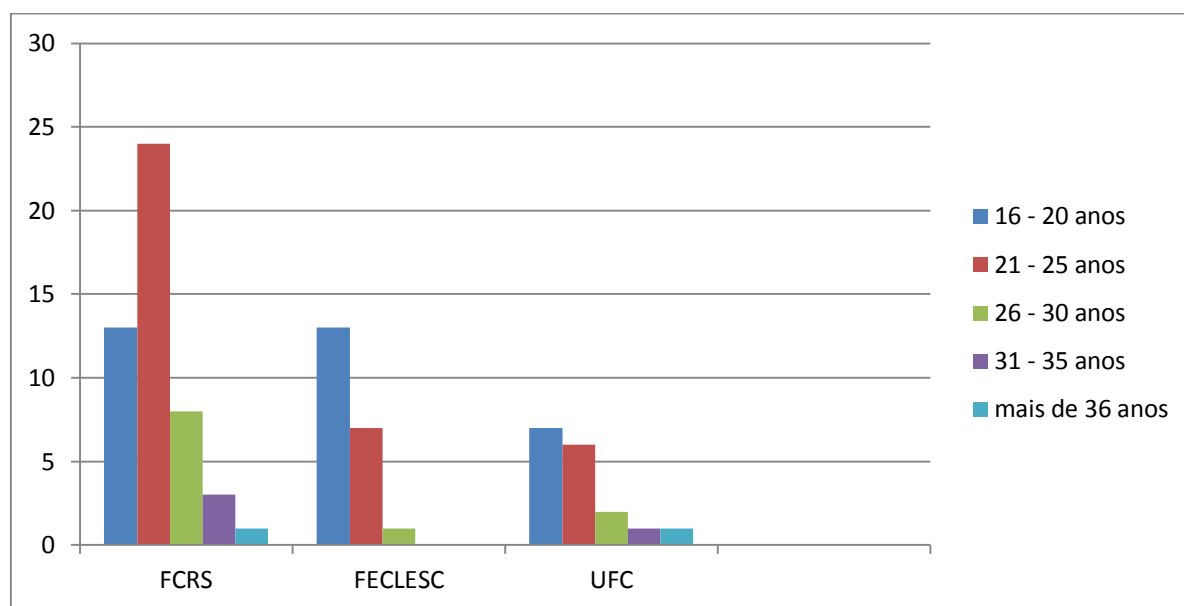
UFC	17
TOTAL GERAL	87
CURSOS NOS QUAIS OS QUESTIONÁRIOS FORAM APLICADOS	
Farmácia (FCRS)	17
Direito (FCRS)	29
Administração (FCRS)	01
Serviço Social (FCRS)	01
Graduação Tecnológica em Gestão de Recursos Humanos (FCRS)	01
Pedagogia (FECLESC)	21
Sistemas de Informação (UFC)	17

Fonte: Elaboração própria.

Das quatro instituições de ensino superior existentes em Quixadá, três foram visitadas para a caracterização da demanda flutuante e dos fixos. Os respondentes estão regularmente matriculados nos diversos cursos ofertados. Nosso objetivo inicial era a aplicação de 100 questionários, conseguimos viabilizar o preenchimento de 87 questionários.

Presumimos uma variação etária entre 16 e acima de 36 anos. Reconhecemos, todavia, um equívoco na idade mínima, pois com a institucionalização da educação infantil e o ensino fundamental de nove anos a idade mínima para conclusão do ensino médio será 17 anos. Esse equívoco, contudo, não comprometerá a análise dos dados porque trabalhamos a idade a partir de intervalos etários. Além disso, esse é apenas um dado de caracterização da população.

Gráfico 11: Grupo Etário



Fonte: Elaboração própria.

A idade dos alunos varia entre 17 e mais de 36 anos. No tocante a incidência, existe variações entre as instituições. Na FCRS e na UFC a maior incidência está no intervalo de 21 a 25 anos e a menor na opção “mais de 36 anos”, Já na FECLESC a maioria dos alunos tem entre “17 – 20 anos” e a minoria entre “26 e 30 anos”. Como já foi explicitado nos anos 1980, quando a FECLESC iniciou suas atividades, os alunos eram mais velhos que hoje, pois havia uma grande demanda represada de professores, que esperavam a oportunidade de formação em nível superior.

Em entrevista concedida em janeiro de 1997¹³⁷ a Secretária de Educação, professora Edi Leal enumerou as maiores dificuldades e desafios na área educativa: *a falta de um diagnóstico da realidade educacional, evasão; reprovação escolar e oferta de matrículas e a grande quantidade de professores leigos, sobretudo na zona rural*. Em meados da década de 1990, Quixadá ainda possuía 56% dos professores da rede municipal leigos, conforme demonstra o quadro que segue.

¹³⁷ Entrevista concedida pela Secretária de Educação do Município de Quixadá (1993-1996) a Manoel Alves de Sousa.

Quadro 13: Formação dos professores do município de Quixadá em 1996

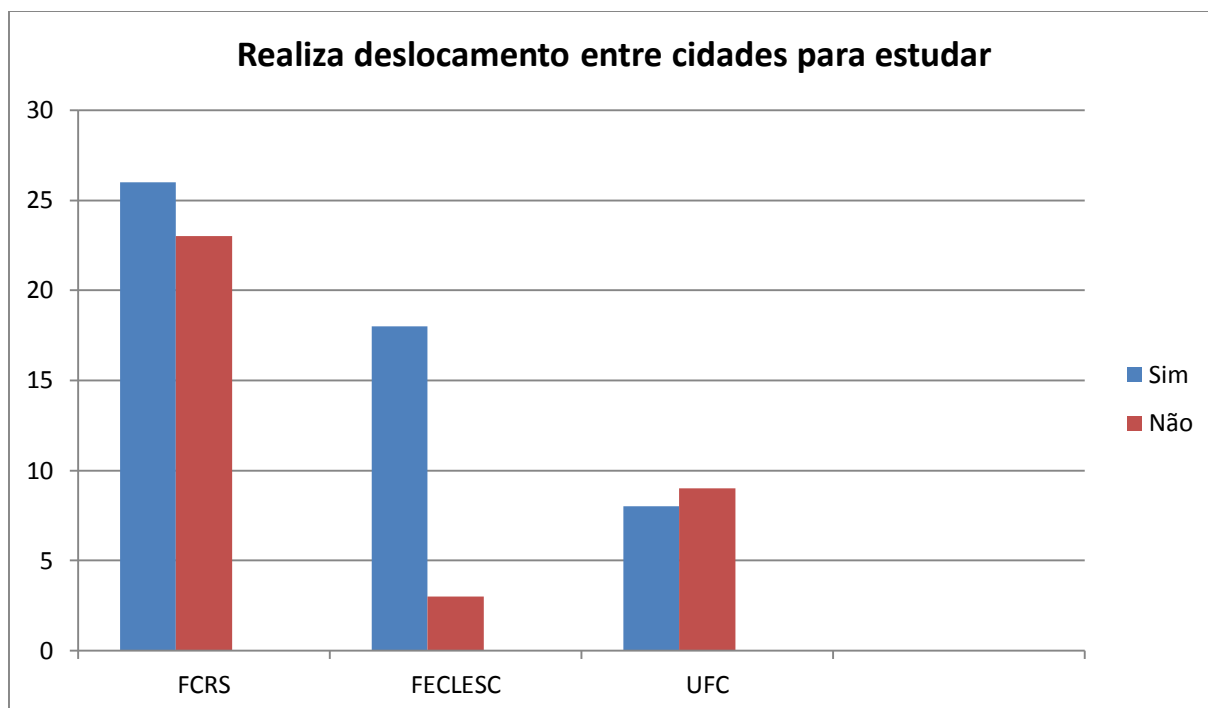
TITULAÇÃO	Nº DE PROFESSORES	PERCENTUAL
Leigos	187	56%
Magistério	132	39%
Nível Superior	17	5%
Pós-Graduação	1	0%
TOTAL	337	100%

Fonte: Sousa (1997, p. 115).

Na tentativa de melhorar a capacitação dos professores foram oferecidos cursos e estabelecidas parcerias inclusive com a FECLESC, mas a melhoria na qualificação dos docentes não foi imediata, dentre as razões para essa precária formação temos a remuneração. “Até 1992, somente os professores de nível superior, 2% do universo do quadro, ganhavam mais de um salário mínimo nacional por 8 horas de trabalho. O restante ganhava abaixo do salário mínimo, em torno de 45% do salário mínimo nacional por 8 horas de trabalho.” (SOUSA, 1997, p. 122). Assim, num primeiro momento, o corpo docente da FECLESC foi composto por uma demanda represada, composta inclusive, mas não exclusivamente, por professores do município. Atualmente, o contingente de alunos do ensino superior no município compõe-se por alunos entre 17 e 25 anos, faixa etária condizente com o grau de ensino discutido.

Em relação ao deslocamento dos alunos, várias perguntas foram formuladas. Primeiramente, buscamos confirmar o deslocamento entre cidades. O gráfico 2 demonstra que o deslocamento entre cidades é praticado, sobretudo por alunos da FCRS e da FECLESC.

Gráfico 12: Deslocamento

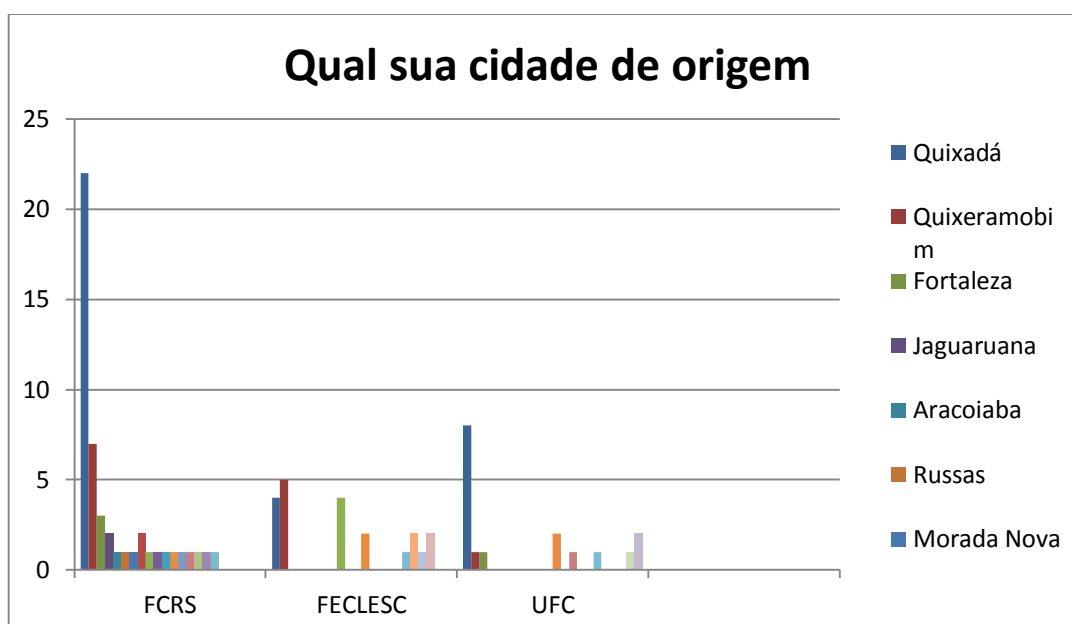


Fonte: Elaboração própria.

Os alunos vêm de diferentes destinos, essa é uma das grandes contribuições das cidades universitárias, que beneficiam não apenas a cidade sede, mas a região na qual estão instaladas. Obviamente existem problemas relacionados a esse deslocamento constante: a qualidade da malha viária, deslocamentos noturnos em baixa condição de visibilidade, veículos velhos e sem a devida manutenção, insuficiência de assentos, falta de segurança, presença de animais na pista, entre outros.

A necessidade de deslocamento é intrínseca ao cotidiano da população e as cidades universitárias têm recebido esse fluxo de forma diferenciada. Cidades com uma boa infraestrutura e que garantem qualidade de vida a seus residentes tendem a receber migrantes, o mesmo ocorre com as cidades universitárias, as que oferecem melhor condições de moradia vivenciam um movimento de migração maior que de pendularidade. Já as cidades com menor infraestrutura ou mais próximas a grandes centros urbanos tendem a experimentar mais movimento de pendularidade, ou seja, deslocamentos diários entre cidades.

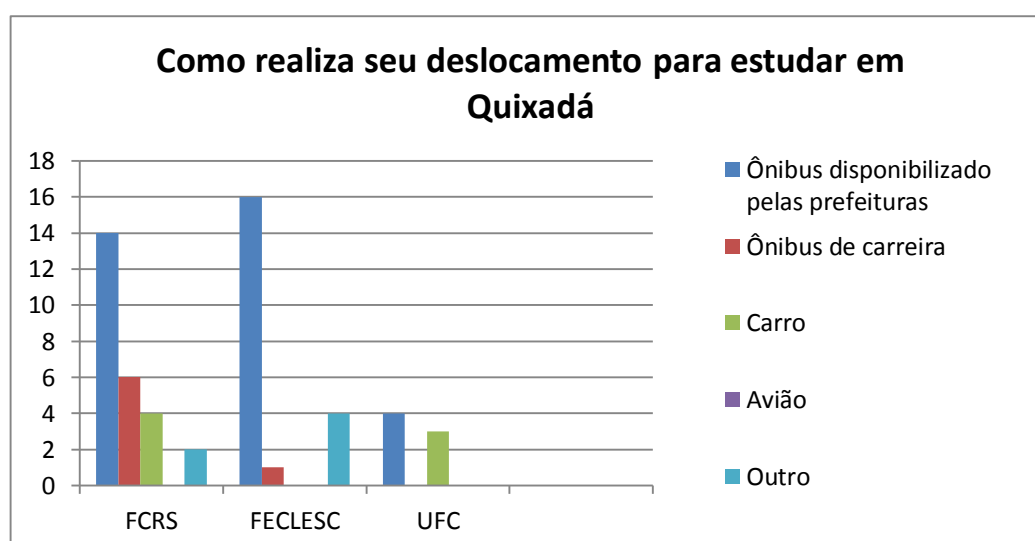
Gráfico 10: Cidade de Origem



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 10 indica os municípios que os alunos da FCRS, FECLESC e UFC dizem ser originários, temos listados: Quixadá, Quixeramobim, Fortaleza, Jaguaruana, Aracoiaba, Russas, Morada Nova e Crateús. Podemos acrescentar ainda Banabuiú, Ocara, Milhã, Senador Pompeu, entre outros municípios e distritos que as IES de Quixadá atendem. Isso porque nos últimos anos, Quixadá tornou-se um centro de convergência educacional e está inserido em um espaço de abrangência educacional.

Gráfico 13: Forma de deslocamento



Fonte: Elaboração própria.

Os alunos foram questionados quanto à forma de deslocamento mais utilizada. A maior parte dos alunos que realiza deslocamento, sobretudo diariamente, faz uso de ônibus disponibilizados pelas prefeituras. Isso gera uma série de inconvenientes: quando o ônibus não vem, o que acontece com frequência, inúmeros alunos faltam; não é possível marcar aulas extras, no sábado, por exemplo, porque o transporte só circula durante a semana; não é possível sugerir horários alternativos, pois os horários de saída e chegada são fixos; antes do horário de encerramento das aulas, os alunos ficam ansiosos ou saem da aula para não correrem o risco de fazer a viagem de retorno em pé.

É interessante notar que o entorno da faculdade fica sempre cheio dos ônibus das prefeituras estacionados. Para alguns alunos, o percurso dura até duas horas de ida e duas horas de volta (como é o caso dos alunos de Milhã).

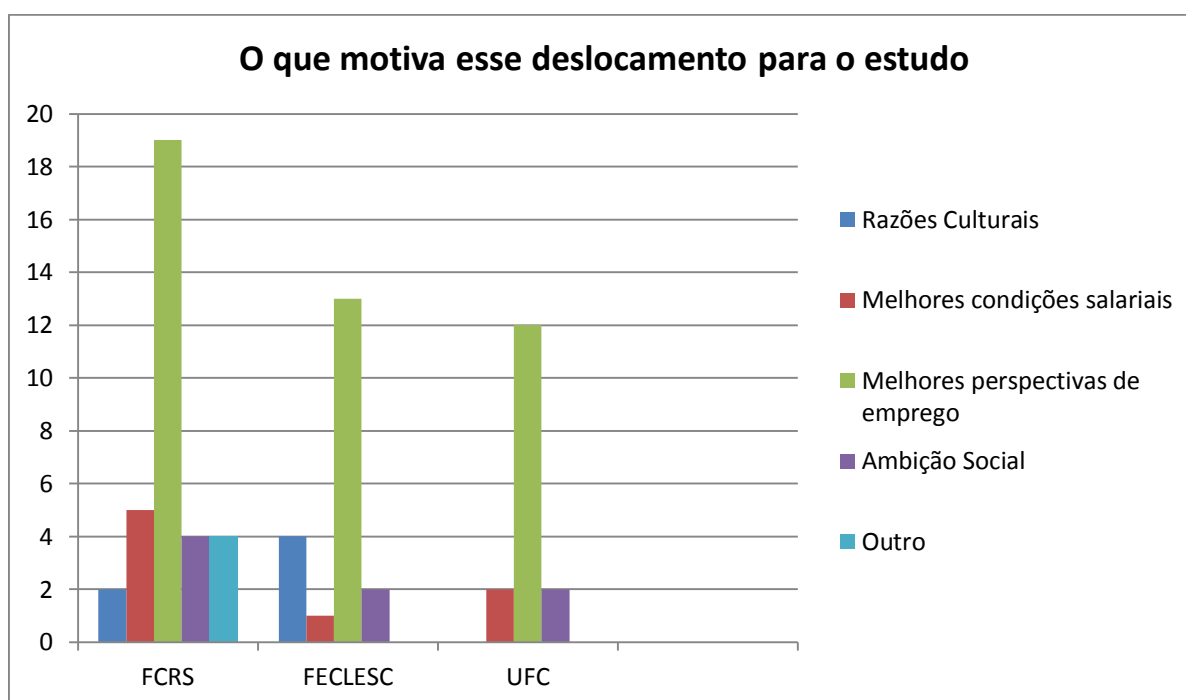
Foto 21: Deslocamento de alunos de Ocara para Quixadá



Fonte: Elaboração própria.

Tentamos identificar o que motiva esse deslocamento e confirmamos a tese de Gaudemar para o qual as relações de trabalho podem ser consideradas, uma das primeiras causas da mobilidade populacional. Nas três instituições abordadas, os alunos afirmam que o movimento é praticado em busca de melhores perspectivas de emprego, embora o deslocamento nesse momento seja motivado pelo estudo.

Gráfico 14: Motivação



Fonte: Elaboração própria.

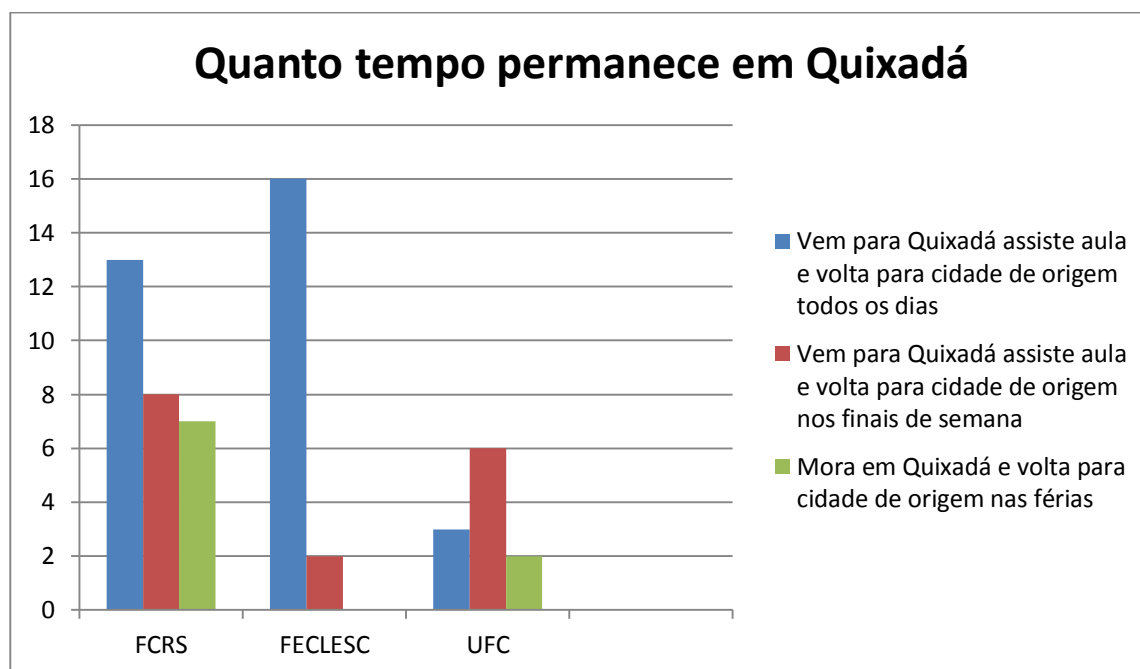
A experiência como docente da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) permitiu-me observar essa mobilidade praticada por professores e alunos advindos de diversos lugares. Cremos que conhecer suas motivações, caracterizá-los, explicitar as peculiaridades do fenômeno foi relevante para a pesquisa.

Na mobilidade pendular praticada em Quixadá vê-se uma particularidade: é comum professores residirem em Fortaleza, possuírem residência na capital, mas também possuírem residência em Quixadá, imóveis na maioria das vezes alugados e transformados em um segundo lar por aqueles que estudam ou trabalham na cidade.

Os alunos também realizam essa pendularidade, pois vêm para Quixadá, assistem às

aulas e voltam para a cidade de origem todos os dias, com exceção dos alunos da UFC que, normalmente, vêm para Quixadá e voltam para casa nos finais de semana.

Gráfico 15: Tempo de permanência em Quixadá

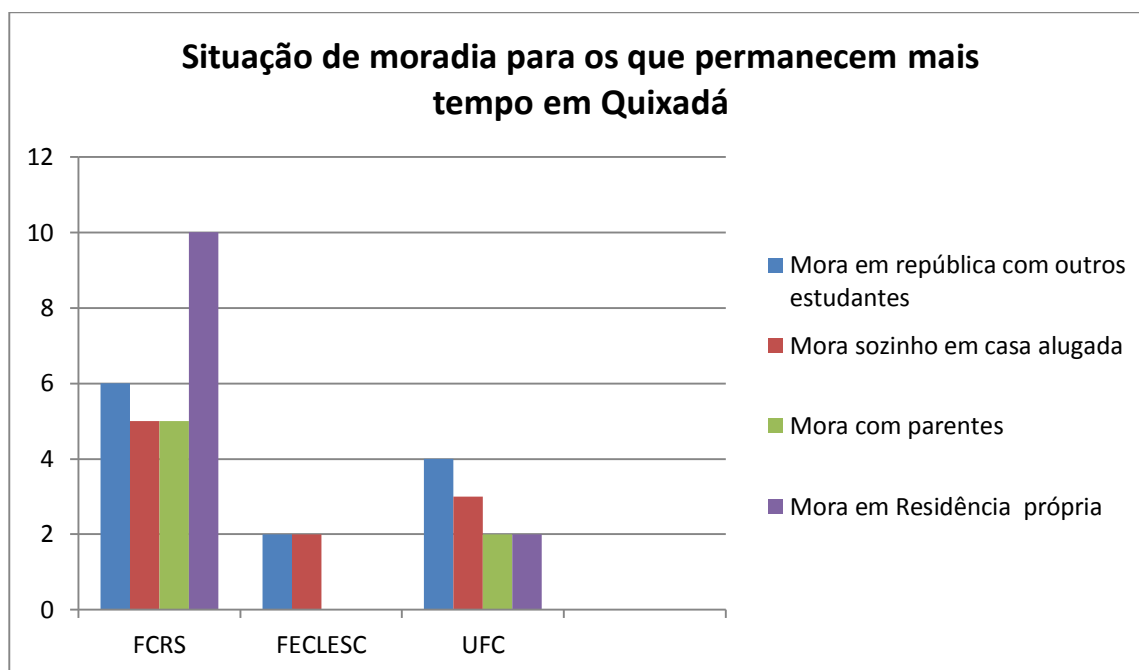


Fonte: Elaboração própria.

No tocante a moradia, há divergências entre as IES. A maioria dos alunos da FCRS mora em residência própria; no caso dos alunos da FECLESC, muitos moram em repúblicas com outros estudantes ou em casa alugada. A FECLESC possui uma residência universitária que abriga 25 estudantes.

É importante lembrar que essa permanência gera uma demanda flutuante que não é prevista no planejamento municipal, mas que faz uso dos serviços e injeta dinheiro na economia local.

Gráfico 16: Situação de moradia

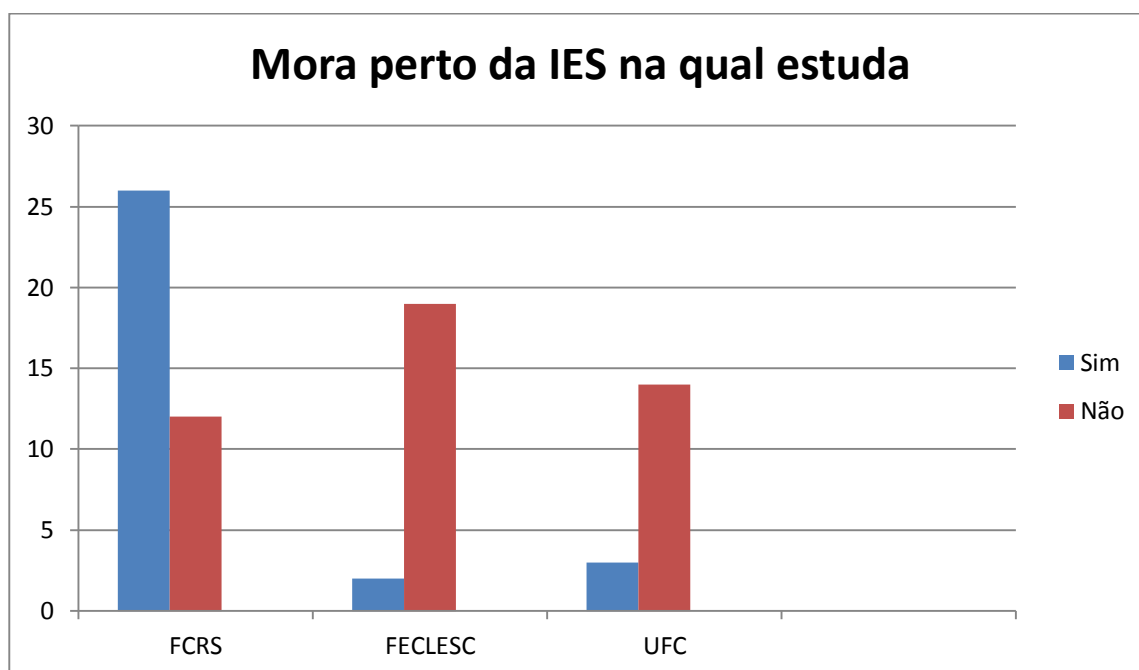


Fonte: Elaboração própria.

Os que moram em Quixadá e têm recursos financeiros, procuram imóveis nas imediações das IES, nesse grupo se inserem os estudantes da FCRS e os professores das faculdades. Isso faz com que áreas não valorizadas como os arredores da FECLESC se tornem alvo de especulação imobiliária.

O gráfico 17 mostra que os alunos da FECLESC e da UFC não moram perto das instituições e as razões diferem. Os alunos da FECLESC, como já foi demonstrado, tendem a ir e voltar aos seus municípios de origem diariamente. No caso da UFC, o campus está situado no caminho para o Cedro em um lugar muito ermo. Se acontecer o mesmo que se observou em relação à FECLESC, é possível que daqui a alguns anos essa situação tenha se modificado.

Gráfico 17: Proximidade da IES



Fonte: Elaboração própria.

Os alunos do ensino superior costumam utilizar alguns serviços oferecidos, como xerox, papelaria, livrarias, supermercados, livrarias, bares e restaurantes. Nos últimos anos muitos bares e restaurantes foram inaugurados. Hoje, existe uma diversidade de restaurantes especializados em massas, comida oriental, carnes, peixe, restaurantes temáticos. Isso indica que há procura por esses serviços. A abertura de novos pontos comerciais cria mercado de trabalho para população e pressupõe a geração de renda.

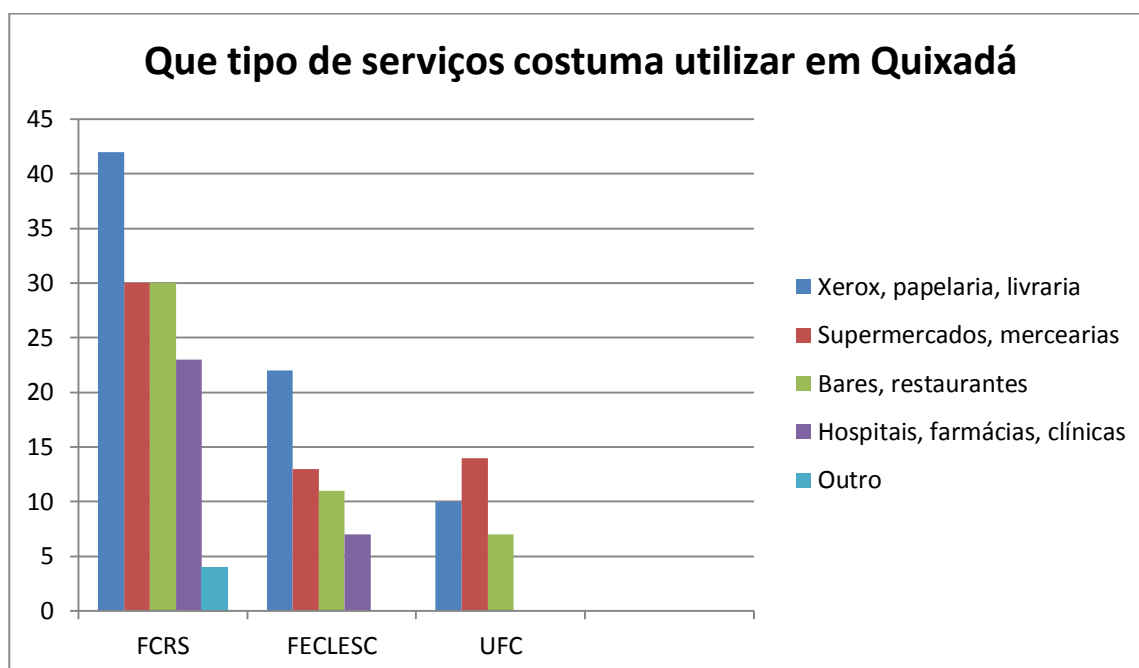
Foto 22: Restaurantes de Quixadá



Fonte: Fotos¹³⁸: Alex Pimentel (CEARÁ, 2012).

¹³⁸ Foto do restaurante Irashai Mase, especializado em culinária oriental e do restaurante Pé de Serra conhecido pela culinária regional e internacional.

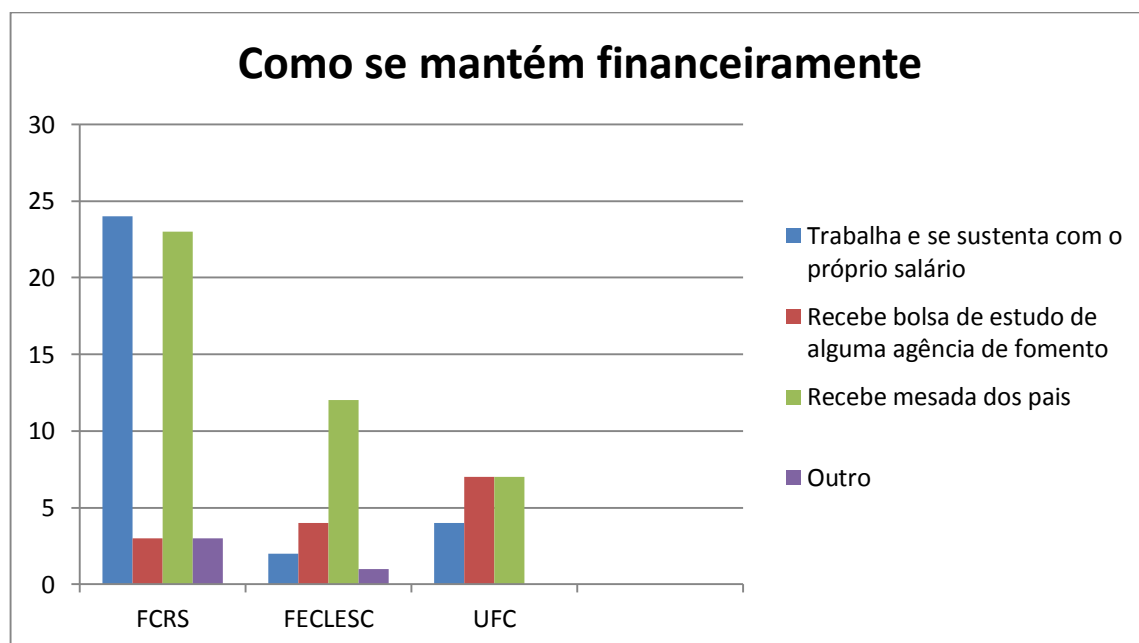
Gráfico 18: Serviços Utilizados



Fonte: Elaboração própria.

Em relação à situação financeira, a maioria dos alunos recebe mesada dos pais ou trabalha e se sustenta com o próprio salário, poucos são os alunos que têm a oportunidade de receber bolsa de estudo de alguma agência de fomento.

Gráfico 19: Situação Financeira



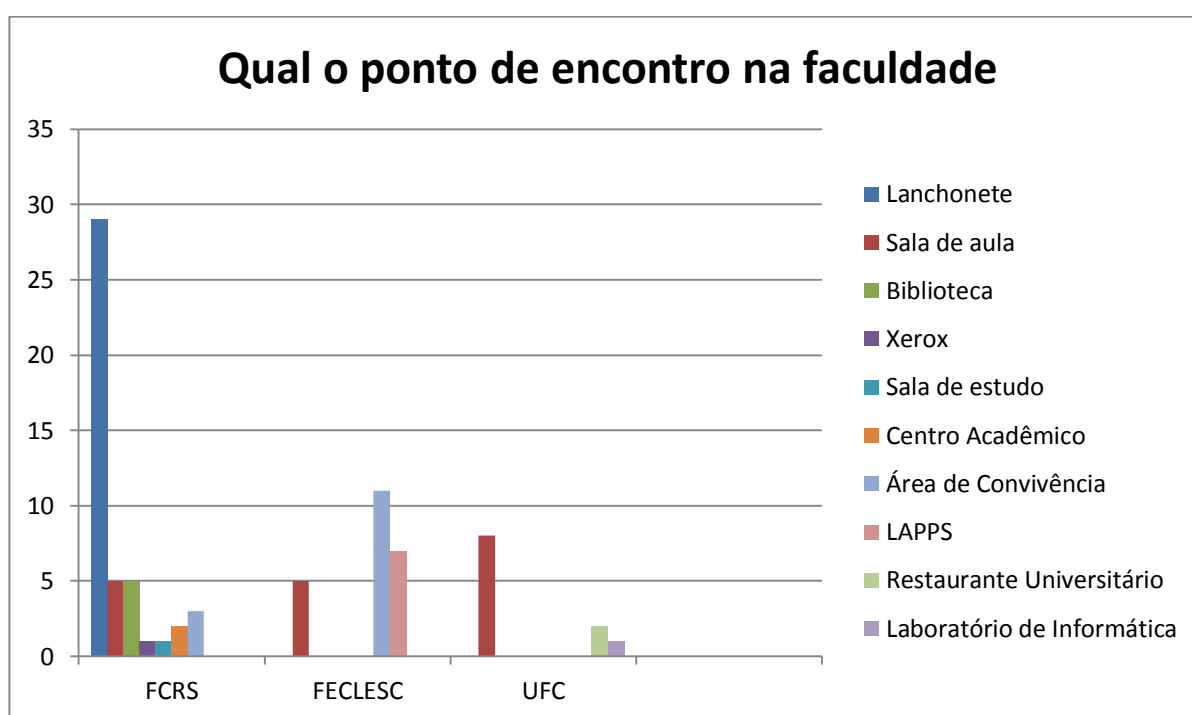
Fonte: Elaboração própria.

O conhecimento dos espaços vivenciados é importante, pois são exemplos de territórios simbólicos, ou seja, o território envolve sempre, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial e afetiva atribuída pelos grupos sociais (HAESBAERT, 2011).

As lanchonetes, áreas de convivência e salas de aula são os espaços mais citados pelos estudantes como “ponto de encontro”. São espaços importantes, pois neles se compartilham experiências, se formam vínculos e se criam identificações.

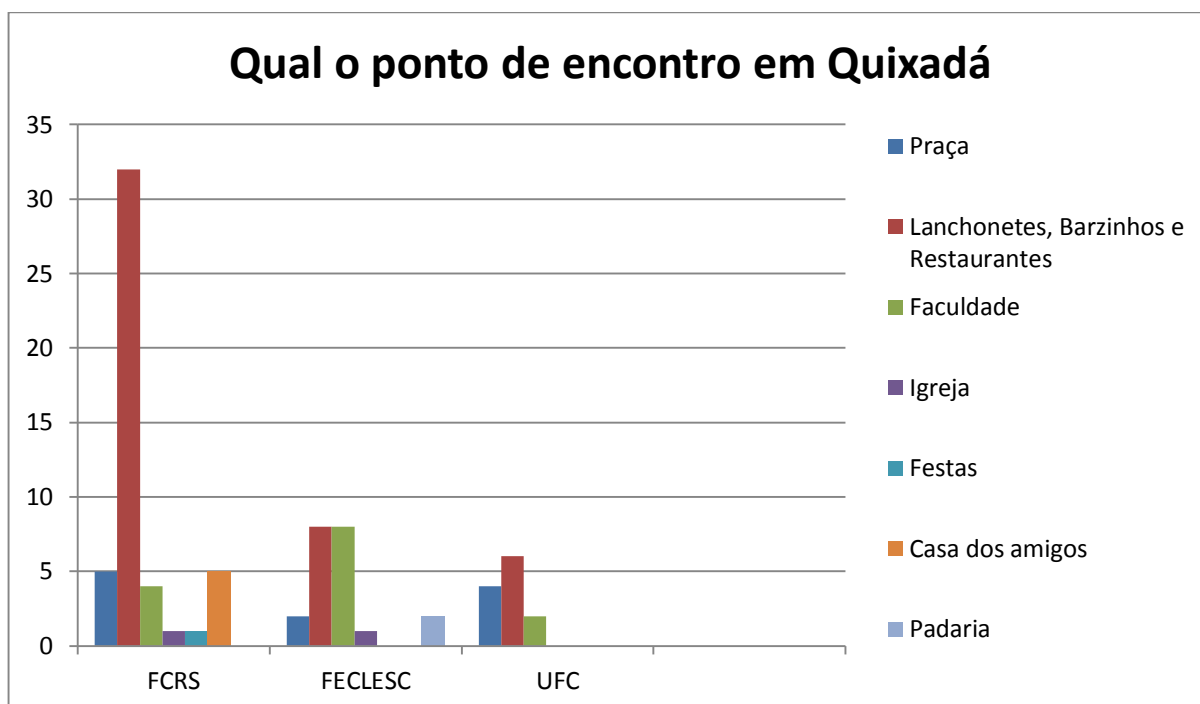
Já em Quixadá os lugares mais frequentados são lanchonetes, barzinhos e restaurantes. Isso faz com que a dinâmica desses polos universitários seja bem particular, a noite, durante a semana, principalmente na quinta-feira, observa-se grande efervescência na cidade, todavia no final de semana a cidade fica esvaziada e muitos locais não funcionam.

Gráfico 20: Espaços vivenciados nas IES



Fonte: Elaboração própria.

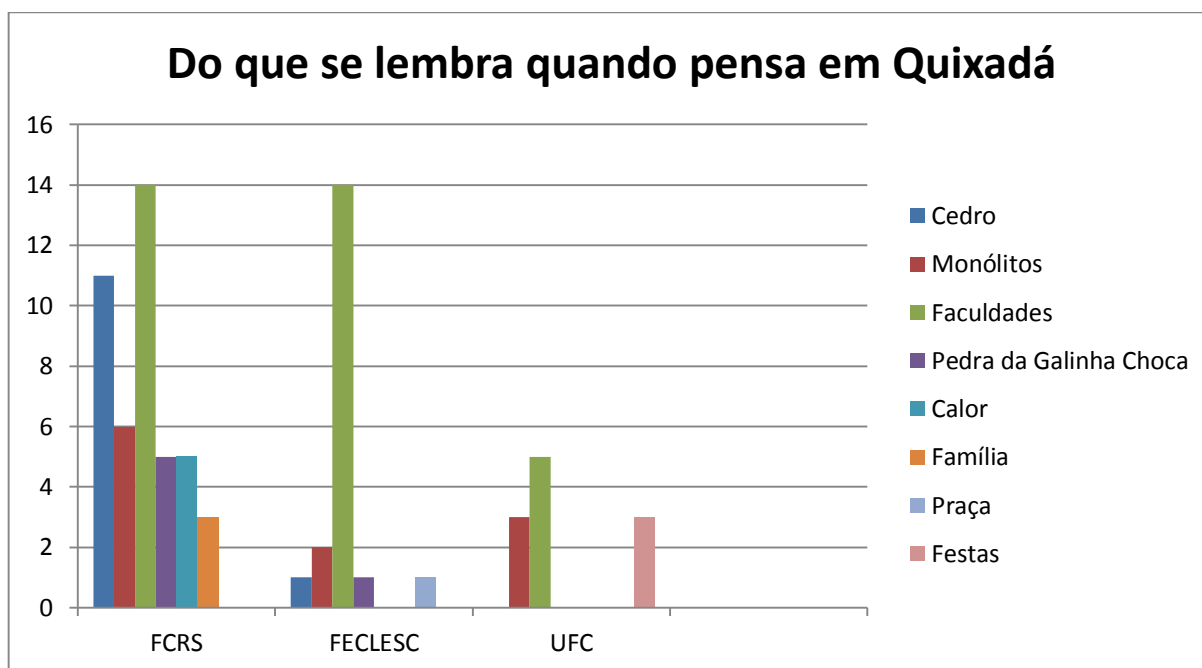
Gráfico 21: Espaços vivenciados em Quixadá



Fonte: Elaboração própria.

Quixadá possui inúmeros símbolos, embora seja nacionalmente conhecida por seus monólitos, já incorporados a arquitetura urbana e pelo açude Cedro. Perguntamos, todavia, que tipo de lembrança a cidade suscita nos estudantes, a grande maioria listou as faculdades. Esse fato não surpreende quando recordamos que Quixadá se tornou um polo regional universitário.

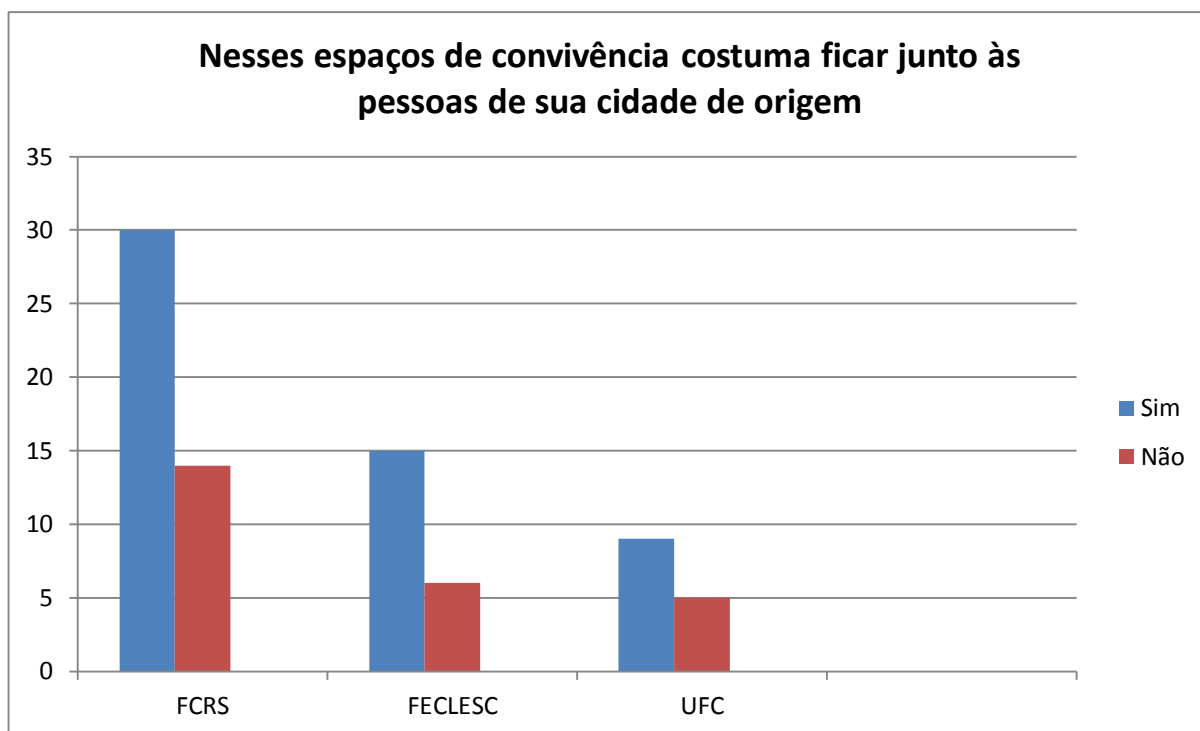
Gráfico 22: Símbolos de Quixadá



Fonte: Elaboração própria.

Ao serem questionados se costumam ficar junto às pessoas de sua cidade de origem, a maioria dos estudantes de todas as instituições afirmam que sim. É interessante notar que os alunos se agrupam em função de suas cidades de origem: temos o grupo de Ocara, o grupo de Milhã, o grupo de Quixeramobim, enfim, embora afirmem que a universidade é uma oportunidade de vivenciar novas amizades, eles não se apartam de seus grupos.

Gráfico 23: Topofilia



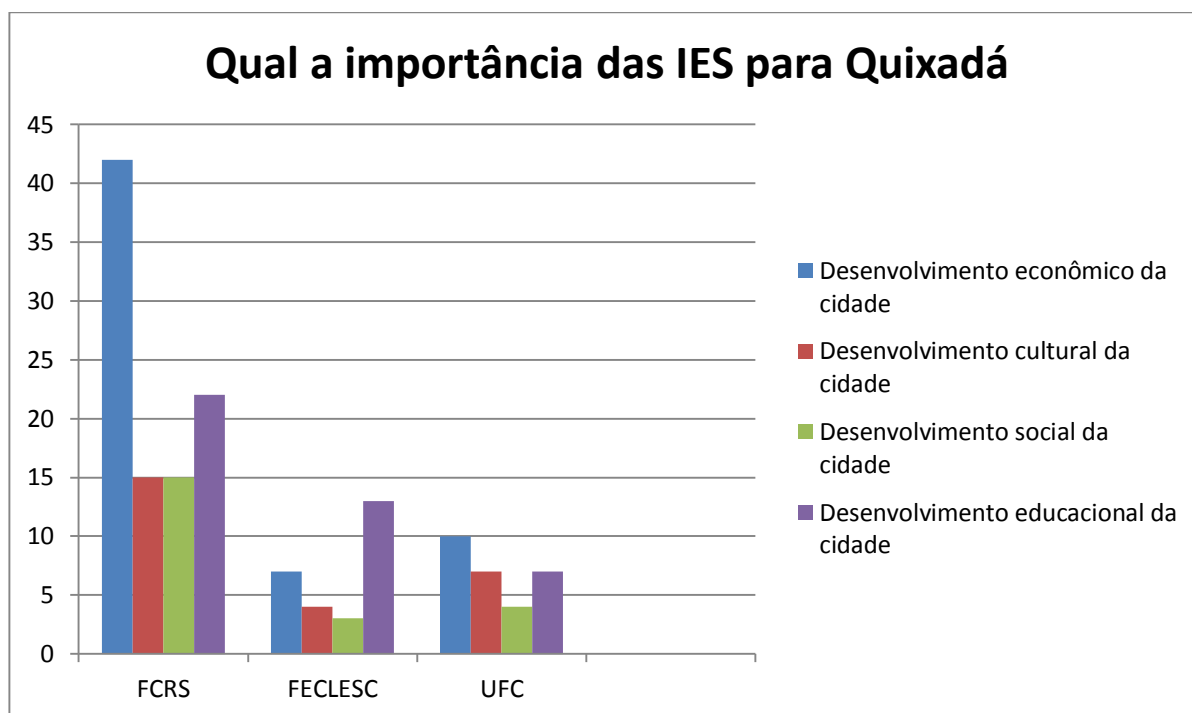
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 24 demonstra qual a importância que os alunos atribuem para as IES no desenvolvimento de Quixadá. Na FCRS e no campus avançado da UFC, os alunos acreditam que suas instituições contribuem para o desenvolvimento econômico da cidade.

No caso da FCRS isso faz sentido, uma vez que se trata de uma instituição privada, na qual os alunos pagam as mensalidades. Eles reconhecem que a instituição trouxe para Quixadá uma demanda flutuante composta por professores e alunos, que utilizam os serviços do município.

Já os alunos da FECLESC defendem que ela contribui para o desenvolvimento educacional da região, o que também é coerente haja vista todos os cursos da instituição serem licenciaturas e formarem professores.

Gráfico 24: As IES e o desenvolvimento de Quixadá



Fonte: Elaboração própria.

Esse fluxo de estudantes também influenciou a mudança de hábitos e costumes do município, a exemplo do que ocorreu na construção do Cedro com a chegada de engenheiros, desenhistas, agrimensores, dentre outros, vindos de diversas partes do país; a criação das Instituições de Ensino Superior em Quixadá também trouxe um fluxo de alunos, funcionários e professores de vários Estados e municípios. Essas pessoas começaram a frequentar bares, restaurantes, supermercados, lojas e nesses espaços passaram a interagir com a população local. Os *forasteiros* traziam novas demandas por serviços como: restaurantes temáticos, *lan houses*, livrarias e faziam usos próprios dos espaços coletivos.

Nas conversas com professores das IES e moradores de Quixadá, registradas no diário de campo, essas mudanças ou esse sopro de modernidade ficam evidenciadas. Um professor da Feclesc relatou que quando chegaram ao município, há trinta anos, quando um professor se aproximava de um bar que estava fechando em função do horário o dono do bar ao reconhecê-los como professores universitários abria o estabelecimento novamente. Eram um grupo diferenciado e de certa forma reverenciado pelo conhecimento demonstrado nas conversas e pelo poder aquisitivo. As conversas de bar mudaram os professores discutiam o contexto

político, não só quixadaense, mas o contexto nacional levantavam problemas e compartilhavam informações desconhecidas.

O local onde a Feclesc foi erguida era um matadouro e alguns moradores lembram que o local não era valorizado, as pessoas não gostavam de ir para “aquele lado”, com a criação da Faculdade tudo mudou muitas pessoas reconheceram a oportunidade de inaugurar estabelecimentos comerciais que atendessem alunos, professores e funcionários; moradores daquela área passaram a alugar quartos para estudantes e professores. O entorno da Feclesc hoje está completamente transformado, as ruas de terra foram pavimentadas, em um dos lados da faculdade funciona um centro comercial com salas de cinema, do outro lado está a Maternidade, ainda nas proximidades temos o CAP’S A e D, Detran, inúmeros edifícios, enfim, o bairro sofreu grandes transformações.

A dinâmica do município também merece ser destacada, na quinta-feira à noite os bares e restaurantes estão sempre cheios. Já na sexta-feira muitos alunos e professores voltam para suas cidades de origem e o que se observa no final de semana é um esvaziamento da cidade. Os melhores estabelecimentos são frequentados, sobretudo, pelo grupo da FCRS, é possível identificar os professores pelas camisas com logomarca da instituição. Em conversa com alunos da Feclesc eles afirmam que também podem identificar os alunos da FCRS, que segundo relatos tem mais “pose”, podem frequentar lugares mais caros e gastar muito mais. Esse grupo de alunos e professores gostam de participar de eventos e festas inclusive as tradicionais festas locais. Essa convivência possibilita trocas e influencia os hábitos e costumes do município que sedia as IES.

São diversas as instituições de ensino superior de Quixadá como já explicitamos no decorrer da tese, essa comunidade é composta por aproximadamente 5.000 pessoas entre funcionários, alunos e professores e pode ser maior quando evidenciamos que nos eventos acadêmicos é comum a vinda de convidados para palestras e conferências e a participação de alunos de outras IES ou Unidades Acadêmicas. Observamos que muitos familiares dos professores e alunos também frequentam Quixadá em determinados períodos. Esse adensamento de IES com sua comunidade acadêmica tem feito com que o município seja conhecido como uma cidade universitária, todavia, foi necessário questionar o que caracteriza uma cidade universitária? E quais as particularidades nas trocas sociais desse grupo.

4.3.3. Espaço e educação: uma cidade universitária no sertão central e as sociabilidades acadêmicas

Designamos até então Quixadá como um polo universitário, embora muitos estudantes e professores a nomeiem como cidade universitária. O termo cidade universitária tem sido usado inadvertidamente em relação a cidades que possuem instituições de ensino superior sejam essas instituições Universidades, Centros Universitários, Faculdades ou Centros Tecnológicos com cursos presenciais ou a distância.

A expressão cidade universitária, todavia, não é assim conceituada pelos teóricos, especialmente pelos arquitetos. Cidade Universitária é uma expressão que tem designado na literatura especializado os *campus* universitários que se caracterizam como grandes complexos arquitetônicos e urbanísticos, sendo considerada a melhor forma de estruturação de uma Instituição de Ensino Superior, pois devido ao espaço físico que ocupa e toda estrutura necessária - blocos acadêmicos, salas de aula, laboratórios, campos experimentais, complexo desportivo, estacionamentos, espaço para circulação de diferentes veículos de transporte e congêneres, acaba simulando a organização de uma pequena cidade.

Por esse motivo, o termo cidade universitária tem sido empregado para as instalações, normalmente dentro de uma Universidade, de seu complexo acadêmico. Silva (1950) em sua obra *Cidades Universitárias* explicita a influência do modelo americano, que propunha reunir construções universitárias de modo a que elas formassem um todo à parte das cidades, com vida isolada e própria.

No modelo americano predomina a questão do zoneamento que é apresentado como uma tendência do urbanismo moderno e, no caso universitário, como uma herança histórica. Defendia-se nesse modelo que era preciso se afastar dos núcleos urbanos e criar novos centros que reunissem todas as funções: institutos, locais de reunião, residências de professores e alunos, terrenos de esportes e jogos, rodeados de jardins e parques. Esta postura gera uma reflexão a respeito de um tema recorrente sobre a implantação das cidades universitárias: o difícil equilíbrio das distâncias entre sua localização e os núcleos urbanos.

As universidades nascem urbanas, ou seja, nascem dentro das cidades ainda nos séculos XII e XIII (CHARLE; VERGER, 1995). Neste período ainda possuíam como característica a concentração e a centralidade. Esta característica permanece na Europa até o século XIX quando começa a emigrar para as margens das cidades

(MATOS, 1999, 419). Nos Estados Unidos, em contraposição, as escolas, desde seu início ainda no período colonial, já começavam a se diferenciar por um afastamento dos centros urbanos, procurando se distanciar das “desordens” da cidade e aproximar-se da suposta “pureza” da natureza. (TURNER, 1984, p.18). Posteriormente, várias Universidades acompanharam este esquema espacial por outros motivos (ALBERTO, 2012, p. 10).

As universidades nascem nas cidades medievais da Europa que surgiram no chamado renascimento urbano iniciado em meados do século XI – a de Bolonha em 1088, a de Paris em 1150 e a de Oxford em 1167 (primeira cidade universitária). No interior das cidades a universidade delimitou seu território particular, transformou o uso de edifícios pré-existentes, construiu edifícios especializados, conferiu identidade às zonas ou bairros da cidade. Já o campus como modelo de implantação de instituições de educação superior nasceu no final do século XVIII com a fundação das primeiras universidades americanas e, após a Segunda Guerra, difundiu-se em outros países, inclusive da América Latina. Não obstante projetos para cidades universitárias já viessem sendo realizados no Brasil desde os anos 1930, neste país o modelo americano do campus foi introduzido nas décadas de 1950 e 1960, período no qual as tendências da modernização brasileira assimilavam os paradigmas ditados pelos Estados Unidos, tanto em matéria de educação, como de organização dos espaços para a sua prática (ANDRADE e PAVESI, 2012).

Alberto (2003, 2012) complementa que, na Europa, ainda no século XX, quando a proposta americana começa a se disseminar com mais intensidade, optou-se por terrenos que congregassem todas as funções da universidade, de forma setorizada, mas não afastadas efetivamente da cidade. Um outro exemplo que pode ilustrar esta questão, é o de Portugal, nos debates para a instalação de sua universidade ainda no século XIV, a escolha de sua localização transita entre Lisboa e Coimbra, apontando já para uma dicotomia que veio a se consolidar no século XX:

(...) a visão de Coimbra como um aglomerado urbano pequeno, retirado e bucólico e a relação de oposição que estabelece com Lisboa, cidade grande, cosmopolita e conflituosa. Coimbra surge assim como um dos extremos de uma polaridade e Lisboa como o outro extremo. Naqueles movimentos pendulares entre a grande urbe por um lado e o idílio da pequena cidade ou do campo por outro, está já presente sob forma de uma opção ou disputa territorial entre cidades o padrão cidade-campo que terá no século XX expressão mais localizada. Será em função do corpo da cidade que a universidade discutirá a sua implantação – urbana ou idílica. (MATOS, 1999, p.342).

A defesa da implantação das Universidades nos núcleos urbanos, ou seja, próximas às áreas centrais ou às áreas de grande ocupação se contrapunha a ideia da implantação das universidades setorializadas, ou isoladas das cidades. Uma alternativa é citada por Alberto (2012) que menciona a Cidade Internacional Universitária de Paris (CIUP), que agora no século XX, demonstrou outra possibilidade de solução para este conflito. As universidades permaneceram na área central da cidade, mas criou-se uma “cidade universitária” inovadora que apenas teria como função abrigar os edifícios para estudantes e os complementos de esportes e lazer, sem nenhum edifício com fim pedagógico.

Vemos que no Brasil até a década de 1950 fazia-se uso indiscriminado dos termos cidade universitária e campus universitário. A partir de 1960, contudo, o termo campus universitário passa a prevalecer ao que parece a partir dos acordos¹³⁹ MEC-USAID¹⁴⁰ que trabalham oficialmente com este termo.

(...) campus representa, hoje, a integração espacial que é uma condição altamente conveniente para realizar-se a integração estrutural e funcional da universidade, concebida como totalidade organicamente articulada, em vez de simples coleção de equipamentos auto-suficientes. Assim, os princípios de integração e organicidade da atual reforma, só podem objetivar-se plenamente no campus ou seu equivalente, entre nós, a cidade universitária. (CABRAL, 2004, p.194)

Reconhecemos, entretanto, que nos últimos anos a expressão cidade universitária vem sendo empregada em dois sentidos: como aludido na citação de Cabral (2004), ou seja, enquanto sinônimo de campus universitário (USP; UFMG, dentre outras) e para designar cidades que apresentam significativo adensamento de instituições de ensino superior e atendem além da população local, pessoas advindas de outros locais.

A Universidade de São Paulo (USP) é chamada de cidade universitária, não apenas por possuir um dos complexos acadêmicos mais importantes do país, mas por ter sido importante para o desenvolvimento da própria cidade.

Nesse despertar do vilarejo, foi se criando então, de São Paulo uma imagem de pequeno burgo [...] Delineava-se um novo ambiente, no qual conviviam as mentalidades dos estudantes com a dos tradicionais habitantes da terra [...]. A presença da academia de Direito, frequentemente referida como “Universidade” insinuava a pretensão de conferir a São Paulo ares de uma Heidelberg, cidade universitária por excelência (MARTINS, 2005, p. 18).

¹³⁹ Entre os anos 1960-1970, Atcon, técnico da equipe de consultores da USAID, propunha, em seu Manual de planejamento integral de campi, um modelo único de ordenamento espacial, que serviu como referência na implantação de inúmeras universidades (ANDRADE e PAVESI, 2012, p.190).

¹⁴⁰ United States Agency for International Development.

A criação da USP em 1954 redimensiona o papel da Faculdade de Direito, mas a instituição continua a ter importante papel na vida cultural paulistana. Martins (2005) afirma que a Faculdade tornou-se referência em educação e sociabilidade para “rude e tosca” capital da província, onde acadêmicos de origem geográfica diversificada conferiram novas práticas culturais a cidade. Nesse exemplo não é a cidade de São Paulo que ficou conhecida como cidade universitária, mas sim a USP, isto é seu *campus* universitário.

Identificamos cidades que se tornaram referência para o ensino superior e são ainda hoje conhecidas como cidades universitárias, podemos citar: Coimbra (Portugal), Salamanca (Espanha), Oxford e Cambridge (Inglaterra), Heidelberg e Freiburg (Alemanha), Montpellier (França), Módena (Itália), dentre outras. Estas cidades têm, além de um rico patrimônio histórico, uma vida cultural muito agitada, já que reúnem milhares de estudantes, muitos deles vindos de outros países, o que torna estas cidades mais cosmopolitas que muitas metrópoles.

No Brasil podemos citar algumas cidades que ficaram conhecidas por seu sistema de ensino superior, dentre as muitas possibilidades destacamos: São Carlos (SP), Bauru (SP), Ouro Preto (MG), Viçosa (MG), Santa Maria (RS), Cascavel (PR), Sobral, Crato e Quixadá (CE).

Assim, acreditamos que, a depender da conceituação adotada, Quixadá pode ser concebida como uma cidade universitária pela quantidade de investimentos no ensino superior que tem capitaneado nas últimas décadas, por suas instituições atenderem a demanda local além de pessoas vindas de outras regiões e pelas especificidades da sociabilidade que tem sido praticada pela comunidade acadêmica. Nesse contexto, Quixadá exerce uma polarização regional através do sistema de ensino superior que sedia.

Além da diversidade de instituições e do atendimento às cidades circunvizinhas, outro aspecto que caracteriza as cidades universitárias é a sociabilidade da comunidade acadêmica. Para Certeau “não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” (1995, p.141). Os estudantes e professores universitários atribuem diferentes sentidos aos espaços urbanos, além de, como afirma Certeau, praticarem e elaborarem lugares de sociabilidade. Isso significa que existem especificidades nos “usos da cidade” por essa comunidade.

Os estudos sobre cultura urbana têm ignorado o uso que a cultura universitária faz das cidades ou de seus espaços. Frias (2003, p. 81) evidencia que:

[...] esta configuração complexa de práticas rituais, formais e festivas, acompanhada de uma constelação de imagens, de objetos e de mitos, confere ostensivamente à Universidade os sinais de uma singularidade reivindicada e de uma exemplaridade muito pouco estudada.

A esse respeito Malta (2011) fez um estudo comparativo interessante sobre as práticas socioculturais juvenis nas cidades de Ouro Preto (Cidade das Repúblicas) e Coimbra (Cidade dos Estudantes). A partir dos resultados afirma que a vida universitária registra recursos de ampla publicização das identidades urbanas. São manifestações de diversas ordens que articulam universidades e cidades: os movimentos estudantis politizados; as práticas sociais e culturais com o teatro, a arte, a música, o esporte, as intervenções urbanas; os estilos de vida, hábitos, festas e espaços de consumo. São diversos os modos de vida estudantis e as maneiras como constituem lugares de sociabilidade pública.

A instalação das IES em cidades como Quixadá produz fissuras entre as identificações da Universidade conduzida frequentemente por princípios progressistas, tecnológicos e por valores ideológicos modernos e a identidade da cidade que a sedia inspirada por valores tradicionais das elites políticas e religiosas. Essas fissuras, todavia, produzem novas formas de identificação que induzem a busca por espaços de sociabilidade. É possível observar a inserção da cultura universitária no cotidiano das cidades e os eventos da urbe, sendo frequentados pelos estudantes das instituições de ensino superior.

Destaquemos que os usos que os jovens universitários fazem dos espaços constituem um domínio de afirmação das identidades em âmbito simbólico e prático. A descrição da cidade contemporânea não concerne necessariamente as suas edificações, mas a incursão das pessoas nos espaços urbanos através de suas práticas e modos de vida espacializantes. Deste modo, a sociabilidade juvenil se traduz em diferentes formas de consumo e apropriações dos lugares constituídos de usos próprios, o que conforma um conjunto centrado por processos identitários coletivos como a *praxe acadêmica*, e descentrados, quando enunciam forte hibridez cultural e fragmentação espacial no contexto relacional das cidades (MALTA, 2011, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PORTFÓLIO

Finalmente, apresentamos algumas considerações finais que preferimos assim nomear, por desacreditarmos que um tema tão complexo nos permita chegar a uma conclusão. Adotamos como subtítulo o portfólio, pois após essa longa viagem na qual *planejamos* nossas ações, definimos o *itinerário*, iniciamos a *viagem*, até chegarmos ao *destino*, faltava apenas organizar os momentos ou achados mais relevantes em uma coleção ou, como preferimos chamar, em um *portfólio*. Esperamos nessas últimas postulações resgatar os objetivos, as problemáticas, as hipóteses ou pressupostos e verificar se conseguimos realizar o que nos dispusemos a fazer, além de apresentar as perspectivas para o ensino superior em Quixadá.

Este trabalho enfatizou alguns aspectos relevantes para discussão acerca da interiorização do ensino superior numa perspectiva geográfica: a possibilidade de aproximação entre educação e geografia; as políticas para educação superior e a influência internacional; a interiorização do ensino superior e Quixadá como centro de convergência e irradiação da educação superior.

Inicialmente, explicitamos através da revisão da literatura e análise documental, as políticas educacionais para o ensino superior e a influência internacional. Esse debate centralizado no primeiro capítulo permitiu-nos responder a uma de nossas questões de pesquisa: Qual a influência das políticas educacionais na dinâmica espacial? Além de alcançar alguns dos objetivos específicos listados: (1) Descrever as reformas da educação superior e a influência internacional; (2) Analisar as políticas públicas e privadas para o ensino superior a partir da LDB 9394/96; (3) Explicitar a relação estabelecida entre universidade e desenvolvimento através do enfoque regional dos planos globais de desenvolvimento e do discurso das universidades manifestos nas formulações de seus docentes e gestores.

Para tanto, enfatizamos as diversas reformas propostas para esse nível de ensino, com ênfase na reforma de 1968, cujos ecos ressoam até hoje; a análise da influência internacional centrou-se nos processos vivenciados por países da América Latina já que estas universidades encontraram sua própria lógica de expansão observada, sobretudo a partir da década de 1990, no contexto de novos debates em torno de conceitos como qualidade, transparência no financiamento, prestação de contas, flexibilidade curricular, uso de novas tecnologias de informação e comunicação e produção e transferência de novos conhecimentos, tudo isso dentro

de específicos ordenamentos jurídicos, legislativos, políticos e organizacionais. Concomitantemente às reformas do ensino superior, se instalou em diversos países um debate que defendia a necessidade de resgatar o desenvolvimento e adequar os sistemas de educação, em especial, a educação superior, às demandas do mundo globalizado. O que vimos é que a agenda dos governos latino-americanos tem sido influenciada por diversos organismos internacionais como: Banco Mundial; Banco Interamericano de Desenvolvimento e, particularmente no México, pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses organismos internacionais fizeram recomendações de modelos universitários, visando vincular as IES com as empresas e, ao mesmo tempo, reduzir a participação do Estado no financiamento da Universidade Pública. Dentro das proposições para o ensino superior no Brasil realçamos a associação entre universidade e desenvolvimento ideia fomentada na era Vargas (1930-1945 / 1951-1954) junto às políticas para modernização do país e que teve continuidade no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) cujo lema “50 anos em 5” evidencia seu interesse em acelerar o desenvolvimento nacional. João Goulart (1962-1964) prosseguiu com as políticas econômicas formuladas desde a década de 1950 e que se caracterizaram pela integração aos macroplanos de desenvolvimento, nos quais as questões setoriais, inclusive as regionais, passaram a ser integradas a uma estratégia que fosse válida para todo o país. Reconhecemos, nos diferentes projetos governamentais, a defesa de levar o desenvolvimento a diferentes regiões do país, sobretudo aquelas consideradas mais atrasadas como o Nordeste e a Amazônia. Para tanto, foram criadas políticas territoriais que embora manifestassem o enfoque regional estavam inseridas em um plano global de desenvolvimento, pois o ideário da integração nacional foi muito presente nesse contexto histórico. Assim, um argumento que se tornou presente em todos os discursos que abordavam o ensino superior referia-se a defesa da educação como instrumento para o desenvolvimento regional. Um exemplo prático e consolidado dessa argumentação foi a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) considerada a primeira universidade federal no interior do Brasil. Seu fundador José Mariano da Rocha Filho esteve ligado ao movimento de interiorização do ensino superior no Brasil e defendia que sua descentralização constituía um imperativo inadiável. A UFSM foi sua oportunidade de demonstrar suas ideias de forma prática, dentre as quais destacamos: o entrosamento entre os diferentes graus de ensino, a proposta de cidade universitária, a Universidade sem Muros, a Multiversidade e as áreas ou distritos geo-educacionais.

Assim, observamos que as políticas educacionais para o ensino superior desde a era Vargas estiveram subsidiadas pela associação entre universidade e desenvolvimento regional.

Dessa forma, as propostas para esse nível de ensino, influenciadas pelas experiências de outros países e pelos organismos internacionais focaram o processo de descentralização e interiorização das instituições, dentre outras medidas. A última LDB (9394/96) oficializou a coexistência do setor público com o privado e as propostas para acesso dos estudantes no ensino superior nos três últimos governos (Lula e Dilma) injetaram capital público no setor privado através de projetos como o PROUNI, que possibilitou a expansão do ensino superior, sobretudo privado e a direção dessa expansão foi orientada por práticas espaciais das quais destacamos a antecipação e a seletividade espacial. Não apenas o setor privado cresceu, houve também o aumento de vagas nas instituições públicas por meio de ações como o REUNI, a transformação das Escolas Técnicas em Institutos Federais de Ensino Superior e a ampliação de vagas e cursos nas Instituições Estaduais. O país criou ainda duas universidades cujo objetivo declarado era à integração com outros países: a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Os críticos defendem que a apregoada *democratização* do ensino deveria ser nomeada como *generalização* do ensino, aja vista essa expansão ter ocorrido mais no setor privado. Todas essas ações têm sido planejadas de forma estratégica e sua direção e dimensão obedecem à lógica de que a universidade pode ser uma “ferramenta” para o desenvolvimento. Assim, as diversas instituições educacionais buscam regiões com “potencial” de desenvolvimento.

A segunda grande discussão da tese foi sobre a interiorização do ensino superior e está predominantemente no capítulo II. Acreditamos que os tópicos elaborados tornaram possível responder a dois questionamentos da pesquisa: O que caracterizou o processo de interiorização? Por que em Quixadá observa-se um adensamento de IES? Já no tocante aos objetivos específicos buscamos abordar dois objetivos neste capítulo: (1) Identificar critérios para o conceito de interiorização; (2) Narrar a interiorização do ensino superior no Ceará e a participação da UECE na formação de professores.

Procuramos, *a priori*, entender como diferentes áreas do conhecimento abordam interior, interioridade e interiorização e como essas ciências nos ajudam a pensar esses conceitos numa perspectiva geográfica. A descrição etimológica indicou que interiorização é o ato ou efeito de interiorizar. Já interior é o que está dentro. Para arquitetura interior é a parte de dentro da construção; para filosofia pode se referir à alma (autoconhecimento); na psicologia (inatismo, empirismo e interacionismo) ou sociologia a natureza moral (socialização primária com a interiorização) e, para a geografia, os espaços mais distantes ou menos desenvolvidos de

uma região. Durante décadas, essas áreas internas foram de difícil acesso, pouco desenvolvidas técnico-científica e informacionalmente, não estavam integradas ao restante do país e eram pouco conhecidas. A interiorização mudou esse contexto, antes disso a globalização e a evolução tecnológica romperam as fronteiras e aproximaram as regiões, integrando-as.

A seguir discutimos a hinterlândia cearense, a diferença entre interior e o “não-interior”, apresentamos dados sobre a evolução do ensino médio que criou uma demanda por ensino superior e explicitamos o que impulsionou o processo de interiorização cearense. O deslocamento do ensino para a hinterlândia brasileira seguiu diferentes justificativas. No caso do Ceará, esperava-se *fixar o homem à sua região*, oferecendo-lhe melhores oportunidades de formação; *desconcentrar as instituições de ensino superior* que inicialmente se situaram apenas na Capital do Estado; *possibilitar o desenvolvimento de diferentes regiões*; *impedir o êxodo de nossos intelectuais* em busca de melhores condições de emprego e renda em outros Estados; *atender a demanda de estudantes represada* e, no caso específico da UECE, *qualificar os professores da Educação Básica*.

Adotamos uma perspectiva regional e o interesse neste estudo se focalizou na microrregião do sertão central onde está localizada a cidade de Quixadá, objeto de nossa tese. Foi importante explicitar que os organismos adotam diferentes divisões territoriais, o IPECE adota oito macrorregiões. Já na Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Territórios Rurais Cearenses (2011) a Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) Sertão Central faz uso dos microterritórios como proposto pelo IBGE que divide ou subdivide o Sertão Central em quatro microterritórios. Assim, a divisão político-administrativa do estado e de seus 184 municípios depende do órgão responsável. A regionalização atual dos municípios adotada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) é composta por 8 macrorregiões de planejamento, 2 Regiões Metropolitanas e 18 microrregiões administrativas. Já a regionalização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreende 7 mesorregiões e 33 microrregiões geográficas, regiões estas formadas de acordo com os aspectos físicos, geográficos e de estrutura produtiva. Ressalta-se que outras regionalizações são adotadas pelas diversas Secretarias do Governo do Estado como as Secretarias da Saúde, Educação, Cultura e Fazenda.

Vimos que o conhecimento específico de cada região auxilia na definição de planos e políticas particulares. Nesse sentido, cinco documentos foram mencionados e seus aspectos mais relevantes destacados na tese: as **Diretrizes para o Plano de Governo (DPG)** documento

construído durante o processo eleitoral de 2010; a **Carta dos Municípios Cearenses**; o **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS)**¹⁴¹; o **Relatório do IV Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado/2010** e o **Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)**. Estes documentos listam algumas diretrizes pertinentes ao nosso estudo. Infelizmente, muitas propostas e diretrizes deixam de ser seguidas. Para constatar a veracidade dessa afirmação, basta confrontarmos as oito diretrizes para o ensino superior propostas no Plano de Governo de 2010.

Para situar a interiorização no Ceará, adotamos uma perspectiva histórica, objetivando enumerar as primeiras instituições criadas no interior do estado. A primeira instituição de ensino superior do Ceará foi o Seminário Episcopal do Ceará em 1864, proposto por dom Luís Antônio dos Santos, primeiro bispo do estado. Nos moldes do governo brasileiro, a primeira instituição de ensino superior foi a Faculdade de Direito do Ceará fundada em 1903. A Faculdade de Direito foi seguida pela criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará criada em 1916 e depois a Escola de Agronomia do Ceará criada em 1918. A Universidade Federal do Ceará foi criada em 1957 e a Universidade Estadual do Ceará em 1973. Já a interiorização do ensino superior teve início na década de 1950 com a criação do Instituto de Ensino Superior do Cariri (IESC), mantenedora da Faculdade de Filosofia do Crato (FFC), primeira unidade de ensino superior criada pelo MEC, no interior do estado do Ceará.

O Ceará diferenciou-se de outros estados nordestinos, pois inicialmente concentrou suas atividades na capital. O governo do estado foi responsabilizado pela interiorização do ensino superior através de três universidades: a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e a Universidade Regional do Cariri (URCA). Ao serem responsabilizadas pela interiorização, as universidades estaduais do Ceará assumiram como “vocação” a formação de professores, já que no decorrer do século XX, o Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, próprio de um país predominantemente rural, para serviços educacionais em grande escala, acompanhando o incremento populacional e o crescimento econômico que conduziu a altas taxas de urbanização e industrialização. Uma primeira iniciativa nesse sentido foi a criação das Escolas Normais Rurais, estabelecimentos de ensino voltados para a formação de docentes que pudessem atuar nas escolas rurais do Brasil. Destacamos a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte; a Escola Normal Rural de Limoeiro; o Colégio Sagrado Coração de Jesus de Quixadá; a Escola Normal

¹⁴¹ BRASIL, 2010.

Rural Santana, de Iguatu; a Escola Normal Rural de Crateús; a Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, de Itapipoca e a Escola Normal Rural de Ipu.

Nossa ênfase foi na UECE, criada com o objetivo de atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico do estado do Ceará, tem atuado em diversos municípios, estruturando-se em uma rede multicampi com faculdades nos municípios de Iguatu, Quixadá, Limoeiro do Norte, Crateús, Itapipoca e Tauá. Através da rede "multicampi", tem privilegiado os cursos voltados para a formação de professores (CEARÁd, 2012). Nessas unidades acadêmicas os cursos visam à formação de um corpo de profissionais, capaz de responder à demanda por professores com formação de nível superior, particularmente em áreas específicas para o magistério no ensino fundamental (anos finais) e médio. As informações apresentadas objetivaram evidenciar a contribuição da UECE no processo de expansão da oferta de ensino superior e na qualificação dos profissionais de educação no Ceará. Essas ações têm sido fortalecidas pelo incremento de cursos de pós-graduação *lato* e *strictu sensu* em Educação.

No capítulo III demonstramos nossa tese de que Quixadá, atualmente persiste como importante centro de convergência e irradiação não mais em função do comércio ou da cotonicultura, mas alicerçando seu desenvolvimento nas colunas da educação. Para tanto, apresentamos a evolução da educação em Quixadá desde sua ocupação e a criação da vila, origem similar a de muitas cidades nordestinas, os avanços introduzidos a partir da construção do Cedro e da Estrada de Ferro, identificamos as primeiras escolas municipais e confessionais, algumas ainda designadas escolas rurais e a partir desse processo entendemos a reivindicação dos quixadaenses por uma Universidade e, nesse contexto, explicitamos a criação da FECLESC, da FCRS, do Campus Avançado da UFC e do IFCE. Depois descrevemos o processo de criação da FECLESC e da FCRS, as mais importantes instituições de ensino superior até o momento, consubstanciados pelas ações do professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e dos primeiros bispos diocesanos do município: dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim. A seguir, abordamos a tese de Quixadá como centro de convergência e irradiação da Educação, centrando a análise na difusão e área de abrangência, na evolução do município como centro de convergência e irradiação da Educação por intermédio da análise de seus fixos e fluxos e a constituição da cidade universitária, polo regional, com suas sociabilidades peculiares derivadas dessa interiorização do ensino.

Os debates permitiram-nos responder aos derradeiros questionamentos: A instalação dessas IES altera a percepção dos que participam desse processo? Quixadá pode ser concebida

como um centro de convergência educacional? E abordar os dois últimos objetivos específicos: especificar a importância das lideranças para criação das primeiras IES de Quixadá; analisar Quixadá por intermédio de conceitos como: difusão, área de abrangência, centro de convergência, irradiação, percepção e simbolismo.

Quixadá não se tornou uma cidade universitária abruptamente, esse adensamento de Instituições de Ensino Superior é consequência de um processo anterior de evolução da educação que criou uma demanda por formação de professores. O município teve início com a clássica tríade casa-curral-capela, a fazenda comprada por José de Barros prosperou a partir de algumas condições peculiares: seu fundador trouxe de Aracati não apenas a família, mas também agregados e escravos, o que significou poder contar com um contingente de trabalhadores superior ao das outras fazendas. A capela localizada na fazenda se tornou importante ponto de nucleação, pois até 1870 apenas Quixeramobim possuía santuário provido de sacerdote e com celebração religiosa regular. Em 1870 foi inaugurada a Paróquia de Quixadá. Após a capela tornar-se sede paroquial também passou a ser atendida por vigários, o que atraiu a população de outros lugarejos que possuíam seus oratórios, mas não eram atendidos por capelães.

Nesse contexto, Quixadá foi trilhando seu caminho e se tornou uma zona de convergência. Segundo Costa (2002), a ascensão de Fortaleza em detrimento de Aquiraz e Aracati ajudou a abrir “artérias no coração do Ceará” e a fazenda de José de Barros passou a ser ponto obrigatório de passagem dos que vinham do Cariri e dos Inhamuns para a Capital da província. Esse fato atraiu comerciantes de diferentes localidades, que logo descobriram perspectivas de um crescente comércio nessa nova zona de convergência regional.

Além do crescimento da fazenda de José de Barros e da escolha de Fortaleza como capital do estado, outras variáveis contribuíram para que Quixadá se tornasse um centro de convergência; na tese, destacamos a construção do Açude Cedro, a Estrada de Ferro, a bovinocultura, a cotonicultura e, nos últimos anos, o ensino superior. Não há dúvida entre os que estudam a história de Quixadá sobre a importância do Açude Cedro, pois dificilmente a pequena Vila, distante da capital da Província, teria conseguido se tornar um centro urbano desenvolvido apenas com os recursos limitados derivados dos tributos arrecadados por seu modesto comércio e as primitivas atividades agropecuárias. A construção do Cedro não trouxe apenas água ao maltratado sertão cearense, mas trouxe também cultura e desenvolvimento social, como afirmou Sousa (1997): “O Cedro tem sido para Quixadá o que o Nilo é para o

Egito”. A partir de 1884, a pequena vila iniciou seu período áureo de progresso com a chegada da equipe responsável pela construção do açude. A chegada da Estrada de Ferro em 1891, também foi muito comemorada. A Estrada de Ferro permitiu a convergência de passageiros e cargas para todo sertão central. Quixadá era centro de convergência e de difusão. Possibilitou não apenas que Quixadá recebesse pessoas, mas também que os quixadaenses pudessem visitar a Capital, esse intercâmbio foi importante para a evolução cultural do município que não estava mais isolado, pois, através da Estrada de Ferro podia integrar-se a outras localidades. O Cedro e a Estrada de Ferro trouxeram a modernidade à pequena cidade sertaneja, esse sopro de modernidade foi (re) vivenciado anos depois com a chegada das diversas instituições de ensino superior.

Na área educacional, Quixadá também merece destaque, pois suas escolas de Educação Básica sempre se destacaram pela qualidade. O município teve sua primeira escola em 1856, a *Escola Pública Estadual de Quixadá*. Já a Comissão de Açudes fundou uma Associação Cultural e através dela empreendeu diversas ações que visavam instigar nos quixadaenses o hábito da leitura, dos debates e da investigação. Em 1884, fundaram o primeiro colégio particular de Quixadá, que contava com professores competentes, todos integrantes da Comissão de Açudes. O Colégio abrigou a Associação Cultural e uma biblioteca. Outro importante estabelecimento foi o Ginásio São José mais conhecido como Ginásio dos Beneditinos na Serra do Estevão que começou a funcionar em maio de 1903. O Colégio São José se tornou uma instituição de ensino de referência pela grandiosidade de suas instalações físicas e, principalmente pela qualidade do ensino. A primeira escola municipal de ensino primário foi a Escola São Vicente de Paulo, fundada em 1904 e que teve como professora Francisca Pereira das Virgens (Dona Nãna), educadora muito respeitada no município. Uma instituição de ensino relevante para o município foi a Escola Popular Agrícola. Em Quixadá, a preocupação com a formação dos professores também foi intensificada a partir da década de 1930, quando teve início uma mobilização para criação de uma Escola Normal Rural. O Colégio Sagrado Coração de Jesus consistiu na primeira experiência de formação de professores em Quixadá e estava subsidiada pela crença de padre Luís Braga da Rocha, que Quixadá poderia sustentar seu progresso nas “sólidas pilastras da educação” (COSTA, 2002, p.227). Após a constituição de uma escola só para moças, padre Luís decidiu fundar um colégio que ofertasse segundo grau para os rapazes e em 1957 conseguiu fundar o Ginásio Valdemar Câmara.

Esses foram os movimentos que antecederam e fomentaram a necessidade de formação em nível superior no município de Quixadá. As solicitações se intensificaram no final da década

de 1970 e conquistaram o apoio de figuras como o professor Luis Oswaldo Santiago Moreira de Souza e de dom Joaquim Rufino do Rêgo. A educação superior permitiu que Quixadá continuasse a ser centro de convergência e se consolidasse como a mais importante cidade do sertão central cearense.

Os principais investimentos educacionais da cidade de Quixadá aconteceram em contextos históricos e sociais diferenciados e tiveram como mentores dois importantes atores sociais: o professor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza e a Igreja Católica por intermédio de seus bispos dom Joaquim Rufino do Rêgo e dom Adélio José Tomasim. Para Souza (1991), o ator é alguém que representa que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Estes atores sociais citados envolveram-se na defesa da oferta de ensino superior em períodos distintos, apregoando que a educação era um direito social que deveria ser garantido a todos.

Para concretizar seu projeto de criação de uma Instituição de Ensino Superior Pública para Quixadá, o professor Luis Oswaldo participou de todas as ações empreendidas no final da década de 1970 e que culminaram com a criação de uma Faculdade Municipal que posteriormente foi encampada pela UECE. Ele liderou um grupo de pessoas constituído por dom Joaquim Rufino do Rêgo (1º Bispo da Diocese de Quixadá), padre Vicente Gonçalves Albuquerque, doutor Joaci Medeiros do Freitas, irmã Ana Maria Valdênia Costa, Ana de Oliveira Barros, dentre outros.

Já a Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS) autorizada em dezembro de 2003, teve, à frente de seu movimento de criação, dom Adélio Tomasim e a Igreja Católica da qual faz parte. A FCRS foi consequência da necessidade de ampliação de cursos, pois até então o curso de Teologia era oferecido, desde 1999, pelo Instituto Filosófico Teológico Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão (IFTNSIRS), que em 2003 passou a ser denominado Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS). Após se constituir oficialmente como Faculdade, a instituição ampliou a quantidade de cursos ofertados através de uma parceria firmada entre a Diocese de Quixadá e a Comunidade Católica Shalom, uma associação privada de fiéis, que participou ativamente da administração da faculdade e dos projetos à ela ligados.

A atuação do professor Luiz Oswaldo e de dom Adélio ocorre em contextos históricos e estruturais diferenciados: um no final da década de 1970 (regime militar), quando Quixadá ainda não sediava nenhuma instituição de ensino superior e o número de alunos que concluíam

o ensino médio era restrito e o outro no final da década de 1990, momento em que as políticas educacionais para o ensino superior estavam favoráveis aos segmentos privados e Quixadá já possuía IES há alguns anos, tendo para isso tido que desenvolver estratégias para democratizar o ensino médio. Ao mesmo tempo que a educação evoluía, as principais atividades econômicas desenvolvidas no município declinavam, enfatizamos aqui a bovinocultura e a cotonicultura.

Inicialmente, as atividades econômicas de Quixadá estiveram relacionadas ao comércio que floresceu no entorno da fazenda e a criação de gado, nas várias propriedades da região. E baseado nessas atividades, o município prosperou, depois se destacou na produção do algodão. Até o início da década de 1970, o estado do Ceará era o principal produtor de algodão do Nordeste. O município de Quixadá como centro polarizador do Sertão Central cearense, se destacava entre os maiores produtores do estado. O estado do Ceará chegou a ser o segundo maior produtor de algodão para o Brasil, mas seu declínio foi acelerado pelas secas de 1985 a 1988, quadro agravado pela praga do bicudo, no final da década de 1980. A história de Quixadá, assim como de outros municípios do estado, esteve relacionada à bovinocultura, desde sua colonização e a cotonicultura como fator de consolidação econômica e de seu status de polo de desenvolvimento de todo Sertão Central.

O declínio da cotonicultura, a partir de meados da década de 1980, gera uma crise na economia quixadaense, embora essa crise precise ser relacionada a outros fatores como: decadência da pecuária e da agricultura na região; perda populacional em função da redivisão do espaço sociopolítico-administrativo do município, ou seja, a emancipação de seus distritos; o processo de “desruralização” ou urbanização, cuja consequência foi a crise do setor agrícola e a pressão por emprego, saúde, educação, saneamento, moradia, entre outros pela população da cidade. Isso levou Quixadá a perder importância no cenário econômico

Quixadá precisava se reinventar, descobrir uma forma de atrair novamente pessoas e capital, carecia de uma atividade que a mantivesse como principal cidade da região. Parece que, pela ação de alguns atores sociais, o município descobriu uma nova forma de se manter como centro de convergência – através da Educação Superior. Novamente, alguns fatores contribuíram para o município atrair os investimentos educacionais: primeiro estar situado em uma região central, para o estado do Ceará, precisar se desenvolver em um contexto no qual a educação vinha sendo defendida como imperativo estratégico do desenvolvimento; ser no final da década de 1970 uma região de agronegócio, o que era interessante para os elaboradores das políticas educacionais que viam na inserção de uma instituição de ensino superior numa área

de agronegócio a possibilidade de desenvolvimento sustentável, conceito basilar nas últimas décadas.

Quixadá tem se mantido como um dos centros mais expressivos do Ceará, atraindo a população das cidades circunvizinhas. As principais atividades econômicas atualmente estão relacionadas à prestação de serviços, ao comércio, avicultura e a ovinocaprino cultura. Uma das maiores fontes de empregabilidade atualmente é a administração pública. Os setores que têm dado condições de sustentação ao município são a avinocultura e o comércio. São, sobretudo, as relações comerciais (formais e informais) que dão sustentáculo ao município. Esse setor precisa, contudo, de massa salarial, que durante alguns anos ficou restrita aos ganhos de funcionários públicos e aposentados. Os investimentos educacionais, todavia, trouxeram para Quixadá uma demanda flutuante composta por professores e alunos, que propiciaram um capital de giro permanente e incrementaram a economia do município.

Reconhecemos, portanto, que o mundo mudou com o processo de globalização e apenas a localização não mais representa garantia de concentração de atividades em uma determinada cidade ou região. Assim, os municípios passam a estudar seus potenciais e buscar atividades capazes de atrair investimentos e injeção de capital. Para analisarmos a interface entre Geografia e Educação, aproximamos nossas formulações teóricas das postulações de Zeny Rosendahl acerca da Geografia e Religião, uma vez que, reconhecemos que Geografia e Educação também consistem práticas espaciais “uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente” (ROSENDAHL, 1995, p. 44). Embora na citação a autora faça referência à Religião, a educação igualmente é um fenômeno cultural que ocorre espacialmente. Para essa incursão, adequamos os questionamentos propostos por Rosendahl (1995) adequando-os a nossa temática de pesquisa: como se define o estudo geográfico da Educação? Como investigar a educação pela via geográfica? E usamos o mesmo temário da autora, novamente com as devidas adequações: a) educação, espaço e tempo: difusão e área de abrangência; b) centros de convergência e irradiação: uma análise a partir dos fluxos e fixos; c) espaço e educação: uma cidade universitária no sertão central e suas sociabilidades acadêmicas.

As primeiras categorias teóricas exploradas foram difusão e área de abrangência e, ao abordar esses temas, distinguimos a ideia difundida de seu agente difusor. A ideia nesse caso foi a educação transfigurada na experiência acumulada, nos saberes e práticas históricas e espacialmente construídas e pela cultura transformada em patrimônio social. Já o agente difusor

são as instituições de ensino superior, Universidades, Centros Universitários ou Faculdades cuja missão é pluridimensional, mas da qual podemos depreender a criação e difusão cultural, ou difusão da ideia educacional.

O sistema de educação superior, portanto, se destaca em Quixadá, constituindo nos últimos anos em um dos principais atrativos que intensificam as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios da macrorregião do sertão central. Esse aumento no fluxo humano produz a dinamização da economia que, no caso de Quixadá, está alicerçada no setor terciário.

A atração exercida por Quixadá, no sertão central, em outras regiões do estado e até mesmo em outras unidades da federação, tem sido decorrente da diversidade de instituições e cursos ofertados, ademais a infraestrutura que a cidade dispõe neste setor tem melhorado muito nos últimos anos. O município conta com três grandes instituições de ensino superior, polos de EAD e uma de ensino tecnológico: Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC / UECE); a Faculdade Católica Rainha do Sertão (FCRS); Campus da Universidade Federal do Ceará (UFC), Polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Reconhecemos que, ao analisar os centros de convergência, Rosendahl aborda o movimento de peregrinação, que não se aplicava ao nosso estudo, pois o que observamos na inter-relação entre geografia e educação no estudo da interiorização do ensino superior eram os movimentos de migração e pendularidade. Para exemplificar, os fluxos em Quixadá foram aplicados 87 questionários com alunos de diferentes IES localizadas na cidade. Os resultados mais significativos indicam que a grande maioria dos estudantes e professores de Quixadá praticam deslocamentos diários; são oriundos das cidades circunvizinhas à Quixadá e vêm para a faculdade em ônibus das prefeituras de suas cidades de origem; a maior motivação para esse deslocamento tanto entre alunos, quanto entre professores são melhores oportunidades de emprego; muitos dividem o espaço em casas alugadas transformadas em repúblicas, isso faz com que os imóveis próximos as IES sejam muito valorizados e o preço dos aluguéis se equipare ao de nossa capital; esse fluxo de estudantes e professores tem sido beneficiado com a inauguração de diversos, restaurantes, bares e lanchonetes o que anima a noite quixadaense, predominantemente durante a semana (de segunda a quinta-feira, pois na sexta-feira muitos professores e alunos regressam para suas cidades de origem); os estudantes associam Quixadá

ao ensino superior e creditam a essas instituições seu desenvolvimento econômico e educacional.

Dessa forma, Quixadá passou a ser reconhecida como uma cidade universitária pela quantidade de investimentos no ensino superior que tem capitaneado nas últimas décadas, por suas instituições atenderem a demanda local além de pessoas vindas de outras regiões e pelas especificidades da sociabilidade que tem sido praticada pela comunidade acadêmica. Para De Certeau “não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” (1995, p.141). Os estudantes e professores universitários atribuem diferentes sentidos aos espaços urbanos, além de, como afirma De Certeau, praticarem e elaborarem lugares de sociabilidade. Isso significa que existem especificidades nos “usos da cidade” por essa comunidade. A vida universitária registra recursos de ampla publicização das identificações urbanas. São manifestações de diversas ordens que articulam universidades e cidades: os movimentos estudantis politizados; as práticas sociais e culturais como o teatro, a arte, a música, o esporte, as intervenções urbanas; os estilos de vida, hábitos, festas e espaços de consumo. São diversos os modos de vida estudantis e as maneiras como constituem lugares de sociabilidade pública. A instalação das IES em cidades como Quixadá produz fissuras entre as identificações da Universidade conduzida frequentemente por princípios progressistas, tecnológicos e por valores ideológicos modernos e a identidade da cidade que a sedia inspirada por valores tradicionais das elites políticas e religiosas. Essas fissuras, todavia, produzem novas formas de identificação que induzem a busca por espaços de sociabilidade. É possível observar a inserção da cultura universitária no cotidiano das cidades e os eventos da urbe, sendo frequentados pelos estudantes das instituições de ensino superior.

Nossos pressupostos iniciais se confirmaram o que significa que de fato observamos que as políticas educacionais nas últimas décadas assumiram a educação superior como imperativo estratégico do desenvolvimento, passaram a propor a democratização do ensino e como consequência tivemos o processo de interiorização. Os investimentos educacionais fizeram uso de duas práticas espaciais: antecipação e seletividade espacial. Atribuímos a concentração de IES em Quixadá a sua localização privilegiada, todavia, nesse caso foi interessante o conhecimento da história do município, para compreensão dos investimentos que essa localização atraiu e permitiu sua consolidação como principal cidade da região. Defendíamos ainda a possibilidade de generalizar o conceito de centro de convergência e irradiação usado por Rosendahl em seus estudos sobre Religião e Geografia em nossa análise acerca da Geografia

Educacional. De fato, foi feita uma primeira incursão nessa área, com algumas variações interessantes, mas reconhecemos que esse é um campo aberto para exploração de outros pesquisadores interessados em aproximar a Geografia da Educação em uma perspectiva diferente da que vem sendo realizada até então, ou seja, pelo debate do Ensino de Geografia.

Finalmente, questionamos: quais os caminhos que a educação superior trilhará no município de Quixadá nos anos vindouros? Para responder a essa pergunta recorreremos ao conteúdo do **Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior**¹⁴² realizado no município de Quixadá no dia 16 de maio de 2013. O Fórum consiste em uma iniciativa do atual Reitor da UECE, professor doutor José Jackson Coelho Sampaio que, após sua posse, decidiu convidar todos os prefeitos eleitos nos municípios onde a UECE possui Unidades Acadêmicas para uma reunião em Fortaleza, na qual ficou decidido criar Fóruns Regionais para debater a Educação Superior. O primeiro Fórum ocorreu na Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) e o segundo na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) de Quixadá. Em função do nosso objeto de estudo, nos deteremos no Fórum Regional de Quixadá.

Participaram do Fórum o Prefeito de Quixadá, o Reitor da UECE, o Vice-Reitor da UECE, o diretor do IFCE/Quixadá, o Diretor da UFC/Quixadá, a Vice-Diretora da UFC/Quixadá, o Diretor da FCRS, o Diretor da UAB/UECE, o Diretor da FECLESC, a Vice-Diretora da FECLESC, alunos, professores e funcionários da FECLESC, 2 Representantes da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, 2 Representantes da Secretaria Municipal de Educação de Quixadá, a presidente do Conselho de Educação Municipal de Quixadá, a Coordenadora do CREDE de Baturité (CREDE 8), a assistente de Gabinete do CREDE 12, a Coordenadora do CREDE de Senador Pompeu (CREDE 14), a Pró-Reitora de Extensão da UECE, a Assessora de Imprensa da UECE, o prefeito de Ibicuitinga, a representante do Secretário de Educação de Ocara, o Secretário de Educação de Quixadá, dentre outros.

O prefeito de Quixadá *João Hudson Rodrigues Bezerra* afirmou seu comprometimento em relação à educação no município e enfatizou que apoiaria todas as ações que visassem seu desenvolvimento. A seguir, o reitor da UECE, professor doutor *José Jackson Coelho Sampaio* iniciou suas considerações afirmando que há 10 anos o ensino superior criou o caminho da interiorização, mas há quatro décadas quem iniciou esse processo de interiorização no Ceará

¹⁴² Os dados relativos ao Fórum foram extraídos das notas da pesquisadora, que esteve presente no evento e da Ata Oficial da reunião (Anexo 26).

foram as universidades estaduais (URCA, UECE, dentre outras) e que um dos patrimônios da UECE foi seu pioneirismo na interiorização de suas unidades acadêmicas. A UECE sempre esteve preocupada com a formação de professores o que a distinguiu de outras IES, pois o perfil de interiorização da UFC era o bacharelado, o IFCE oferta graduação tecnológica. Essa é uma das primeiras preocupações nos debates dos Fóruns Regionais, a duplicidade na oferta de cursos em um mesmo município e o gasto desnecessário do dinheiro público, no caso da FECLESC e do IFCE há coincidência entre cursos (as duas instituições ofertam o curso de Química). Em Itapipoca foram identificadas mais de 3.000 licenças para professores atuarem sem a devida formação. Esse diagnóstico nos diferentes municípios é extremamente importante para que se identifiquem as áreas nas quais há carência de profissionais, no caso da UECE, de professores. O professor Jackson insistiu que a FECLESC, por exemplo, atualmente oferta 8 cursos de licenciatura, mas deverá num futuro próximo ofertar 14 cursos. Reiterou que o objetivo dos Fóruns é que as IES declarem suas intenções e projetos, já que alguns municípios apresentam um adensamento de instituições de ensino ressaltou que, nesses casos, o problema não é a presença de instituições em um mesmo município, mas a superposição de cursos. Afirmou que a responsabilidade da UECE em interface com as Secretarias de Educação tem sido a formação de professores e que esse trabalho e planejamento em parceria é vital para que se possa pressionar o Governo por mais recursos. Por fim, o reitor da UECE insistiu que a lógica das instituições públicas difere da das instituições particulares e que a educação permite refletir sobre diversos aspectos da cidade como: violência, saúde, mobilidade urbana, dentre outros.

Após a fala do reitor da UECE se apresentaram os representantes das CREDES: sra. *Maria Jucineide da Costa Fernandes* representante da CREDE 8 composto por 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. CREDE 12, sra. *Janaína Silveira de Souza*, o CREDE 12 é composto por 8 municípios: Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibareta, Ibicuitinga, Madalena, Quixadá, e Quixeramobim. A representante da Secretaria Municipal da Educação de Quixadá. A Coordenadora da CREDE 14, sra. *Maria Erenice dos Santos Barros*. O CREDE 14 é composto por 7 municípios: Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Senador Pompeu, Solonópole, Piquet Carneiro. As representantes das CREDES e da Secretaria de Educação tentaram apresentar um diagnóstico a partir de alguns dados (detalhados no Anexo 27) enfatizaram que o problema dos professores leigos foi enfrentado há alguns anos por intermédio de cursos aligeirados, todavia muitos professores que se formaram nesses cursos já estão aposentados. Na região também têm sido emitidas autorizações

temporárias para professores com formação em uma determinada área poderem dar aula de uma disciplina diferente daquela na qual é formado¹⁴³, existem casos de professores que acumulam 3 autorizações temporárias. Na região do sertão central cearense uma das áreas com maior carência de professores é Geografia, existem 280 autorizações concedidas pela CREDE 12 na área de Geografia num total de 1.101 autorizações para o ano de 2013. O reitor da UECE adentrou a fala da representante da CREDE 12 para complementar que a UECE levaria aproximadamente 10 anos para formar essa demanda represada.

Em sua apresentação, o diretor da UFC/Quixadá professor doutor *Davi Romero de Vasconcelos* comentou alguns dados relevantes da instituição: a UFC iniciou suas atividades no interior em 2006 em Sobral e no Cariri e, somente em 2007, em Quixadá. Ele relatou que existe uma demanda por professores de Física e relatou que os cursos ofertados pela UFC/Quixadá são nas áreas de Sistema de Informação e Ciência da Computação (Sistemas de Informação, Software e Redes). Salientou que a UFC/Quixadá prepara o aluno para empregos gerados na área de TI. Informou que quando a UFC iniciou suas atividade no município teve muitas vagas ociosas, porque os alunos não eram aprovados no vestibular e questionou a qualificação dos professores. “Professor ruim faz um desserviço”. Em relação às projeções da UFC para o município insistiu no interesse no desenvolvimento regional, plano de ofertar todos os cursos na área de TI e daqui talvez a 2 anos solicitar um Mestrado Acadêmico.

Após o diretor do Campus da UFC em Quixadá, apresentou-se o diretor da Faculdade Católica Rainha do Sertão professor livre-docente *Manoel Messias de Sousa* que iniciou sua fala, afirmando ser “um corpo estranho” no debate, por ser o único representante de IES privada. O professor Messias ressaltou o esforço empreendido por dom Adélio Tomasim para a criação da FCRS, com o objetivo de trazer para Quixadá “oportunidades mais amplas”. A FCRS iniciou com 6 cursos e seu foco estava na área de saúde. Atualmente, oferece 17 cursos nas áreas de saúde, direito, administração e engenharias. Enfatizou que a FCRS não tem interesse em competir, mas defendeu que cada IES tenha seu “nicho” e contribuam para “o desenvolvimento de Quixadá”. Segundo ele, a FCRS tentou aprovar o curso de medicina, mas não logrou êxito, o projeto não foi aprovado pelo MEC por não existirem no município de Quixadá, recursos, equipamentos e infraestrutura que desse suporte a faculdade. Afirmou a intenção de a instituição ofertar jornalismo, pois a Federação dos Bispos do Brasil tem interesse que seus representantes

¹⁴³ Foi citado o caso de um professor que leciona História há 10 anos, embora seja licenciado em Matemática. Coursou licenciatura em Matemática porque na época era o único curso oferecido e desde então para dar aula precisa requerer autorizações temporárias.

tenham essa formação e forneceu alguns dados: a FCRS tem aproximadamente 2.500 alunos em seus cursos de graduação, oferta vários cursos de pós-graduação, 75% de seu corpo docente é formado por mestres e doutores, seus alunos são oriundos de 120 municípios, Quixadá, Quixeramobim e Morada Nova encaminham a maioria dos alunos, finalizou enfatizando que atualmente existe um projeto tramitando no MEC para transformar a FCRS em um Centro Universitário e que a FCRS deseja se tornar alavanca para o desenvolvimento regional.

Na sequência, foi ouvido o diretor do IFCE/Quixadá professor mestre *Aristides de Souza Neto*, o mesmo relatou que o IFCE/Quixadá faz a verticalização do ensino, pois oferece cursos superiores e técnicos. Segundo ele, os seguintes Cursos Superiores são oferecidos pelo IFCE/Quixadá: Tecnologia em Agronegócio, Licenciatura em Química e Engenharia Ambiental e que os Cursos Técnicos oferecidos são: Controle Ambiental, Técnico em Química, modalidade integrada e concomitante, Técnico em Hospedagem e Técnico em Edificações. Chamou atenção para o fato do curso de licenciatura em Química ser ofertado pelo IFCE e pela FECLESC, mas que a decisão pela oferta desses cursos foi decidida após audiências públicas que apontaram essas áreas e em função dos arranjos produtivos da região (destacou a Usina de biodiesel de Juatama). Um dos problemas enfrentados no processo de interiorização foi “onde arranjar professores para esses campi?”, por esse motivo também a colaboração do Instituto para formação de professores. O campus de Quixadá possui 60 professores, 3 cursos de graduação e aproximadamente 1.200 alunos. Comentou que atualmente dois novos cursos estão sendo implantados no IF/Quixadá: Licenciatura em Mecânica e Licenciatura em Mecatrônica. Segundo suas informações, atualmente na instituição existem 40 alunos que recebem bolsa do PIBID e que no IF/Quixadá existem dois laboratórios oficializados: o Laboratório de Química dos Materiais (LQM) e o Laboratório de Microbiologia (LMB). Afirmou que o IFCE/Quixadá não tem a pretensão (a curto prazo) de oferecer cursos de licenciatura a reiterou a importância desse diálogo para o ensino superior na região.

O Coordenador do Polo Presencial da UAB/Quixadá *Sr. Ed Naldo Fernandes de Santana* relatou que o Polo Municipal da UAB em Quixadá participou da 1ª Liberação de Polos da UAB. No início (2007), o Polo Presencial da UAB/Quixadá ofertava o curso de Bacharelado de Administração e o de Licenciatura Letras Inglês. Em 2008 foi implantado outro curso, em 2009 iniciou-se a Licenciatura em Matemática (turma com 9 alunos) e em 2010 houve uma turma com 27 alunos cursando a mesma Licenciatura. Os cursos oferecidos são semipresenciais (80% virtual e 20% presencial). Recentemente foi implantado o curso de Licenciatura Letras Espanhol. Informou a dificuldade na formação de tutores para ministrar as aulas presenciais.

Os cursos foram avaliados pelo MEC como aptos, ainda que com pendências. Destacou que existe demanda para o curso de Geografia e que faltam recursos técnicos na área de informática. Relatou também que o polo atualmente funciona nas dependências do IFCE e que existe a pretensão de ofertar cursos de Administração em Gestão Pública. Estão previstos quatro cursos novos para agosto deste ano. O foco da UAB é a formação de professores os docentes das IES podem se cadastrar na Plataforma Paulo Freire para cursarem as Licenciaturas. No entanto, a representante da Secretaria Municipal da Educação de Quixadá relatou que este processo de cadastro e aceitação do professor pela Plataforma Paulo Freire muitas vezes não acontece, pois existem vários critérios rígidos para a seleção dos candidatos. Falou também que participam do Sistema UAB as universidades públicas (federais, estaduais e municipais) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições, exclusivamente públicas, são responsáveis pela criação dos projetos pedagógicos dos cursos e por manter sua boa qualidade com base nos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância – SEED/MEC.

Finalmente, pronunciou-se o diretor da FECLESC professor doutor *Jorge Alberto Rodriguez*. O professor Jorge informou que hoje a FECLESC oferta 8 cursos de licenciatura, mas tem pretensão de ampliar para 14 cursos, já que os dados das CREDES indicam que existe demanda em diversas áreas de conhecimento não contempladas pela instituição. Ressaltou a importância do papel político das IES nos municípios e a preocupação da Secretaria Municipal de Educação com o fato dos professores lecionarem fora de suas áreas de formação; chamou atenção para os critérios inadequados às regiões, citando como exemplo a oferta pelo MEC de uma especialização em Educação Infantil na qual os professores tentaram se inscrever e foram “barrados” pelo sistema. Informou que a FECLESC tem sido responsável pela formação dos professores da região há 30 anos e que existe a necessidade de investimento em políticas de assistência aos estudantes, pois os alunos são aprovados no vestibular, mas não conseguem se manter na cidade; reforçou que o índice de evasão do ensino superior tem se mantido entre 50% e 54%, em cursos como Física e Matemática a evasão é enorme, por isso o custo do aluno se eleva, defendeu a necessidade de identificação dos pontos nodais que impedem a conclusão dos cursos; comunicou que no Brasil temos 8 milhões de matrículas no ensino superior e que, nesse caso, precise melhorar mais os indicadores de “saída” que de “entrada”. Finalizou, reiterando a necessidade de oferta de cursos de licenciatura na região do sertão central cearense e defendeu que para que isso ocorra se faz necessário o engajamento político das IES no município.

O Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior nos permitiu enunciar algumas projeções para a educação superior em Quixadá, a partir dos discursos dos representantes de

suas principais IES. Essa pesquisa não responde a todos os questionamentos subjacentes ao tema, tampouco apresenta respostas definitivas já que nos debruçamos sobre uma realidade dinâmica que está em constante mudança. Para ilustrarmos essa dinamicidade informamos que já existe o projeto de construção de uma nova IES para Quixadá, o Instituto Educacional e Tecnológico Cisne, cujo padrinho é o Bispo Emérito do Município dom Adélio Tomasin que dividirá com o empresário José Nilson Gomes Filho a responsabilidade de administrar o Instituto. Serão investidos R\$12 milhões, sua área será de 60 mil m², e ficará localizada na entrada da cidade. Assim como ocorreu com a Faculdade Católica Rainha do Sertão, vem sendo considerado um grande investimento capaz de impactar a economia da região. Ao fazer a divulgação pública do evento, dom Adélio explicou que a escolha da denominação do Instituto de “Cisne” foi feita, levando em consideração que “Esta ave simboliza a grandeza, o otimismo e também a qualidade”. O Instituto deverá oferecer os cursos de veterinária (uma solicitação dos criadores da região), Enfermagem, Agronomia, Engenharia Civil e Engenharia Ambiental¹⁴⁴.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará divulgou em Fevereiro de 2014 (IPECE, 2014) um informe com a análise da distribuição espacial das instituições de ensino superior brasileiras a partir dos dados Censo da Educação Superior do INEP de 2011. O documento explicita que ainda é forte a concentração das IES na região Sudeste do país. Além disso, existem diferenças regionais na proporção do total de IES em relação ao total da população, com as regiões Norte e Nordeste apresentando as menores taxas de cobertura. Foi identificada a enorme participação do setor privado na oferta do ensino superior no país quando considerado o número de IES e mesmo as IES públicas ainda encontram-se fortemente concentradas na região Sudeste brasileira. O estado do Ceará participa com apenas 2,2% do total de IES no Brasil, ou seja, um total de 53 espalhadas em apenas 14 municípios. Vale destacar que ainda é forte a concentração do total de IES na capital cearense, apresentando a décima pior distribuição das IES por território dentre todos os estados brasileiros. É possível constatar assimetrias que reforçam a hipótese de que existe ainda no país uma distribuição insatisfatória do ensino superior que pode comprometer a oferta de ensino e o desenvolvimento igualitário de todas as regiões.

¹⁴⁴ Fonte: Diário do Nordeste. **Quixadá ganhará uma nova faculdade**. 21/04/2012. Disponível em: diariodonordeste.globo.com/matéria. Acesso em: 13/09/2013.

As doze menores participações no total de IES estão entre estados do Norte e Nordeste do país. As IES estão ainda bastante concentradas nos grandes centros urbanos¹⁴⁵ e em especial nas capitais dos estados brasileiros. As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília respondem pelo maior número delas. O estado do Ceará apresenta ainda forte concentração do total de IES na capital (das 53 Instituições de Ensino Superior, 62,3% estão localizadas na cidade de Fortaleza), apresentando a décima pior distribuição das IES por território dentre todos os estados brasileiros. No que se refere à organização acadêmica das IES brasileiras, as Faculdades são mais representativas, estando presentes em todos os estados do território nacional. As universidades, por sua vez, encontram-se bastante concentradas na região Sudeste do país, principalmente as públicas federais. Em relação a categoria administrativa das IES foi possível perceber a enorme participação do setor privado na oferta do ensino superior no país. Vale ressaltar que o setor privado não se limita às faculdades, sendo também o principal responsável pelos centros universitários e parte significativa das universidades. A principal fonte de receita das IES privadas é a arrecadação própria. A arrecadação própria foi maior nas faculdades privadas com fins lucrativos da região Sudeste. Por fim, as receitas de transferências foram destinadas quase a totalidade para as IES públicas, com forte concentração de 76,96% nas que estão localizadas na região sudeste do Brasil. Para as IES públicas do Nordeste foram destinados apenas 11,4% desses recursos. Um forte indicativo da assimetria da distribuição de recursos no país, é que as faculdades públicas estaduais localizadas na região Sudeste do país respondem por pouco mais da metade de todas as receitas de transferências para todos os tipos de IES no Brasil. Com isso, reforça-se a tese da distribuição desigual do número de IES e dos recursos públicos destinados a essas instituições o que provavelmente pode explicar a forte assimetria na distribuição dos recursos humanos qualificados no território nacional (IPECE, 2014).

Nesse contexto Quixadá se destaca como um dos 14 municípios cearenses a sediarem instituições de ensino superior. Para finalizar, salientamos a nossa justificativa para pesquisa na qual esperávamos como docente do curso de Pedagogia da FECLESC e formadora dos professores da região, contribuir para o conhecimento da interiorização do ensino superior no município. Cremos na responsabilidade como professores e pesquisadores de colaborar para elaboração das informações acerca dos investimentos educacionais na região, haja vista que as

¹⁴⁵ Os cinco estados que possuem o maior número de Faculdades no país são: São Paulo (487 Faculdades), Minas Gerais (311 Faculdades), Paraná (164 Faculdades), Bahia (103 Faculdades) e Rio de Janeiro (99 Faculdades). O Ceará aparece na 13ª colocação no total de Faculdades do país.

políticas educacionais para o ensino superior têm sido subsidiadas pelo pressuposto que a universidade pode favorecer o desenvolvimento regional, mas os resultados da tese indicam que para que as IES possam cumprir seu papel é necessário um diagnóstico preciso das diversas regiões ou, usando o conceito de Rocha Filho, de suas áreas geoeducacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de; PAVESI, Alessandra. **O planejamento de campi universitários como prática participativa e educativa**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, vol. 14, n. 01, maio, 2012. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista>. Acesso em: 15/07/2013.
- ANTICO, Cláudia. **Deslocamentos Pendulares nos Espaços Sub-regionais da Região Metropolitana de São Paulo**. 2004. Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em 07/11/2011.
- ANDRADE, Antonio Cabral de. **Sugestões de alguns temas para a discussão dos grupos**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et al. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- ALVES, Francisco Artur Pinheiro. **O processo de interiorização da UECE no Sertão Central**. Fortaleza: Eduece, 2007.
- ALVES, Ubirajara. **Pesquisa Acadêmica e Desenvolvimento Regional**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et al. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- ARANHA, Valmir. **Mobilidade pendular na metrópole paulista**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 96-109, out./dez. 2005.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **A Universidade e o Nordeste**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et al. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- ALBERTO, Klaus Chaves. **A representação das cidades universitárias no Brasil (1950-1960)**. 2012. Disponível em: www.anpur.org.br. Acesso em: 07/06/2013.
- _____. **Três projetos para uma cidade universitária do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado.
- _____. **Inconstantes cidades universitárias um estudo da Universidade de Brasília**. Porto Alegre: Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%207%20pdfs/058.pdf>. Acesso em: 11/07/2013.
- ALMEIDA, Rômulo. **O papel das Universidades no desenvolvimento regional**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et al. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- AMORIM, Cassiano Caon. **O uso do território brasileiro e as instituições de ensino superior**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/>. Acesso em: 23/11/2011.
- APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. **Educação superior: políticas públicas para inclusão social**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, V. 2, N. 1, p. 35-55, jan/jul, 2009. Disponível em: www.unicid.br/...educacao/.../6-Rev_v2n1. Acesso em: 18 de Outubro de 2012.
- ARAÚJO, José Edvar Costa de. **Culturas e Instituições Escolares de Ensino Superior da Região Norte do Ceará: sobre estereótipos e rotinas**. In VASCONCELOS, José Gerardo (et al.). **Interfaces Metodológicas na História da Educação**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres letradas e missionárias da luz: formação da professora nas Escolas Normais Rurais do Ceará – 1930 a 1960.** Fortaleza, 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC.

AZEVEDO, Hebert Guilherme de. **A difusão espacial de uma ideia religiosa: a espacialidade do movimento espírita organizado no município de São Gonçalo – RJ (2008).** Associação dos Geógrafos Brasileiros: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre: ENG, 2010. Disponível em: www.agb.org.br/evento/download. Acesso em 17/10/2013.

BARBOSA, Roldão Ribeiro; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Uma historiografia da Reforma Universitária de 1968,** 2009. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/. Acesso em: 19/07/2013.

BARBOSA, Natan Pereira. **Mémoria e Escrita da História de Quixadá:** reflexões sobre a obra do memorialista João Eudes Costa. Disponível em: <http://www.ce.anpuh.org.pdf>. Acesso em: 26/08/2013.

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. In: **Textos NEPO 35.** Campinas: UNICAMP, 2000.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior:** las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: Departamento de Educação e Política Social, 1995. Disponível em: firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf. Acesso em: 01/08/13.

BRASILa. **Decreto N. 19.851.** Senado Federal, 1931. Disponível em: www.fis.ufba.br/dfes/PDI/financ/decreto. Acesso em: 18/07/2013.

BRASILb. **Decreto N. 8.559.** Senado Federal, 1911. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto. Acesso em: 18/07/2013.

BRASILc. **Decreto N. 11.530.** Câmara dos Deputados, 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret>. Acesso em: 18/07/2013.

BRASILd. **Lei nº 5.540.** Presidência da República, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 26/07/2013.

BRASILE. Ministério da Educação. **ProUni.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 de Outubro de 2012.

BRASILf. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** MEC/SEESP/DIFES, 2009. Disponível em: reuni.mec.gov.br. Acesso em: 30 de Outubro de 2012.

BRASIL. **Geografia da Educação Brasileira.** Brasília: MEC/INEP, 2000. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 17/02/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável:** território sertão central. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 23ª ed. Tradução Floriano Fernandes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

BELLO, José Luiz de Paiva. **História da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>. Acesso em: 02/11/2013.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSQUETTI, Vânia Regina. **Plano Atcon e Comissão Meira Mattos: construção do ideário da universidade do pós-64.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p.221–229, set. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/.pdf>. Acesso em: 26/07/2013.

BRANCO, M.L.C.; FIRKOWSKI, O.L.C.F. e MOURA, R. (2005a) **Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador.** Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. ANPUR: Salvador.

BRANCO, M.L.C.; FIRKOWSKI, O.L.C.F. e MOURA, R. (2005b) **Movimento Pendular e Perspectivas de Pesquisas em Aglomerados Urbanos.** In São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4, p.121-133, out/dez 2005.

BRONOWSKI, Jacob. **O olho visionário: ensaios sobre arte, literatura e ciência.** Tradução: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CABRAL, Neyde A. Joppert. **A Universidade de São Paulo: modelos e projetos.** São Paulo: USP, 2004. Tese de Doutorado.

CAMPOS, Marcos César de Almeida; FIGUEIREDO, Maria Antonia Pires de (org.). **A interiorização do desenvolvimento.** Bauru: EDUSC, 1997.

CAMELO, Zailda Maria Cavalcante. **A interiorização da UECE: a sua representação por professores do interior.** Dissertação (Mestrado de Psicologia em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Desenvolvimento e educação no interior do Brasil.** Goiania: Oriente, 1974.

CATANI, Afrânio Mendes; CAMPBELL ESQUIVEL, Juan Carlos; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Reformas da Educação Superior no Chile, no Brasil e em Portugal no início dos anos 2000: uma abordagem comparativa.** In ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (orgs.). **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional.** Campinas: Mercado de Letras, 2011.

CATANI, A. M.; GILIORI, R.S.P. **O ProUni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização.** Linhas Críticas, V. 11, N. 20, Jan/Jun, 2005.

CAMPBELL ESQUIVEL, Juan Carlos. **La Universidad en Chile.** In SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (org.). **Políticas públicas para educação superior.** Piracicaba: Editora Unimep, 1997.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política para o ensino superior no Brasil (1996-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado.** Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos. Acesso em: 13/10/2012.

CINTRA, Anael (et. al.). **Movimento pendular da população na Região Sul.** 2009. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/pendular_sul.pdf. Acesso em: 05/06/2012.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade Pública sob nova perspectiva.** Conferência de abertura da ANPED. Poços de Caldas, 2003.

CHAGAS, Valnir. **A Universidade e a sua função de ensino.** In ANDRADE, Antonio Cabral de et all. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional.** Fortaleza: Edições UFC, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIBENI, Silvio Seno. **Algumas observações sobre o “método científico”**. 2006. Disponível em: <http://agriculturasamazonicas.ufpa.br>. Acesso em: 13/06/2012.

CEARÁ. **Planejamento Participativo e Regionalizado**: Macrorregião sertão central: SEPLAG/CPLOG/CEPAR, 2011. Disponível em: www.ppaparticipativo.ce.gov.br.pdf. Acesso em: 07/06/2013.

CEARÁ. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território Cidadania do Sertão Central – MDA/SDT/UNITACE. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

CEARÁ. **Caderno da Macrorregião Sertão dos Inhamuns**. Secretaria de Planejamento e Gestão/Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: http://www.ppaparticipativo.ce.gov.br/cadernos/caderno_inhamuns_web.pdf. Acesso em: 17/03/2012.

CEARÁa. **Universidade Federal do Ceará**. Disponível em: www.ufc.br. Acesso em: 02/11/2012.

CEARÁb. **Universidade Estadual do Ceará**: histórico. Disponível em: www.uece.br. Acesso em: 02/11/2012.

CEARÁ. **Universidade Regional do Cariri (URCA)**: galeria de reitores. Disponível em: <http://www.urca.br/portal/index.php/a-urca/galeria-reitores/martins-filho>. Acesso em: 08/08/2013.

CERTEAU, Michel De. **A Cultura no Plural**. São Paulo: Papirus, 1995.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Educacion y Conocimiento**: eje de la transformacion productiva con equidade. CEPAL/UNESCO: Santiago, 1996. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/pdf>. Acesso em: 06/08/13.

Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC). Fundação Clemente Mariani, 2013. Disponível em: <http://www.fcmariani.org.br/cmariani.htm>. Acesso em: 23/07/2013.

COSTA, Alexandre Bernardino. **Lei nº 5.540/68 a reforma do ensino superior**: um projeto de hegemonia. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso em: 24/07/2013.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

COSTA, João Eudes. **Retalhos da História de Quixadá**. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2002.

CORAGGIO, J. L. **Propostas do Banco Mundial para Educação**: sentido oculto ou problema de concepção. In WARDE, M. J. *et al* **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CORBUCCI, P.R. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990**: ensino de graduação. Texto para discussão Nº 869, IPEA, Mar. 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais**. Cidades, V. 04, Nº 06, 2007, p. 62-72.

_____. **As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos.** 6ª Ed. In CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

_____. **Repensando a teoria das localidades centrais.** 6ª Ed. In CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

_____. **Corporação, práticas espaciais e gestão do território.** 2003. Disponível em: <http://ppegeo.igc.usp.br/pdf/anigeo/v15/v15a06.pdf>. Acesso em: 30/09/2013.

CUNHA, Luiz Antonio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** In LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil.** 4ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

CRESPO, Hélio Júnior de Souza; SOUZA, Paulo Marcelo. **Interiorização econômica no Estado do Rio de Janeiro:** uma análise a partir da dinâmica da região metropolitana. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*. v. 8, n. 2, p. 170-198, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil.

CRUZ, Karlos Eduardo Arcanjo da; RAMOS, Francisco de Sousa. **Eficiência na gestão do saneamento básico e seus impactos sobre a promoção da saúde:** uma aplicação da análise envoltória de dados (DEA). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim2_mesa4_eficiencia_gestao_saneamento_basico.pdf. Acesso em: 09/06/2013.

DEMO, Pedro. **Extensão Universitária algumas ideias preliminares.** In ANDRADE, Antonio Cabral de et al. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional.** Fortaleza: Edições UFC, 1980.

DIDRIKSSON, Axel. **Contexto Global y Regional de la educación superior en America Latina y el Caribe.** 2006. Disponível em: http://200.6.99.248/~bru487cl/files/CAPITULO_01_Didriksson.pdf. Acesso em: 02/08/2013.

Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP). **CNPQ.** Disponível em: plsql1.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo. Acesso em: 13/02/2012.

Diário do Nordeste a: Caderno Regional. **Ensino fortalecerá exercício da cidadania.** 2003.

Diário do Nordeste b: Caderno Regional. **Sertão Central terá nova faculdade.** 2003.

Diário do Nordeste c: Caderno Regional. **Faculdade Católica é inaugurada hoje.** 2004.

Diário do Nordeste d: Caderno Regional. **Faculdade Católica no Sertão Central.** 2004.

Diário do Nordeste e. **Sertão Central se consolida como polo universitário.** Diário do Nordeste *on line*, 2004. Disponível em: <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/07/19/502176/serto-central-consolidado-como-polo-universitario.html>. Acesso em: 19/02/2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público.** Goiânia: UFG, 2001.

DUARTE, Juliana. **No coração do país.** Disponível em <http://revistaensinosuperior.uol.com.br>. Acesso em 22/01/11.

EL-KHAWAS, Elaine. **El control de calidad en la educación superior:** avances recientes y dificultades por superar. Washington: Banco Mundial, 1998. Disponível em: [ftp://ece.buap.mx/pub/.pdf](http://ece.buap.mx/pub/.pdf). Acesso em: 05/08/13.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de et all. **Formação de professores:** a responsabilidade social da Universidade Estadual do Ceará. No prelo. *Revista Educação Brasileira - CRUB*, 2011. Disponível em: www.jacquetherrien.com.br. Acesso em: 31/08/2013.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; SILVA, Maria Araújo da. **O ensino normal rural e a formação de professores no Ceará.** Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006. Disponível em: www.sbpnet.org.br. Acesso em: 01/09/2013.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. Fernandes. **O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba:** concentração ou desconcentração? In SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.

FINO, Carlos Nogueira. **A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais.** Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/22.pdf>. Acesso em 07/04/2012.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Aspectos naturais do Ceará.** Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil/aspectos-naturais-ceara.htm>. Acesso em: 29/05/2013.

FREIRE, Heronilson. **O uso do território de Sobral-Ceará pelas instituições de ensino superior.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, 2011.

FRIAS, Aníbal. **Praxe acadêmica e culturas universitárias em Coimbra:** lógicas da tradição e dinâmicas identitárias, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais, nº 66, 2003, p. 81-116.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Tradução: Maria de Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GISBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um oleiro perseguido pela inquisição. Tradução Maria Betânea Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRACIOSO, Joel. **Interioridade e filosofia do espírito nas Confissões de Santo Agostinho.** São Paulo: USP, 2010. Tese de Doutorado.

GLEZER, Raquel. **A noção do tempo e o ensino de história.** *Revista de História*, v. 02, nº 01, 1991. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/eso/fausto/tempo_historia.pdf. Acesso em: 28/09/2012.

GROSSI, Esther. **LDB:** lei de diretrizes e bases da educação: lei 9394/96. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GODOY, Arilda S. **Pesquisa qualitativa:** tipos fundamentais. In *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, Mai/Jun, 1995, p. 20-29.

GOLDENBERG, José. **O Repensar da Educação no Brasil.** Coleção Documentos, Série Educação para a Cidadania. São Paulo: USP/IEA, 1993.

GÓMEZ, Roberto Rodríguez. **La Universidad latinoamericana en la encrucijada del siglo XXI.** *Revista Iberoamericana de Educacion*, nº 21, septiembre-diciembre, 1999. Disponível em: <http://www.rieoei.org/rie21f.htm>. Acesso em: 01/08/13.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do Trabalho e Controle Social:** trabalho e organizações na era neoliberal. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

GOMES, Gustavo Maia; SOUZA, Hernínio Ramos de; MAGALHÃES, Antonio Rocha (orgs.). **Desenvolvimento sustentável no nordeste**. Brasília: IPEA, 1995.

GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2001.

GILBERT, Anne. **The New Regional Geography in English and French-speaking Countries**. Progress in Human Geography, 1988.

GUSMÃO, Adriana David Ferreira. **Ensino Superior e a dinâmica dos fixos e fluxos espaciais em Vitória da Conquista – Ba**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2k.pdf>. Acesso em 15/06/2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Hospital Maternidade Jesus Maria José (HMJMJ): histórico. Disponível em: <http://www.hmjmj.com.br/hospital/historico>. Acesso em: 12/08/2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Educação, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/presenca/index>. Acesso em: 09/06/2013.

Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. 2ª ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. s/d. Disponível em: www.publicacoes.inep.gov.br. Acesso em: 09/08/2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**, 2000. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em 14/06/2011.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Ceará em números: 2010**. Fortaleza: IPECE, 2011.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Análise da Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Superior Brasileiras a partir dos dados do Censo da educação superior de 2011**. Fortaleza: IPECE/Informe 72, 2014.

KANITZ, Stephen. II FÓRUM MERCADOS BRASILEIRO. **“Interiorização” é o caminho para o crescimento do país e da propaganda**. 2011. Disponível em: <http://www.fenapro.org.br/index>. Acesso em: 02/03/2013.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. Tradução João Manuel Ribeiro Coelho e Sérgio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações**. eRAE, Vol. 46, Minas Gerais, 2006.

LEITE, Rogério César de Cerqueira. **Universidade e Desnacionalização**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et all. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

LENCIONI, Sandra. **Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais.** In SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.** Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar. n. 7. ,p. 153-176. Editora da UFPR. Curitiba, 2001.

LISPECTOR, Clarice. **Laços de Família.** 9ª ed. São Paulo: Editora S. A, 1978.

LIMA, Licínio C. **O paradigma da educação contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal.** Revista Brasileira de Educação, nº 4, Jan/fev/mar/abr. São Paulo: ANPED, 1997.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano; CECATTO, Adriano. **O que o homem juntou...:** Interdisciplinaridade no ensino de História e Geografia. In VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais.** Fortaleza: RDS, 2012b.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro:** notas para uma pesquisa etnográfica. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 17. Nº 49. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: 17/04/2012.

MARTINS, Ana Luiza. **A “São Francisco” na dinâmica da história e na memória da cidade.** In **Cidades Universitárias:** patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP. São Paulo: Editora da USP, 2005.

MARTINS FILHO, Antônio. **O outro lado da história.** Fortaleza: UFC, 1983.

MALTA, Eder. **Práticas socioculturais juvenis:** sociabilidade universitária nas cidades históricas de Ouro Preto (Brasil) e Coimbra (Portugal). XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011. Disponível em: www.xiconlab.eventos.dype.com.br. Acesso em: 02/07/2013.

MATOS, Maria Madalena Aguiar da Cunha. **As Cidades e os Campi:** contributo para os estudos dos territórios universitários em Portugal. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1999. Tese de Doutorado.

MAIA, Tatyana de Amaral. **A ação política dos intelectuais na imprensa (1956-1964).** ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0988.pdf>. Acesso em: 24/07/2013.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. **A cultura brasileira “descobre” o Brasil, ou – Que país é este?!** Uma pergunta à cata de resposta. Revista USP, nº 12, dez-fev, 1992, p. 73-96.

_____. **Crítica à noção de identidade cultural** (ou étnica, nacional etc). In BARBALHO, Alexandre (org.). **Brasil, Brasis:** identidade, cultura e mídia. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

MEIRELES, Cecília. **Viagem.** Lisboa: Edições Ocidente, 1939. ebooks Brasil: fonte digital. Transcrição do Exemplar.

MINOZZI JÚNIOR, Essio. **A Educação Brasileira na Era Vargas: as reformas e os grupos escolares paulistanos**. IV Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, 2007. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais_IV_coloquio. Acesso em: 19/07/2013.

MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica** – o saber posto em questão. Vozes, 1982.

NASCIMENTO, Raimundo Benedito. **Tecnologia da Informação na Educação: relato de uma investigação**. In ANDRIOLA, Wagner Bandeira; MACDONALD, Brendan Coleman (Org.). **Avaliação**. Fiat lux em educação. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades**. Cadernos de Pesquisa em Administração. São Paulo, V. 1, N. 3, 2º sem., 1996. Disponível em: www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf. Acesso em: 12/10/12.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Lei 12711/2012 e os desafios da educação superior pública no Brasil**. Cadernos do GEA, n.1, jan.-jun. 2012. Disponível em: http://www.flacso.org.br/gea/documentos/Cadernos_GEA/Caderno_GEA_N1.pdf. Acesso em: 06/08/2013.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael H. Moraes. **A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira**. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais>. Acesso em: 02/06/2012.

OLIVEIRA, Natalis Natacha Maciel de. **Faculdade Católica rainha do Sertão: análise das espacialidade advindas da ação instrucional da igreja católica em Quixadá**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2008.

ORSI, Carlos. **Matrículas no ensino superior brasileiro dobram na década; total de formados aumenta 150%**. 2011. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br>. Acesso em: 20/05/2013.

PAIXÃO, Cassiane de Freitas. **Conhecer os atores da educação superior brasileira: influencia e o consentimento nas políticas educacionais**. Buenos Aires: Congreso Iberoamericano de Educación, 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br:8080/.pdf>. Acesso em: 05/08/13.

PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

PLATÃO. **Fédon: a imortalidade da alma**, s/d. Disponível em: <http://br.egroups.com/group-acropolis>. Acesso em 22/04/2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Uma Escola do Tamanho do Brasil**. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 10/11/2002.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Movimentos pendulares e acumulação do capital**. Revista Pegada, Vol. 11, Nº 2, Dez., 2010.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTAL DO SPAECE. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/>. Acesso em: 09/06/2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **IDHM 2013**. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 09/10/13.

QUIXADÁ. **Diocese de Quixadá: histórico**. 2011. Disponível em: <http://www.diocesequixada.org/net/index.php/home/historico.html>. Acesso em: 08/08/2013.

RAMOS, Carlos Alberto; ARAÚJO, Herton. **Fluxos migratórios, desemprego e diferenciais de renda**. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0657.pdf>. Acesso em: 15/06/2012.

RIEDER, Arno. **A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso**. Revista GUAL, Florianópolis, vol. 4. n. 03, p. 228 – 247, set/dez, 2011.

RIBEIRO, Fabrício Américo. **UNILAB: políticas educacionais e as transformações do espaço urbano em Redenção - Ceará – Brasil**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, 2012.

ROCHA FILHO, José Mariano da. **A terra, o homem e a educação: universidade para o desenvolvimento**. 2ª ed. Santa Maria: Editora Pallotti, 1993.

_____. **Um imperativo inadiável a descentralização do ensino** (discurso). Santa Maria. Jornal “A Razão”, 01 de maio de 1949.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930 / 1973)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria; MARTINS, Liliana Gonzaga de Azevedo. **Ensino Superior na América Latina e a Globalização da racionalidade capitalista**. In ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (orgs.). **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Diálogos entre Educação, Geografia e História**. In VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais**. Fortaleza: RDS, 2012b.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia e Religião: uma proposta**. In Espaço e Cultura. Ano I, Outubro de 1995.

_____. **Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____, Z. **Hierópolis: O Sagrado e o Urbano**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os Caminhos da Construção Teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião**. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p.47-78.

_____. **Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **A Territorialidade da Igreja católica no Brasil -1800 e 1930**. Textos NEPEC, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, n.1, 2001.

RUÓTOLO, Antonio Carlos. “**Interiorização**” é o caminho para o crescimento do país e da **propaganda**. 2009. Disponível em: <http://www.fenapro.org.br>. Acesso em: 19/05/2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**: Livros VII, X e XI. Tradução Arnaldo do Espírito Santo; João Beato; Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Covilhã, 2008. Disponível em: [www.lusofonia. Net](http://www.lusofonia.Net). Acesso em: 29/04/2013.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poíeses Pedagógicas, Vol. 8, N. 2, Ago/Dez, 2010, p. 4 – 17. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/14035/8876>. Acesso em: 18/07/2013.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1999. (Coleção educação contemporânea).

_____. **Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas**. Poíesis Pedagógica - V.9, N.1 jan/jun. 2011; pp.07-19. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/15667>. Acesso em: 31/08/2013.

SCHERER, Dom Vicente. **Pela liberdade do ensino**. Discurso de D. Vicente Scherer no décimo primeiro aniversário de sua sagração episcopal. Diário de Notícias. Porto Alegre, 25 fev. 1958. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/discurso3.html>. Acesso em: 26/07/2013.

SCHWARTZMAN, Simon. **Algumas sugestões sobre o papel e a organização da Pesquisa Científica nas Universidades do Nordeste. A Universidade e a Pesquisa**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et all. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Mana, nº 11, vol. 2, pp. 577-591, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>. Acesso em: 06/05/2013.

SILVA, Maurício Joppert da. **As cidades universitárias: aula inaugural da Universidade do Brasil, do ano letivo de 1950**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1950.

SILVA, Francisco Chagas da. **Quixadá nos anos de 1910 a 1942: descrição de fatos históricos**. Fortaleza, [s/l], 1977.

SILVA, Robson Bonifácio da. **A Mobilidade Pendular na Região Metropolitana da Baixada Santista: breve caracterização socioeconômica e demográfica dos pendulares**. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais>. Acesso em: 02/06/2012.

SILVA, Francisca Welliane Barros da; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Desenvolvimento, cultura e consumo na cidade de Quixadá (1960-1980)**. Disponível em: http://www.ce.anpuh.org/1341666692_ARQUIVO_Artigo.pdf. Acesso em: 28/08/2012.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SOUSA, José Bonifácio de. **Quixadá de fazenda à cidade**. Fortaleza: UFC, 1997.

_____. **Serra do Estevão**. Fortaleza: UFC, 1997b.

SOUSA, Manoel Alves de. **Entre as alvas plumas e o canto da coruja: a relação da cotonicultura com a questão da educação em Quindá**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 1997.

SORRE, Maximilien. **Migrações e mobilidades do ecúmeno**. In MEGALE, Januário Francisco (org.). Max Sorre: Geografia. São Paulo: Ática, 1984, p. 124-139.

TERRA, Ana Carolina Lobo. **A espacialidade diocesana no estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: www.ourinhos.unesp.br/seer/index.php/geografiaepesquisa/article. Acesso em: 12/01/2014.

THERRIEN, Jacques; CARTAXO, Helena. **A Universidade e o desenvolvimento regional: elementos para um debate**. In ANDRADE, Antonio Cabral de et al. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TUROLLA, Frederico A. **Política de Saneamento Básico: Avanços Recentes e Opções Futuras de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2002.

União Nacional dos Estudantes (UNE). Disponível em <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 23/07/2013.

United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998a. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 06/08/13.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação**. UNESCO, 1998b. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/html>. Acesso em: 06/08/13.

VASCONCELOS FILHO, Raimundo Elmo de Paula. **Espaço e Educação: as Faculdades Católicas no Ceará**. In VASCONCELOS, José Gerardo (et al.). **Interfaces Metodológicas na História da Educação**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

_____. **O Limoeiro da Educação: a história da criação da diocese e a ação instrucional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938-1968)**. Tese de Doutorado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, 2006.

_____. **Currículo Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1622568102591329>. Acesso em: 16/03/2012a.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (et.al.). **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais**. Fortaleza: RDS, 2012b.

VERNE, Júlio. **Viagem ao centro da terra**. 1864. Disponível em: www.inlivros.net. Acesso em: 28/04/2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Reformas educativas no Brasil: uma aproximação histórica**. 2009. Disponível em: www.saece.org.ar/docs/congreso3/Lerche1.doc. Acesso em: 18/07/2013.

_____. **Reforma Universitária de 1968 (40 anos) / Córdoba (90 anos): reforma universitária – ecos de 1968**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/>. Acesso em: 19/07/2013.

_____. **O (dis)curso da (re)forma universitária.** Fortaleza: edições UFC, 1982.

XIMENES-ROCHA, Solange Helena. **A aprendizagem da docência em salas multisseriadas.** In XIMENES-ROCHA, Solange Helena; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (orgs.). **Formação de Professores:** pesquisas com ênfase na Escola do Campo. Curitiba: Editora CRV, 2012.

ZIBAS, Dagmar M. L.; FRANCO, Maria Laura P. B. **Diagnóstico quantitativo do ensino médio no Brasil.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Departamento de Pesquisas Educacionais, 1997.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa de Doutorado "A Interiorização do Ensino Superior em Quixadá e seus arranjos espaciais", sob responsabilidade da pesquisadora Keila Andrade Haiashida da Universidade Estadual do Ceará (UECE). As perguntas enfatizam a mobilidade dos estudantes de Instituições de Ensino Superior situadas em Quixadá e os territórios simbólicos. Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos: a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza; b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso; c) sua identidade será mantida em sigilo.

1. A qual grupo etário pertence

() 16 – 20 anos () 21 – 25 anos () 26 – 30 anos

() 31 a 35 anos () Mais de 36 anos

2. Curso superior no qual está matriculado e Instituição de Ensino Superior

3. Realiza deslocamento entre cidades (ou Estados) para estudar?

() Sim () Não

4. Qual sua cidade (ou Estado) de origem?

5. Como realiza seu deslocamento para estudar em Quixadá (apenas para os que vem de outra cidade)

() Ônibus disponibilizados pelas prefeituras da cidade de origem

() Ônibus de carreira

() Carro

() Avião

() Outro. Especifique _____

6. O que motiva esse deslocamento para o estudo

() Razões culturais

() Melhores condições salariais

() Melhores perspectivas de emprego

() Ambição social

() Outro. Especifique _____

7. Quanto tempo permanece em Quixadá

() Vem para Quixadá assiste aula e volta para cidade de origem todos os dias

() Vem para Quixadá assiste aula e volta para cidade de origem nos finais de semana

() Mora em Quixadá e volta para cidade de origem nas férias

8. Situação de moradia para os que permanecem mais tempo em Quixadá

- () mora em república com outros estudantes
- () mora sozinho em casa alugada
- () mora com parentes
- () mora em residência própria

9. Mora perto da Instituição de Ensino Superior na qual estuda?

- () Sim () Não

10. Que tipo de serviços costuma utilizar em Quixadá¹

- () Xerox, papelaria, livraria
- () Supermercados, mercearias
- () Bares, restaurantes
- () Hospitais, farmácias, clínicas
- () Outro. Especifique _____

11. Como se mantem financeiramente

- () Trabalha e se sustenta com o próprio salário
- () Recebe bolsa de estudo de alguma agência de fomento
- () Recebe mesada dos pais
- () Outro. Especifique _____

12. Espaços vivenciados

Qual o ponto de encontro na faculdade _____

Qual o ponto de encontro em Quixadá _____

Do que se lembra quando pensa em Quixadá _____

13. Nesses espaços de encontro costuma ficar junto às pessoas de sua cidade de origem

- () Sim () Não

14. Qual a importância das Instituições de Ensino Superior para Quixadá

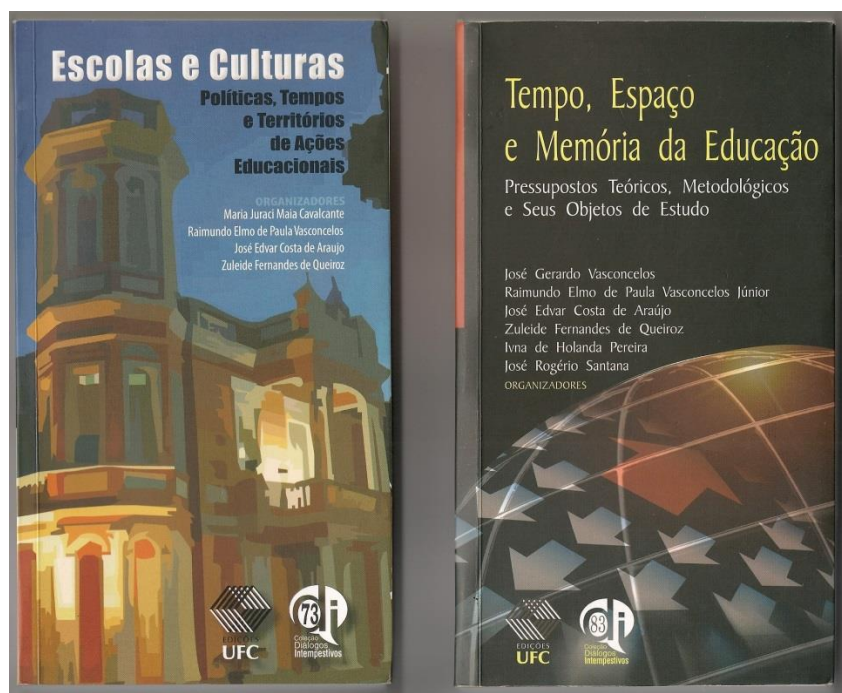
- () Desenvolvimento Econômico da cidade
- () Desenvolvimento Cultural da cidade
- () Desenvolvimento Social da cidade
- () Desenvolvimento Educacional da cidade

¹ Pode marcar mais de uma opção

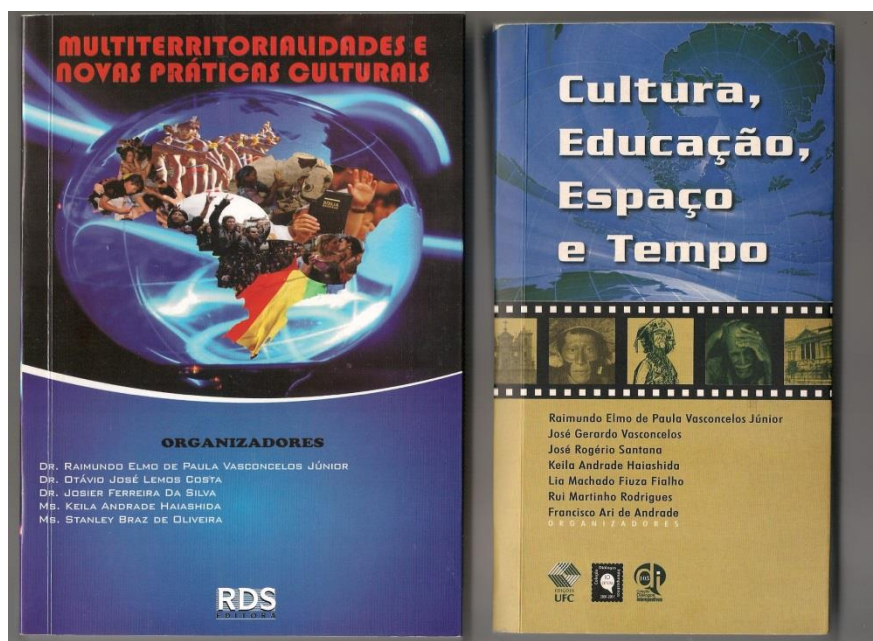
ANEXOS

ANEXO 1

CAPAS DOS LIVROS DO ECEGE E SINECGEO



CAPAS DOS LIVROS DO I E II ECEGE



CAPAS DOS LIVROS DO III E IV ECEGE

ANEXO 2:

Discurso de D. Vicente Scherer no 11º aniversário de sua sagração episcopal

PELA LIBERDADE DE ENSINO

Discurso pronunciado pelo Arcebispo Metropolitano, em 23 de fevereiro na comemoração do seu undécimo aniversário de sagração episcopal durante a missa realizada na catedral metropolitana.

"Atribuo a esta solenidade, com palavras empregadas, em recente documento, por Pio XII, a significação de um "testemunho de unidade e caridade". Testemunho de unidade das forças, das iniciativas, das vontades e dos corações em torno da pessoa do Bispo, como penhor de ortodoxia na doutrina e de fecundidade na ação; testemunho de caridade, compreensão, amor fraterno que necessariamente, na família diocesana cristã, manifestam e caracterizam a presença e o espírito de Deus. Não é como "príncipe da Igreja" que apraz ao Bispo ser definido e tratado, mas como Pastor e Pai, que não conhece preocupações e alegrias outras que o bem espiritual e material das ovelhas de Cristo confiadas à sua solicitude, à sua vigilância e ao seu governo. Aos presentes, pois, e a todos que bondosamente se associaram a este expressivo testemunho, principalmente ao generoso intérprete dos sentimentos da coletividade católica, a segurança do nosso sincero reconhecimento.

Acrescentou o Santo Padre às palavras citadas que para o Bispo, responsável pelo apostolado em sua diocese e pela doutrina que nela se ensina, todos os esforços devem convergir. Faltando esta inserção profunda nos empreendimentos comuns da Igreja em tal região, em tal meio, o ministério particular arrisca-se bem depressa a perder sua fecundidade sobrenatural, como um rio desligado de sua nascente não tarda em secar" (Carta ao C. Feltin. 25-3-1957).

TRIGO E JOIO

Consola-nos sobremodo o exuberante florescimento das obras de religião, de apostolado, de assistência e caridade que o zêlo e a generosidade do clero e de leigos operosos por tôda parte promovem e aperfeiçoam, dominandos pelo amor do Cristo, obedientes aos apelos da Igreja, angustiados pela miséria moral e espiritual dos esquecidos de Deus e pela penúria econômica dos abandonados pela justiça social dos homens.

Mas, observamos igualmente a ação destruidora das forças da negação e do mal. O ateísmo também entre nós conta com apóstolos e evangelistas que desdobram atividade tenaz e articulada que, sob êsse aspecto, a muitos de nós, apáticos e comodistas, poderia servir de exemplo e incitamento.

Na sementeira do trigo da verdade e da virtude, segundo a parábola do Senhor (Mt. 13), surpreendemos o adversário, o "inimicus homo", que, na calada da noite ou até sem disfarces, à plena luz do dia vai passando e espalhando o joio e a cizânia da falsa doutrina.

ORIENTAÇÃO MATERIALISTA DE ORIENTADORES DE ENSINO

Queremos hoje referir-nos a um grupo poderoso que, - impõe-se-nos a renovada denúncia à consciência católica e cristã do País -, instalado no Ministério da Educação e Cultura do Rio de Janeiro, está promovendo não só o laicismo do ensino, mas também a laicização e o materialismo da vida. Sistemáticamente procura-se realizar um plano de orientação materialista e ateísta do ensino nacional e se move uma campanha ardilosa contra as escolas particulares, em favor do monopólio estatal do ensino. Os patrocinadores dêsse programa de ação apresentam e defendem uma doutrina de desenvolvimento nacional inspirada e baseada na mesma filosofia em que se abeberou Carlos Marx para elaborar as teses fundamentais da sua interpretação materialista da história e a sua teoria econômica, viga-mestra do comunismo.

MONOPÓLIO ESCOLAR

O Prof. Anísio Teixeira, a figura mais destacada do referido grupo, apresenta a escola pública universal e gratuita do Estado como remédio para os males da educação no Brasil (Educação não é privilégio, 1957). Em artigo publicado em CAPES, boletim informativo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, afirma: "Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois, êstes sòmente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a "protegidos") e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais que para promovê-las" (n. 48, 1956, pag. 3).

A mentalidade hostil ao ensino particular, dominante em certas esferas oficiais, ficou evidenciada igualmente no recente congelamento, pela COFAP, das anuidades escolares.

EDUCAR, DIREITO DA FAMÍLIA

Mas, a voz da natureza e da razão, o consenso unânime dos povos, as leis positivas de todos os Estados civis democráticos, o ensino da Igreja, proclamam concordemente que a educação dos filhos é um dever natural de quem lhes deu a vida. O direito de educar decorre da própria geração dos filhos. Depois que estes atingiram seis ou sete anos, a família necessita de uma escola para dar-lhes forma - pois, considerada um prolongamento e um aperfeiçoamento da família. E os pais, confiando os filhos à escola, não podem renunciar ao seu direito inalienável de educar mas sòmente o delegam, na medida reclamada pelo bem dos filhos e da coletividade.

OS MESTRES, MANDATÁRIOS DOS PAIS

Se a educação dos filhos é um direito natural e intangível da família, as pessoas associadas a esta obra educativa, mestres e dirigentes dos institutos escolares, são mandatários e representantes dos pais. E como a escola tem essencialmente uma função educativa, escolher uma determinada escola significa preferir uma certa forma de educação escolar, informada de especiais princípios pedagógicos, morais e religiosos. Decorre daí um primeiro e fundamental aspecto da liberdade escolar: a livre escolha da escola por parte dos pais. Os direitos da família são anteriores e superiores aos do Estado e da comunidade política que se constitui pela união de famílias existentes antes dêle.

Não reivindicamos o direito de educar sòmente para os pais católicos; aos adeptos de qualquer crença e mesmo às famílias pagãs assiste êle igualmente com fundamento nas razões apontadas. O monopólio estatal do ensino é um violento atentado a prerrogativas insuprimíveis da família.

A PALAVRA DOS PAIS

Multiplicaram os Sumos Pontífices nos últimos setenta anos as manifestações do seu magistério sobre êste ponto. Ainda há poucos meses, em novembro do ano findo, Pio XII, falando ao 1 Congresso Internacional das Escolas Particulares da Europa, insistiu: "Um Estado que atribui a si exclusivamente a tarefa da educação e proíbe aos particulares ou aos grupos independentes de assumir neste setor responsabilidade própria, manifesta uma pretensão incompatível com as exigências fundamentais da pessoa humana. Assim a idéia da liberdade escolar é admitida por todos os regimes políticos que reconhecem os direitos do indivíduo e da família" (Oss. Rom. 13-11-1957).

O MONOPÓLIO E OS REGIMES TOTALITÁRIOS

O monopólio estatal do ensino é tese essencialmente totalitária e antidemocrática. Nos países satélites da Rússia, os dirigentes soviéticos iniciaram, em todos êles a supressão dos direitos políticos e a perseguição religiosa com fechamento das escolas da Igreja. Hitler, desde 1935, movimentou a tremenda máquina publicitária do nazismo contra as escolas confessionais, até sua total extinção. Mussolini, em 1929, preparou o golpe destruidor do ensino particular na Itália e foi esta a ocasião que motivou a publicação da monumental encíclica de Pio XI (*Divini Illius Magistri*), verdadeira Carta Magna da educação cristã da juventude.

A socialização dos meios de produção, postulado básico do comunismo, estabelece e firma a tirania econômica do Estado sobre os cidadãos e trabalhadores; espoliação pior, em certo sentido, vem a ser a socialização ou monopólio do ensino, porque escraviza as inteligências ao Estado que pretende impor aos súditos a opinião de alguns poderosos no momento sobre o sentido e a orientação da vida.

TENDÊNCIA GENERALIZADA

Observamos que em tôda parte, não só nos países totalitários, os povos como os indivíduos acham-se em nossos dias constantemente ameaçados pelas tendências crescentes do Estado moderno de impôr a sua dominação absoluta em quaisquer setores da vida e das atividades humanas. O perigo de tornarem-se totalitários constitui tentação permanente dos governos em nossos tempos. Esse totalitarismo está dentro da lógica do materialismo e da negação da vida espiritual. É um método muito cômodo para o governo. Mas, não corresponde à justa concepção do homem e menos ainda ao conceito cristão do Estado.

Se, pois, negamos ao Estado o direito ao monopólio escolar, que erradamente êle se reivindica, temos a certeza de dar uma contribuição preciosa e talvez decisiva à vida cultural do nosso povo, ao seu livre desenvolvimento democrático no sentido mais verdadeiro da palavra. Na defesa da liberdade escolar a luta dos católicos deverá ser decidida e sem treguas. O sr. Anísio Teixeira e seus colaboradores pretendem possuir um sistema ou método educativo próprio, que não é seguramente o que preconiza e aplica a Igreja.

GLÓRIA E FALHAS DO ENSINO PARTICULAR

Não tem fundamento a campanha de descrédito que alguns funcionários do Ministério da Educação movem contra a escola livre ou particular. Haverá certamente deficiências e abusos.

Mas, porventura não existem êles nos estabelecimentos oficiais? As repetidas exortações de Pio XII e inúmeros documentos episcopais demonstram vivamente quanto a Igreja se preocupa com o aperfeiçoamento do ensino católico e a atualização dos métodos didáticos.

Centenas de milhares de pais e mães, em todo território nacional, fazem pesados sacrifícios para enviar os filhos aos institutos educativos fundados e mantidos pela Igreja ou outras entidades particulares. Pensam êles sôbre o ensino livre de modo diferente do sr. Prof. Anísio Teixeira e seus companheiros. Acusam estes o ensino livre de mercantilismo e promotor ou conservador de desigualdades sociais. A generalização é inteiramente injusta. Concordamos em que aqueles que, ao abrir um estabelecimento de ensino, procuram montar um negócio rendoso, não devem obter proteção do Estado. Mas, os abusos são exceções. Quem não observa que eventuais economias ou lucros dos colégios católicos são aplicados em benefícios do próprio ensino, isto é, em prol das obras de formação dos futuros mestres, ou na ampliação dos estabelecimentos e na construção e outros novos?

ALUNOS RICOS E POBRES

Serão as escolas particulares para os ricos? Nos estabelecimentos públicos estudam pessoas abastadas da mesma forma como nos colégios particulares. O Ministério da Educação, como é indeclinável obrigação de justiça distributiva do Estado, auxilie com suas verbas as aulas particulares para que se possam manter honestamente e as taxas escolares serão diminuídas ou abolidas. Em muitas ótimas escolas do interior, os pais pagam a contribuição irrisória de vinte cruzeiros mensais ao professor primário particular que não aufere no ensino o mínimo indispensável para sua decente subsistência, muitos professores municipais vivem nas mesmas precárias condições. É uma clamorosa injustiça que o Estado comete obrigando os pais, que desejam uma escola informada de determinados princípios educativos, a pagar duas vezes a taxa escolar, uma vez contribuindo para os impostos comuns, com que são mantidos os estabelecimentos públicos de ensino, e outra vez atendendo às justas exigências da escola particular em que os filhos estudam.

APREENSÕES E ESTRANHEZA

Os ataques velados e abertos que partem do Ministério da Educação contra o ensino livre nos suscitam graves apreensões e alertam a consciência cristã. Devemos estar a postos para a defesa de uma das prerrogativas mais caras e imprescindíveis de um povo livre. Neste ensejo, em nome da população católica do Rio Grande do Sul, interpretando sem dúvida também o pensamento dos adeptos das religiões evangélicas, com o devido respeito, manifestamos a nossa estranheza diante do fato de que o sr. Presidente da República e o sr. Ministro da Educação não tenham tomado decisivas providências para impedir o agravo que se está cometendo aos direitos da imensa maioria dos cidadãos brasileiros, que se conservam fiéis à fé tradicional e, em geral, ao direito fundamental dos pais à escola de sua preferência.

EXCELÊNCIAS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

A educação cristã, que a Igreja preconiza e exalta, enriquece a vida intelectual com conhecimentos técnicos e científicos, enrije o corpo pela cultura física, mas, principalmente, fortalece a vontade, forja caracteres, purifica e enobrece o coração, desenvolve e alimenta uma sadia vida de fé e de piedade. Uma escola sem ideal superior, uma pedagogia sem alma, um ensino sem preocupação educativa, seria um jardim sem sol, um lar sem fogo, uma lareira sem chama, um coração sem amor, um corpo sem alma, uma fonte sem jorro de água cristalina, um

canteiro sem flôr, uma rosa sem matiz e perfume. O efeito e o resultado, intencional ou não, se as falhas não forem sanadas em outros ambientes, seria um pernicioso atrofiamento da obra educacional, uma subnutrição afetiva, um depauperamento espiritual da criança e do jovem, o caminho para a descristianização do povo e o bolchevismo econômico e moral. Deus preserve o Brasil da perda do seu mais opulento patrimônio a alma cristã dos seus filhos.

O PÃO E A PALAVRA DE DEUS

No evangelho deste domingo, o primeiro da quaresma, escutamos as palavras com que o Salvador repeliu o tentador: "Não é só de pão que vive o homem, mas de tôda palavra que sai da bôca de Deus".

A escola dará ao educando não sòmente o pão da instrução, o aprendizado de noções e conhecimentos, a habilidade profissional; ao pão natural do enriquecimento intelectual e da preparação técnica, é preciso acrescentar o pão do espírito, a formação da vontade, para a vida da graça, segundo a palavra que sai da bôca de Deus. Para os indivíduos e os povos é êste o caminho do progresso, da justiça, da felicidade, do triunfo e da glória

ANEXO 3:

La educación superior en Rumania: la gestión institucional como instrumento de control de calidad

La Ley sobre educación de 1995 es el resultado de una estrategia de reforma del sector de la educación adoptada en 1994 por el Gobierno rumano. La nueva Ley sobre educación reemplazó el control centralizado del Ministerio de Educación por la supervisión sistémica a través de consejos intermediarios u “organizaciones reguladoras”. Esto se logró traspasando las funciones profesionales y políticas del Ministerio de Educación a cuatro consejos intermediarios semiautónomos: el *Consejo nacional de acreditación y evaluación académica*, el *Consejo nacional de títulos universitarios*, el *Consejo de financiación de la educación superior*, y el *Consejo de investigaciones universitarias*.

Actualmente, el sistema de educación superior se adapta mejor a las necesidades de la incipiente economía de mercado. Esto se ha logrado modificando el contenido y reajustando el tamaño de los programas y aumentando la flexibilidad. Se introdujeron nuevas materias, como administración de empresas y macro y microeconomía moderna, en tanto que se eliminaron otras materias como la planificación centralizada. Se han adoptado medidas para evitar la especialización y matrícula excesivas en ciertas áreas técnicas y de ingeniería y se han introducido programas interdisciplinarios. Se ha aumentado la flexibilidad mediante la incorporación de programas de corta duración y programas de readiestramiento y educación permanente.

Además, la revitalización de los programas de estudios --a través del *Consejo de acreditación*-- está mejorando los niveles de calidad, especialmente en las nuevas universidades públicas y privadas. Se está elevando la calidad del cuerpo docente mediante la creación de programas de postgrado destinados a capacitar a la próxima generación de profesores, en tanto que el *Consejo de investigaciones universitarias* está financiando la creación de nuevos programas de postgrado e investigaciones relacionadas con éstos.

Aún deben adoptarse algunas medidas para reforzar los mecanismos de control de calidad ya incorporados. La responsabilidad por el mantenimiento de las normas de calidad se logrará mediante un examen periódico de los programas, como se prevé en la Ley sobre acreditación. Se formularán y aplicarán normas y procedimientos para la realización de evaluaciones periódicas de la calidad. Se crearán incentivos para mejorar la calidad a nivel

universitario y de postgrado mediante un sistema competitivo de asignación de donaciones para la innovación de los programas y la investigación. La asignación del gasto público se orientará a enmendar las omisiones del pasado; para ello, los recursos destinados al desarrollo, la innovación y la inversión de capital se aumentarán a un nivel de por lo menos un 20% del gasto público total en educación superior. Los estudios de postgrado se concentrarán en instituciones seleccionadas de modo que los recursos puedan orientarse al desarrollo de programas de alta calidad.

La Ley sobre educación contempla el establecimiento de estructuras administrativas internas y en 1995 comenzaron a adoptarse medidas destinadas a establecer funciones administrativas y académicas independientes. Con el tiempo, todas las instituciones deberán preparar planes de desarrollo institucional para participar en los programas competitivos de asignación de donaciones. Los directores de las instituciones determinarán las prioridades mediante un examen interno de las propuestas para la asignación de donaciones presentadas por las instituciones. Durante el próximo año se adoptarán nuevas medidas, incluidos el establecimiento de un sistema de gestión profesional mediante distintas escalas de sueldos para los administradores y la creación de sistemas de información administrativa para facilitar la adopción de decisiones a nivel institucional y sistémico.

Fonte¹⁴⁶: Banco Mundial, 1996.

¹⁴⁶ Banco Mundial. 1996a. Romania - Reform of Higher Education and Research Project (Romania-Proyecto de reforma de la educación superior y la investigación). Informe de evaluación inicial preparado por el personal No. 15525.

ANEXO 4:

Mapa: Divisão regional¹⁴⁷ adotada pelo IBGE



- 1 - **Região Centro-Oeste**
- 2 - **Região Nordeste**
- 3 - **Região Norte**
- 4 - **Região Sudeste**
- 5 - **Região Sul**

¹⁴⁷ Fonte: <http://www.estadosecapitaisdobrasil.com/regioes-do-brasil.php>

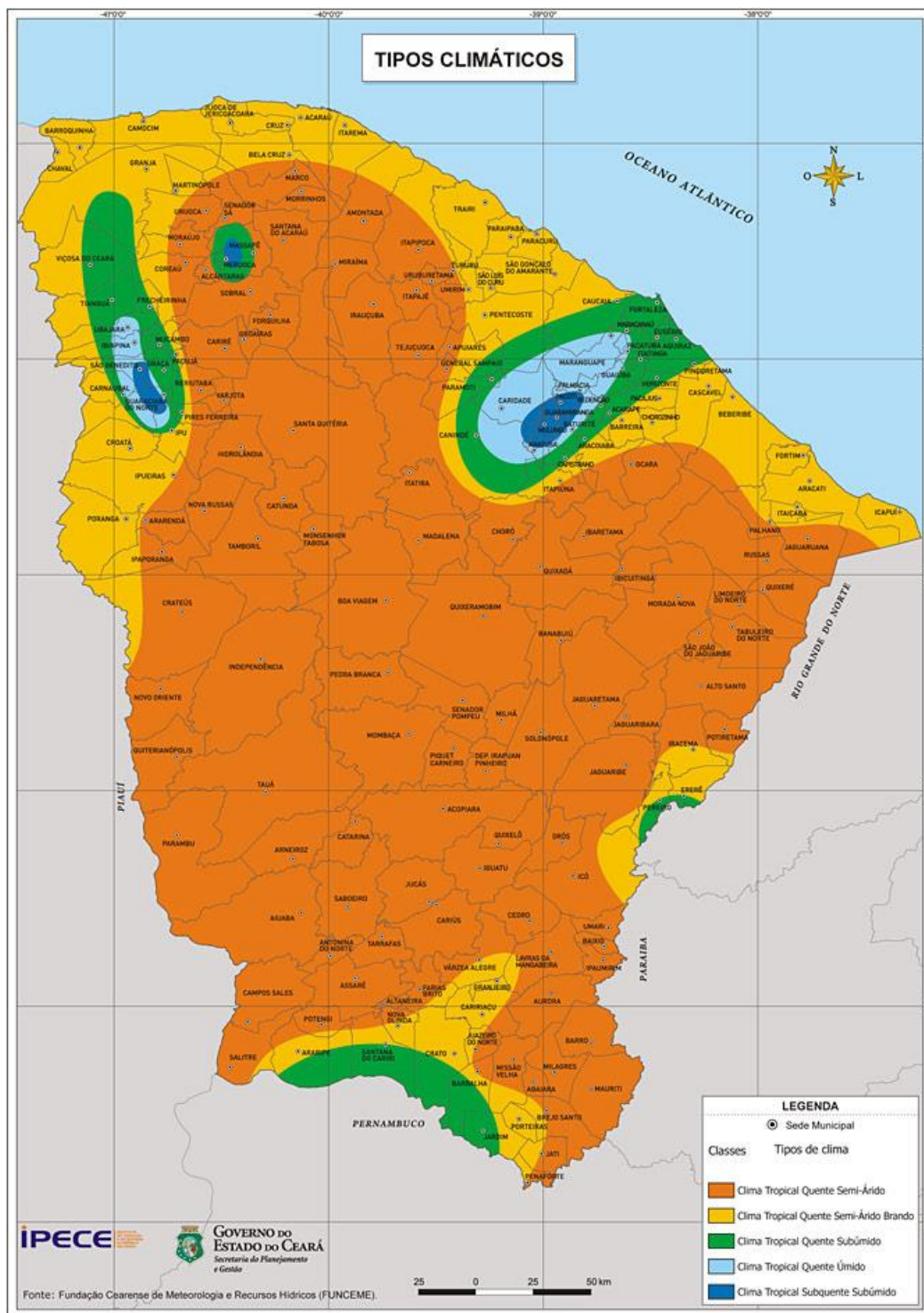
ANEXO 5:

Mapa: Posição geográfica do Ceará



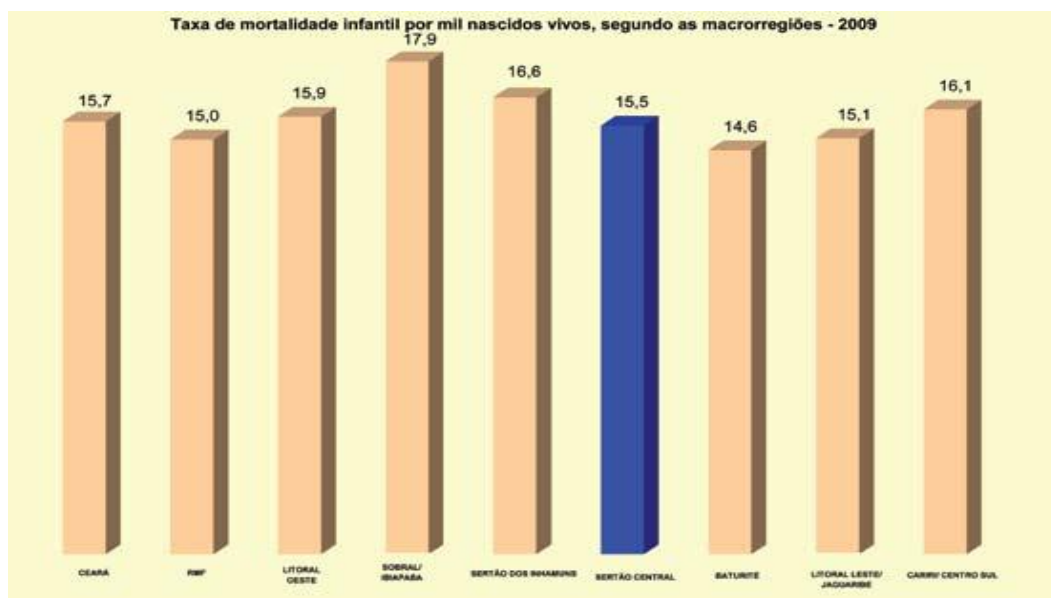
ANEXO 6:

Mapa: Tipos climáticos do Ceará



ANEXO 7:

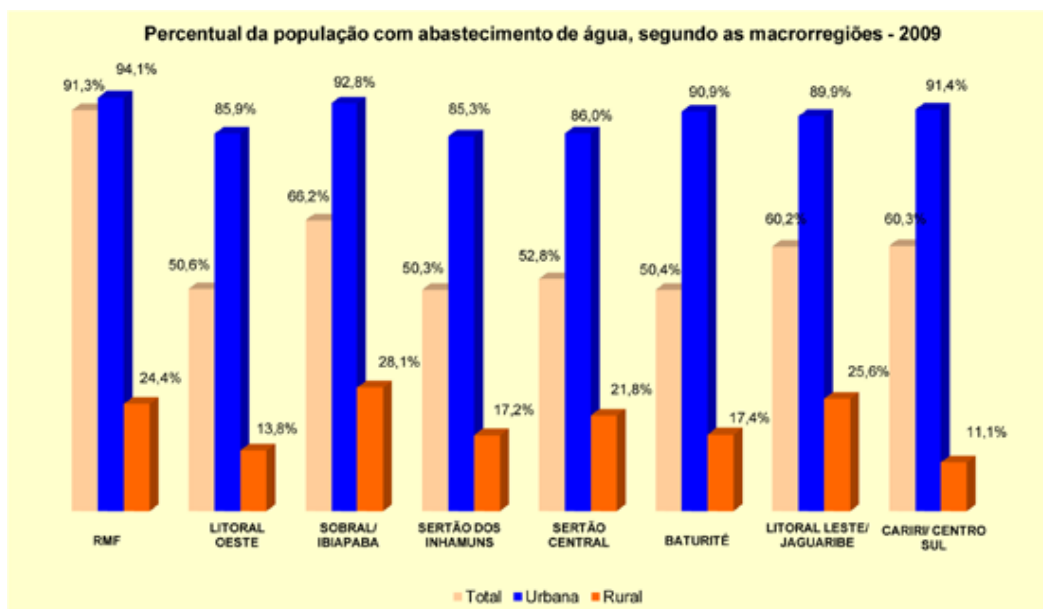
Gráfico: Taxa de mortalidade infantil



Fonte: SESA apud CEARÁ, 2011, p. 13.

ANEXO 8:

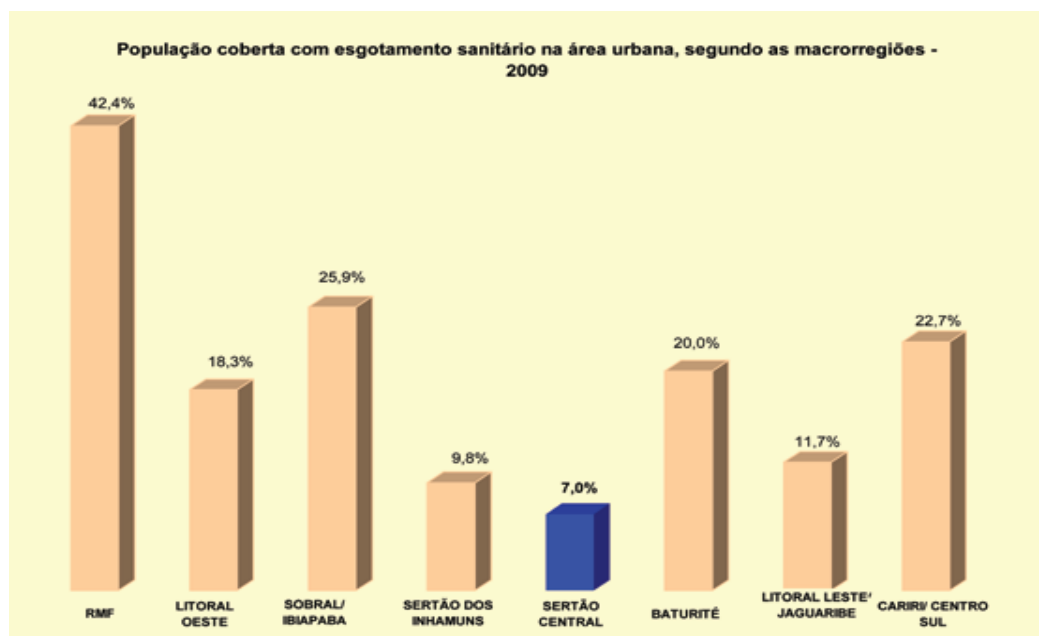
Gráfico: Percentual da população com abastecimento de água



Fonte: IPECE/CIDADES-Pesquisa:CAGECE/SAAEs/PREFEITURAS MUNICIPAIS apud CEARÁ, 2011, p.14.

ANEXO 9:

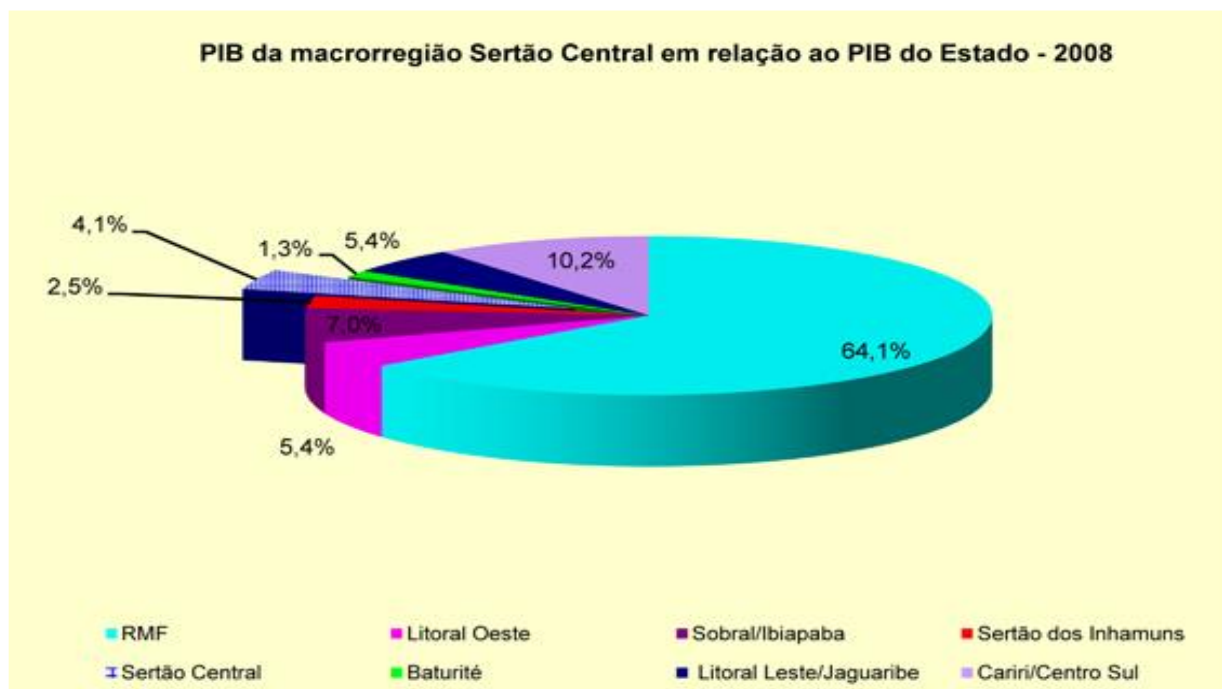
População coberta com esgotamento sanitário



Fonte: IPECE/CIDADES-Pesquisa:CAGECE/SAAEs/PREFEITURAS MUNICIPAIS apud CEARÁ, 2011, p.14.

ANEXO 10:

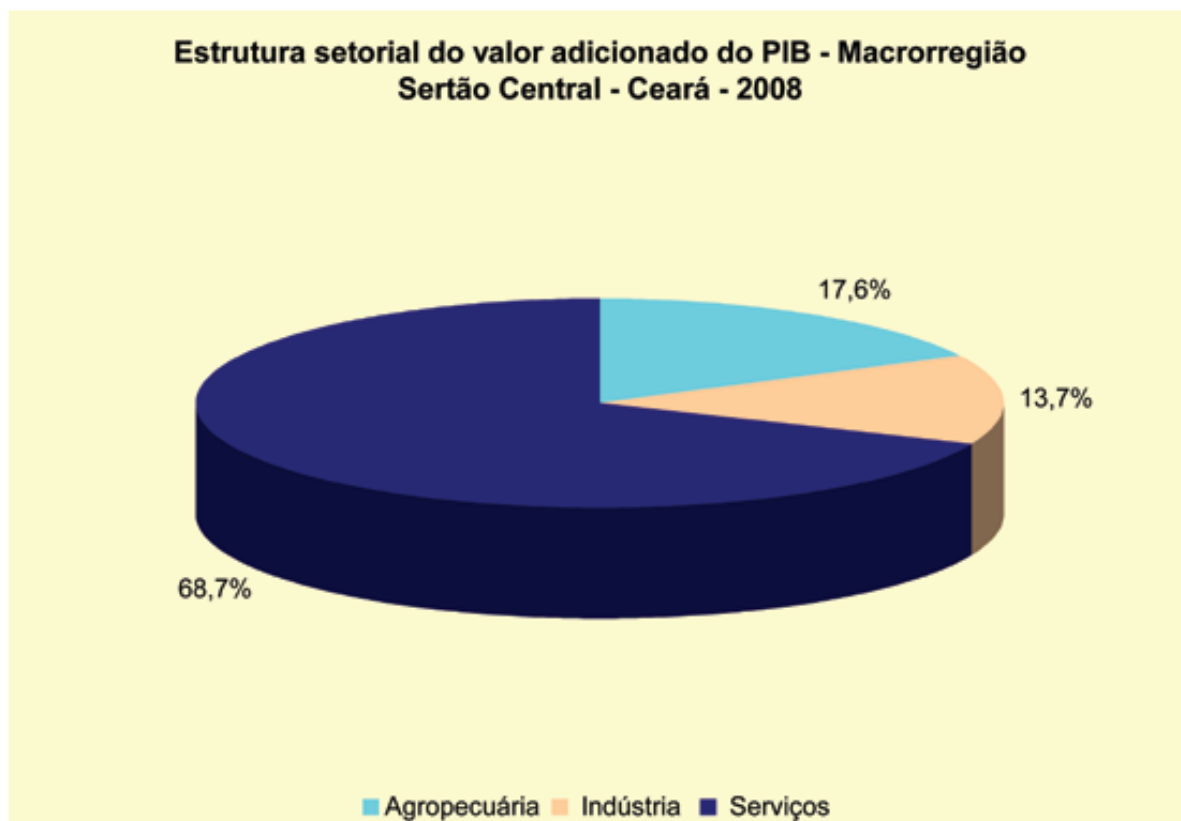
PIB da macrorregião sertão central



Fonte: IPECE/IBGE apud CEARÁ, 2011, p.15.

ANEXO 11:

Gráfico: Valor adicionado do PIB



Fonte: IPECE/IBGE apud CEARÁ, 2011, p.16.

ANEXO 12

ENTREVISTA COM PROFESSOR LUIS OSWALDO

Entrevista com o professor Luis Oswaldo

(Keila) Eu gostaria que você falasse um pouco sobre isso, como era esse espaço antes da chegada da faculdade, o que é que tinha aqui e como o senhor percebe a repercussão de uma instituição desse tipo em uma cidade como Quixadá.

(Luis Oswaldo) Bem, a FECLESC, posso falar especificamente da FECLESC né? Bem a FECLESC começou de uma queixa que havia na cidade, ou melhor, no município de Quixadá com relação a nos sermos a única região do Estado que não tinha curso superior para a formação de professores. No litoral tinha Fortaleza com suas universidades, a zona norte tinha não lembro como se chamava se era Faculdade de Filosofia D. José uma coisa dessa que deu origem depois a UVA, o Cariri tinha também algumas faculdades que depois deram origem a URCA, a região do Jaguaribe tinha a FAFIDAN e ali morreu, coincidentemente. Na zona Norte, Cariri e a região do Jaguaribe tinham unidades de ensino superior implantadas pela igreja católica, quando eu cheguei aqui à igreja católica não entrava mais nessa discussão sobre criar faculdade, voltou depois, quando voltou depois a fazer isso aqui em Quixadá especificamente eu acho que tinha interesse claro de combate a teologia da libertação dentro de um projeto. Me parece que ele introduziu dinheiro para tentar afastar da América Latina um inimigo do imperialismo americano que era a teologia da libertação isso dito expressamente pelo Reagan quando presidente dos Estados Unidos, mas naquele momento a igreja não abria novas unidades de ensino e aqui tínhamos como Bispo D. Rufino, era um Bispo muito humilde, muito sábio; muito preparado; mas de uma humildade muito grande e que chegou aqui como eu diria um bom pároco de aldeia e como eu disse no discurso em que ele foi embora ele se transformou com o ambiente de Quixadá e cresceu muito na condução da Diocese e ele confirmou que de tudo que eu tinha dito naquela ocasião lá no colégio das irmãs isso que eu tinha dito tinha sido o que mais o tocou porque ele achava que era verdade. As lutas de terra; a pobreza; a fome; a miséria fizeram-no avançar imensamente, tanto que ele saiu daqui praticamente expulso pelo empresariado local e que estranhamente para sucedê-lo alguém que logo que veio para o Brasil ficou trabalhando com empresários do Rio Grande do Sul, então eu acho que a Católica chega em um momento bem diferenciado já a igreja se voltando para sua tradição que ia ser de direita João Paulo II, a nossa aqui na época servia ainda Vaticano II, João XXIII. Então, havia uma discussão generalizada na cidade e à medida que eu fui entrando no processo de educação de Quixadá primeiro no ginásio municipal, depois no colégio estadual substituindo colegas. No ginásio municipal eu fui fazer uma palestra a pedido do Bispo

Entrevista com o professor Luis Osvaldo

e terminei saindo de lá convidado para fazer a orientação educacional lá e substitui um colega também no estadual e acabei ficando como orientador pedagógico também e no meio dessa discussão toda do primeiro e do segundo grau sempre aquela queixa de que nos não tínhamos professores melhor preparados porque não tínhamos universidades na região. As pessoas que iam estudar fora não se arriscavam a fazer isso para ser professores, iam ser médicos, iam ser engenheiros, iam ser outras coisas, mas professor não, então eu comecei a pensar que a gente estava errado em esperar que alguém fizesse. Eu sou muito adepto do crescimento uma coisa que eu avalio na minha dissertação de mestrado que retrata um pouco também da criação da FECLESC; o Vandré quando ele começa a compor a temática dele era a esperança que era a temática do momento, um momento de ebulição, anos 60, a revolução de tudo, a juventude que entendeu que a revolução não era tomar o poder mas era transformar profundamente tudo e fez a revolução da moda, do sexo, das drogas, da igreja, das igrejas, da cultura, música, literatura, de tudo e uma juventude que marcou as juventude que vieram depois, até hoje quando se toca musica dos anos 60 a festa pode estar morgada mas todo mundo se levanta para dançar né. Então eu tenho certeza que faço parte dessa discussão ativamente eu tinha sido expulso da faculdade por conta disso tudo e passei 15 anos sem poder estudar e chegando aqui lembrei imediatamente quando ouvi essa discussão do crescimento de Vandré, o Vandré começa compondo uma canção no inicio da vida artística dele onde ele fala de *certezas e esperanças para trocar por dores e tristezas que eu bem sei um dia ainda vão findar um dia que vem vindo que eu vi pra contar*. Na minha dissertação eu chamo isso de uma concepção infantil da esperança eu sento espero que o dia mude e quando o dia mudar vou cantar, o dia não muda. Ele evolui e escreve outra a primeira foi “Porta Estandarte” e a segunda é “Arueira” *vim de longe vou mais longe quem tem fé vai me esperar escrevendo uma conta para junto a gente cobrar no dia que já vem vindo que esse mundo vai mudar é a volta do sertão de aroeira no lombo de quem madrugar*. Eu chamo isso de concepção adolescente de esperança ele continua esperando o dia mudar, mas inquieto, fazendo conta pra cobrar então ele cria uma concepção adulta de esperança *vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer*, muito condizente, não é nem saber o dia é saber cada hora do dia né muito condizente porque na mesma época o professor Paulo Freire dizia na “Pedagogia do Oprimido” *movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança alcanço*, ou seja, a esperança como ele dizia não era um cruzar de braços e esperar, a esperança é construí-la, então, partindo dessa idéia eu comecei a

Entrevista com o professor Luis Osvaldo

lançar um desafio: porque que a gente não constrói uma faculdade? Eu não sei se hoje eu faria isso naquele tempo, no ímpeto da juventude que se julgava democrata que tinha brigado contra a ditadura a gente achava que podia vencer certas coisas. Ai eu comecei a descobrir essa idéia, paralelamente a isso eu fui escolhido pelo Azis, que na época estava fazendo a primeira gestão dele pelo PMDB e nós éramos parece que só havia 3 municípios do Ceará, parece que era Quixadá, Acaraú e Pedra Branca de onde eu vim parece que Guaraciaba do Norte eram uns quatro que eram PMDB os outros quase 200 eram tudo ARENA 1, ARENA 2, ARENA 3. Ai ele me convida para ser diretor do departamento de educação que era uma diretoria na época e eu vou pra lá e já chego encontrando um plano de educação sendo elaborado onde se falava de uma Faculdade Municipal de Filosofia e até no começo eu achei que era possível, mas depois eu mesmo comecei a me questionar sobre isso: como é que um município que está sofrendo pra manter o primeiro grau, naquele tempo nós não tínhamos os recursos que temos hoje para primeiro grau, que vem do governo federal, era do FPM e olhe lá. Ai como é que um município que sofre pra fazer primeiro grau vai poder gastar com o terceiro né com o segundo grau também deficiente que era por conta do Estado a nossa obrigação era o primeiro, mas por outro lado eles só teriam um primeiro grau bem feito se tivesse a formação de professores, ai eu começo a discutir a criação da faculdade, ai eu viajo quando eu chego o prefeito tem feito um decreto no dia 10 de Maio de 73 se não me engano não tenho muita certeza, aqui deve ter o documento criando a Faculdade Municipal de Filosofia influenciado por uma equipe que assessorava ele do Antonio Tavares que depois foi até deputado estadual ai eu comecei a discutir quanto a isso, era uma voz dissonante do secretariado que a prefeitura fizesse isso e realmente não precisou discutir muito não, porque ela não tinha como fazer, ainda mais que era um município tratado a pão e água, mas aí eu comecei a discutir também a necessidade de a gente criar uma outra frente de criar uma faculdade que seria uma fundação e garantir alunos para essa faculdade, então nós saímos se não me engano de de 5 mil matriculas que nós tínhamos no município pra 21 mil matriculados.

(Keila) Como se deu essa expansão de matrículas?

(Luis Osvaldo) Veio do departamento municipal de educação, abri sala de aula, eu agrupei salas de aula fiz todo um movimento para isso e paralelamente a isso a gente brigava nas comunidades, brigava não, atiçava as comunidades no sentido daqui do sertão central da gente criar uma faculdade de educação tentei avançar no ensino do

Entrevista com o professor Luis Osvaldo

primeiro grau e tivemos atos corajosos um que eu refuto muito corajoso para época, na época nem todos os municípios tinham uma escola completa de primeiro grau até a oitava série, muitos poucos nesse interior nosso do nordeste tinham segundo grau, geralmente um cursinho normal então na época nós começamos a criar o que chamávamos ginásio, na época da zona rural, a gente pagava melhor professores que iam para zona rural e a gente criava escola de primeira a oitava série na zona rural e subia todo ano uma série a mais e começamos a criar também segundo grau depois da oitava série. Implantamos ginásio no Banabuiu uma consequência disso é que três municípios se separaram da gente porque voltaram a crescer Itapiuna era um município que voltava a crescer porque havia um mito na época forte que era o mito que se meu filho estudasse ia ser igual aos doutores que tem por aqui, vai ficar rico, vai mudar de status então a educação era salvadora, então os pais faziam tudo, mandavam os filhos estudar em casa de parente ou aqui em Quixadá ou em Fortaleza e quem viveu isso sabe o quanto isso as vezes era doloroso que era boa parte da história das pessoas do sertão e eu me vi diante de um município de 130 mil habitantes imenso 4.600 km² e a educação centrada na sede com 13 distritos aí nós começamos. Encampeí um ginásio particular da Fundação Maximiliano lá do Banabuiu e criamos o ginásio do Choro o D. Bosco que de repente passou a ser considerado o melhor de todos os municípios aí no ano seguinte criamos o São João e São Luis os dois lá em Ibareta no outro ano Custódio e Nova Vida também em Ibareta. Ibareta separou-se, Choró separou-se Banabuiu separou-se. Quixadá foi dividida em quatro eu credito muito isso a essa mudança, a primeira vez que eu fui a Choró foi um negócio muito interessante eu me lembro que eu mandei a Nieta que trabalhava comigo a esposa do João Forte era supervisora de lá. Avisa lá que eu vou fazer uma reunião para criar o ginásio do Choró e fui, um menino novo, cheio de vontade, gás e chegando lá fiz a reunião e como eu tinha sido expulso da Faculdade, brigando contra ditadura apertado pra “cassete” fisicamente mesmo, moralmente nem se fala, eu me achava muito democrático sabe e quis começar fazendo uma pergunta: o que é que vocês mais desejam para cá? Olha só como o povo tem uma lógica, é claro que era educação, na minha cabeça de meio pedagogo que entrei na faculdade sem terminar, passei 15 anos tentando terminar, era educação, mas não, foi uma pracinha. A segunda coisa televisão, a democracia vinha na garganta e voltava; a terceira coisa que vocês mais desejam, era energia de Paulo Afonso porque na verdade tinha aquele motorzinho que apagava as nove e meia, o pessoal ia pra casa pras dez hora apagar alguns aproveitavam a escuridão, mas o tradicional era isso eles

Entrevista com o professor Luis Osvaldo

queriam energia de Paulo Afonso para o dia todo; a quarta coisa um posto de saúde; a quinta foi o ginásio. A minha democracia também parou aí e não perguntei pela sexta, nós tentamos fazer isso mais ou menos nessa ordem, mas depois eu percebi que o povo tem uma lógica. A pracinha servia pra agrupá-los. Depois que eles começaram a se agrupar o chefe do Denocs deixou de pegá-los na rua e descer o chicote por qualquer raivinha que ele tinha qualquer contraditoriedade ao poder absoluto dele. A televisão servia para que eles percebessem que os limites não eram nem a Carnaubinha, nem o Riachão, o mundo era muito maior do que o Choró, e a energia pra produzir pra produzir saúde, afinal de contas não é a educação que modifica a sociedade, é a sociedade que modifica a educação, educação ajuda na modificação da sociedade, assim como é modificada por ela e aí tentamos melhorar isso. Aí outro ato corajoso a meu ver foi suspender as aulas do ginásio municipal para todo mundo que estava fora da faixa etária né da seguinte forma, com exceção da 8ª série que já tinham terminado, o restante fora de faixa etária nos formamos classes especiais fizemos um grupo e até hoje ninguém me questionou, ressaltando a secretaria de educação do estado tinha um almoxarifado entupido de apostilas do projeto Minerva, aquelas apostilas boas só que ouviam pelo rádio uma chiadeira terrível, com monitores não preparados, então reprovavam muito mais do que aprovavam, aí nós fizemos salas especiais, colocamos professor das disciplinas para dar as disciplinas, seguindo o roteiro do INEP e aprovamos, 100% de aprovação, só foram reprovados uns três ou quatro que resolveram não terminar o curso e com uma diferença o Minerva tinha começado em setembro do ano anterior aquela turma a nossa começou em Abril só que em Outubro ambos fizeram prova e nós passamos. Houve até uma sindicância feita pela secretaria de educação do estado pra descobrir porque dessa aprovação toda. Um outro ato que foi meio maluco digamos assim foi, nós tínhamos ganho o prêmio de melhor produção do Mobral do Brasil porque foi a que mais mobilizou para alfabetização, alfabetizou mais gente eu fui ao Rio receber o prêmio, tava com uma febre danada, uns quarenta graus de febre e antes da cerimônia o doutor Arlindo me chamou numa sala e perguntou como é que a gente tinha feito porque isso ia enriquecer a Pedagogia do Mobral como é que agente tinha feito pra ter tanto resultado e teve um negócio muito interessante com o padre Elpidio que era um padre amigo da Teresa Rocha que era pró-reitora da UECE e o padre Elpidio marcava missa por exemplo ele era de Quixadá e morava em Baturité ele marcava missa por esses sertões e ia muita gente e o sermão era meu, era uma parte dele e a outra metade era minha, pra falar de alfabetização e a gente falava pra já sair de lá

Entrevista com o professor Luis Osvaldo

com turmas avistadas pra fazer alfabetização. Mas não sabia que usando recurso de leitura do Mobral a gente aplicou o método Paulo Freire. E isso teve uma repercussão e teve um resultado muito bom, quando eu falei isso pro doutor Arlindo ele falou meu filho pelo amor de Deus não fala isso pra ninguém a partir de agora só nós dois temos que saber isso, senão vai preso você e vou preso eu, então foi um ato de coragem e em cima disso o Mobral tinha um projeto de formação continuada que englobava as séries iniciais do primeiro grau. A gente pediu o Mobral pra fazer aquilo, mas sem ser em sala de aula, especificamente para as professoras municipais, que às vezes não fizeram o primeiro ano, o segundo, tavam ali fazendo de conta que ensinavam. Aí o Mobral não aceitou, tinha que ser em sala de aula, aí eu não tive dúvidas, relacionei os professores, dei um nome de uma localidade como sendo da sala de aula, quem era a professora, essa professora era a supervisora de ensino só que ela não fazia isso, elas passavam, juntavam as professoras, tiravam dúvida, ajudavam e elas estudavam em casa - aprovação. Aprovação 100% no final do ano, o pessoal tinha motivação pra isso e tudo isso era acompanhado de um aumento de salário. Como eu fiz com a banda de música a banda de música aqui cresceu porque só tinha um músico que o prefeito gostava muito dele, seu Valdomiro, já tinha tocado todos os instrumentos tinha sido maestro já tava velhinho, tocava trompa acho, que é porque ele só respirava o suficiente pra trompa né e ele tinha carteira de músico aí o prefeito resolveu que pra ele daria o salário mínimo pros outros não, porque os outros não tinham, eles ganhavam uma gratificaçãozinha pequena e eu disse: então faça a lei, quem tirar carteira de músico, ganha um salário de músico, quando ele assinou a lei eu chamei um professor de teoria musical, professor Benício ensina pra esse pessoal toda teoria musical faz o exame na hora e vem receber o salário mínimo e com essa jogada de estimular a melhoria salarial a gente foi conseguindo fazer um movimento pela educação aqui que nunca teve essa fachada de movimento pela educação, mas que na verdade existiu.

Entrevista professor Luiz Oswaldo

Bom! Várias ações foram realizadas para melhorar a oferta de ensino em Quixadá. Em relação a FECLESC primeiro nós pensamos a criação da FUNESC, que seria a Fundação que manteria a Faculdade, eu fiquei na presidência, Dom Rufino na vice presidência, tinha ainda o padre Vicente a Ana que foi funcionária da FECLESC até se aposentar. O processo de construção da Faculdade foi muito interessante a população participou a gente começou com a cara e a coragem. A primeira conquista foi a doação do terreno seu Quinzinho. Era um terreno grande onde havia funcionado um antigo matadouro. Na época, essa era uma área pouco povoada, com rua de terra. Os materiais para construção do prédio foram doados e a mão de obra foi composta por voluntários e pessoas contratadas, o pagamento destes contratados era feito com doações feitas por dom Rufino, o Aziz Baquit e outros. A gente fazia rifas e acontecia da Ana ou da Rosália serem sorteadas elas devolviam o prêmio pra gente sortear de novo. Quando a FUNESC iniciou as obras possuía em caixa CR\$ 29,00 e uma folha de pagamento semanal no valor de CR\$ 35.000,00. Para que as finanças pudessem ser equilibradas o Aziz emprestou dinheiro à fundação, sem cobrar juros o que custeou boa parte da obra. Dom Rufino vendeu terras pertencentes à Diocese na Serra do Estevão e fez uma doação de CR\$ 10.000,00. Valdemar de Alcântara, governador em exercício do Ceará na época, estava de passagem para a Serra do Estevão nos o aguardamos e depois de apresentar todo o projeto e relatarmos o que já havíamos conseguido ele fez uma doação de CR\$700.000,00. Na inauguração, o Governador Virgílio Távora doou CR\$ 3.000.000,00 e com esse valor conseguimos saldar todas as dívidas. Em 1978 ocorreu a solenidade de lançamento da Pedra Fundamental da Faculdade de Filosofia João XXIII e nós começamos com uns cursos de especialização através de parcerias. A gente recebeu oferta na época da UNIFOR e da UECE e acabamos sendo encampados pela UECE. E aí começou uma nova luta para que houvesse concurso para professor, nos começamos a mobilizar os estudantes, organizar eventos. E a FECLESC foi se estruturando com muita luta muitas dificuldades, a gente não conhecia toda burocracia, mas valeu a pena. Depois eu saí da direção, mas sempre continuei lutando pela instituição e pela oportunidade de ensino superior no município.

ANEXO 13

PROJETO DE LEI 249.09

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO CEARENSE AO SENHOR LUIZ OSWALDO SANTIAGO MOREIRA DE SOUZA.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARA

DECRETA:

Art.1º - É concedido ao Sr. Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza, brasileiro, natural de Natal, Rio Grande do Norte, de acordo com a Lei nº 12.510 de 06 de Dezembro de 1995, o Título de Cidadão Cearense.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 1º DE NOVEMBRO DE 2009.

Deputada Rachel Marques

Partido dos Trabalhadores - PT

JUSTIFICATIVA

Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza, nasceu no dia 26 de agosto em Natal - Rio Grande do Norte. Filho de Oswaldo Moreira de Souza e Maria da Glória Santiago Moreira de Souza. Bancário aposentado, foi, um trabalhador atuante na instituição que lhe rendeu ocupações como: Conselheiro Representante do Corpo Funcional no Conselho de Administração com eleição direta Internacional, Membro do Conselho Diretor também com eleição direta internacional, Chefe do Departamento de Formação do Pessoal, Membro e Presidente do Conselho Fiscal de Fundação, todos no Banco do Brasil. Diante disso percebe-se a representação legítima da sua classe trabalhadora - da ser um grande sindicalista. Graduado em Pedagogia e Filosofia, como educador semeou no decorrer desse tempo, muitas esperanças nas pessoas com quem tiveram o privilégio de tê-lo no seu convívio. Nessa caminhada contribuiu na formação de diversos municípios, destacando em Quixadá o Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Estadual Coronel Virgílio Távora, Ginásio Municipal, Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará e fundador da Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC. O professor Luiz Oswaldo, foi um grande articulador para a organização e fundação da APROMICE - Associação dos Professores Municipais do Interior do Ceará. A APROMICE foi gestada em Ocara, durante uma reunião da campanha eleitoral de 1986. As professoras com muitos problemas reuniram-se com os candidatos a deputado estadual Ilário Marques, deputado federal professor Luiz Oswaldo, ambos do PT no sentido de pedir compromisso com a categoria. Na ocasião, o professor Luis Oswaldo fez contato com o Centro Acadêmico de Pedagogia da FECLESC que apoiou o evento. No final de novembro de 1986 na Faculdade em Quixadá era fundada a APROMICE. Da qual ele foi articulador, fazendo contato com professores em vários Municípios, chegando até a financiar a passagem da secretária geral Graça Costa para criar os conselhos municipais da associação. Com essa contribuição em 1989 já eram quase 30 conselhos municipais no estado do Ceará. Mestre em Educação percebe-se seu pleno envolvimento na pedagogia, onde nessa arte de ensinar pôde construir grandes oportunidades. Nesse processo de construção e formação, participou de vários cursos, capacitações, seminários e outros, não deixando de lado o contexto social que estava inserido, contribuindo assim, nas reflexões da 3ª Semana

Social Brasileira, Seminário Internacional Sobre gestão de Rios Urbanos, palestrante do tema Políticas Públicas e Conjuntura atual, afirmando assim sua identidade com o contexto social. Nesse caminhar de contribuições sempre teve o interesse da discussão e implementação de seminários relacionados a assuntos regionais. Enquanto acadêmico, fortaleceu e instigou seus discípulos quando estava como orientador de monografias no estado do Ceará e entidades Universitárias Norte-Americanas, levando a outros e outras a garra de um brasileiro determinado e consciente do seu papel e seu potencial. Como ♦ característica de grandes sábios, sua voz e escritos não ficaram estagnados, foi radialista, membro da Academia de Letras dos Funcionários do Banco do Brasil, Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, membro do diretório estadual do PT, membro e ex-presidente do Centro Antônio Conselheiro - CAC e muitas outras ocupações de grande relevância no município de Quixadá. Inclui-se também a publicação de vários livros como: O nome do Homem ♦ Povo (1980), Momentos (1981), Pedra Branca em Tempo de Lembrança (1982), Caminhos (1983), Sem perder a ternura (1987), Da Opção de Fazer Caminhos (1988), Outro Dia (1988), Canções de Resistência (1997). Possui títulos que comprovam o marco de sua história pessoal, social e acadêmica, assim agraciado:

Professor Emérito da FECLESC/UECE
 Cidadão do Município de Quixadá-CE
 Cidadão do Município de Icapuí-Ce
 Cidadão do Estado do Rio de Janeiro
 Cidadão do Estado do Maranhão

Ocupou até abril de 2009 a Vice-presidência de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Social Ambiental do Banco do Brasil, com notória competência, se constituindo em um exemplo de profissional, cidadão de que se orgulha o nosso Estado. LUIZ OSWALDO SANTIAGO MOREIRA DE SOUZA é merecedor da honraria que ora propomos através desta Casa de Leis.

Deputada Rachel Marques

Partido dos Trabalhadores - PT

ANEXO 14**Posição Geográfica da Diocese de Quixadá**

Fonte: Diocese de Quixadá

ANEXO 15

Letra de “Porta Estandarte”, “Arueira” e “Pra não dizer que não falei de flores”

Porta Estandarte

Geraldo Vandré

Olha que a vida tão linda se perde em tristezas assim
Desce o teu rancho cantando essa tua esperança sem fim
Deixa que a tua certeza se faça do povo a canção
Pra que teu povo cantando teu canto

Ele não seja em vão
Eu vou levando a minha vida enfim
Cantando e canto sim
E não cantava se não fosse assim
Levando pra quem me ouvir

Certezas e esperanças pra trocar
Por dores e tristezas que bem sei
Um dia ainda vão findar

Um dia que vem vindo
E que eu vivo pra cantar
Na avenida girando, estandarte na mão
Pra anunciar

Link: <http://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/porta-estandarte.html#ixzz2bTgLKine>

Arueira**Geraldo Vandré**

Vim de longe vou mais longe
Quem tem fé vai me esperar
Escrevendo numa conta
Pra junto a gente cobrar
No dia que já vem vindo
Que esse mundo vai virar

Noite e dia vem de longe
Branco e preto a trabalhar
E o dono senhor de tudo
Sentado mandando dar
E a gente fazendo conta
Pro dia que vai chegar

Marinheiro, marinheiro
Quero ver você no mar
Eu também sou marinheiro
Eu também sei governar
Madeira de dar em doido
Vai descer até quebrar
É a volta do cipó de aroeira
No lombo de quem mandou dar

Link: <http://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/arueira.html#ixzz2bTh76Wdy>

Pra não dizer que não falei de flores

Geraldo Vandré

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Link: <http://www.vagalume.com.br/geraldo-vandre/pra-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores.html#ixzz2bThZdJCP>

ANEXO 16:

Instalação dos Campi Avançados da Região do Vale do Curu, Região Maciço do Baturité e Região Central II.

14:53 29/12/'04 SECITECE 085+224+8916 PAG.:01

 **Universidade Estadual do Ceará**

RESOLUÇÃO Nº 118/93

EMENTA: APROVA A INSTALAÇÃO DOS CAMPI AVANÇADOS DA REGIÃO DO VALE DO CURU, REGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ E REGIÃO CENTRAL II.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que deliberou o Conselho Universitário-CONSU, em sessão realizada no dia 14 de novembro de 1995,

RESOLVE:

Art.1º - Criar e implantar campi avançados nas seguintes regiões: Vale do Curu, com sede em Pentecoste, Maciço de Baturité, com sede em Baturité e Sertão Central II, com sede em Senador Pompeu.

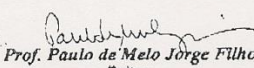
Art.2º - Os campi avançados, ora criados, deverão ser direcionados no sentido de promover a melhoria das condições sócio-culturais e educacionais das populações envolvidas, pela oferta de cursos de graduação e serviço extensionais.

Art.3º - A ação da Universidade será efetivada através de programas dotados de orçamentos específicos que, depois de aprovados pelos Institutos ou Fundações de apoio comunitário, deverão ser encaminhados à consideração do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

Art.4º - A coordenação didático-pedagógica e administrativa dos campi caberá à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, que a exercerá através da unidade acadêmica que vier a ser designada em Portaria pelo Reitor.

Art.5º - Os Regimentos dos campi avançados serão elaborados nas próprias unidades acadêmicas e encaminhados, posteriormente, ao CEPE, para aprovação.

REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE, em Fortaleza, 14 de novembro de 1995.


Prof. Paulo de Melo Jorge Filho
Reitor.

AO PROF. RODRIGO MAGIONE
DE PROF. ARTUR PINHEIRO

ANEXO 17:

Regimentos dos Campis Avançados

REGIMENTO*dos**Campi**Avançados***FECLESC - UECE***Encaminha-se aos conselheiros.**Roberto Barros Teixeira*

Em: 29.01.99

Dr.ª Leticia Adriana D. T. Xavier

VICE-DIRETORA DA FECLESC

— UECE —

DA CONCEPÇÃO, NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º - Os *campi* Avançados da Universidade Estadual do Ceará – UECE vinculados à Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC com sede nas cidades de Senador Pompeu e Baturité são um prolongamento das atividades de Ensino e Extensão da FECLESC.

Parágrafo Único- A fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE e os institutos locais, a saber: Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Central II – I ECT e o Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Maciço de Baturité – IMBA, são as entidades mantenedoras dos CAMPI.

Art. 2º - Os *campi* Avançados de que trata o Art. 1º reger-se-ão pelo presente Regimento, aprovado pelo Conselho Departamental da FECLESC e pelo Conselho Universitário da UECE – CONSU.

Art. 3º - Os *campi* caracterizam-se como um espaço acadêmico, propício à realização de atividades/experiências que atendam às necessidades e demandas locais no âmbito de atividades afins:

- a) de Ensino – graduação e pós-graduação que promovam a formação de recursos para o aporte ao desenvolvimento regional, sobretudo no campo da Educação;
- b) de Pesquisa – que promovam conhecimento científico técnico e social capaz de subsidiar o desenvolvimento da região;
- c) de Extensão – voltadas para processos de educação continuada e de aperfeiçoamento de profissionais da região, como também, atender as manifestações artístico-culturais e de assessoria técnico-científico-administrativas.

Art. 4º - São objetivos dos CAMPI:

- a) Promover atividades de cunho científico, tecnológico e cultural;
- b) Contribuir para uma melhoria qualitativa e quantitativa do ensino na região, qualificando profissionais para a área do Magistério;
- c) Capacitar profissionais para atender as demandas sociais, tecnológicas e científicas da região.
- d) Prestar serviço de consultoria e assessoria aos órgãos públicos e as organizações da sociedade civil regionais no âmbito da competência acadêmica.

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 5º - Os *campi* organizar-se-ão por um colegiado constituído por:

- a) Professor coordenador do *campus*;
- b) Um representante estudantil por curso;
- c) Pelo presidente do instituto;
- d) Um representante do corpo técnico-administrativo;
- e) Um representante dos professores.

Parágrafo 1º - Os representantes estudantis serão escolhidos e eleitos, dentre os alunos regularmente matriculados e cursando, para um mandato de um ano.

Parágrafo 2º - O representante do corpo técnico-administrativo será eleito pelo quadro de servidores do *campus* para um mandato de um ano.

Parágrafo 3º - O representante dos professores será eleito pelos docentes em exercício no *campus* para um mandato de seis meses.

Art. 6º - Caberá ao coordenador do *campus* convocar reunião, que ocorrerá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocada por seu coordenador ou por 2/3 dos seus membros titulares que compõe o colegiado do *campus*.

Art. 7º - Todas as deliberações tomadas no âmbito do colegiado do *campus* serão apresentadas ao Conselho Departamental da FECLESC para serem homologadas.

Art. 8º - Compete ao colegiado do *campus*:

- a) Gerir os processos acadêmico-administrativos do *campus*;
- b) Levantar e apreciar as demandas educacionais, científicas e culturais;
- c) Apresentar, semestralmente, o orçamento para o funcionamento das atividades;
- d) Programar as atividades acadêmico-administrativas;
- e) Acompanhar e avaliar o processo acadêmico-administrativo;
- f) Apresentar relatórios, semestralmente, das atividades;
- g) Apresentar recursos contra atos do coordenador do Campus e encaminhar a Direção da FECLESC para serem apreciados no Conselho Departamental da mesma.
- h) Apresentar trimestralmente, um balanço financeiro à Direção da FECLESC.

COORDENAÇÃO DOS CAMPUS

Art. 9º - A coordenação do *campus* será exercida por um professor pertencente ao quadro permanente da UECE, eleito de acordo com as normas que regem as eleições para coordenação de curso da UECE.

Parágrafo 1º - O mandato do coordenador do *campus* será de dois anos, podendo o mesmo ser reeleito.

Parágrafo 2º - A eleição do coordenador do *campus* será no mesmo período da eleição para Coordenação de Curso da FECLESC.

Art. 10º - Compete ao coordenador do *campus*:

- a) Convocar e presidir as reuniões estabelecidas pelo colegiado do *campus*;
- b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações homologadas pelo Conselho Departamental da FECLESC e dos órgãos Superiores da UECE.
- c) Administrar o Campus em conjunto com o Presidente do Instituto local e representá-lo perante a UECE e a sociedade;
- d) Apresentar, trimestralmente, ao Diretor da FECLESC relatório das atividades;
- e) Assinar declarações, certidões e certificados;
- f) Zelar pelo o patrimônio do *campus*.

DA BIBLIOTECA

Art. 11º - A biblioteca setorial está subordinada tecnicamente à biblioteca central e administrativamente à Direção da FECLESC.

Art. 12º - A biblioteca setorial tem como objetivo orientar os usuários em suas pesquisas bibliográficas, permitindo o empréstimo de seu acervo aos alunos, professores e funcionários, estando aberta para o atendimento da comunidade em regime de consulta local.

Art. 13º - A chefia da biblioteca setorial será exercida por um bacharel em biblioteconomia, ou por pessoa de competência na área, remunerada pelo Instituto local e nomeada pelo Diretor da FECLESC.

Parágrafo Único - Compete ao chefe:

- a - Cumprir e fazer cumprir as deliberações da organização do *campus*, bem como, as instruções e determinações da Biblioteca Central da UECE,
- b - Integrar o comitê executivo do sistema de biblioteca da UECE,
- c - Elaborar relatórios de atividades e planos de trabalho,
- d - Planejar e supervisionar as atividades a serem desenvolvidas na biblioteca setorial em consonância com a Biblioteca Central da UECE.

DA SECRETARIA

Art. 14º - A Secretaria tem como funções organizar o controle acadêmico do *campus* e todas as ações técnico-administrativa pertinentes à sua área.

Art. 15º - A secretaria será exercida por pessoa de competência na área, remunerada pelo instituto local e nomeada pelo Diretor da FECLESC

Parágrafo Único - Compete ao secretário

- a) Secretariar as reuniões da organização do *campus*;
- b) Cumprir e fazer cumprir as normas emanadas da organização do *campus*.
- c) Responsabilizar-se pelo controle acadêmico do *campus*.

DO PATRIMÔNIO E FINANÇAS

Art. 16º - O patrimônio do Campus Avançado será adquirido pelo Instituto local e em casos especiais pela UECE.

Art. 17º - O controle e fiscalização do patrimônio será exercido pelo colegiado do Campus e pelo chefe do setor de material do Patrimônio da FECLESC:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18º - Os custos financeiros decorrentes das despesas como diárias, complementação salarial de professores e funcionários, bem como, todos os gastos necessários para a manutenção dos *campi* serão arcadas pelos respectivos *institutos*.

Art. 19º - As eleições para os coordenadores dos *campi* e para os representantes estudantis e dos funcionários ocorrerão na cidade que sedia o *campus*.

Art 20º - Os atuais coordenadores do *campus* serão mantidos em seus cargos até a primeira eleição.

Art 21º - Votarão os professores lotados no semestre imediatamente anterior e no semestre em curso, os funcionários e alunos regularmente matriculados.

Art 22º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Departamental da FECLESC.

O presente regimento foi aprovado pelo Conselho Departamental em reunião ordinária no dia 04/12/98.

Quixadá, 04 de Dezembro de 1998.

Profª. Fátima Mª. Leitão Araújo
Diretora da FECLESC

ANEXO 18:**Convenio celebrado entre a UECE e as prefeituras municipais para instalação dos Campis Avançados**

Convênio de Cooperação Técnico-Financeira que entre si celebram a Universidade Estadual do Ceará e as Prefeituras Municipais da Região do Maciço do Baturité, a seguir identificadas.

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**, doravante simplesmente denominada UECE, neste ato representada pelo Prof. Paulo de Melo Jorge Filho, reitor, e as Prefeituras Municipais da região do Maciço de Baturité que compreende os municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungú, Ocara, Palmacia, Pacoti e Redenção, representados por seus respectivos prefeitos municipais, celebram o presente instrumento de Convênio de Cooperação Técnico-Financeira, que será regido e subordinado às cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto conveniado.

O Convênio de Cooperação Técnico-Financeira, ora celebrado entre os contratantes supra indicados, tem como objetivo finalístico a implantação de um Campus Avançado da UECE na denominada Região do Maciço de Baturité, compreendida pelos municípios acima indicados, tendo sede na cidade de Baturité, em imóvel designado especificamente para tal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da Sede do Campus.

O referido imóvel, onde funcionará a sede do Campus Avançado da UECE, será instalado pelas Prefeituras Municipais, através do Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Maciço de Baturité, doravante denominado IMBA, que se responsabilizará pela aquisição de móveis, equipamentos e utensílios básicos destinados ao funcionamento do Campus.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das obrigações pactuadas.

Compete à UECE:

(a) A prestação efetiva de assessoramento técnico-pedagógico e administrativo de modo a possibilitar a imediata implantação do Campus Avançado na região referenciada, designando professores e pessoal especializado na otimização das atividades acadêmicas previstas no calendário de programação de cada período letivo (conforme cronogramas anexos, que integram o conteúdo do presente convênio);

(b) A coordenação administrativo-técnico-pedagógica do Campus, mediante processo colegiado, conforme previsto no regimento do Campus Avançado.

Compete às Prefeituras Conveniadas, através do IMBA:

O suprimento dos encargos financeiros relativos à aquisição de móveis, equipamentos e material de expediente, bem como o pagamento de diárias destinadas ao deslocamento de professores, técnicos e funcionários da UECE, tudo conforme demonstração de despesas em cronograma específico do Convênio.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

CLÁUSULA QUARTA - Da finalidade.

Este Convênio visa efetivar a política de interiorização da UECE, de modo a atender às necessidades de desenvolvimento e integração sócio-econômica e cultural das comunas interioranas, cumprindo, assim, a finalidade institucional da UECE de democratizar o ensino e o saber, e, de outro lado, a natural aspiração comunitária de desenvolvimento e progresso dos municípios convenientes.

CLÁUSULA QUINTA - Da execução e coordenação.

O Campus Avançado do Maciço de Baturité será subordinado à Reitoria da UECE, com sede em Fortaleza, Campus do Itaperi, Av. Paranjana 1700, no âmbito das ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo administrado por uma coordenação, conforme estabelece a cláusula terceira, alínea (b).

CLÁUSULA SEXTA - Das prioridades do convênio.

Constituem-se prioridades deste Convênio a realização dos seguintes eventos:

- (a) Curso de Licenciatura Plena em Ciências (Integrado), modulado, destinado a professores da rede pública da região compreendida pelos municípios convenientes;
- (b) Cursos de reciclagem para professores, pessoal técnico, administrativo e outros.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do prazo de validade.

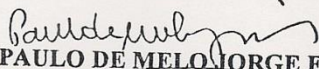
Este convênio terá a validade de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante consentimento mútuo.

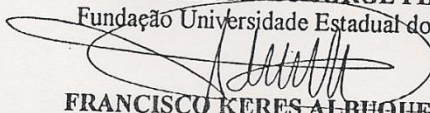
CLÁUSULA OITAVA - Do foro.

As partes contratantes elegem o foro de Fortaleza, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir, se necessário, qualquer questão oriunda do cumprimento ou da interpretação das obrigações aqui clausuladas.

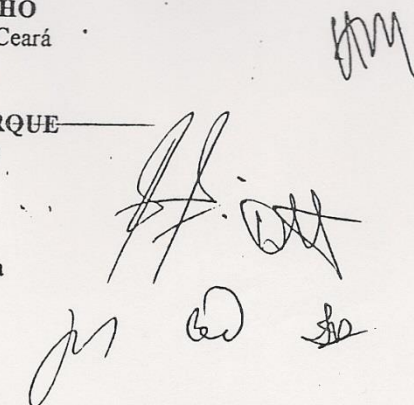
E, por haver assim estipulado, assinam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor, para um só fim jurídico, na presença de duas testemunhas que igualmente assinam este contrato, e a que tudo viram e assistiram.

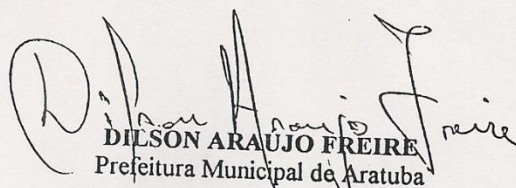
Fortaleza, 20 de janeiro de 1995.

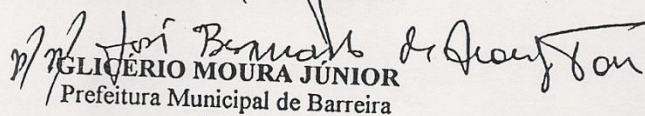

PAULO DE MELO JORGE FILHO
 Fundação Universidade Estadual do Ceará

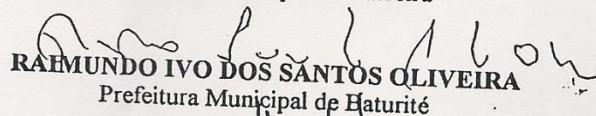

FRANCISCO KERES ALBUQUERQUE
 Prefeitura Municipal de Acarape

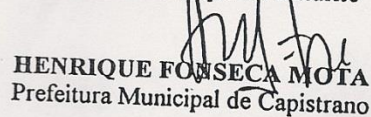

JOÃO AGUIAR BRITO
 Prefeitura Municipal de Aracoiaba



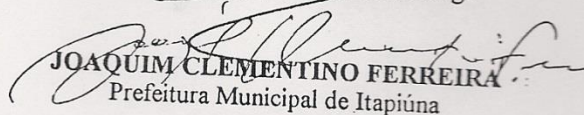

DILSON ARAUJO FREIRE
 Prefeitura Municipal de Aratuba

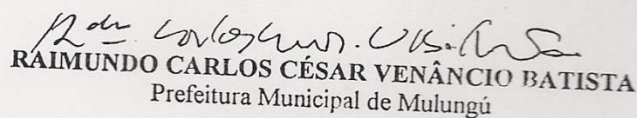

GLICERIO MOURA JÚNIOR
 Prefeitura Municipal de Barreira

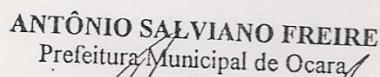

RAIMUNDO IVO DOS SANTOS OLIVEIRA
 Prefeitura Municipal de Haturité

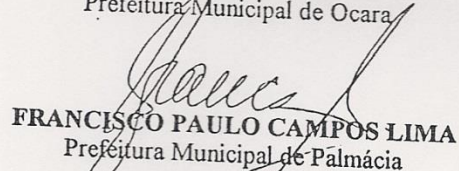

HENRIQUE FONSECA MOTA
 Prefeitura Municipal de Capistrano

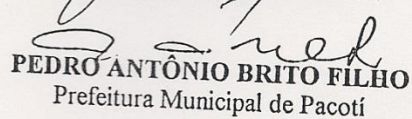

FRANCISCO FARIAS NETO
 Prefeitura Municipal de Guaramiranga

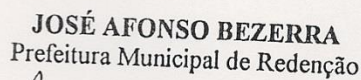

JOAQUIM CLEMENTINO FERREIRA
 Prefeitura Municipal de Itapiúna


RAIMUNDO CARLOS CÉSAR VENÂNCIO BATISTA
 Prefeitura Municipal de Mulungú

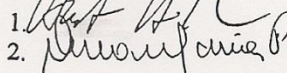
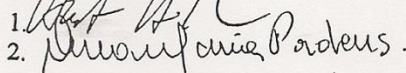

ANTÔNIO SALVIANO FREIRE
 Prefeitura Municipal de Ocara


FRANCISCO PAULO CAMPOS LIMA
 Prefeitura Municipal de Palmácia


PEDRO ANTÔNIO BRITO FILHO
 Prefeitura Municipal de Pacotí


JOSÉ AFONSO BEZERRA
 Prefeitura Municipal de Redenção

TESTEMUNHAS:

1. 
2. 

ANEXO 19:

Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância

MANTENEDORA DO HOSPITAL MATERNIDADE JESUS, MARIA, JOSÉ
Quixadá - Ceará

Ata da Assembléia Geral Ordinária da SOCIEDADE QUIXADAENSE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, reunida em segunda convocação, no dia oito (8) de dezembro de 1973.

Aos oito(8) dias do mês de dezembro de 1973, no Salão Nobre do Hospital Maternidade Jesus Maria José de Quixadá, reuniu-se a Assembléia Geral Ordinária da SOCIEDADE QUIXADAENSE DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, para eleger sua nova Diretoria. Por não ter havido número legal na primeira convocação, (1º domingo de novembro), de acôrdo com os Estatutos, o Snr. Presidente mandou fazer a segunda convocação para a reunião que ora se realiza. Verificando / que o número de sócios presentes preenchia as exigências dos Estatutos, o Snr. Presidente declarou aberta a sessão concitando os sócios presentes a fazerem a escolha dos novos membros da Diretoria tendo em vista antes de tudo, o progresso e o bem estar da Sociedade. Em seguida procedeu-se à votação e, apurados os votos, obteve-se o seguinte / resultado: Presidente de Honra da Sociedade, Sua Excia. Revma Dom Joaquim Rufino do Rêgo, 1º Bispo de Quixadá, reeleito; Para Presidente : Padre Luiz Braga Rocha, reeleito; Para Secretária: Antonia Pinheiro , reeleita; Para Tesoureira: Ana Nair de Sousa Aguiar, reeleita. Em seguida houve a cerimônia da posse, de acôrdo com os Estatutos, sendo / os eleitos calorosamente aplaudidos, ao pronunciarem seu compromisso. O Snr. Presidente usou da palavra para agradecer, em nome dos membros da Diretoria, a confiança neles depositada pelos votantes, ao mesmo / tempo que reafirmou seus propósitos de procurar sempre o bem da Sociedade, e empregar todos os esforços no bom funcionamento do Hospital / Maternidade Jesus Maria José, mantido pela mesma. Ninguém mais quiz / usar da palavra, o Snr. Presidente encerrou a sessão. Eu Secretária, / lavrei a presente ata que assino, com os demais membros da Diretoria.

Antonia Pinheiro
Secretária

Pe Luiz Braga Rocha
Presidente

Ana Nair de Sousa Aguiar
Tesoureira

CARTARIO ENEAS

Reconheço a Assinatura Antonio R-
mauro, de Luis Ro-
go Rocha e no meu
pe zero Aquino
 Dou fé
 Quixadá de 24 de Set de 1943
 Em testemunho da verdade
Lafayette de Albuquerque Lima
 TABELADO
 MAURO INACIO BARBOSA
 Escrevente Substituto

CERTIDÃO
 REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
 2ª Officia — Quixadá — Ceará
 CERTIFICO e dou fé que, foi registrado
 em data de 25 de Set de 1943, às
 fls. 54/54, sob o número de ordem 1.246
 do livro 418 o presente documento.
 Quixadá-Ce, 25 de Set de 1943
Lafayette de Albuquerque Lima
 OFICIAL

Antonio R. Mauro
 Escrevente Substituto

ANEXO 20

Transcrição da Entrevista de Dom Adélio Tomasin ao Sistema Monólitos de Comunicação em Quixadá no dia 23 de Março de 2010.

Herley Nunes: Estamos com Dom Adélio Tomasin, Bispo emérito da nossa querida e renomada Quixadá, que vem recebendo constantes monções de alegria, de felicidade e de reconhecimento pelo seu trabalho. Dom Adélio, como é que seu coração se sente? Ele bate mais aceleradamente, quando as pessoas se manifestam, pelo amor, pela solidariedade, pelo carinho que tem a vossa excelência?

Dom Adélio: Bom eu acredito que eu me sinto como todos aqueles que recebem demonstrações de afeto e de amor, um homem mais de que para o dinheiro, a glória, o poder, um homem feito para amar, nós como cristãos devemos amar a Deus e amar os irmãos, nós fomos feitos também para receber o amor. A nossa mesma felicidade eterna será o amor e a felicidade de uma mãe e um pai na terra não será outra coisa a não ser o amor de seus filhos agora sei que muitas vezes o poder, o dinheiro faz esquecer essa realidade, mas chega sempre o dia de ter que fazer as contas consigo mesmo, às vezes acredito os interesses, a riqueza o poder, sobretudo, faz com que o homem esqueça de ter um coração e que o fundamental é o amor, é amar.

Herley Nunes: As suas obras vão além de obras religiosas, são obras importantes, sociais, que buscam acima de tudo o desenvolvimento e podemos ter o exemplo do município de Quixadá e como é que se sente hoje o Dom Adélio um homem de ação, um homem de fazer, de fazer acontecer, nesse momento onde está digamos que como Bispo Emérito do Município?

Dom Adélio: Deus é digamos aquele no qual nós não temos não encontramos distinção entre aquilo que é espiritual e o que é material, são coisas diferentes, mas formam uma unidade só, estritamente unida, por isso que eu me dediquei com todas as possibilidades que eu tive ao meu alcance para trabalhar também no campo social, porque não tem um homem corpo, um homem alma, espírito, existe um homem só e quando as obras sociais são destinadas ao homem, fazem crescer ao homem, fazem crescer ao homem que é espírito, que é criatura de Deus, que é bondade, que é fraternidade, é por isso que eu me senti sempre muito feliz em poder ajudar Quixadá, o crescimento, o progresso dessa querida cidade, que eu escolhi como minha cidade.

Herley Nunes: O senhor como Bispo diocesano de Quixadá muitas obras construiu e qual a que o senhor destacaria como aquela que o senhor tem mais amor, mais devoção, mais admiração?

Dom Adélio: Bom no campo religioso eu colocaria em primeiro lugar o Seminário, destinado à formação de líderes religiosos, de servidores do povo, no campo da religiosidade o seminário por todos os bispos é considerado como o coração de uma diocese. E a segunda obra de caráter, digamos, de caráter eminentemente social é certamente a Faculdade, a Católica que a meu ver

foi a atividade que mais ajudou Quixadá a crescer e a ajudará a crescer ainda mais se continuar no ritmo com o qual a gente teve a graça de conduzi-la durante os primeiros anos de vida

Herley Nunes: O sr. tem conhecimento de se esse ritmo permanece?

Dom Adélio: Bom todas as minhas esperanças são que esse ritmo permaneça, eu não sou profeta, não sei se isso acontecerá, mas todas as minhas orações e esperança é que isso continue. Eu fiz uma comparação, não tem um pai bom que deseje que o filho morra, que o filho adoça, que não caminhe, que não corra, que não progrida na vida, nenhum pai bom, que pai seria eu da faculdade, que fundador seria eu da faculdade, pois se a considero como um filho, se não desejasse que esse filho, que essa faculdade crescesse. Eu desejo só uma coisa, que cresça comigo ou sem mim, ninguém é eterno e todos tem que pensar que outro pode pegar na mão a bandeira e leva-la para frente.

Herley Nunes: O senhor é... Como o senhor deixou a função de direção da Faculdade o senhor continua intermediando a questão do curso de medicina que é um sonho, que é um anseio da sociedade não só de Quixadá, mas do Estado do Ceará?

Dom Adélio: Bom, eu recomendei muito, é lógico que agora eu não posso fazer aquilo que eu podia fazer antes, mas recomendei muitíssimo ao bispo diocesano Dom Angelo para que acompanhe com muito amor a Faculdade de Medicina. Fiz o possível para explicar-lhe, pois ele é novo, tive que explicar-lhe a caminhada e o que poderia, deveria ser feito para que depois desta primeira visita do MEC chegue a autorização, eu de minha parte e se convidado e também aproveitando as amizades que sempre tive em campo nacional e na política, diferentes partidos eu certamente farei o possível para que a Faculdade de Medicina seja aprovada.

Herley Nunes: Muito obrigada pela disponibilidade de seu tempo e qual a mensagem que o senhor gostaria de deixar nesse momento para população de Quixadá e se o senhor tem alguma mágoa de nosso município?

Dom Adélio: Bom à mensagem que quero deixar a população de Quixadá, é desejar a todos a todos os quixadaenses, que eu amo como filhos, é desejar para eles aquilo que eu desejo para mim. Estamos na quaresma está chegando à Páscoa que quer dizer passagem, que quer dizer a ressurreição, vida nova, o que eu posso desejar de melhor para os quixadaenses é que se aproximem de Deus, que comecem uma vida, que todos comecemos uma vida nova em Deus, que é amor, que é fraternidade, que é amor de pai e que quer amor dos filhos, é isso que eu desejo que cresça em Quixadá a solidariedade e o amor.

ANEXO 21¹⁴⁸

Ensino Fortalecerá exercício da cidadania

Estado do Ceará Câmara Municipal de Quixadá	
NOME DO JORNAL/REVISTA: <u>DIÁRIO DO NORDESTE</u>	
DATA: <u>01/02/03</u>	PÁGINA: <u>02</u>
CADERNO: <u>REGIONAL</u>	
ASSUNTO: <u>EDUCAÇÃO</u>	

Ensino fortalecerá exercício da cidadania

Dom Adélio Tomasin, bispo da Diocese de Quixadá, não esconde sua alegria com a Faculdade Católica Rainha do Sertão, pronta para funcionar em janeiro. Ele confirma a variedade na oferta de cursos superiores. Destaca que a linha de ensino busca fortalecer a produção do conhecimento filosófico, científico e tecnológico, integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão, para a formação de recursos humanos qualificados e comprometidos com o exercício da cidadania. Na sua avaliação, a nova faculdade é "um passo concreto para o desenvolvimento desta sofrida região".

Para dom Adélio, sem uma educação superior de qualidade não haverá formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos que possam

assegurar um desenvolvimento genuíno e sustentável. Segundo afirma, somente este tipo de desenvolvimento será capaz de reduzir as disparidades crescentes que separam as regiões brasileiras e seus níveis diferenciados de desenvolvimento.

A Faculdade Católica promete melhorar as oportunidades de qualificação profissional e geração de emprego e renda na região. Para dom Adélio, será um "marco histórico", promovendo impacto sustentável na dimensão sócio-político-cultural, com potencial para modificar o perfil sócio-econômico do interior do Estado.

Até agora só havia em Quixadá a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, em atividades há cerca de 20 anos.

Jonas Sousa



Foto: Dom Adélio
 - acredita que a
 faculdade vai pos-
 sibilitar o desenvol-
 vimento social
 vel na região.

¹⁴⁸ A Câmara Municipal de Quixadá arquiva desde a década de 1990 todos os jornais com matérias sobre o município. Todos os artigos com as IES de Quixadá foram fotocopiados.

ANEXO 22

Sertão Central terá nova faculdade

CADERNO: REGIONAL

DIÁRIO DO NORDESTE

DATA: 03/10/03

ASSUNTO: EDUCAÇÃO

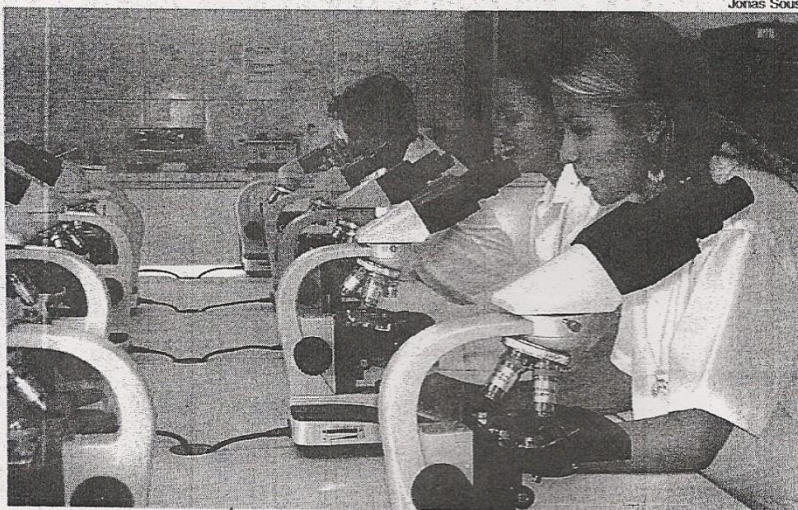
PÁG: 02

■ FORMAÇÃO ACADEMICA

Sertão Central terá nova faculdade

Quixadá (Sucursal) – A Faculdade Católica Rainha do Sertão realizará seu primeiro vestibular em janeiro de 2004. O novo espaço de educação superior do Sertão Central será mantida pela Diocese de Quixadá e Comunidade Católica Shalom. A construção foi financiada por fontes de pessoas físicas e jurídicas da Itália, que mantém parceria com o bispo dom Adélio Tomasin, do Município. Será a maior faculdade da região centro do Estado. O diretor, José Nilson Ferreira Gomes Filho, disse esperar por uma grande demanda de alunos das várias regiões do Estado, inclusive de outros Estados do País.

José Nilson viajou diversas vezes para Brasília até conseguir que todos os cursos fossem devidamente autorizados pelo MEC. “Mesmo em pouco tempo, graças a Deus, conseguimos preparar os cursos de graduação para iniciar em 2004”. São nas áreas de Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Farmácia, Filosofia, Psicologia e Teologia. “Ainda temos projetos para os anos seguintes, com os cursos de Biomedicina, Educação Física, Odontologia e Medicina”, adianta. Ele ressaltou que



MODERNOS LABORATÓRIOS compõem as instalações e equipamentos do novo espaço de educação superior no Sertão Central

os cursos de graduação serão baseados em princípios da Igreja Católica, promotores de desenvolvimento da capacidade científica e do pensamento reflexivo.

O quadro docente está formado por 50 professores, com titulações de especialistas, mestres e doutores comprometidos em fazer da “Católica” um novo conceito em educação. “O diferencial da Faculdade Católica é a qualidade de seu ensino. Para isso, conta com um corpo docente qualificado e preparado para as mais

modernas metodologias de ensino, levando o aluno a vivenciar na prática o aprendizado”, diz José Nilson.

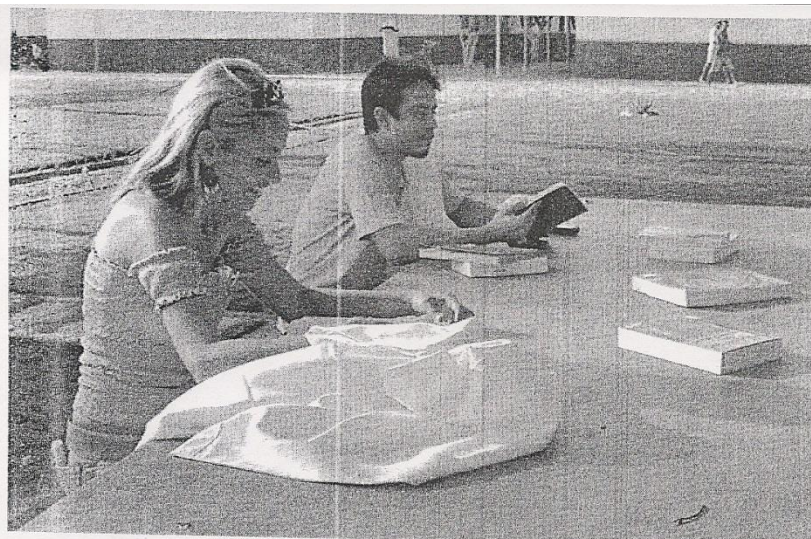
A Faculdade Católica Rainha do Sertão dispõe de modernos laboratórios de ensino, que facilitarão as práticas científicas em diferentes áreas. Tem uma biblioteca com um acervo superior a 10.000 mil volumes, biblioteca eletrônica com acesso a internet, auditório climatizado, salas de aulas projetadas para uso de recursos multimídia e

escritórios modelos, empresa júnior e outros serviços.

A Faculdade já mantém um convênio de intercâmbio com a Universidade de Perúgia, na Itália. Os estudantes de Quixadá e de municípios de várias regiões do Estado aguardam com expectativa o primeiro vestibular. Para o professor de história do Colégio Estadual Virgílio Távora de Quixadá, Francisco Amadeu Ferreira, a Faculdade Católica é uma obra de

ANEXO 23

Faculdade Católica é inaugurada hoje



CAMPUS DA nova faculdade que ampliará o ensino superior no Sertão Central. A idéia, segundo a coordenação da instituição, é garantir o acesso do povo à cidadania, através de uma educação de qualidade

DIÁRIO DO NORDESTE
07/04/2004
Pág: 02
Cidade: REGIONAL
Assunto: EDUCAÇÃO

■ ENSINO SUPERIOR

Faculdade Católica é inaugurada hoje

Quixadá (Sucursal) — "Permitir o acesso do povo do sertão à cidadania". Para o bispo da Igreja Católica, dom Adélio Tomasini, esta é a principal missão da Faculdade Católica Rainha do Sertão, cuja inauguração acontece hoje. Longe de ser uma entidade meramente assistencialista, a Igreja Católica tem como um de seus fins a formação humana da sociedade.

O código de direito canônico recomenda aos bispos dar a máxima importância à formação cultural dos seres humanos. E para isso, na visão de dom Adélio, não há ferramenta melhor do que uma instituição de ensino superior.

O bispo de Quixadá reside no Sertão Central há 16 anos, e depois de presenciar inúmeras histórias de sofrimento da população, principalmente dos moradores das zonas rurais, resolver agir. "Almejo, ou melhor, eu e comunidade católica local almejamos uma mudança de 180 graus da situação

sócio-econômica do sertão. E não há mudança da deprimente realidade dos mais pobres sem mudanças educacionais e culturais. Há uma equação muito simples que resume nossa filosofia: educação somada à cultura são iguais a progresso social e econômico".

Quanto as críticas que vem recebendo por ter idealizado uma instituição de ensino pago, e que, pelo valor das mensalidades, não estaria aberta aos estudantes pobres, dom Adélio rebate: "A igreja faz o que pode. Não podemos ser criticados pela falta de ação, mas sim pela inércia. Estamos agindo sem nenhum recurso financeiro governamental, e por isso, infelizmente, precisamos recorrer ao auxílio do povo. Pretendemos negociar, em um futuro breve, a possibilidade de concessão de bolsas de estudo pagas pelo Governo Federal, para assim trazeremos estudantes carentes para o campus".

Para dom Adélio,

criticar uma faculdade particular apenas baseando-se no valor das mensalidades cobradas é simplismo. "O advento de um campus universitário não se traduz apenas na formação de profissionais. Nosso projeto pedagógico inclui investimentos constantes em pesquisa básica e aplicada e extensão universitária. "O professor Luís Castelo, que é aposentado da UFC e em breve comporá nosso quadro docente, homem de larga experiência em saúde pública, coordenará o projeto 'Quixadá de Todos', cujas metas são ensinar aos estudantes de farmácia e enfermagem técnicas de saúde preventiva que possam ser aplicadas na população quixadaense.

Acompanhamento semanal de recém-nascidos, mulheres grávidas e idosos e difusão de práticas alimentares mais saudáveis, serão realidade em breve. Atraindo profissionais altamente qualificados, e incentivando-os a agir, poderemos oferecer soluções de qualidade às demandas da população de baixa renda de Quixadá e

o aquecimento da economia local, e a geração de empregos diretos e indiretos para pessoas de diferentes níveis de escolaridade.

A reflexão em sala de aula sobre os caminhos da ciência, principalmente das ciências biológicas, é outra meta da Faculdade. "Precisamos formar cidadãos que não sejam meramente técnicos, mas que estejam preparados para discutir os limites éticos de suas especialidades. A biotecnologia, por exemplo, nos traz avanços fantásticos, mas também a possibilidade de criação, em um futuro próximo, de pessoas geneticamente superiores e inferiores, alargando mais ainda antigas desigualdades. Daí a necessidade de uma sólida formação humanística", garante.

A Faculdade abre as inscrições para o vestibular a partir de hoje. Os candidatos concorrerão aos cursos de teologia, filosofia, administração, ciências contábeis, enfermagem, fisioterapia, farmácia e

ANEXO 24

Faculdade Católica no Sertão Central

Estado do Ceará
Câmara Municipal de Quixadá

NOME DO JORNAL/REVISTA: DIÁRIO DO NORDESTE

DATA: 03 / 04 / 2004 PÁGINA: 14

CADERNO: CIDADE

ASSUNTO: EDUCAÇÃO

Faculdade Católica no Sertão Central

O governador Lúcio Alcântara participou, ontem, da inauguração da Faculdade Católica Rainha do Sertão, em Quixadá. Em seu discurso, Alcântara destacou a importância da interiorização dos institutos de ensino superior, como forma de suprir a demanda por profissionais que venham a atuar na melhoria da qualidade de vida dos cearenses do Sertão Central.

Ainda em Quixadá, o Governador participou de duas reuniões com servidores públicos. No primeiro encontro, os agentes de saúde da 8.ª Célula Regional de Saúde apresentaram os resultados do projeto Programa de Saúde da Família nas Comunidades. Eles aproveitaram a reunião também para protestar contra o atraso no pagamento dos salários.

Lúcio Alcântara informou que a verba para o pagamento foi oficialmente repassada, e os agentes receberão normalmente seus salários em abril.

Na outra reunião, educadores municipais e estaduais apresentaram o quadro de evolução das matrículas no Ensino Médio da rede estadual de ensino. Eles asseguraram que houve um significativo aumento no número de matrículas. Analisando os dados de 2002 e comparando com os de 2004, o aumento foi de 38,8% nas matrículas. Os professores afirmaram que foi ultrapassada a meta de 32% do governo do Estado.

ANEXO 25

Dados das IES de Quixadá

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA UFC 2012.2

EFETIVOS: 08

CONTRATADOS: 16

Total: 24

NÚMERO DE PROFESSORES DA UFC 2012.2

EFETIVOS: 27

SUBSTITUTOS: 01

***Total: 28**

***Nenhum professor da UFC é natural de Quixadá**

NÚMERO DE ALUNOS DA UFC/ PERÍODO – 2012.2

406 ALUNOS

NÚMERO DE PROFESSORES DA FRCS 2012.2**PROFESSORES: 155****Em média 80 % dos professores contratados são naturais de outras cidades.****NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA FRCS 2012.2****FUNCIONÁRIOS: 206****NÚMERO DE ALUNOS DA FRCS/ PERÍODO – 2012.2****ALUNOS: 2.161****NÚMERO DE ALUNOS BOLSISTAS DA FRCS / PERÍODO – 2012.2****PROUNI: 160****FIES: em média 1.150*****BOLSA SOCIAL: 252**

*** A FCRS possui um programa “bolsa social” que disponibiliza bolsa de estudos, integral ou não, para: alunos carentes, filhos de professores, filhos de funcionários.**



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC.

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA FECLESC/UECE EM 2012.2

Efetivo UECE – 08

SEDUC (*cedidos pelo estado*) – 07

Prefeitura (*contratados pela prefeitura*) – 03

Terceirizados pela UECE - 07

Total de Contratados: 25 funcionários.

Quixadá, 03 de outubro de 2012

Prof. Dr. Jorge Alberto Rodriguez

Diretor em Exercício



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC.

NÚMERO DE ALUNOS DA FECLESC/ PERÍODO – 2012.2

Curso	Pedagogia	História	L. portuguesa	*L. literatura	L. inglesa	Matemática	Química	Física	Biologia
Subtotal	197	213	163	05	57	119	95	70	139
Total	1.058								

*Alunos referente a grade curricular antiga

Quixadá, 17 de outubro de 2012

Prof. Dr. Jorge Alberto Rodriguez

Diretor em Exercício

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO IFCE 2012.2

	QUANTIDADE
FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS	
Vigilantes	12
Motoristas	05
Limpeza	18
Copera	01
EFETIVOS	
Técnicos Administrativos	26
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	62

NÚMERO DE ALUNOS DO IFCE/ PERÍODO – 2012.2

MATRICULADOS		
PERÍODO	2002.1	2002.2
TOTAL	522	604

NÚMEROS DE PROFESSORES IFCE 2012.2

EFETIVOS: 52

TEMPORÁRIOS: 03

ANEXO 26

Programação e Ata do Fórum Regional de Ensino Superior

FÓRUM DE ENSINO SUPERIOR DE QUIXADÁ E REGIÃO

DATA: 15 de maio de 2013

HORÁRIO: de 8 às 18 horas

LOCAL: Auditório Rachel de Queiroz - FECLESC

Rua José de Queiroz Pessoa, Nº 2554 - Planalto Universitário - Quixadá/Ce

PROGRAMAÇÃO

HORÁRIO

ATIVIDADES

8h	Coffee Break
8h30min	Abertura do Fórum pelo Diretor da FECLESC, Prof. Dr. Jorge Alberto Rodriguez.
	Fala do Magnífico Reitor da UECE, Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio.
8h50min	Compromisso da UECE com o Ensino Superior e o desenvolvimento regional.
9h30min	Fala do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Quixadá, João Hudson Rodrigues Bezerra.
	Apresentação dos Coordenadores(as) das CREDE's:
	- Profa. Queila Maria Araújo - Coordenadora da 8ª CREDE / Baturité - Prof. Expedito Maurício Pereira Nobre - Coordenador da 12ª CREDE / Quixadá - Profa. Maria Erenice dos Santos Barros - Coordenadora da 14ª CREDE / Senador Pompeu
10h	Diagnóstico das CREDE's / SEDUC sobre a demanda por cursos do Ensino Superior da região de sua Coordenadoria.
11h	Apresentação das Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam na região: atividades e perspectivas.
12h	Almoço
13h30min	Divisão de grupos de discussão sobre propostas das IES quanto à melhoria do ensino e criação de novos cursos para o desenvolvimento da região de Quixadá.
15h30min	Assembleia de apresentação das propostas discutidas pelos grupos.
17h	Aprovação das propostas: Relatório com recomendações e pactos formulados.
17h30min	Encerramento: Fala do Magnífico Reitor, Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio e do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Quixadá, João Hudson Rodrigues Bezerra.

Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior
Universidade Estadual do Ceará – UECE
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC
Rua José de Queiroz Pessoa, Nº 2554 – Planalto Universitário – CEP: 63.900-000 – Quixadá – CE
Fone: 55-(88)-3445-1036 – Fax: (88) 3445-1039 – e-mail: feclesc.uece@yahoo.com.br – CNPJ: 07.885.809/0001-97

Ata Oficial do 1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior. 16/05/2013.

Este documento foi redigido pelo Professor Doutor Francisco Célio Feitosa de França por meio de suas anotações e observações feitas durante o **1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior** (As anotações estão arquivadas na Secretária da FECLESC). Algumas informações relevantes foram adicionadas a este documento no sentido de torná-lo mais objetivo e claro para o leitor.

Breve Resumo das Falas e Apresentações das Autoridades Representantes das Seguintes Instituições Educacionais: Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação: CREDE 8, CREDE 12, CREDE 14, Universidade Federal do Ceará/Quixadá UFC/Quixadá, Faculdade Católica Rainha do Sertão FCRS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Quixadá IFCE/Quixadá, Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central UECE/FECLESC e Universidade Aberta do Brasil/Quixadá UAB/Quixadá, Prefeitura Municipal de Quixadá, Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, Prefeitura Municipal de Choró, Prefeitura Municipal de Ocara e Secretaria Municipal de Educação de Quixadá.

De 91 participantes que confirmaram suas presenças no 1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior, na Secretaria da FECLESC, compareceram apenas 65 participantes e os 26 participantes restantes que também tinham confirmado presença no Fórum não compareceram.

Participaram do Fórum 19 Alunos do Curso de Pedagogia da FECLESC, 1 aluna do Curso de Química da FECLESC, 1 aluno do Curso de Química da FECLESC (Representante Estudantil do Curso de Química), 4 Funcionários da FECLESC, O Reitor da UECE, O Vice-Reitor da UECE, O diretor do IFCE/Quixadá, O Diretor da UFC/Quixadá, A Vice-Diretora da UFC/Quixadá, O Diretor da FCRS, O Diretor da UAB/UECE, O Diretor da FECLESC, A Vice-Diretora da FECLESC, O Prefeito de Quixadá, 1 Professora do Curso de Química, 1 Professor do Curso de Química, 1 Professor do Curso de

Matemática, 1 Professor do Curso de História, 1 Professor do Curso de Física, 1 Professor do Curso de Licenciatura Letras Inglês, 2 Representantes da Prefeitura Municipal de Ibicuitinga, 2 Representantes da Secretaria Municipal de Educação de Quixadá, A Presidenta do Conselho de Educação Municipal de Quixadá, A Coordenadora do CREDE de Baturité (CREDE 8), A assistente de Gabinete do CREDE 12, A Coordenadora do CREDE de Senador Pompeu (CREDE 14), 1 Aluna da FECLESC que não identificou o curso, 1 Aluno da FECLESC que não identificou o Curso, 4 Professoras e 2 Professores do Curso de Pedagogia da FECLESC, 1 Professor do Curso de História da FECLESC, 1 Professora do Curso de Ciências Biológicas, A Pró-Reitora de Extensão da UECE, A Assessora de Imprensa da UECE, O prefeito de Ibicuitinga, A representante do Secretário de Educação de Ocara, O Secretário de Educação de Quixadá, 1 Pessoa da FCRS que não identificou sua função na faculdade, 1 Pessoa do CREDE 14 que não deu para identificar o nome pela assinatura na Lista de Frequência.

Fonte: Lista de Frequência do 1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior (Todas as Pessoas citadas acima tinham seus nomes confirmado na lista de frequência)

Não compareceram ao Evento as seguintes autoridades que tinham confirmado presença no evento: O prefeito e A Secretária de Educação de Aracoiaba, O prefeito e O Secretário de Educação de Banabuiú, O prefeito A Secretária de Educação e O Presidente do Conselho de Educação Municipal de Baturité, O prefeito A Secretária de Educação e O Presidente do Conselho de Educação Municipal de Capistrano, O Secretário de Educação e A Presidenta do Conselho de Educação Municipal de Choró, A prefeita e A Secretária de Educação de Ibaretama, O Secretário de Educação de Ibicuitinga, O prefeito e A Secretária de Educação de Itapiúna, O Prefeito e A Secretária de Educação de Milhã, O prefeito O Secretário de Educação e A Presidenta do Conselho de Educação Municipal de Quixeramobim, O Prefeito e A Secretária de Educação de Senador Pompeu, O Representante da Câmara dos Vereadores de Quixadá, O Coordenador do CREDE de Quixadá (CREDE 12).

Fonte: Lista de Frequência do 1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior (Todas as pessoas citadas acima não tinham seus nomes confirmado na lista de frequência.)

Tabela 1. Lista de Presença dos participante do Fórum

1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior				
Representantes das IES				
Representante	IES	Função	Título	e-mail
Ed Naldo Fernandes de Santana	UAB/Quixadá	Coordenador		ednaldouabquixada@gmail.com
Aristides de Souza Neto	IFCE/Quixadá	Diretor	Mestre	arisneto@ifce.edu.br
Davi Romero de Vasconcelos	UFC/Quixadá	Diretor	Doutor	<i>daviromero@ufc.br</i>
Andréia Libório Sampaio	UFC/Quixadá	Vice Diretora	Doutora	<i>andreiasampaio@gmail.com</i>
Manoel Messias de Sousa	FCRS	Diretor	Livre Docente	
Maria Dias Cavalcante Vieira	FCRS	Não consta	Não consta	Não consta
José Jackson Coelho Sampaio	UECE	Reitor	Doutor	
Hidelbrando dos Santos Soares	UECE	Vice-Reitor	Doutor	
Jorge Alberto Rodriguez	FECLESC	Diretor	Doutor	jorgearp@yahoo.com.br
Cláudia Régia Damasceno Chaves	FECLESC	Vice Diretora	Mestre	claudiaregiad@hotmail.com
Total = 10				
Representantes das CREDES				
Representante	CREDE	Função	Título	e-mail
Maria Jucineide da Costa Fernandes	CREDE 8	Coordenadora		
Janaína Silveira de Souza	CREDE 12	Ass. de Gabinete		
Maria Erenice dos Santos Barros	CREDE 14	Coordenadora		
Wilma Oliveira*	CREDE 14	Não consta	Não consta	Não consta
Total = 4				
Professores da FECLESC				
Professor	Curso	Função	Título	e-mail
Francisco Célio Feitosa de França	Química	Prof. Assistente	Doutor	<i>francisco.celio@uece.br</i>
Josália Liberato Rebouças	Química	Profa. Substituta	Mestre	josalialiberato@gmail.com

Makarius Oliveira Tahim	Física	Coordenador	Doutor	makarius.tahim@gmail.com
Vaneicia dos Santos Gomes	Ciê. Biol.	Coordenadora	Mestre	vncgomes@yahoo.com.br
Manoel Pereira Gomes Neto	Matemática	Adjunto	Mestre	manoel.pereira@uece.br
Keila Andrade Haiashida	Pedagogia	Profa. Assistente	Mestre	keilandrade@hotmail.com
Maria Lenúcia de Moura	Pedagogia	Profa. Assistente	Mestre	mlemoura@yahoo.com.br
Joana Adelaide Cabral Moreira	Pedagogia	Profa. Adjunta	Doutora	joanaadelaide@yahoo.com.br
Dília Raulino de Souza Caetano	Pedagogia			diliaraulino@hotmail.com
Jorge Alberto Rodriguez	Pedagogia	Professor Adjunto	Doutor	jorgearp@yahoo.com.br
Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza	Pedagogia	Prof. Adjunto	Doutor	luizoswaldosms@gmail.com
Edmilson Alves Maia Júnior	História	Coordenador	Mestre	edmilsonjunior@ibest.com.br
Francisco Carlos Carvalho da Silva	Lic. Letr. Ing.	Prof. Assistente	Mestre	carlos.oak@hotmail.com
Cláudia Régia Damasceno Chaves	Lic. Letr. Espan.	Profa. Assistente	Mestre	claudiaregiad@hotmail.com
Total = 12				
Funcionários da FECLESC				
Funcionário	Setor	Função	Título	e-mail
Maria Rosália de Oliveira Fernandes				
Maria das Graças Maurício de Souza				
Marluce de Sousa Bandeira				
José Máirton Barroso Júnior				
Total = 4				
Prefeitos dos Municípios Representados no Fórum				
Prefeito	Cidade	Título	e-mail	
João Hudson Rodrigues Bezerra	Quixadá			
José Edmilson Gomes	Ibicuitinga	Ensino Médio		
José Antônio Rodrigues Mendes	Choró			
Vânia Clementino Lopes	Ocara			
Total = 4				
Representantes das Prefeituras Municipais que participaram do Fórum				
Representante	Prefeitura	Função	Título	e-mail
Rosangela Rocha de Almeida Cabral*	Ibicuitinga			
Maria Leivanir Peixoto Farias	Ocara			
Total = 2				
Secretários de Educação				
Secretário	Prefeitura	Função	Título	e-mail

Valentim Francisco de Freitas Neto	Quixadá			
Total = 1				
Representantes dos Secretários de Educação				
Representantes	Prefeitura	Função	Título	e-mail
Jansesgledia de Oliveira	Ocara			
Total = 1				
Presidentes dos Conselhos de Educação dos Municípios que participaram do Fórum				
Presidente	Prefeitura	Função	Título	e-mail
Ana Cláudia Fernandes	Ocara			
Aíla Maria Holanda Albuquerque	Quixadá			
Total = 2				
Outras Autoridades presentes no Fórum				
Autoridade	IES	Função	Título	e-mail
Lúcia Helena Fonseca Grangeiro	UECE	Pró Reitora de Extensão		
Maria de Fátima Serpa	UECE	Assessoria de Impren.		
Total = 2				
Estudantes das IES que participaram do Fórum				
Aluno	IES	Curso	Título	e-mail
Bruno da Silva de Menezes	FECLESC	Pedagogia	Graduando	
Antônio Geovânio Pinheiro	FECLESC	Pedagogia	Graduando	
Adriana Cunha de Oliveira	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Márcia Pereira da Silva	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Francisca Rosilene Cavalcante de Araújo	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Elisamara Fernandes de Sousa	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Bruno Dias de Lima	FECLESC	Pedagogia	Graduando	
Jhonatas Barbosa Lima	FECLESC	Pedagogia	Graduando	
Valéria Lopes Bossa	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Vitória Maria dos Santos da Silva	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Francisca Larissa Batista da Silva Viana	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Lailton de Souza Santos	FECLESC	Pedagogia	Graduando	
Fca. Alves de Souza Prudêncio dos Santos	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Girlene Araújo de Moraes	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Willana Fraga dos Santos	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Luiz Nogueira de Oliveira	FECLESC	Pedagogia	Graduando	
Gabriela Silva Barbosa	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Ruslane Nayone da Silva	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Lorena Kimberly Pinéo Lopes	FECLESC	Pedagogia	Graduanda	
Francisco Aurélio Silva dos Santos	FECLESC	Química	Repres. Estudant.	
Cícera Eliane Souza do Nascimento	FECLESC	Química	Graduanda	
Cícero Wilton de M. Olivceira	FECLESC	Não consta	Graduando	
Eugênia Souza do Nascimento	FECLESC	Não consta	Graduanda	
Total = 23				
Total de participantes = 65				

Tabela 2. Lista de Frequência das pessoas que estavam confirmadas para o Fórum e faltaram

1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior				
Prefeitos dos Municípios que não foram representados no Fórum				
Prefeito(a)	Cidade	Título	e-mail	
Antônio Cláudio Pinheiro da Silva	Aracoiaba			
Veridiano Pereira de Sales	Banabuiú			
João Bosco Pinto Saraiva	Baturité			
Cláudio Bezerra Saraiva	Capistrano			
Elíria Maria Freitas de Queiroz	Ibaretama			
Luiz Cavalcante de Freitas	Itapiúna			
Otacílio José Pinheiro Macedo	Milhã			
Cirilo Antônio Pimenta Lima	Quixeramobim			
Antônio Mendes de Carvalho	Senador Pompeu			
Total = 9				
Secretários(a) de Educação dos Municípios que não foram representados no Fórum				
Secretário(a)	Cidade	Título	Função	e-mail
Maria Valmira Silva de Oliveira	Aracoiaba			
Sebastião Alexandre Lucas	Banabuiú			
Maria do Socorro Saraiva Silveira	Baturité			
Edna Cavalcante Souza	Capistrano			
Francisco Fábio Martins Alvino	Choró			
Maria Melo	Ibaretama			
Davis Yuri de Vasconcelos	Ibicuitinga			
Márcia Maria Farias Costa	Itapiúna			
Erleide Dantas Pinheiro	Milhã			
Antônio Amaury Oriá Fernandes	Quixeramobim			
Rosângela de Sousa Oliveira	Senador Pompeu			
Total = 11				
Presidentes dos Conselhos de Educação Municipal				
Presidente(a)	Cidade	Título	Função	e-mail
Leonildo da Silva Leal	Baturité			
José Rocha Lima Cavalcante	Capistrano			
Ana Cristina Rodrigues de Oliveira	Choró			
Maria Barbosa Cunha Dantas	Quixeramobim			
Total = 4				
Representante da Câmara dos Vereadores de Quixadá				
Representante	Cidade	Título	Função	e-mail
Pedro Felipe Diógenes Baquit Normando	Quixadá			
Total = 1				

Coordenador do CREDE de Quixadá (CREDE 12)				
Coordenador	Cidade	Título	Função	e-mail
Expedito Maurício Pereira Nobre	Quixadá			
Total = 1				
Total dos Faltosos = 26				

Mestre de Cerimônia do Evento: Professor do Curso de Licenciatura Letras Inglês Francisco Carlos Carvalho da Silva.

Equipe Organizadora do Evento: Os Funcionários: Maria Rosália de Oliveira Fernandes, Maria das Graças Maurício de Souza, Marluce de Sousa Bandeira, José Maírtton Barroso Júnior e a **Vice-Diretora da FECLESC:** Prof. Mestre Cláudia Régia Damasceno Chaves. **Instituições que patrocinaram o evento:** Universidade Estadual do Ceará – UECE, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC.

08h:30 – Composição da Mesa

As seguintes autoridades foram convidadas para compor a mesa: O Magnífico Reitor da Universidade Estadual do Ceará Professor Dr. José Jackson Coelho Sampaio, O Vice-Reitor da Universidade Estadual do Ceará Professor Ms. Hidelbrando dos Santos Soares, O Exmo. Prefeito Municipal de Quixadá Sr. João Hudson Rodrigues Bezerra, O Ilustríssimo Diretor da FECLESC Prof. Dr. Jorge Alberto Rodriguez, O Ilustríssimo Secretário de Educação de Quixadá Sr. Valentin Francisco de Freitas Neto, O ilustríssimo Coordenador do Polo Presencial da UAB-Quixadá Sr. Ed Naldo Fernandes de Santana, A ilustríssima Representante da Prefeitura de Ocara Sra. Maria Leivanir Peixoto Farias, A ilustríssima Representante do Secretário de Educação de Ocara Sra. Jansesgledia de Oliveira, O ilustríssimo Diretor da UFC/Quixadá Prof. Davi Romero de Vasconcelos, O ilustríssimo Diretor do IFCE/Quixadá Prof. Aristides de Souza Neto, O Ilustríssimo Diretor da FCRS Prof. livre docente Manoel Messias de Sousa, A Coordenadora do CREDE de Baturité (CREDE 8) Sra. Maria Jucineide da Costa Fernandes, A assistente de Gabinete do CREDE de Quixadá (CREDE 12) Sra. Janaína Silveira de Souza, e A Coordenadora do CREDE de Senador Pompeu (CREDE 14) Sra. Maria Erenice dos Santos Barros.

08h:40 – Abertura do Fórum pelo Diretor da FECLESC Professor Dr. Jorge Alberto Rodriguez

09h:00 – Fala do Diretor da FECLESC, Prof. Dr. Jorge Alberto Rodriguez.

09h:10 – Fala do Magnífico Reitor da UECE Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio.

O reitor falou sobre o “Compromisso da UECE com o Ensino Superior e o Desenvolvimento Regional”.

09h:30 - Fala do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Quixadá (João Hudson Rodrigues Bezerra)

O prefeito falou do seu comprometimento com relação à educação no município de Quixadá e seu comprometimento com relação ao desenvolvimento do município de Quixadá.

Para maiores informações acessem o site da prefeitura de Quixadá:
<http://www.quixada.ce.gov.br/>

09h:55 – Fala do Excelentíssimo Reitor da Universidade Estadual do Ceará (Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio).

Na sua fala o reitor forneceu alguns números interessantes com relação à UECE: Segundo ele existem atualmente 1.100 professores efetivos na UECE, destes 427 são doutores. Do total de alunos matriculados na UECE 5.000 alunos não estão matriculados em nenhuma disciplina oferecida pelos cursos da UECE. Ele também relatou que o custo médio anual de um aluno da rede Federal de Ensino para o Governo Federal é de R\$ 20.000,00. E que o custo médio anual de um aluno da rede Estadual de Ensino para o governo Federal, se ele atender as reivindicações das atuais Universidades Estaduais que estão participando da Comissão Parlamentar Permanente conjuntamente com alguns representantes do Congresso Nacional (Parlamentares), será de R\$ 2.000,00. O reitor falou que solicitou ao setor de estatística da UECE o cálculo do custo médio de um aluno por curso (este índice é importante pois, alunos de cursos diferentes têm peso diferente e portanto este valor é diferente para alunos de cursos diferentes, por exemplo: o custo médio anual de um aluno de um curso de Química deve ser maior do que por exemplo o custo médio anual de um aluno de um curso de pedagogia).

10h:00 – Os componentes da mesa foram convidados a tomarem assento nas cadeiras do auditório Raquel de Queiroz.

10h:00 - Fala dos Coordenadores(as) das CREDESs apresentando o diagnóstico das CREDESs/SEDUC sobre a demanda por cursos do Ensino Superior da região.

10:00 – Fala da Coordenadora da CREDE 8 Sra. Maria Jucineide da Costa Fernandes

Havia uma representante do CREDE 8 no Fórum, porém, nenhuma apresentação de dados foi feita. A CREDE 8 é composto por 13 Municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

Tabela 3. Número de Escolas Estaduais Credenciadas no CREDE 8

Tipos de Escola							Total de Escolas
EEF	EEM	EEFM	EEEP	LICEU	CEJA	EDEIFM	
1	2	13	1	1	1	1	20

Fonte: site do CREDE 8. EEF = Escola de Ensino Fundamental, EEM = Escola de Ensino Médio, EEFM = Escola de Ensino Fundamental e Médio, EEEP = Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, CEJA = **Centro de Educação de Jovens e Adultos**, EDEIFM = *Escola de Ensino Indígena Fundamental e Médio*.

Para maiores informações acesse o site: <http://www.crede08.seduc.ce.gov.br/>

10:00 – Fala da Assistente de Gabinete da CREDE 12 Sra. Janaína Silveira de Souza

Na sua fala a representante apresentou os seguintes dados: O CREDE 12 é composto por 8 Municípios: Banabuiú, Boa Viagem, Choró, Ibaretama, Ibicuitinga, Madalena, Quixadá, e Quixeramobim. Ela relatou que existe um total de 172 docentes em Banabuiú e um total de 916 docentes em Quixadá. Em seguida ela apresentou os seguintes dados:

Tabela 4. Número de docentes Estaduais, Federais e Municipais que atuam no CREDE 12

CREDE	Redes de Ensino	Número de Docentes
12	Estadual	679
12	Federal	39
12	Municipal	2.518
12	Total	3.701

Tabela 5. Número de Escolas Estaduais Credenciadas no CREDE 12

Tipos de Escola						
EEF	EEM	EEFM	EEEP	LICEU	CEJA	Total de Escolas
3	8	11	3	2	1	28

EEF = Escola de Ensino Fundamental, EEM = Escola de Ensino Médio, EEFM = Escola de Ensino Fundamental e Médio, EEEP = Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, CEJA = **Centro de Educação de Jovens e Adultos**.

Tabela 6. Número de autorizações expedidas p/professores temporários

Ano	Autorizações	Cursos Atendidos	
		EFM	CT/FATEC/CENTEC
2011	737	709	28
2012	564	542	22
2013	1.101	1.101	-

EFM = Ensino Fundamental e Médio, CT = Cursos Técnicos.

Tabela 7. Número de autorizações expedidas p/professores temporários para Quixadá em 2012

Nível/Modalidade	Quantidade de Autorizações	%
EF (6º ao 9º ano)	26	34
EM (1º ao 3º ano)	51	66
Total de Autorizações	77	100

EF = Ensino Fundamental, EM = Ensino Médio.

Para maiores informações acesse o site: <http://www.crede12.seduc.ce.gov.br/>

10h:30 – Fala da Representante da Secretaria Municipal da Educação de Quixadá

Durante a sua fala a representante forneceu os seguintes dados:

Tabela 8. Número de professores efetivos no Ensino Fundamental em Quixadá

Número de professores por disciplina														
LETR.	PEDG.	PEDG. NM	HIST.	BIOL./QUIM.	CIÊN. REL.	MATEM.	HIS T/G EOG R.	EDU. FIS.	OUTR. LOC. e SECR.	AFAST.	FOR. ESC.	NFA.	NFAPS.	TOTAL
120	101	65	42	18	16	7	02	10	25	26	26	27	76	561

Fonte: Agenda da representante da SMEQ, LETR. = Letras, PEDG. = Pedagogia, PEDG. NM = Pedagogia nível médio, HIST = História, BIOL./QUIM. = Biologia/Química, CIÊN. REL. = Ciência da Religião, MATEM. = Matemática, HIST./GEOGR. = História/Geografia, EDU. FIS. = Educação Física, OUTR. LOC. e SECR. = Professores alocados em outros locais e secretarias, AFAST. = Professores afastados, FOR. ESC. = Professores fora da escola, NFA. = Não foram avaliados por não participarem do processo de avaliação, NFAPS = Professores que não foram avaliados pelo sistema por não terem apresentado a documentação necessária,

Para maiores informações acesse o site: <http://www.smequixada.blogspot.com.br/>

10h:45 – Fala da Coordenadora da CREDE 14 Sra. Maria Erenice dos Santos Barros

Em sua apresentação a professora Eliza apresentou os seguintes resultados: O CREDE 14 é composto por 7 Municípios: Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Senador Pompeu, Solonópole, Piquet Carneiro.

Tabela 9. Número de Escolas Estaduais Credenciadas no CREDE 14

Tipos de Escolas							
EEM	EEFM	CEJA	EEEP	LICEU	EEI	EEE	Total de Escolas
1	7	1	3	1	*	*	13

EEM = Escola de Ensino Médio, EEFM = Escola de Ensino Fundamental e Médio, CEJA = Centro de Educação de Jovens e Adultos, EEEP = Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, EEI = Escola de Ensino Indígena, EEE = Escola de Ensino Especial, * = Dados ainda não disponíveis.

Ela relatou que em Senador Pompeu existe um número total de 372 professores, sendo que destes 321 são temporários e os 51 restantes são efetivos. Depois ela apresentou os seguintes dados:

Tabela 10. Número de Professores por área credenciados ao CREDE 14

Disciplinas	Números de Professores
Mat./Fís.	3
Hist./Geogr.	7
Letras	8
Quim./Biol.	5
Ciências	1
Letras Port./Ingl.	4
Lic. Plena	(*)

(*) = A transparência passou rápido demais e não deu para copiar este dado e fora esta tabela foram mostradas também outras com o número de professores por área credenciados ao CREDE 14 (Também não deu tempo copiar estes dados).

Ela relatou que existe uma demanda por Professores de Física, Química, Inglês, Espanhol, Arte, Filosofia, Sociologia, Geografia e Informática.

Para maiores informações acesse o site: <http://www.crede14.seduc.ce.gov.br/>

11h:00 – Apresentação das Instituições de Ensino Superior (IES) que atuam na Região

11h:00 – Fala do diretor da UFC/Quixadá Professor Doutor Davi Romero de Vasconcelos

No início da sua fala o diretor da UFC/Quixadá comentou alguns dados relevantes da instituição: A UFC iniciou suas atividades no interior em 2006 em Sobral e no Cariri e somente em 2007 em Quixadá. Ele relatou que existe uma demanda por Professores de Física. Ele relatou que os cursos ofertados pela UFC/Quixadá são das áreas de Sistema de Informação e Ciência da Computação. Ele salientou que a UFC/Quixadá prepara o aluno para empregos gerados na área de TI. O diretor da UFC/Quixadá comparou o orçamento anual da UFC e da UECE (orçamento geral da UECE por ano = R\$ 180.000.000,00, destes R\$ 150.000.000,00 são gastos com pessoal; Orçamento geral da UFC por ano = R\$ 1.000.000.000,00 destes R\$ 750.000.000,00 são gastos com pessoal)

Para maiores informações acesse o site: <http://www.quixada.ufc.br>

11h:30 – Fala do diretor da FCRS Professor livre docente Manoel Messias de Sousa

Inicialmente o diretor da FCRS deu alguns informes com relação ao histórico da faculdade: Ele relatou que a FCRS iniciou suas atividades com apenas 6 cursos. Ele disse que o grande foco inicial da FCRS foi a área de saúde (Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, etc.). Ele também informou que atualmente a FCRS oferece 17 cursos. Segundo ele a FCRS tentou aprovar um curso de medicina mais não logrou êxito pois, o projeto não foi aprovado pelo MEC devido não existirem no município de Quixadá, recursos, equipamentos e infraestrutura que desse suporte para a universidade. Ele disse que atualmente existem 2.500 alunos de graduação matriculados na FCRS. Ele ressaltou que o momento atual da FCRS é de expansão da Universidade (ele citou, por exemplo, a criação de cursos na área de jornalismo). Ele disse que 75% dos docentes da FCRS são doutores e que atualmente existe um projeto tramitando no MEC para transformar a FCRS em um Centro Universitário. Segundo suas informações atualmente a FCRS atende alunos de 120 municípios do Ceará.

Para maiores informações acesse o site: <http://www.fcrs.edu.br/>

12h:00 – Fala do diretor do IFCE/Quixadá Professor mestre Aristides de Souza Neto

O diretor do IF/Quixadá foi o único diretor das IES presentes que utilizou um recurso multimídia (data-show), para fazer sua apresentação. No início da sua apresentação ele relatou que o IF/Quixadá faz a verticalização do ensino, pois oferece cursos superiores e técnicos. Segundo ele os seguintes Cursos Superiores são oferecidos pelo IF/Quixadá: Tecnologia em Agronegócio, Licenciatura em Química e Engenharia Ambiental e que os Cursos Técnicos oferecidos pelo IF/Quixadá são: Controle Ambiental, Técnico em Química modalidade integrada e concomitante, Técnico em Hospedagem e Técnico em Edificações. Depois ele exibiu os seguintes dados:

Tabela 11. Informações gerais dos cursos superiores e técnicos oferecidos pelo IFCE/Quixadá

Cursos Superiores				
	Tecnologia em Agronegócio	Licenciatura em Química	Engenharia Ambiental	
Duração	03 anos	07 meses (3,5 anos)	5 anos	
Form. de Ing.	SISU (ENEM)	SISU (ENEM)	SISU (ENEM)	
Núm. de Vag.	30/semestre	30/semestre	30/semestre	
Cursos Técnicos				
	Controle Ambiental	Técnico em Química	Técnico em Hospedagem	Técnico em Edificações
Duração	4 semestres (4 anos)	4 anos	2 semestres (1 ano)	4 anos
Form. de Ingr.	Concurso	Concurso	Concurso	Concurso
Núm. de Vag.	30/semestre	40/semestre	30/semestre	30/semestre

Form. de Ingr. = Forma de ingresso, Núm. de Vag. = Número de vagas.

Ele falou que a meta estabelecida pelo governo Federal para ser atingida pelo o IF/Quixadá é de 1.200 alunos matriculados sendo atendidos por 60 professores. Ele relatou que o IF/Quixadá está muito próximo de atingir esta meta. Ele comentou que atualmente dois novos cursos estão sendo implantados no IF/Quixadá são eles: Licenciatura em Mecânica e Licenciatura em Mecatrônica. Segundo suas informações atualmente na instituição existem 40 alunos que recebem bolsa do PIBID e que no IF/Quixadá existem dois laboratórios oficializados: O Laboratório de Química dos Materiais (LQM) e o Laboratório de Microbiologia (LMB).

OBS: Essas siglas LQM e LMB foi eu que criei quando estava redigindo este documento.

Para maiores informações acessem os seguintes sites: <http://www.cefetce.br> e <http://www.quixada.ifce.edu.br>

12:20 – Fala do Coordenador do Polo Presencial da UAB-Quixadá Sr. Ed Naldo Fernandes de Santana

O Coordenador do Polo Presencial da UAB/Quixadá iniciou sua fala relatando que o Polo Municipal da UAB em Quixadá participou da 1ª Liberação de Polos UAB. No início (2007) o Polo Presencial da UAB/Quixadá contava com o Curso de Bacharelado de Administração e o de Licenciatura Letras Inglês. Em 2008 foi implantado outro curso (Não deu tempo copiar o nome do Curso), em 2009 iniciou-se a Licenciatura em Matemática (turma com 9 alunos) e em 2010 houve uma turma com 27 alunos cursando a mesma Licenciatura. Ele disse que os cursos oferecidos são semipresenciais (80% virtual e 20% presencial).

O coordenador também relatou que recentemente foi implantado o Curso de Licenciatura Letras Espanhol. Relatou também a dificuldade na formação de tutores para ministrar as aulas presenciais. A avaliação dos Cursos pelo MEC foi apta com pendências. Falou que existe a seguintes demanda: Curso de Geografia. Ele também relatou que faltam recursos técnicos na área de informática. Relatou também que o polo atualmente funciona dentro do IFCE. Relatou, também, haver a possibilidade de prováveis cursos de Administração em Gestão Pública.

Estão previstos quatro cursos novos para agosto deste ano. Relatou que o foco da UAB é a formação de professores. Também informou que os professores das IES podem se cadastrar na Plataforma Paulo Freire para fazerem Cursos de Licenciatura. No entanto, a representante da Secretaria Municipal da Educação de Quixadá relatou que este processo de cadastro e aceitação do professor pela Plataforma Paulo Freire muitas vezes não acontece, pois existem vários critérios rígidos para a seleção dos candidatos. Falou também que participam do Sistema UAB as universidades públicas (federais, estaduais e municipais) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições, exclusivamente públicas, são responsáveis pela criação dos projetos pedagógicos dos cursos e por manter sua boa qualidade com base nos **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância – SEED/MEC**. Dados fornecidos durante a apresentação:

Instituições ofertantes no estado da Ceará

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IF-CE

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Universidade Federal do Ceará – UFC

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

Cursos oferecidos pela UAB/UFC: Administração (Bacharelado), Física (Licenciatura), Letras Espanhol (Licenciatura), Letras Inglês (Licenciatura), Letras Português (Licenciatura), Matemática (Licenciatura) e Química (Licenciatura).

Cursos oferecidos pela UAB/UECE: Artes Plásticas (Licenciatura), Ciências Biológicas (Licenciatura), Física (Licenciatura), Informática (Licenciatura), Matemática (Licenciatura), Pedagogia – Licenciatura Plena em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) (Licenciatura) , Química (Licenciatura).

Cursos oferecidos pela UAB/IF-CE: Hotelaria (Tecnólogo), Matemática (Licenciatura) e Tecnologia em Hotelaria (Tecnólogo).

Pólos UAB: 1. Caucaia 1, 2. Caucaia 2, 3. Caucaia 3, 4. Fortaleza, 5. Limoeiro do Norte, 6. Meruoca, 7. Quixadá, 8. Quixeramobim 1, 9. Quixeramobim 2, 10. Russas , 11. São Gonçalo do Amarante, 12. Ubajara, 13. Camocim, 14. Barbalha, 15. Aracoiaba, 16. Aracati, 17. Beberibe, 18. Brejo Santos, 19. Campos Sales, 20. Ipueiras , 21. Itapipoca, 22. Jaguaribe, 23. Maranguape, 24. Mauriti, 25. Missão Velha, 26. Orós, 27. Piquet Carneiro, 28. Quiterianópolis, 29. Tauá.

OBS: Caros colegas algumas destas informações eu retirei da seguinte fonte: Catálogo do Sistema Universidade Aberta do Brasil no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/Catalogo/nordeste.pdf/>

Para maiores informações acessem o site: <http://www.uab.capes.gov.br> ou <http://www.virtual.ufc.br/qui/> ou ainda: <http://www.virtual.ufc.br/portal/cursos.aspx>

12h:50 – Fala do diretor da FECLESC Prof. Dr. Jorge Alberto Rodriguez

O diretor da FECLESC iniciou sua fala apresentando alguns números interessantes com relação a FECLESC: A FECLESC iniciou em 1983 época em que foi incorporada a UECE. Atualmente têm 8 Licenciaturas e pretende atingir a meta de 14 licenciaturas. Ele ainda relatou que na universidade existem várias carências e demandas. Segundo o diretor Jorge Alberto ao longo dos 30 anos de existência da FECLESC foram formados 1.800 professores na região de Quixadá.

Ele relatou que uma das dificuldades enfrentada pela Universidade, ele citou como exemplo que o curso de química em um dos vestibulares da FECLESC ofertou 30 vagas para o Curso de Licenciatura em Química mas somente 3 alunos foram aprovados no vestibular e destes três após, matrícula, e ingresso na Faculdade pouco tempo depois evadiram-se. O diretor relatou também que a evasão escolar fica em torno de 50 a 54% na Rede de Educação Superior de Ensino.

Ele comentou também que, por exemplo, ingressam nos Cursos de Licenciatura em Química, Física e Matemática por volta de 40 alunos, destes concluem os cursos 4 ou 5 alunos. Ele também forneceu o seguinte dado: No Ensino Superior no Brasil existem 8.000.000 de matrículas. O diretor comentou que um dos motivos da evasão escolar na FECLESC se deve em parte devido a necessidade do aluno trabalhar para se manter (transporte, refeição, etc.) e muitas vezes alguns alunos já são pais e tem que manter suas famílias, por isso não dá para ficar só estudando sem ter recursos financeiros para se manter por exemplo, o aluno não tem como se deslocar até a universidade, portanto há uma necessidade de investimentos nas políticas estudantis no sentido de fornecer subsídios para o aluno se manter na universidade para poder terminar o seu curso.

Para maiores informações acessem o site: <http://www.uece.br/feclesc/>

13h:00 – Pausa para Almoço

13h:30 – Retorno às atividades

13h:30 – Formação do grupo de discussão sobre as propostas das IES

13h:05 – Fala do Reitor da UECE Professor Dr. José Jackson Coelho Sampaio

Inicialmente o reitor lembrou aos presentes que após as discussões seriam escolhidos os representantes que irão elaborar o Relatório Final do Fórum. O reitor fez menção da reforma do campi de Tauá e lembrou que o campi anteriormente funcionava em um galpão de uma fábrica,

ou seja não tinha espaço próprio. O reitor também informou que a UECE obteve, por doação, 20 hectare de terra para construção de novo campi da FAEC em Crateús. O novo Campi ocupará a área do Antigo exército.

13h:20 – Fala do Fundador da FECLESC Professor Dr. Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza

Inicialmente o Professor Luiz Oswaldo falou com relação à questão sobre as autorizações expedidas para professores temporários para o Ensino Médio e Fundamental da Rede Pública de Ensino (Número expressivo de autorizações). O professor também sugeriu a realização de uma pesquisa com relação aos alunos que estudaram na FECLESC para ver onde eles estão atualmente (Onde estão atuando).

Ele comentou que em 1972 existia no município 130.000 habitantes. Ele fez a seguinte pergunta para os demais presentes: Os alunos formados pelas licenciaturas estão atuando como professores? (estão empregados?). O professor fez outra sugestão: a elaboração de um projeto para plantas oleaginosas para aproveitar o know-how da Petrobrás na região, por exemplo.

13h:35 – Fala do Representante Estudantil, o aluno do curso de licenciatura em química, Francisco Aurélio Silva dos Santos

Ele lembrou aos presentes a necessidade da realização de novos concursos para contratação de novos professores para cobrir a carência atual da FECLESC onde faltam professores de várias disciplinas para os cursos da instituição. Ele também comentou a necessidade de auxílios aos estudantes através de bolsas de iniciação à pesquisa, bolsas do BIPID, bolsas de extensão etc. para o curso. Ele comentou sobre a remuneração de algumas bolsas a qual ele denominou de bolsa fome devido elas pagarem muito pouco para os bolsistas.

13h:45 – Fala da coordenadora do CREDE 14 (Senador Pompeu) Sra. Maria Erenice dos Santos Barros

Ela iniciou falando da carência de professores na área de Ciências. Falou da importância da política de permanência do aluno na faculdade. Ela relatou que os alunos que ingressam no ensino superior sentem dificuldade devido terem feito um ensino de base mal feito.

13h:55 – Fala do Professor coordenador do curso de física Dr. Makarius Oliveira Tahim

O professor Makarius comentou a falta de comunicação e a falta de colaboração entre as Instituições Superiores de Ensino e Instituições educacionais (Secretarias de Educação). Ele fez uma chamada para os representantes das IES presentes, para o trabalho em conjunto (projetos em conjunto), ou seja, a parceria entre as universidades. Ele citou o exemplo do Mestrado Acadêmico Intercampi em Ciências dos Materiais entre a FECLESC e a FAFIDAM. Ele comentou trabalhos em conjunto entre a Química, a Física, e as Engenharias, etc. Ele falou em trazer professores do IF/Quixadá, UFC/Quixadá e FCRS para colaborarem no Mestrado Acadêmico Intercampi em Ciências dos Materiais FECLESC/FAFIDAM.

14h:15 – Fala do Coordenador do Curso de História Professor Mestre Edmilson Alves Maia Júnior

Ele comentou sobre a utilização dos recursos disponibilizados para a educação. Ele comentou a necessidade de integrar o ensino superior com o ensino básico. Relatou ainda as declarações controversas do Governador do Estado Cid Ferreira Gomes com respeito à educação.

14h:25 – Fala do Diretor da FECLESC Professor Dr. Jorge Alberto Rodriguez

Ele falou dos problemas Interdisciplinares e docentes e comentou que eles não são fáceis de serem equacionados. Ele comentou a necessidade do investimento maciço na educação. Ele lembrou que atualmente são gastos 5 a 6% do PIB em educação no País. Ele mencionou a questão de investimento na questão docente e políticas de assistência estudantil.

14h:35 - Fala do Coordenador do Polo Presencial da UAB-Quixadá Sr. Ed Naldo Fernandes de Santana

Ele falou da Escola Virgílio Távora que tem oito turmas do terceiro ano. Comentou que a meta da UAB é de 100% de inscrições no vestibular. Ele comentou que falta o profissional de educação (professor de ensino superior) investir na divulgação do seu trabalho para as escolas públicas. Ou seja, é necessário para o professor vender sua ideia, e o curso em si. Fazendo isso, relatou ele que, o professor desperta o interesse do aluno.

14h:45 – Fala do Diretor do IF/Quixadá Professor Mestre Aristides de Souza Neto

Ele relatou que existem vários programas de assistência estudantil no IF/Quixadá, Bolsas de todas as naturezas, etc. Ele falou da Necessidade da divulgação dos casos de sucesso dos nossos alunos para dar motivação aos demais alunos. Ele deu dois exemplos de alunos do IF/Quixadá que no início não tinham recursos, nem condições para fazerem seus cursos, no entanto, eles persistiram, lutaram e

venceram e hoje já estão atuando no mercado de trabalho. Ele comentou que no IF/Quixadá o índice de reprovação é altíssimo.

15h:00 – Fala do Diretor da FCRS Professor livre docente Manoel Messias de Sousa

Ele abordou os seguintes tópicos: Gestão de Curso/ Compromisso do Coordenador de Curso, Crédito que os alunos têm com relação aos líderes de curso. Ele falou da necessidade de trabalhos e criação de documentos entre as IES e as prefeituras locais. Ele se lembrou do senso de 2011 que dizia que 6.000.000 de alunos são matriculados no Brasil, no entanto há uma carência de 1.000.000 de matrículas. Ele falou da importância da realização de projetos de humanização com relação aos alunos. Ele relatou que na FCRS há o acompanhamento psicológico dos alunos, e que existe uma equipe de professores que atendem alunos com dificuldades. Ele falou da necessidade da soma de esforços entre as IES.

15h:15 – Fala do Fundador da FECLESC Professor Dr. Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza

Ele falou da necessidade da cooperação entre os cursos (comunicação entre os cursos). Ele falou também da necessidade de Paixão pelo magistério (Por parte dos professores e alunos). Ele comentou da necessidade de aquisição de um transporte próprio para a FECLESC (Ele lembrou do caso dos Alunos de Milhã que ficaram sem aulas e foram prejudicados por causa do prefeito que perdeu as eleições e suspendeu o ônibus. Ele falou da necessidade da construção do restaurante universitário, RU, (Segundo ele necessidade justificada por que os alunos não podem estar se deslocando da universidade para suas casas e de suas casas para a universidade).

15h:30 – Fala do Professor mestre do curso de licenciatura letras inglês Francisco Carlos Carvalho da Silva (Único professor efetivo do Curso de Letras/Inglês)

Ele lembrou que a questão não é só ter um transporte mais, também é importante qual o tipo de transporte que nós recebemos. Ele lembrou da necessidade da implementação da prática em relação aos resultados oriundos do Fórum. Ele também falou da necessidade da criação de um Fórum permanente aqui na região. Ele fez uma metáfora da hidra de várias cabeças que se reproduzem quando cortadas com relação aos problemas enfrentados pela universidade.

15h:40 – Fala da Professora do curso de pedagogia Dília Raulino de Souza Caetano

Ela mencionou que é professora de estágio. Relatou a realidade dos alunos com relação ao estágio e a precariedade das escolas municipais de Quixadá. Ela lançou a seguinte pergunta: Que professores nós temos sido? Ela relatou a importância do conhecimento e a questão do incentivo do professor aos alunos. Ele lembrou da necessidade dos professores terem conhecimentos didáticos. Ela relatou que a excelência do professor é ser professor (um bom professor) e não pesquisador.

15h:45 – Fala do Professor Doutor do Curso de Química Francisco Célio Feitosa de França

Ele iniciou sua fala concordando com o que o Professor Luiz Oswaldo tinha falado: A falta de Paixão pelo Magistério por parte de alguns professores do curso, e principalmente a falta de paixão pelo ensino superior da rede estadual de ensino do Governador do Estado o Sr. Cid Ferreira Gomes. Lembrou da precariedade do curso de licenciatura em química da FECLESC, ele até lembrou alguns comentários dos alunos do curso de química que relataram que o curso deveria ser extinto, pois é um curso que não tem aulas práticas e alguns professores não tem comprometimento com o curso, por isso muitos dos alunos do curso de química da FECLESC desistem do mesmo e tentam os cursos de química do IF/Quixadá. Ele lançou a seguinte pergunta: Qual o aporte financeiro da universidade estadual com relação a cada curso? Principalmente com relação ao curso de licenciatura em química?. O professor lembrou que ele e a professora mestre Josália Liberato Rebouças, também do curso de química, solicitaram orçamento de Vidrarias, Reagentes e Equipamentos para a empresa Centerquímica e pretendem elaborar dois documentos oficiais para serem encaminhados à direção da FELESC e para a direção da UECE.

16h:00 – Fala do Reitor da UECE Professor Dr. José Jackson Coelho Sampaio

Ele falou da Dimensão dos Direitos. Falou também da necessidade da formação dos alunos para a sociedade, para a humanidade. Ele falou ainda das Condições e Estrutura Organizacional (corporativismo Narcisista da Universidade) e Lançou a seguinte pergunta: Qual a missão da Universidade? Trabalhamos para realizá-la? Como a professora Dília tinha relatado em sua fala que a excelência do docente é ser professor e não pesquisador, o reitor falou que na verdade o professor tem que atuar em ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica que é o que está estabelecido em edital quando nós nos inscrevemos para o concurso de professor efetivo e, portanto, não devemos ser somente professores como a professora Dília tinha dito anteriormente. O reitor comentou que após um ano de gestão ainda não conseguiu uma audiência individual com o Governador Cid Ferreira Gomes. O reitor comentou ainda que a UAB não é universidade e sim um polo autorizado pelo Governo Federal, portanto, ela não oferece curso algum e sim as Universidades (IFs, UFC, e UECE). Ele lembrou que a UVA, URCA e as Universidades Particulares não estão autorizadas pelo Governo Federal para tal. Ele comentou que a FCRS é uma Universidade Pública no sentido que ela recebe aporte financeiro do Governo Federal. Ele sugeriu ao Professor Makarius relacionar professores para fazerem parte de um grupo de pesquisa antes de convidá-los para participarem do Mestrado Intercampi em Ciências dos Materiais FECLESC/FAFIDAM. Ele falou que a obrigação do Governo Federal é complementar os recursos de todas as IES estaduais. Ele ainda indicou que os prefeitos tem que se preocupar com os transportes e com os polos de ensino.

16h:20 - O reitor solicitou aos presentes que escolhessem em votação os representantes que irão elaborar o Relatório Final do Fórum.

Os representantes que foram escolhidos por votação foram:

Representante Estudantil: A aluna do Curso de Licenciatura em Química Cícera Eliane Souza do Nascimento.

Representante dos Professores: O fundador da FECLESC o Professor Doutor Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza.

Representante do IF/Quixadá: O Diretor do IF/Quixadá Professor Mestre Aristides de Souza Neto

Representante da UFC/Quixadá: O Diretor da UFC/Quixadá Professor Doutor Davi Romero de Vasconcelos.

Representante do Pólo UAB/Quixadá: O coordenador do Polo UAB/Quixadá Professor Ed Naldo Fernandes de Santana.

Representante das Secretarias Municipais:

Representante da FCRS: O diretor da FCRS o Professor livre docente Manoel Messias de Sousa

Coordenador: O Diretor da FECLESC Professor Doutor Jorge Alberto Rodriguez

Foi estabelecido um prazo de 15 dias para a elaboração do Relatório Final

O reitor da UECE forneceu as seguintes informações:

O Fórum de Crateús: Será realizado em 24/05/2013, e o Fórum de Tauá será realizado em 28/05/2013. Haverá reunião dos Reitores e Vice-Reitores no dia 16/05/2013. O diretor da FCRS sugeriu a realização de Fóruns permanentes com datas pré-fixadas.

16h:40 – Fala da Pró-Reitora de Extensão da UECE Professora Lúcia Helena Fonseca Grangeiro

Ela inicialmente sugeriu criar além do Relatório Oficial Final, um pacto entre as instituições presentes no Fórum. Ela ainda sugeriu para as instituições de ensino superior presentes no Fórum lutar pelas minorias, valorizar o magistério e lutar por maiores recursos e autonomia das universidades que participaram do Fórum.

17h:00 - Fala do Vice-Reitor da UECE Professor Ms. Hidelbrando dos Santos Soares

Ele reforçou o prazo de 15 dias para a elaboração do Relatório Final. Ele frisou que o Documento gerado a partir das discussões realizada no Fórum indica um pacto entre as Universidades que participaram do Fórum. O professor Diretor da FELESC Jorge Alberto pediu a palavra e marcou uma reunião para o dia 22/05/2013 no horário das 14 hs, para todos os representantes das IES que participaram do Fórum.

17h:10 – Fala do Diretor da FCRS Professor livre docente Manoel Messias de Sousa

Ele solicitou as autoridades representantes das IES presentes no Fórum a entrega de documentos com os dados individuais de cada IES presente.

17h:15: Fala do Coordenador do Curso de História Professor mestre Edmilson Alves Maia Júnior

Ele falou em parcerias e cooperações entre professores e as IES que foram representadas no Fórum.

17h:20 – Término do 1º Fórum Municipal e Regional de Ensino Superior.

Endereços das IES, CREDES e Prefeituras Municipais:

FCRS - Faculdade Católica Rainha do Sertão. Endereço: Rua Juvêncio Alves, 660, Caixa Postal: 23 CEP 63.900-000 - Centro - Quixadá-Ceará — Fone: (88) 3412 6700.

UFC/Quixadá: Endereço: Av. José de Freitas Queiroz - Cedro - Quixadá – CE, Quixadá Ceará, CEP: 63900-000, Tel: (88) 3412.0919.

Instituto Federal do Ceará - Campus de Quixadá, Endereço: Estrada do Açude Cedro, Km 05 - Bairro Cedro Novo – Quixadá/CE Cep: 63900-000 - Caixa Postal: 95 Fones: (88) 3412-0111

Polo UAB: Quixadá/ce, endereço do polo: logradouro: Estrada Açude do Cedro, s/n, km 5. Cedro Novo, Quixadá – CE. CEP 63900-000, Fones - (88) 3412.1966 e (88) 9968.8911.

Universidade Estadual do Ceará-UECE, Av. Paranjana nº 1700, Itaperi, 60740-903 - Fortaleza, CE – Brasi, Telefone: (85) 31019800, Fax: (85) 31019810.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – FECLESC, Rua José de Queiroz, 2554, Bairro: Planalto Universitário, Quixadá – Ceará, CEP: 63.900-000, Fone/Fax: (88) 3445.1036.

8ª CREDE - Baturité- Av. Francisco Braga Filho, nº 1015 – Bairro: Conselheiro Estelita, Baturité/Ce - CEP: 62.760-000, Fone: (85) 3347.4242, Site: <http://www.crede08.seduc.ce.gov.br/>

12a CREDE – Quixadá - Av. Juscelino Kubitschek, nº 493 – Bairro: Alto São Francisco, Quixadá/Ce - Fone: (88) 3445.1038, Site: <http://www.crede12.seduc.ce.gov.br/>

14a CREDE - Senador Pompeu - Av. Professor Cavalcante, nº 669 – Bairro: Centro, Senador Pompeu/Ce, Fone: (88) 3449.8119, Site: <http://www.crede14.seduc.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Quixadá - Rua Tabelaão Enéas, 649, Bairro: Centro, Quixadá-Ce, CEP: 63900-000, Telefone: (88) 3412-6208, E-mail: comunicacao@quixada.ce.gov.br, Site: <http://www.quixada.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Ibicuitinga - Rua Edval Maia, no. 16, Bairro: Centro, Ibicuitinga-Ce, CEP 62.955-000 - Fone: (88) 3425 1066, Site: <http://www.ibicuitinga.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Choró – Av. Nossa Senhora de Fátima, 181, Bairro: São Sebastião, CEP 63.950-000, Choró - Ceará – Brasil, Fone: (88) 3438.1096, e-mail: contato@choro.ce.gov.br, Site: <http://www.choro.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Ocara – Avenida Coronel João Felipe, 858 – Bairro: Centro CEP: 62.755-000, Fone: (85) 3322-1034 - Fax: (85) 3322-1010, Site: <http://www.ocara.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Aracoiaba - Av. da Independência, Nº 134 – Bairro: Centro, Telefone: (85) 3337.5500, e-mail: gabinete@aracoiaba.ce.gov.br, Site: <http://www.aracoiaba.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Banabuiú - Avenida Queiroz Pessoa, Nº 435, Banabuiú, Ceará, CEP: 63960-000, Fone: (88) 3426 1196, Site: <http://banabuiu.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Baturité - Praça da Matriz – Bairro: Centro Baturité – CE, Site: <http://www.baturite.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Capistrano - Praça Major José Estelita de Aguiar, s/n, CEP: 62.748-000, Fone: (85) 3326.1327, Fax: (85) 3326.1327, Site: <http://www.capistrano.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Ibaretama – Fone: 55 88 3439.1107, Site: <http://www.ibaretama.ce.gov.br>

Prefeitura Municipal de Itapiúna – Site: <http://www.umnovotempoumanovahistoria.com/>

Prefeitura Municipal de Milhã – Site: <http://www.milha.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Quixeramobim – Rua Dr. Alvaro Fernandes 36/42, Quixeramobim – Ce, Bairro: Centro, CEP: 63.800-000, Fone: (88) 3441.1326, e-mail: prefeituraquixeramobim@gmail.com, Site: <http://www.quixeramobim.ce.gov.br/>

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu – Site: <http://marceloalmeida.hdfree.com.br/>

Câmara Municipal de Quixadá/CE, Tv. Tiradentes, 515 – Bairro Centro - CEP: 63.900-000 – Quixadá – Ceará – Brasil, Telefone: (88) 3412-2285, e-mail: ouvidoria@camaraquixada.ce.gov.br, Site: <http://www.camaraquixada.ce.gov.br/>

Anexo 27

Mesas-redondas do IV ECEGE e I SINECGEO (2012)

MESAS	PARTICIPANTES	TEMAS DOS ARTIGOS
A GEO-HISTÓRIA NAS PESQUISAS EDUCACIONAIS	Stanley Braz de Oliveira (UECE),	A escola agrícola de Lavras da Mangabeira numa perspectiva geo-histórica
	Átila de Menezes Lima (UECE),	Geo-história, Geografia Histórica: contribuições para a pesquisa e o ensino em Geografia
	Antônio Kinsley Bezerra Viana (UECE),	Contribuição das ações educacionais da igreja católica na produção do espaço urbano de Teresina-PI: uma análise geo-histórica
	Keila Andrade Haiashida (UECE)	A geo-história braudeliana e as pesquisas acadêmicas: notas introdutórias
ARTE, PAISAGEM E GEOGRAFIA	Alessandro Dozena (UFRN),	Fazendo arte nas cidades: territorializações urbanas como práticas de resistências
	Fernanda Claudia Lacerda Rocha (UNIFOR/UECE),	Arte e paisagem: uma possibilidade de diálogo na Geografia
	Naiana Paula Lucas dos Santos (UECE)	Arte urbana: o grafite e suas manifestações na composição da paisagem
POLÍTICAS, EDUCACIONAIS NA DINÂMICA ESPACIAL	Roberto Cruz Ubirajara (UEPE),	A instalação de escolas confessionais em Guaranhuns-PE e sua influência na dinâmica espacial da cidade
	Ednéa do Nascimento Carvalho (UFOPA),	Escola, cidadania e currículo: uma política educacional indissociável
	Fabício Américo Ribeiro (IFCE),	UNILAB em Redenção-CE: as políticas públicas educacionais e sua influência nos arranjos espaciais
	Rejane Maria de Souza (UECE)	O Benfica da educação como lugar da diversidade humana
RELIGIÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO	Otávio José Lemos Costa (UECE),	Os lugares sagrados e a imaginação geográfica
	Josier Ferreira da Silva (URCA),	Projeção sócio-espacial do catolicismo penitencial no sítio Cabeceiras de Barbalha
	Christian Dennys Monteiro de Oliveira (UFC)	Formando mundos imaginários
	Paulo Wendell Alves de Oliveira (URCA)	Memória da cidade, uma proposta metodológica a partir da compreensão de cidades novas – estudo de caso em

		Juazeiro do Norte – CE (1911-2011).
	Emanoel Luís Roque Soares (UFRB)	O nascimento de uma Ialorixá Galdina da Silva – Mãe Baratinha
GÊNERO E MULTITERRITORIALIDADES	Charliton José dos Santos Machado (UFPB) e Francymara Antonino Nunes de Assis (UFPB)	Cultura escolar no século XX: cadernos escolares de uma educadora paraibana (1948)
	Lia Machado Fiuza Fialho (UFC),	Questões de Gênero no código de ética implícito de jovens privados de liberdade
	Márcio José Ornat (UFPR),	Prostituição travesti e multiterritorialidade no sul do Brasil
DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO, GEOGRAFIA E HISTÓRIA	Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE)	Faculdades católicas: uma abordagem entre educação, história e geografia
	Eluziane Gonzaga Mendes (UFC)	O Instituto do Ceará entre a História, a Geografia e a Educação
	José Gerardo Vasconcelos (UFC),	Cultura política e memória no Brasil autoritário
	Rui Martinho Rodrigues (UFC)	Diálogos entre Educação, Geografia e História
	Francisco Ari Andrade (UFC).	As vilas de índios na capitania do Ceará: catequese, trabalho e educação
	Antonio Germano Magalhães Júnior (UECE) e Adriano Cecato (UECE)	O que o homem juntou... Interdisciplinaridade no ensino de história e geografia

Fonte: Vasconcelos Júnior (et. al., 2012b).

Anexo 28

Mesas-redondas do V ECEGE e II SINECGEO (2013)

MESAS	PARTICIPANTES	TEMAS DOS ARTIGOS
Diálogos entre Educação, Geografia, História e Arquitetura	Romeu Duarte Júnior (UFC)	Notas para uma história da proteção do patrimônio edificado no Ceará
	Francisco Egberto de Melo (URCA)	Formação de professores: de patinho feio à musa cobiçada
	José Edvar Costa de Araújo (UVA)	Como os mitos acerca do Ceará e do ser cearense circulam entre as festas comunitárias e a cultura escolar
	Francisco Ari de Andrade (UFC)	O sertão, as fazendas de gado e a ocupação espacial da capitania do Ceará
	José Gerardo Vasconcelos (UFC) e Francisca Karla Botão Aranha (UFC)	Corpo, prostituição e educação sexual no território do prazer
Espaço, religião e festas populares	Otávio José Lemos Costa (UECE)	Tempos de festa: espacialidades e simbolismos
	Josier Ferreira da Silva (URCA)	A cidade e a construção da cultura nos espaços festivos católicos
	Christian Dennys Monteiro de Oliveira (UFC)	Peregrinação rural ao santuário metropolitano: o lugar da religiosidade turística de Natércia-MG em Aparecida-SP
	Emanoel Luis Roque Soares (UFRB) e Sayonara Cardoso Copque	A organização dos afrodescendentes através do Candomblé
	Antonio Igor Dantas Cardoso (UFC)	(In)Visibilidade de espaços festivos: a centralidade da festa de Santo Antônio e as manifestações periféricas de Barbalha-Ceará
Fotografia, paisagem, literatura e geografia	Antonio Carlos Queiroz Filho (UFES)	Geografias inventadas: travessias, rasuras, devir
	Glauco Vieira Fernandes (URCA)	Paisagens em movimento da Cicerópolis documental
	Carlos Augusto Pereira Viana (UECE)	Beira-sol: a poética de uma cidade
	Naiana Paula Lucas dos Santos (UECE)	A paisagem e a fotografia através de novos estudos da geografia cultural
	Rejane Maria de Sousa (UECE) e Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior (UECE)	O Benfica da educação: uma análise da paisagem através de fotografias
	Jöen Seemann (URCA)	Paisagem, movimento, performance

Políticas educacionais na dinâmica espacial	Carlos Roberto Cruz Ubirajara (UFPE)	A educação como práxis teológica na consolidação da territorialidade do presbiterianismo em Garanhuns – PE
	Stanley Braz de Oliveira (UECE)	As políticas educacionais da Igreja Católica na produção do espaço urbano da cidade de Teresina-PI
	Ednea do Nascimento Carvalho (UFOPA)	As políticas educacionais desbravando a floresta
	Keila Andrade Haiashida (UECE)	Universidade e Desenvolvimento Regional
Cidade, memória e patrimônio	Marcelo Eduardo Leite (UFCA)	Espaço urbano e representação social nas fotografias do século XIX
	Edson Soares Martins (URCA), Antônio Bilar Gregório Pinho, Fernanda Lima Fernandes	A cidade e a roça: política e cultura no Cariri cearense de hoje
	Kinsley Bezerra Viana (UECE)	Os trilhos e o urbano: a geo-história do município de Cedro-CE
	Paulo Wendell Alves de Oliveira (UECE)	Espaço e memória na representação histórico-cultural materializada na paisagem do núcleo de formação histórico da cidade de Juazeiro do Norte – CE
Prática de Ensino e Livro Didático	Cícero Joaquim dos Santos (URCA)	Por outras práticas de ensino de história
	Antonio Carlos da Silva (URCA) e Maria de Lourdes Carvalho Neta (URCA)	Atlas escolar municipal: produção de material didático pedagógico para alunos da educação básica

Fonte: Vasconcelos Júnior (et. al., 2013).